

An anatomical illustration of the human ear and cochlea. The top left shows a profile of a human head with the ear highlighted. Below it, a detailed cross-section of the cochlea is shown, with various parts labeled in Portuguese. Labels include 'pêlos acústicos' (acoustic hairs) pointing to the organ of Corti, 'cabeças dos pilares' (pillar heads) pointing to the stria vascularis, 'galeria de Corti' (Corti's duct) pointing to the space below the organ of Corti, and 'cóclea' (cochlea) pointing to the spiral structure. The illustration is colorful, with yellow, blue, and red tones.

Modos de fazer e contar no Labirinto

Metodologias
in(ter)disciplinares,
feministas e criativas

Organização:

Daniela Tonelli Manica

Clarissa Reche Nunes da Costa

Fernando Monteiro Camargo



Esta obra é de acesso aberto. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e autoria e respeitando a Licença *Creative Commons* indicada.



Copyright © 2025 – CC BY-NC-SA

Coordenação Editorial: Pontes Editores

Revisão: Yumi T. Melo

Editoração: Vinnie Graciano

Capa: Clarissa Reche Nunes da Costa

PARECER E REVISÃO POR PARES

Os capítulos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação e revisados por pares.

A Editora não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta publicação.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Tuxped Serviços Editoriais (São Paulo – SP)

M278m Manica, Daniela Tonelli; Costa, Clarissa Reche Nunes da; Camargo, Fernando Monteiro (org.).

Modos de fazer e contar no labirinto: metodologias in(ter)disciplinares, feministas e criativas /

Organizadores: Daniela Tonelli Manica, Clarissa Reche Nunes da Costa e Fernando Monteiro Camargo;

1. ed. – Campinas, SP : Pontes Editores, 2025; figs.; fotografias.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-217-0779-0 – Ebook PDF

1. Escrita Criativa. 2. Antropologia. 3. Ciências Humanas.

I. Título. II. Assunto. III. Organizadores.

Bibliotecário Pedro Anizio Gomes CRB-8/8846

Índices para catálogo sistemático:

1. Métodos de estudo / Metodologia / Pesquisa. 001.4

2. Antropologia. 301

3. Comunicação. 302.2

PONTES EDITORES

Rua Dr. Miguel Penteado, 1038 – Jd. Chapadão

Campinas – SP – 13070-118

Fone 19 3252.6011

ponteseditores@ponteseditores.com.br

www.ponteseditores.com.br

Modos de fazer e contar no Labirinto

Metodologias
in(ter)disciplinares,
feministas e criativas

Organização:

Daniela Tonelli Manica

Clarissa Reche Nunes da Costa

Fernando Monteiro Camargo



Selo Esocite.br

Comissão Editorial Esocite-BR

- Julia S. Guivant (UFSC/SC)
- Thales Haddad Novaes de Andrade (UFSCAR/SP)
- Adriano Premebida (TEMAS/UFRGS)
- Daniela Alves (UFV/MG);
- Maíra Baumgarten (FURG/RS)

Diretoria 2023-2025

- Presidente: Fabrício Neves (UNB)
- Vice-presidente: Julia S. Guivant (UFSC/SC)
- Vice-presidente: Daniela Tonelli Manica (UNICAMP/SP)
- Secretário Geral: Nilda Nazaré Pereira Oliveira (ITA/SP)
- 1ª Secretário: Marko Monteiro (UNICAMP/SP)
- Tesoureiro: Bráulio Silva Chaves (CEFET/MG)
- 2ª Tesoureiro: Débora Allebrandt (UFAL)

Conselho Editorial - Pontes Editores:

Angela B. Kleiman

(Unicamp – Campinas)

Clarissa Menezes Jordão

(UFPR – Curitiba)

Edleise Mendes

(UFBA – Salvador)

Eliana Merlin Deganutti de Barros

(UENP – Universidade Estadual do Norte do Paraná)

Eni Puccinelli Orlandi

(Unicamp – Campinas)

Glaís Sales Cordeiro

(Université de Genève – Suisse)

José Carlos Paes de Almeida Filho

(UNB – Brasília)

Rogério Tilio

(UFRJ – Rio de Janeiro)

Suzete Silva

(UEL – Londrina)

Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva

(UFMG – Belo Horizonte)

SUMÁRIO

Prefácio – O vir a ser da pesquisa, o vir a ser da vida	8
Carolina Cantarino	
Introdução	12
Daniela Tonelli Manica	
Clarissa Reche Nunes da Costa	
Fernando Monteiro Camargo	

PARTE 1

Ecologias, Corporalidades e Tecnologias da Vida

Como fazer uma biografia de um rio?	
Transbordamentos entre imagens e outras grafias do rio Piracicaba	24
Fernando Monteiro Camargo	
“Herdar” como proposta metodológica em situações difíceis: reconstruir os ecofeminismos	48
Marina Bohnenberger	
Equivocações para pessoas terrivelmente antropomórficas e golfinhos: fazendo mundos entre gravações, coordenações e confusões	72
Camila Montagner Fama	
Cartografando as primeiras curas do HIV: técnicas e artefatos de uma pesquisa	102
Kris Herik de Oliveira	

Arte, seringas e corpos ciborgues: incorporando experimentações no fazer de uma pesquisa sobre inseminações caseiras	128
Flora Villas Carvalho	

PARTE 2

Comunicação e audiovisual

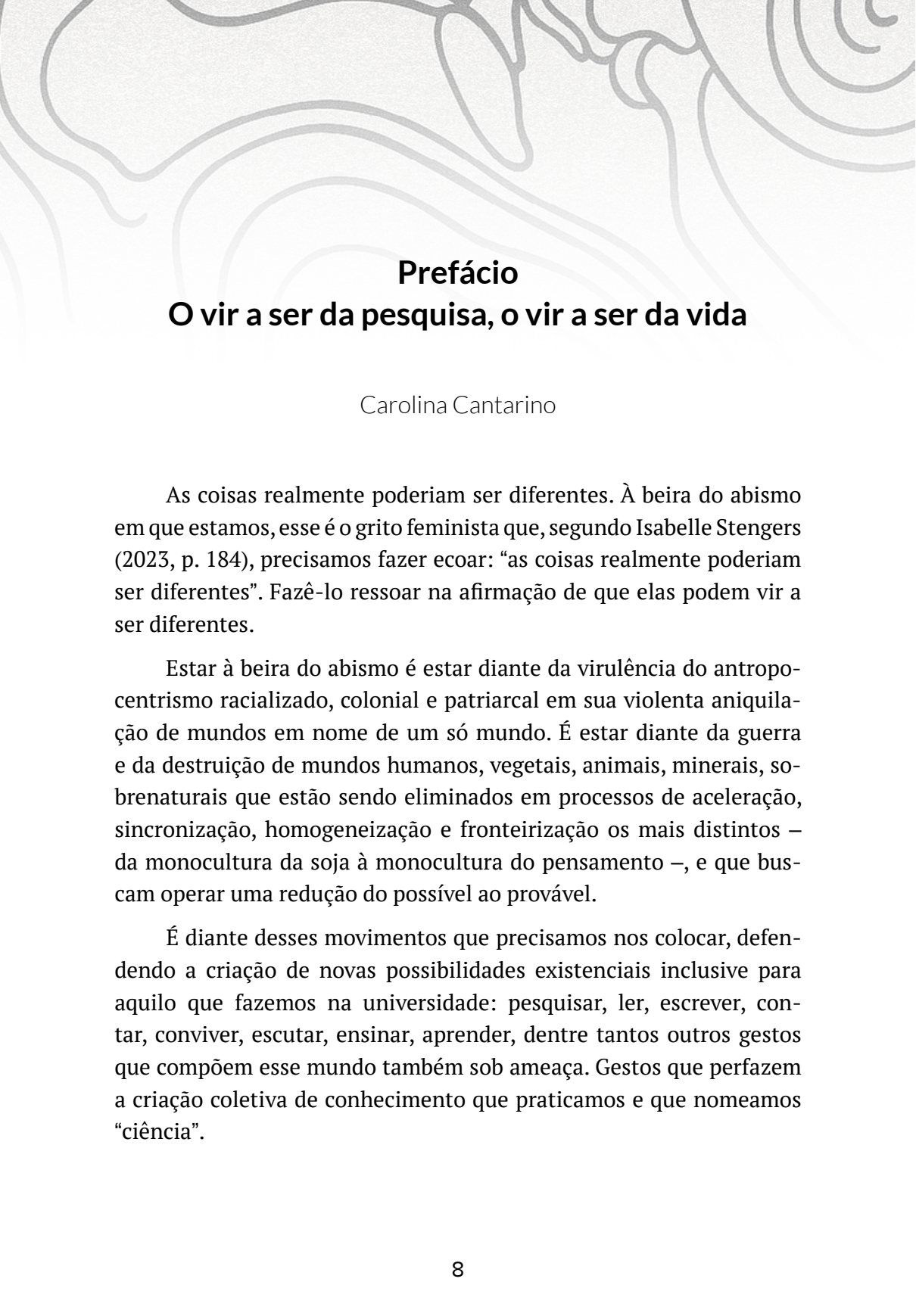
Pesquisa-ação com adolescentes: fazer <i>podcast</i> como metodologia de pesquisa	164
Irene do Planalto Chemin	
Geovana Luna dos Santos	
Kauan Alves da Silveira Aristides	
Raylane Souza de Moura	
Samara Lopes de Oliveira	
Veronica Martins da Silva	
Metodologias feministas para pesquisas em comunicação	193
Carolina Busolin Carettin	
Perspectiva e epistemologia feminista no método de pesquisa sobre capas de jornais	213
Adriana Silvestrini	
Explorando realidades e imergindo no campo: o etnocumentário como ferramenta de pesquisa nas ciências sociais	242
Ivo Dias Alves	

PARTE 3

Escrita criativa

Como construir um caderno de campo hiperlinkado e projetar estruturas de organização de dados digitais	268
Clarissa Reche Nunes da Costa	

A forma farmacêutica em perspectiva: cartas-diários como modos de fazer ciência feminista	296
Fernanda Mariath Luis Philipe Nagem Lopes	
Encruzilhada e os movimentos: a <i>gira</i>, os encontros e a escrita	326
Humberto Manoel de Santana Jr.	
Quando faltam palavras: reflexões sobre o processo de escrita autoetnográfica em tempos de crise	347
Beatriz Klimeck	
Bruxa-Cientista, Feminista, Menstruante!/: desafios metodológicos em se produzir conhecimento sobre menstruação sendo um corpo que sangra	365
Janaina de Araujo Moraes	
Autores e financiamentos	394



Prefácio

O vir a ser da pesquisa, o vir a ser da vida

Carolina Cantarino

As coisas realmente poderiam ser diferentes. À beira do abismo em que estamos, esse é o grito feminista que, segundo Isabelle Stengers (2023, p. 184), precisamos fazer ecoar: “as coisas realmente poderiam ser diferentes”. Fazê-lo ressoar na afirmação de que elas podem vir a ser diferentes.

Estar à beira do abismo é estar diante da virulência do antropocentrismo racializado, colonial e patriarcal em sua violenta aniquilação de mundos em nome de um só mundo. É estar diante da guerra e da destruição de mundos humanos, vegetais, animais, minerais, sobrenaturais que estão sendo eliminados em processos de aceleração, sincronização, homogeneização e fronteirização os mais distintos – da monocultura da soja à monocultura do pensamento –, e que buscam operar uma redução do possível ao provável.

É diante desses movimentos que precisamos nos colocar, defendendo a criação de novas possibilidades existenciais inclusive para aquilo que fazemos na universidade: pesquisar, ler, escrever, contar, conviver, escutar, ensinar, aprender, dentre tantos outros gestos que compõem esse mundo também sob ameaça. Gestos que perfazem a criação coletiva de conhecimento que praticamos e que nomeamos “ciência”.

Por isso, afirmar que as coisas podem ser diferentes é também praticar e fazer ciência de outros modos. Esse vir a ser é diferente do “dever ser” normativo, crítico ou de reação a um estado de coisas. O vir a ser nos leva por um caminho pragmático, ético, político e poético, colocando em jogo nas pesquisas que fazemos não só questões de ordem epistemológica ou ontológica, mas existenciais, na medida em que os conhecimentos que criamos não representam ou descrevem um mundo dado mas instauram, participam, expandem e disputam os devires das ciências, os devires do mundo em muitos mundos.

É essa disputa política que está em jogo na fabulação crítica de Saidiya Hartman e na fabulação especulativa de Donna Haraway; nas reativações do animismo de Isabelle Stengers, Achille Mbembe e Tim Ingold; nas histórias multiespécies de Vinciane Despret; na poética negra feminista de Denise Ferreira da Silva; dentre tantas outras abordagens que nos animam a pensar que conhecer é criar diferenças diante do fim de um mundo como o conhecemos.

Desse modo, o conhecimento também pode funcionar como um antídoto para a toxicidade do liberalismo tardio que, nos lembra Elizabeth Povinelli (2024), deseja traduzir tudo no já conhecido, deseja a tudo abranger em seu horizonte totalitário de inclusão plena. Como liberar a imaginação dessa captura neoliberal que busca converter tudo nos modos do mercado? Como criar novas possibilidades existenciais que sejam opacas e fujam desse mundo, abandonando os cativéis imaginativos?

Para responder a essas perguntas, os modos de fazer tornam-se cruciais. Modos de fazer que também podemos chamar de “experimentação”. Eles são importantes porque podem tornar a pesquisa um processo de criação durante o qual experiência e expressão tornam-se indissociáveis.

Para uma pesquisa que se propõe a vir a ser uma experimentação, os modos de fazer importam porque, em sua singularidade, ela exige

sua própria metodologia. Não se trata de aplicar um método pronto ou pré-definido a um objeto de conhecimento bem ao gosto do dualismo epistemológico sujeito *versus* objeto. Em vez disso, cada problema de pesquisa nos obriga à criação de novos procedimentos e muitas vezes ao desaprendizado dos modos estabilizados, legitimados e autorizados, para que outros movimentos possam ser disparados e as escolhas eticamente justificadas, sem recorrer a poderes e autoridades dados de antemão como muitas vezes fazem os cientistas.

Ou seja, quando há efetivamente pesquisa não há garantias dadas previamente – o conhecimento, tal como a vida, é feito de imprevisibilidade. Essa dimensão cartográfica – de um caminho que se faz caminhando – evidencia a radicalidade política da experimentação em seu perder-se errante, num contraste vivo com os projetos de pesquisa que desejam controlar e prever tudo o que é possível de antemão, circunscrevendo o caminho nas probabilidades pré-figuradas das hipóteses e dos resultados esperados, em cumplicidade com os poderes constituídos que agem, justamente, querendo condicionar o que é possível pensar, dizer, escrever, fazer.

É preciso então coragem para assumir essa posição política e habitar esse lugar de incerteza e vulnerabilidade. Coragem para tornar ao menos uma página da dissertação ou tese ou artigo ou livro um refúgio e acolhida das tentativas, erros, acidentes. Em meio a essas falhas – nas bifurcações labirínticas que elas propiciam – é que muitas vezes irá jorrar a força da potência criadora que nos anima a seguir em frente.

Por isso, Modos de fazer e contar no Labirinto é um livro tão bem-vindo: ele nos mostra que é possível fazer pesquisa de modos diferentes na universidade, nas Ciências Sociais, na Divulgação Científica e Cultural. A Ciência ou a Academia com letras maiúsculas desfazem-se na efetividade das pesquisas e daquilo que nelas é praticado, dos gestos que criam possibilidades e animam os corpos e o pensa-

mento des pesquisadores e também des leitorias, que se (co)movem e assim também querem pesquisar e pensar e criar...

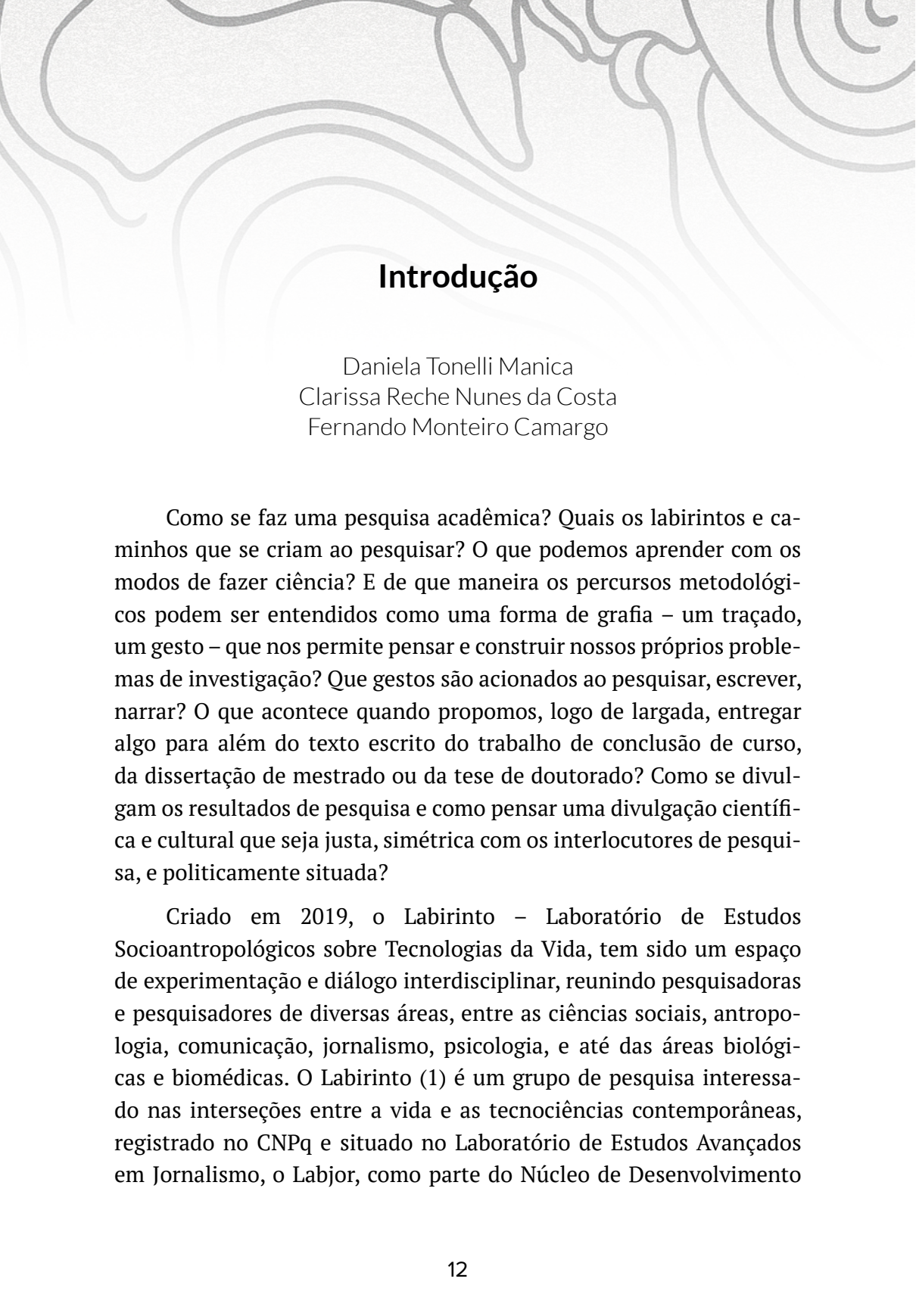
Imagens, desenhos, vídeos, entrevistas, sites, narrativas, podcasts, capas de jornal, hiperlinks, softwares, cartas-diários, áudios de WhatsApp, rios, golfinhos, vírus, seringas e atabaques vão compondo as pesquisas aqui reunidas num rico emaranhado de existências, intensificando a variação dos corpos e dos materiais em relação. O que percebemos é que, quando nascem dos encontros, as pesquisas tornam-se expressões sensíveis do corpo e do pensamento, as abordagens tornam-se coletivas e tudo pode virar matéria para a criação.

Mais do que nunca, é disso que precisamos na universidade e na vida.

REFERÊNCIAS

POVINELLI, Elizabeth. **Catástrofe ancestral**: existências no liberalismo tardio. São Paulo: Ubu Editora, 2024.

STENGERS, Isabelle. **Uma outra ciência é possível**: manifesto por uma desaceleração das ciências. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2023.



Introdução

Daniela Tonelli Manica
Clarissa Reche Nunes da Costa
Fernando Monteiro Camargo

Como se faz uma pesquisa acadêmica? Quais os labirintos e caminhos que se criam ao pesquisar? O que podemos aprender com os modos de fazer ciência? E de que maneira os percursos metodológicos podem ser entendidos como uma forma de grafia – um traçado, um gesto – que nos permite pensar e construir nossos próprios problemas de investigação? Que gestos são acionados ao pesquisar, escrever, narrar? O que acontece quando propomos, logo de largada, entregar algo para além do texto escrito do trabalho de conclusão de curso, da dissertação de mestrado ou da tese de doutorado? Como se divulgam os resultados de pesquisa e como pensar uma divulgação científica e cultural que seja justa, simétrica com os interlocutores de pesquisa, e politicamente situada?

Criado em 2019, o Labirinto – Laboratório de Estudos Socioantropológicos sobre Tecnologias da Vida, tem sido um espaço de experimentação e diálogo interdisciplinar, reunindo pesquisadoras e pesquisadores de diversas áreas, entre as ciências sociais, antropologia, comunicação, jornalismo, psicologia, e até das áreas biológicas e biomédicas. O Labirinto (1) é um grupo de pesquisa interessado nas interseções entre a vida e as tecnociências contemporâneas, registrado no CNPq e situado no Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo, o Labjor, como parte do Núcleo de Desenvolvimento

da Criatividade (NUDECRI), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

O grupo de pesquisa se situa nos campos das Ciências Sociais, da Divulgação Científica e Cultural, sempre em diálogo com os Estudos Sociais das Ciências e das Tecnologias e os Estudos Feministas. É, portanto, um coletivo eminentemente interdisciplinar. E se a interdisciplinaridade nos abre para múltiplas possibilidades, ela também produz tensões nos processos de pesquisa, sobretudo durante a pós-graduação, no que diz respeito às abordagens metodológicas a serem seguidas, aos gestos de escuta, aproximação e composição com os campos e com os interlocutores da pesquisa.

Neste livro, buscamos compartilhar os múltiplos caminhos metodológicos percorridos ao longo desses cinco anos pelas(os) pesquisadoras(es) do laboratório, em suas pesquisas de mestrado e doutorado, abordando temas como feminismos, corporalidades, biografias, culturas científicas, tecnologias e divulgação científica. Partimos da premissa de que apresentar os processos de experimentar, fazer e divulgar ciências é também reconhecer a pesquisa como um campo vivo de encontros, desestabilizações, invenções e afetos.

Este livro se estrutura como uma espécie de labirinto metodológico, no qual cada capítulo propõe um percurso singular de investigação, fazendo do método não apenas um instrumento, mas parte essencial do próprio processo de conhecimento. Esperamos que o caleidoscópio de pesquisas e estratégias encontradas por cada pesquisador(a) indique caminhos possíveis para pesquisas em andamento ou para projetos a serem ainda imaginados e construídos. Mas, para além disso, os textos trazem também processos e resultados de pesquisas com temáticas diversas e bastante interessantes e contemporâneas.

Organizamos a coletânea em três partes, cada uma trazendo abordagens específicas e distintas sobre o fazer científico e suas potencialidades experimentais: Ecologias, corporalidades e tecnologias da vida; Comunicação e audiovisual; e Escrita Criativa.

Na primeira parte “Ecologias, corporalidades e tecnologias da vida”, compartilhamos diferentes formas de narrar a vida. Fernando Monteiro Camargo conta como, por meio da construção, (des)montagem e transbordamentos de imagens e outras formas de grafias, foi possível conhecer e narrar a vida do e com o rio Piracicaba, em um projeto multimodal que resultou não somente em uma tese de Doutorado em Ciências Sociais, defendida na Unicamp, como também em um atlas-biografia digital (2), aberto à inclusão de novos verbetes, imagens, categorias. Conhecemos então um tipo de experimentação cartográfica, que articula em sua metodologia fotografias, desenhos, dados e informações de arquivos oficiais sobre o rio. Ao propor modos de narrar a trajetória de um rio, o trabalho contribui para pensar as biografias como dispositivos sensíveis, capazes de acolher existências mais-que-humanas.

Marina Bohnenberger recupera o dilema colocado por Isabelle Stengers (2017) em relação às tecnociências contemporâneas, que é a pergunta sobre como “herdar” essa história, assumindo seus problemas e se comprometendo com as transformações necessárias. Marina discute uma temática importante para os estudos feministas e de ciência e tecnologia, ao tensionar as associações entre mulheres, feminino e natureza nos discursos sobre o “ecofeminismo”. O trabalho mapeia as transformações do debate ao longo de décadas de debates feministas, filosóficos, antropológicos e ecológicos, propondo enfrentar o dilema da essencialização que a associação com a “natureza” traz para o debate feminista. O texto resulta de sua pesquisa de mestrado defendida na Universidade de São Paulo (USP), em orientação com a Unicamp e desenvolvida junto ao Labirinto.

O capítulo de Camila Montagner Fama mobiliza discussões do campo das “etnografias multiespécies” e é um exemplo de como fazer pesquisa bibliográfica e em arquivos. A partir de sua etnografia

nos arquivos do importante antropólogo-biólogo-pensador da cibernética Gregory Bateson na Universidade da Califórnia em Santa Cruz (UCSC), Camila propõe uma leitura dos trabalhos da treinadora de cães e golfinhos Karen Pryor, incluindo sua descrição da prática de pesca em que esses animais estão implicados na cidade brasileira de Laguna (SC). O texto trata do tema da comunicação entre golfinhos e treinadores, de uma perspectiva que não limita a relação entre eles às práticas de condicionamento animal, nem à semiótica da linguagem humana, mas explorando o que acontece como metacomunicação. Nesse recorte e em sua pesquisa de doutorado em Ciências Sociais, em andamento, Camila busca pensar as relações humano-animal para além dos antropomorfismos.

O texto de Kris Herik de Oliveira é construído a partir da metodologia cartográfica através de casos recentes de cura (ou remissão a longo prazo) do Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV), explorando as “paisagens biotecnológicas” que os constituem. O resultado da pesquisa é materializado em uma tese-objeto que reproduz o dispositivo de um arquivo-fichário, com suas diversas divisões e enquadramentos. A tese propõe, a partir dessa organização “formal” em formato de fichário-arquivo, um processo de “desarquivamento”, no qual estão metodologicamente implicadas a coleta e a triagem de documentos científicos, jornalísticos e biográficos. Assim, a proposta metodológica articula ciência e arte na construção de um arquivo-laboratório, e experimentando novas narrativas em diálogo com o campo biomédico, inclusive pensando em outros acessos e leituras ao trabalho, como através de vídeo (3), podcast (4) e um mapa visual da tese feito com colagens e desenhos. O texto generosamente compartilha o processo de feitura e descreve os modos de fazer essas iniciativas.

Finalmente, o texto de Flora Villas Carvalho apresenta as diversas experimentações artísticas e corporais desenvolvidas pela pesquisadora durante sua pesquisa de mestrado em Divulgação Científica e Cultural. Flora trabalhou com grupos sobre inseminação caseira

no *Facebook*, apresentando arqueologicamente os modos de fazer do “método seringa”, adotado entre tentantes lésbicas/sapatonas. Diferenciando-se das demais pesquisas sobre o tema, o enfoque metodológico de Flora recai sobre as técnicas corporais e os artefatos sociotécnicos (dentre eles, mas não apenas, as redes sociais digitais), que tornam possível que casais de mulheres engravidem com a doação voluntária de sêmen mediada pelos grupos online. O texto é um bom exemplo de como colocar o corpo na pesquisa: Flora experimenta com vídeos (5), desenhos, moldagens, e com a mimetização das inseminações caseiras através de diversos artefatos mobilizados nelas (como a seringa, testes de ovulação e gravidez, aplicativos de monitoramento de ciclo e técnicas de percepção da fertilidade), reunindo portanto modos gráficos, palpáveis, materializados e corporificados de se fazer pesquisa.

Na segunda parte da coletânea entramos na temática da “Comunicação e audiovisual”. A seção reúne pesquisas que fazem da linguagem, da imagem e do som ferramentas metodológicas de investigação, e que discutem também o jornalismo e suas multimodalidades como modos diversos de conhecimento e de produção política.

O primeiro texto é escrito a muitas mãos, coordenadas pela pesquisa de mestrado em Divulgação Científica de Irene do Planalto Chemin Pimentel. A pesquisa de Irene é sobre o letramento digital de adolescentes, e ela a desenvolve com cinco bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio (PIBIC-EM) de escolas públicas de Campinas. Partindo da metodologia da pesquisa-ação, o que Irene propõe e conhecemos através do texto, é direcionar as discussões sobre tecnologias digitais com as(os) adolescentes pesquisadoras(es) através da capacitação e produção de uma série de *podcasts*, a ser veiculada através do canal do *podcast Mundaréu*, sediado no Labirinto e no Labjor/Nudecri. O *podcast* é a estratégia me-

metodológica central para fazer convergir os temas de pesquisa e conversas e interações produzidas com as adolescentes do projeto e em escolas públicas da cidade de Campinas. O texto é um exemplo bonito de escrita e pesquisa coletiva, horizontal, respeitosa e afetiva. Uma estratégia muito acertada para lidar com o grande problema que é, atualmente, a existência das tecnologias digitais na vida de todas(os), e de adolescentes em especial.

Carolina Carettin fala sobre sua pesquisa de mestrado em Divulgação Científica e Cultural sobre a imprensa feminista na internet, especificamente as páginas *Lado M* e *AzMinha*. Ela descreve os diversos processos que compuseram a pesquisa, “dados recolhidos através de formulário enviado às autoras, dos textos publicados no segundo semestre de 2018” e algumas entrevistas feitas com fundadoras e autoras dos sites. Assim como a ciência, o jornalismo foi um campo que se desenvolveu, na pretensão da “modernidade” ocidental, como sendo neutro, imparcial e isento. Carolina conta como a imprensa feminista tensiona esse princípio do jornalismo, defendendo a situacionalidade e posicionalidade também às comunicadoras, que não só podem como devem produzir uma escrita politicamente situada. No texto, ela nos mostra as escolhas de arranjo temático que fez para organizar a dissertação de mestrado, e descreve de uma forma muito corajosa e honesta como foi seu próprio processo de aprender a se situar como “mulher branca de classe média do interior de São Paulo”, que produziu efeitos irreversíveis em sua pesquisa, e sua escrita. O texto oferece caminhos para pesquisadoras e profissionais da comunicação que estejam às voltas pensando em modos de fazer e contar, a partir de seus próprios lugares de fala (Ribeiro, 2017).

Ainda na esfera do jornalismo e comunicação, de uma perspectiva feminista, Adriana Silvestrini descreve como organizou metodologicamente sua pesquisa de mestrado em Divulgação Científica e Cultural. Em sua pesquisa, Adriana analisou capas dos jornais *Folha de S.Paulo* e *Clarín* a fim de entender a cobertura feita sobre os man-

dados das presidentas latino-americanas Dilma Rousseff, no Brasil, e Cristina Kirschner, na Argentina. No texto, ela conta como fez a seleção do corpus, que acabou sendo composto por 60 capas dos jornais, e as estratégias metodológicas que adotou para analisar textos e imagens. A epistemologia e perspectiva feminista foram fundamentais para a construção de uma análise que fizesse justiça à “misoginia na política do Sul Global”, ainda presente nas redações dos jornais. Articulada a interesses de espectros políticos diversos, Adriana mostra como a misoginia compôs enquadramentos – conceito que a autora recupera de Judith Butler (2020) – bem específicos na apresentação das governantes ao público leitor dos jornais em questão.

O texto de Ivo Dias Alves sistematiza alguns dos elementos importantes para a produção de etnodocumentários, ou seja, documentários em audiovisual produzidos a partir de imersões de pesquisa etnográficas situadas localmente, com o acompanhamento e o registro cotidiano de diferentes acontecimentos. Ele apresenta metodologicamente como esses documentários podem ser produzidos, recuperando alguns dos expoentes da tradição de pesquisa etnográfica e audiovisual, na Antropologia. E, finalmente, conclui apresentando a sua proposta de produção de um etnodocumentário no contexto de sua pesquisa de doutorado em Ciências Sociais, em desenvolvimento na Unicamp com apoio do Labirinto, com a equipe multiprofissional que compõe o quadro de cuidados paliativos em um hospital dedicado ao tratamento de crianças com câncer.

Por fim, a terceira parte “Escrita Criativa”, reúne capítulos que tensionam os formatos tradicionais da pesquisa, escrita e produção acadêmica.

A seção começa com um texto-tutorial para a organização dos dados digitais de pesquisa. Resultado da própria experiência com a

sua pesquisa de doutorado e muitas oficinas ofertadas sobre o tema, Clarissa Reche Nunes da Costa oferece às(aos) leitoras(es) um passo a passo para “construir um caderno de campo hiperlinkado e projetar estruturas de organização de dados digitais”. É um texto para quem gosta de compor com as ferramentas digitais de pesquisa e experimentar análises visuais, grafos, constelações e conexões entre os resultados de pesquisa. Para segui-lo, é preciso ao mesmo tempo disciplina e dedicação (para aprender e sistematizar as informações que precisam ser organizadas), e também desejo (de ter e ver a pesquisa melhor organizada, e arriscar algumas análises com apoio dos softwares). O texto se debruça especificamente sobre o *Obsidian*, software gratuito e de código aberto, utilizado pela autora em sua pesquisa de doutorado em Ciências Sociais, na Unicamp, concluída em 2024. Seguir o passo a passo pode ser uma excelente ferramenta para encontrar conexões que não estão evidentes, além de oferecer um repositório autônomo e ativo dos dados de pesquisa.

Já Fernanda Mariath e Luis Philipe Nagem Lopes nos apresentam um texto em forma de conversa! Ambos farmacêuticos em (des) caminhos interdisciplinares, Fernanda no mestrado em Divulgação Científica e Cultural na Unicamp e Luis no Doutorado em Saúde Coletiva no Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IMS/UERJ), nos presenteiam com as cartas-diários que trocaram sobre suas pesquisas entre Campinas e Rio de Janeiro, via áudios de *WhatsApp* e encontros de pesquisa. Eles nos contam sobre dilemas, escolhas, problemas e soluções que os pesquisadores de pós-graduação frequentemente enfrentam, através de uma conversa permeada pela amizade e apoio mútuo nos processos de escrita. Utilizam como metáfora para falar sobre sua formação na pós-graduação a própria forma farmacêutica, defendendo que seus processos de pesquisa foram como “sair do invólucro farmacêutico para agir como um fármaco ativo”, o que implicou que ambos se situassem politicamente como pesquisadora e pesquisador. Esse capítulo é publicado através de uma

publicação em texto (impresso e digital), mas também como um áudio em formato de *podcast*, que foi (re)gravado pelos autores e pode ser escutado no site do Labirinto (6).

Humberto Manoel de Santana Jr. nos conta como sua tese de doutorado em Ciências Sociais, defendida na Unicamp em 2021, foi um acerto construído com as Pombogiras, entidades com as quais desenvolveu sua pesquisa. Nesse processo, no qual não somente o cânone pesquisador *versus* interlocutor é invertido, Humberto nos mostra como a sua participação como ogã, e com o tocar dos atabaques nas giras, foi fundamental para entender os encontros e composições das giras, e da tese. Nesse sentido, compreender a polissemia e conexões dos “acertos” foi fundamental. O texto também inova e subverte ao sugerir que, ao contrário do congelamento do tempo que a escrita supostamente implica, os movimentos de acertos e composições com as Pombogiras seguem presentes e atualizados mesmo após a conclusão da tese.

Beatriz Klimeck fala sobre seu processo de escrita autoetnográfica sobre sua experiência como divulgadora científica durante a pandemia da Covid-19, no projeto “Qual Máscara?”, desenvolvido no *Instagram*. Recuperando a metodologia de uma escrita situada na própria experiência corporificada, e em primeira pessoa, que a Antropologia organizou em torno da ideia da “autoetnografia”, Beatriz situa também as(os) leitoras(es) de outras áreas acerca do tipo de pesquisa que constitui a própria etnografia, mais usualmente desenvolvida em pesquisas da área. Ela fala sobre suas dificuldades em revisitar o tema da pandemia, os registros que ficaram em seu arquivo pessoal, no perfil do *Instagram* com o qual trabalhou, na época, o trauma coletivo do isolamento e a ausência de políticas públicas de proteção à população no Brasil.

Finalmente, Janaina de Araujo Moraes fala sobre os desafios metodológicos em se produzir conhecimento sobre menstruação

“sendo um corpo que sangra”. Para tanto, recupera sua experiência de Doutorado em Ciências Sociais desenvolvido na Universidade Federal de Juiz de Fora (MG), na qual tratou sobre “a medicalização da menstruação e as práticas de resistência tais como a arte menstrual, a Terapia Menstrual e a Ginecologia Autônoma, Política e Natural”. Assim como o texto anterior, de Beatriz Klimeck, Janaina discute como engajamento, envolvimento e vulnerabilidade são desafios para enfrentar no processo de pesquisa e escrita. Assim, desenvolvendo um diálogo com a vulnerabilidade na escrita, proposta por Ruth Behar (1996) o texto traz uma contribuição para a defesa da validação de uma escrita científica “orientada pela subjetividade, por um saber localizado, encarnado, corporificado, de uma pesquisadora que se emocionou, envolveu e deixou-se afetar pelo campo”.

Este é um convite para habitar a pesquisa de maneira sensível, aberta a encontros, desvios e imprevistos. Ao invés de oferecer um modelo fechado de investigação, propomos aqui um conjunto de caminhos possíveis, rotas que podem ser atravessadas, modificadas e reinventadas a cada leitura e a cada nova pesquisa.

Em muitos momentos, a pesquisa em pós-graduação pode parecer um labirinto sem saída. Esperamos com este livro propor caminhos possíveis, mostrando a partir da experiência do nosso laboratório que estar junto e inventar novos caminhos metodológicos pode ser uma forma positiva de concluir pesquisas, mesmo em um contexto de grande pressão produtivista e política, de um esgotamento criativo e futuros incertos. É preciso enfrentar o desafio de criar algo novo e forte diante dos modelos acadêmicos convencionais, e que estejam além dos processos de escrita mediados por softwares de escrita generativa por “inteligência artificial”. Não é uma tarefa fácil.

Somente a escrita politicamente situada e ancorada em experiências humanas e mais-que-humanas faz sentido no presente cenário, e ainda é preciso recanonizar a produção científica a partir deste outro lugar. Esperamos que esse conjunto de textos, que reflete uma série de incursões interdisciplinares de pesquisa, abertas à criatividade e inovação na forma e no conteúdo, e construindo várias outras possibilidades modais, ou multimodalidades, contribua para pensar novos modos de fazer e contar nos labirintos da pesquisa.

LINKS

- (1) <https://www.labirinto.labjor.unicamp.br/>
- (2) <https://biografiariopiracicaba.com.br/>
- (3) https://www.youtube.com/watch?v=ek_ENbsiaRE&t=781s&pp=ygUZA3Jp-cyBoZXJpayB0cmFuc3BsYW50YW5kbw%3D%3D
- (4) <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistaanthropologicasvisual/article/view/260576>
- (5) <https://youtu.be/S05FvZcMhfg?si=pHacSSdddw1LJNdc>
- (6) <https://www.labirinto.labjor.unicamp.br/a-forma-farmaceutica-em-perspectiva-cartas-diarios-como-modos-de-fazer-ciencia-feminista/>

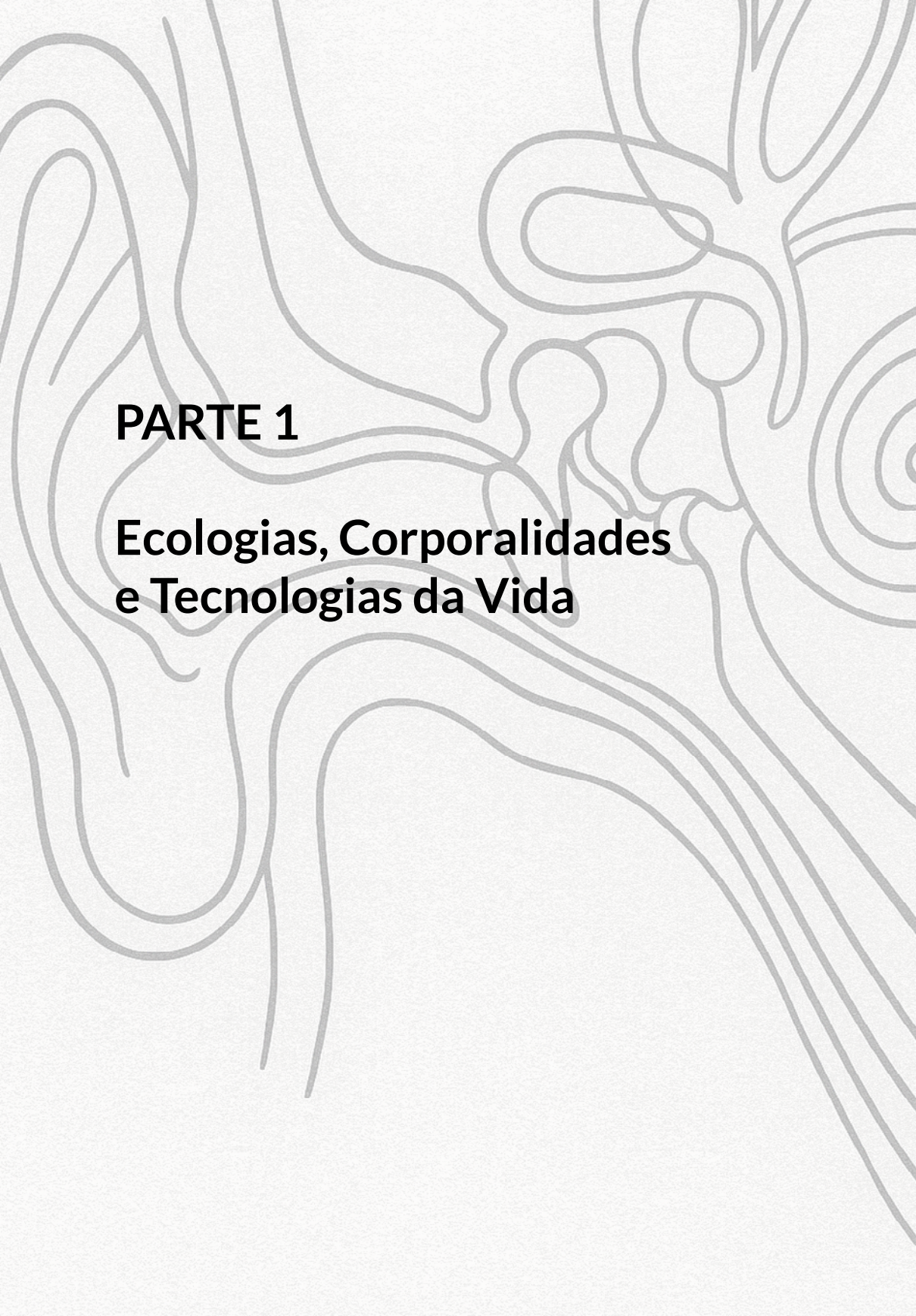
REFERÊNCIAS

BEHAR, Ruth. **The Vulnerable Observer: Anthropology That Breaks Your Heart**. Boston, MA: Beacon Press, 1996.

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra: Quando a vida é passível de luto?** Tradução de Sérgio T. N. Lamarão e Arnaldo M. da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

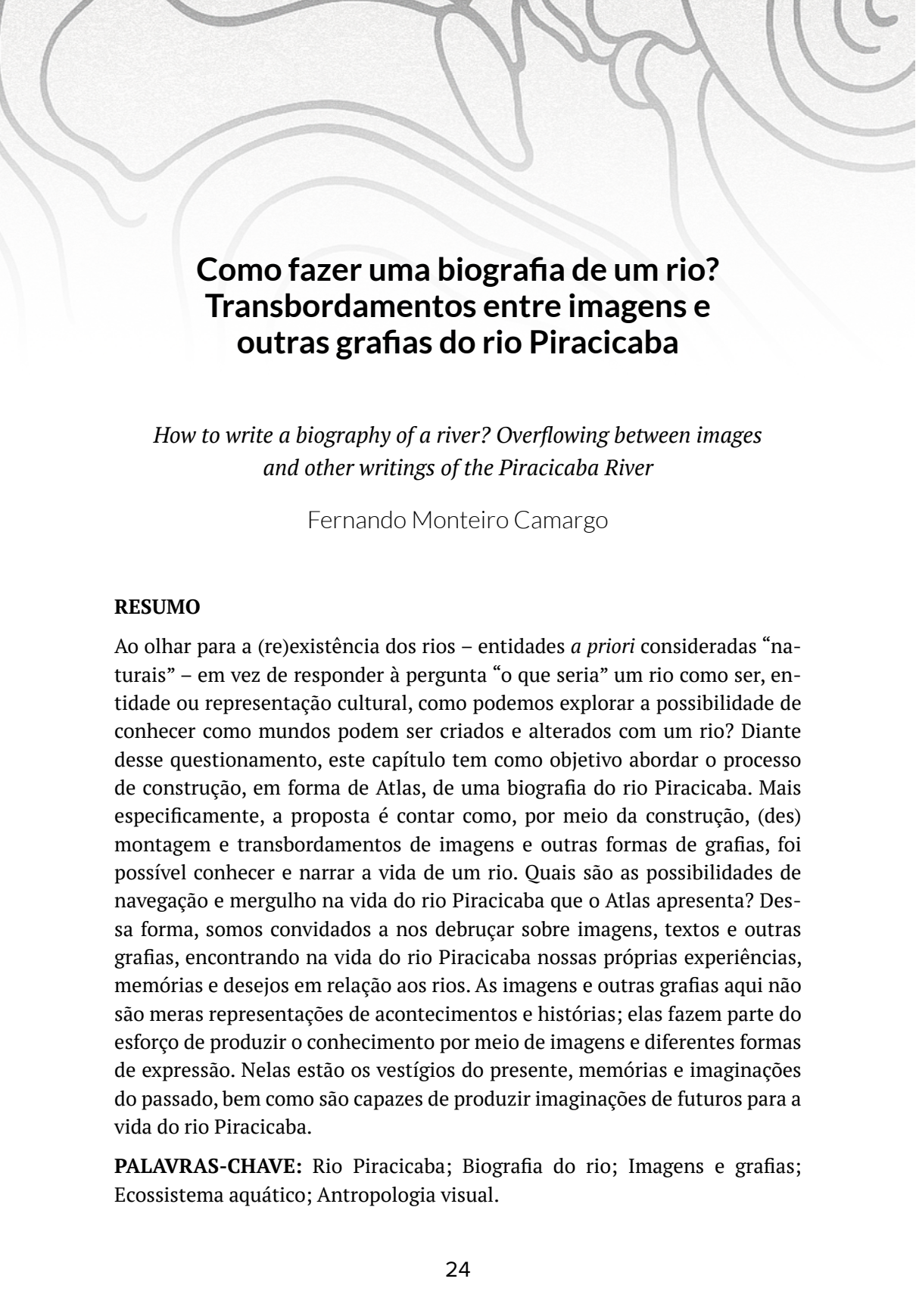
RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Editora Letramento, 2017.

STENGERS, Isabelle. Reativar o animismo. Tradução de Jamille Pinheiros Dias. **Cadernos de Leituras**, n. 62, p. 1-15, 2017.

The background of the page is a light grey color. It features a series of thick, wavy, grey lines that flow across the page, creating a sense of movement and organic form. On the right side, there is a faint, stylized profile of a human face, looking towards the left. The lines of the face are integrated with the overall wavy pattern of the background.

PARTE 1

Ecologias, Corporalidades e Tecnologias da Vida



Como fazer uma biografia de um rio? Transbordamentos entre imagens e outras grafias do rio Piracicaba

*How to write a biography of a river? Overflowing between images
and other writings of the Piracicaba River*

Fernando Monteiro Camargo

RESUMO

Ao olhar para a (re)existência dos rios – entidades *a priori* consideradas “naturais” – em vez de responder à pergunta “o que seria” um rio como ser, entidade ou representação cultural, como podemos explorar a possibilidade de conhecer como mundos podem ser criados e alterados com um rio? Diante desse questionamento, este capítulo tem como objetivo abordar o processo de construção, em forma de Atlas, de uma biografia do rio Piracicaba. Mais especificamente, a proposta é contar como, por meio da construção, (des)montagem e transbordamentos de imagens e outras formas de grafias, foi possível conhecer e narrar a vida de um rio. Quais são as possibilidades de navegação e mergulho na vida do rio Piracicaba que o Atlas apresenta? Dessa forma, somos convidados a nos debruçar sobre imagens, textos e outras grafias, encontrando na vida do rio Piracicaba nossas próprias experiências, memórias e desejos em relação aos rios. As imagens e outras grafias aqui não são meras representações de acontecimentos e histórias; elas fazem parte do esforço de produzir o conhecimento por meio de imagens e diferentes formas de expressão. Nelas estão os vestígios do presente, memórias e imaginações do passado, bem como são capazes de produzir imaginações de futuros para a vida do rio Piracicaba.

PALAVRAS-CHAVE: Rio Piracicaba; Biografia do rio; Imagens e grafias; Ecossistema aquático; Antropologia visual.

ABSTRACT

When looking at the (re)existence of rivers—entities that were previously considered ‘natural’—instead of answering the question ‘what would a river be’ as a being, entity, or cultural representation, how can we explore the possibility of understanding how worlds can be created and altered by a river? In light of this question, this chapter aims to address the process of constructing, in the form of an Atlas, a biography of the Piracicaba River. More specifically, the proposal is to tell how, through the construction, (de)construction, and overflow of images and other forms of writings, it was possible to understand and narrate the life of a river. What are the possibilities for navigating and diving into the life of the Piracicaba River that the Atlas presents? In this way, we are invited to immerse ourselves in images, texts, and other writings, finding in the life of the Piracicaba River our own experiences, memories, and desires in relation to rivers. The images and other writings here are not mere representations of events and stories; they are part of the effort to produce knowledge through images and different forms of expression. Within them are the traces of the present, memories, and imaginings of the past, as well as the potential to produce imaginings of the future for the life of the Piracicaba River.

KEYWORDS: Piracicaba River; River biography; Images and writings; Aquatic ecosystem; Visual anthropology.

Parafraseando Tim Ingold (2012), onde termina o rio e começa o resto do mundo? A margem do rio, por exemplo, é parte do rio? Se eu olhar para uma margem e a observar mais de perto, constatarei que ela é habitada por várias criaturas que lá fizeram suas casas. Serão elas parte do rio? E o musgo que cresce nas pedras do rio, ou as plantas aquáticas que moram/flutuam em suas águas? Se decidirmos que os peixes que vivem em suas águas pertencem ao rio tanto quanto a própria água, então não há razão para excluirmos seus outros moradores, inclusive capivaras, patos, pássaros, insetos, pescadores, fantasmas etc. Se considerarmos que o carácter desse rio também está em suas reações às alterações no modo como seu leito, suas margens, seus habitantes respondem ao movimento de vazão, então poderíamos nos perguntar: o que é rio, e o que é não rio? Tudo é rio?

Ao olhar para a (re)existência dos rios – entidades *a priori* consideradas “naturais” – em vez de responder à pergunta “o que seria” um rio como ser, entidade ou representação cultural, como podemos conhecer como mundos podem ser criados e alterados com um rio? Diante desse questionamento, este capítulo¹ tem como objetivo abordar o processo de construção, em forma de atlas, de uma biografia do rio Piracicaba. Mais especificamente, conto aqui como, por meio da construção, (des)montagem e transbordamentos de imagens e outras formas de grafias, foi possível conhecer e narrar a vida de um rio. Quais são as possibilidades de navegação e mergulhos que um atlas apresenta?

É importante dizer que, na pesquisa, o atlas-biográfico do rio Piracicaba não foi apenas um produto final, mas uma ferramenta metodológica e conceitual que relaciona imagens, ideias, conceitos, experiências, buscando a produção de um conhecimento visual e sensível por imagens.² Encaro a biografia como um processo interpretativo e relacional que não narra vidas individuais de forma linear, mas as inscreve em contextos sociais, culturais e políticos, articulando singularidades e coletivos, memórias e discursos. Assim, o processo de (des)montagem para a produção do “atlas-biográfico do rio Piracicaba” é um ato de desconstrução de outras narrativas, que desestabiliza certezas e, ao mesmo tempo, abre espaço para novas narrativas, leituras e composições, criando novos sentidos e conexões com e entre imagens, textos e outras grafias.

A confecção de uma biografia em forma de atlas foi um ponto de partida para a pesquisa. Ao adotar essa forma, influenciei tanto a organização dos materiais quanto a formulação dos objetivos, das per-

1 Este capítulo é uma adaptação de parte do texto de minha tese de doutorado, defendida em 2023 no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). A pesquisa foi orientada por Daniela Tonelli Manica e realizada com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico–CNPQ (140504/2018-4) (Camargo, 2023).

2 O Atlas biografia do rio Piracicaba está disponível em: <https://biografiariopiracicaba.com.br/>

guntas, dos aspectos que priorizei na observação, e até mesmo das produções visuais e textuais que realizei. Essa escolha permitiu-me olhar para o campo a partir de uma lente criativa, preocupando-me em criar algo que dialogasse com a própria forma de expressão da pesquisa e do rio. Foi uma escolha intencional que direcionou minhas práticas e me desafiou a pensar em formatos não convencionais de produzir e compartilhar conhecimento.

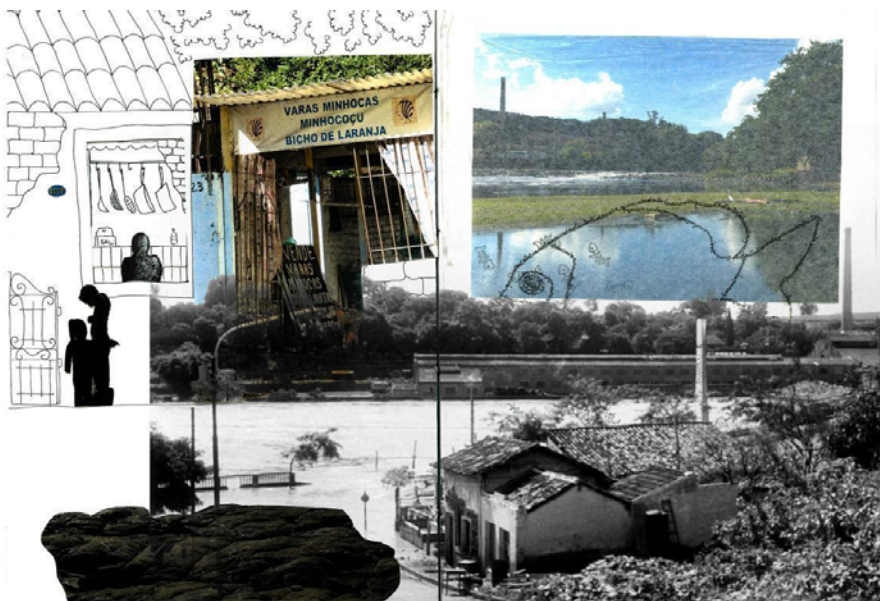
Incluir o atlas como “forma de fazer” desde o início estabeleceu um procedimento metodológico distinto de uma etnografia “desinteressada” ou exclusivamente orientada para uma monografia linear. Essa decisão tornou o processo mais intencional e, ao mesmo tempo, desafiou os limites tradicionais da etnografia, introduzindo um caráter experimental e criativo na pesquisa. O atlas, assim, não é apenas um produto final, mas uma ferramenta que orientou a investigação e propõe uma forma de pensar com o campo etnográfico.

Para atingir meu objetivo, optei por organizar o percurso narrativo deste capítulo a partir de como comecei a me relacionar com o rio Piracicaba, como ele se tornou um companheiro de pesquisa, e de que maneira compreendi a ideia de “vida do rio”. Compartilho também o processo de construção de uma biografia, o comprometimento em me comunicar com o rio e os caminhos que segui na pesquisa. Mostrarei como e por que trabalhei com imagens e outras formas de grafias, e como tudo isso foi entrelaçado para criar uma biografia do rio Piracicaba em formato de atlas.

Este texto é também, um convite a nos debruçarmos sobre imagens, textos e outras grafias (expressões da vida), encontrando nelas as nossas próprias experiências, memórias e desejos com os rios. Por esse motivo, as imagens e as outras grafias aqui não são meras representações de acontecimentos e histórias; elas fazem parte do esforço de produzir o conhecimento por meio de imagens e diferentes formas de expressão, a fim de criar novas experiências. Nas diversas

grafias estão os vestígios do presente, memórias e imaginações do passado, bem como são capazes de produzir imaginações de futuros para a vida do rio Piracicaba. A construção de uma biografia em forma de atlas (com imagens) é, portanto, uma possibilidade de (re)contar histórias, criar relações, imaginar futuros possíveis.

Figura 1 – Colagem “Varas e Minhocas” rio Piracicaba



Fonte: Montagem realizada por Fernando Camargo e Laura Lino a partir de imagens fotográficas da região da Rua do Porto, feitas por Fernando em 2016, desenhos por Laura em 2016 e fotografia s/d da região da Rua do Porto, disponível em arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba (IHGP).

...

Quando comecei a me relacionar com o rio Piracicaba, a partir do ato de pesquisar, procurei coletar documentos, imagens e outros materiais que contam sobre ele. Percorri a pé trechos de suas margens. Conversei com pescadores e moradores de seus arredores e que conhe-

cem de perto o temperamento de suas águas. Ouvi histórias e narrativas pessoais carregadas de afetos e, por que não, desafetos pelo rio. E, por fim, observei-o de cima de uma ponte, de sua margem esquerda e direita, de dentro de um barco ou então do alto de um mirante. Cabe dizer que esse movimento de iniciar uma pesquisa se assemelha muito com o aspecto turbulento das águas de um rio com corredeiras, como é o caso do rio Piracicaba.

No rio, as corredeiras fazem com que o fluxo acelere, criando movimentos rápidos e turbulentos na água. O declive acentuado do terreno faz com que a gravidade puxe a água com mais força aumentando sua velocidade e misturando o oxigênio na água, o que pode ser mais benéfico para alguns organismos aquáticos. Ao iniciar a pesquisa com o rio Piracicaba me senti nas corredeiras, seguindo por muitos caminhos, me perdendo na velocidade das informações, deixando que coisas escapassem no trajeto. O mergulho nessas águas pode ser perigoso, mas também pode ser um ambiente propício para criar novas relações, vidas, mundos e grafias.

As relações que estabeleci com o rio Piracicaba não foram construídas de forma calculada, racional, mas eu diria que são fruto de minhas experiências e respostas ao me sentir, muitas vezes interpelado por ele. Ou talvez sejam respostas do próprio rio, ao se sentir, muitas vezes, interpelado por mim. Afinal, durante a pesquisa, ele foi morar comigo em minha casa, por meio de diversos materiais, fragmentos encontrados em suas margens, meus textos, depoimentos de outras pessoas, imagens, sonhos e pensamentos. As paredes de minha casa, a mesa da cozinha, o chão da sala, todos os cômodos estavam repletos de rio Piracicaba (e mesmo após a conclusão do doutorado seus vestígios permanecem). Durante a pesquisa de doutorado ele passou a ser um companheiro quase que inseparável. Em alguns momentos nossas fronteiras existenciais estavam transbordadas, isto é, não era possível ver/perceber nossas margens – eu-rio. Passamos a existir nos fenômenos como entidades separadas com competências e responsabili-

dades distintas e não simétricas. Entretanto, as nossas vidas (minha, do rio e de todos os outros seres e mundos) estiveram e continuam entrelaçadas.

A ideia de vida do rio Piracicaba que trago neste texto é muito influenciada pela perspectiva de Tim Ingold (2011, 2012) que procura se afastar do conceito mais tradicional de ser vivo como oposição a seres não vivos. Para esse autor, a vida é uma paisagem contínua “enquanto capacidade geradora do campo englobante de relações dentro do qual as formas surgem e são mantidas no lugar” (Ingold, 2012, p. 27). Nessa perspectiva, entendo o rio Piracicaba não como um objeto, mas como um agregado de fios vitais, em que cada participante desse emaranhado tece um fio que se realiza por meio do mundo. Ingold (2011, p. 92) afirma que a ação no mundo não é somente o resultado de uma agência distribuída em torno da rede, mas, antes, emerge de um jogo de forças conduzido por meio de linhas de uma malha.

Dessa forma, tomo a vida do rio Piracicaba não como pontos isolados que estão conectados, mas como um emaranhado de linhas contínuas de crescimento e movimento (Ingold, 2011, p. 63). É desse emaranhado que é possível costurar narrativas biográficas que podem contar alguma coisa sobre o rio Piracicaba, mas que também podem fazer com que outros estabeleçam novas relações que se alteram continuamente. A vida do rio Piracicaba estaria, assim, na relação entre seres e mundos – mundos-outros-transbordados. Produzir uma biografia em forma de atlas é assim criar linhas de vida emaranhadas do rio Piracicaba. Isto é, permitir que se conte e que se faça vida com o rio Piracicaba.

...

Compor uma biografia é realizar um movimento/transbordamento a partir de diferentes elementos e modos narrativos, o que não significa apenas constituir um mosaico, justapondo elementos aleatórios, mas realizar o esforço de olhar, selecionar, cortar, reenquadrar, deslo-

car, associar, transbordar, imaginar e dispor de maneira a “fazer ver” entre realidades e possibilidades distintas dispostas pelo material biográfico (Bruno, 2019). Dessa forma, a partir de cada material que pesquisei acabei costurando pistas, informações, lembranças e minha função, diante disso tudo, foi a de as (re)colocar em novas relações, elaborando diversas mediações entre tudo que encontrei. Isso significa passar por processos de escolhas políticas. Meu desafio foi o de unir, colocar lado a lado, sobrepor coisas muito variadas, aparentemente desconexas, numa tessitura que lhes conferisse um enredo, uma trama, afetamentos (Silva, 2019, p. 405).

Cabe destacar que a intenção biográfica assumida nesta pesquisa permite a construção de uma narrativa etnográfica (Kofes, 2001) que rompe com a ideia de uma etnografia apenas como descrição excessiva de fatos vivenciados. A construção da narrativa em forma de atlas parte de escolhas teóricas e metodológicas, mas também políticas, uma vez que são tentativas de apreender aspectos de experiências e relações que inicialmente fogem das formas de análise mais convencionais na antropologia. Refletir com o rio Piracicaba a partir de uma perspectiva biográfica impõe seguir o emaranhado de linhas que revelam relações entre modos de existência a partir da compreensão e comunicação com seus modos de expressão. No caso dos rios, a partir do transbordamento, da instabilidade que a materialidade do meio aquoso proporciona.

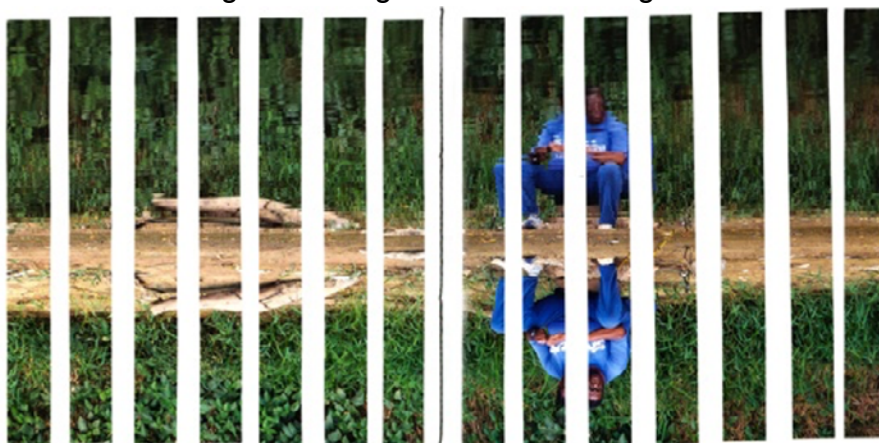
Esse movimento em direção à comunicação com os rios é um primeiro desafio, uma vez que podemos dizer que nossa perspectiva acadêmica, desde o local em que escrevemos e teorizamos, baseia-se numa “perspectiva da terra”. A partir de um movimento etnográfico com o rio, a materialidade desse terreno “sólido”, da vida acadêmica, que em certa medida, nos proporciona uma sensação de estabilidade, se desestabiliza, encharca, vaza, transborda. Para pensar com o rio é preciso, antes de tudo, perceber e reconhecer que existem mundos para além daqueles terrestres e que existem expressões de mundos

para além daquelas percebidas desde a terra. Diante disso, é necessário sentir a partir da instabilidade que o meio aquoso nos proporciona, num movimento de deixar-se contaminar pela instabilidade dos rios (Krause, 2019).

Krause (2019) provoca a reflexão de que para pensar com o rio é preciso reconhecer as materialidades específicas daquilo que o autor denomina heterotopias aquáticas e, também, as maneiras pelas quais a água pode engendrar certas formas sociais e políticas. O caminho é prestar atenção às miudezas dos rios e suas relações, de forma que nos ajude a proporcionar:

um novo olhar sobre nossos pressupostos terrestres e identificar problemas e pontos obscuros em nossos modos de pensar [...] lembrando a nossos pares e a nós como as coisas podem ser diferentes e quão estranhas são, de fato, muitas das verdades inquestionáveis em nossos mundos (Krause, 2019, p. 93, tradução minha).

Figura 2 – Colagem “Pescador na margem”



Fonte: Montagem realizada por Fernando Camargo e Laura Lino a partir de imagem fotográfica da região da Rua do Porto de 2016.

O que aprendi com o rio Piracicaba é que, para “conversar” com os rios, precisamos permitir tornar nossa reflexão lenta, perceber a materialidade das águas, acompanhar o movimento do rio, apreender com seus fluxos e transbordamentos, compreender suas dinâmicas em períodos de cheia e seca; precisamos sobretudo descrever como é estar à tona, em vez de ancorados. E é igualmente fundamental ter em mente que diferentes tipos de rios podem oferecer perspectivas diferentes em situações diferentes, ou seja, diferentes águas e hidrovias produzem diferentes perspectivas. Isso significa:

que não é possível recuperar uma condição original, mas fazer da nascença constante nosso modo metamórfico de viver e pensar, que não é possível reaver um território existencial que se encontraria pressuposto desde o início, nem regenerar seu caráter supostamente real e verdadeiro, mas seguir proliferando modos de existência particulares que desafiam qualquer modelo de verdade e resistam a qualquer vontade de julgamento (Dias; Wiedemann, 2017).

A partir das diversas narrativas *do* e *com* o rio Piracicaba, no movimento de biografar o rio, falo não apenas de um percurso geográfico por onde as águas passam, mas de um rio condutor de relações e assombrações com pessoas, animais, plantas, políticas, instituições etc. Um rio que vai para além de sua calha, que desborda de suas margens encharcando territórios, e que, se estivermos dispostos, nos provoca novas experiências. Ao assumir a biografia do rio a partir das múltiplas narrativas, relaciono a elas a noção de uma experiência, uma experiência-rio de transbordamento, da instabilidade das águas, do mergulho profundo, da correnteza etc., que se revela como estrutura, conectando momentos distintos em sua expressão (Kofes, 2015).

Ao reivindicar as narrativas biográficas como experimentação, e não como depoimentos ou documento antropológico, Suely Kofes (2015) aproxima-se da ideia de experiência em Turner (1982), que con-

sidera que a experiência não é empiricamente observável. Nessa perspectiva, “a expressão da experiência (a experiência narrada) conectaria eventos e afecções, incorporando e germinando significações e valores” (Kofes, 2015, p. 35). Dessa forma, a narrativa biográfica em forma de atlas permite provocar experiências a partir da expressão de uma experiência com o rio Piracicaba.

...

Ao pensar em construir uma biografia para o rio Piracicaba, uma das primeiras perguntas com que me deparei foi: “Onde começaria e terminaria uma narrativa biográfica do rio Piracicaba?”. E esse questionamento passou a me assombrar ao longo de toda a pesquisa: “Mas afinal, o que é o rio?”. É claro que não existe uma única resposta para essa pergunta, mas ela é boa para pensar. Isso porque, na medida em que me proponho a percorrer a singularidade do rio – aquilo que eu descubro e construo como rio Piracicaba –, acabo colocando em jogo a multiplicidade de mundos que são disputados em sua biografia.

E foi, talvez ingenuamente, na expectativa de dar conta de uma totalidade percorrendo o rio Piracicaba que acabei buscando incessantemente por elementos que poderiam delimitar de onde eu partiria e até onde eu iria com a pesquisa – Qual seria o limite a ser percorrido? Claro que estabelecer cortes é fundamental para a execução da pesquisa, entretanto, no início, esse pensamento estava mais ligado a uma noção de biografia “tradicional” – a cronológica – que a concebe como narração de fatos particulares das fases da vida, organizados em ordem dos acontecimentos, desde uma origem até um término, e que acabam constituindo um todo.

Mas, como já mencionado, não é essa a ideia de biografia que carrego no meu modo de fazer pesquisa. No entanto, quando comecei a pesquisa com o rio Piracicaba, era ela que me contaminava. E acho importante trazer essa ideia aqui para pensar meu começo de pesquisa

e, a partir disso, as possibilidades de percursos desenhados nessa etnografia. Posso dizer que comecei tal como o personagem Juca Sabão, de Mia Couto (2002, p. 61), em *Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra*:

Recordo aquela vez em que [Juca] Sabão se encomendou de uma expedição: queria subir o rio até à nascente. Ele desejava decifrar os primórdios da água, ali onde a gota engravida e começa a missanguear do rio. Juca Sabão muniu-se de mantimentos e encheu a canoa com os mais estranhos e desnecessários acessórios, desde bandeiras a cornetas. Demorou umas tantas semanas. Regressou e fui o primeiro a recebê-lo, nas escadas do cais. Olhou-me, cansado, e disse:

— O rio é como o tempo!

Nunca houve princípio, concluía. O primeiro dia surgiu quando o tempo já há muito se havia estreado. Do mesmo modo, é mentira haver fonte do rio. A nascente é já o vigente rio, a água em flagrante exercício.

O caminho foi desenhar as relações entre o que compõe a vitalidade do rio Piracicaba, puxando fios que podem contar histórias e coisas, provocando conversas e/ou produzindo afetos. São muitas as possibilidades de narrativas sobre o nascimento do rio e, a depender de onde partem, contam histórias diferentes. Procurei compor com o rio nascimentos que permitam aprender formas de existência que possam produzir resistências ao mundo danificado, “inspirar nossas escolhas sobre o lugar em que queremos viver” (Krenak, 2020, p. 24). Em minha pesquisa a ideia de “bio” segue sendo importante, uma vez que permitiu a mim compor a etnografia. Isso porque entendo ela como expressão da minha experiência biográfica com o rio. Uma experiência mediada pelas câmeras fotográficas, celulares, desenhos, computadores, agenciamentos que me permitem compor uma certa escrita sobre a vida

– bio-grafia. Além disso, com essa intenção biográfica da pesquisa procuro permitir que novas vidas se emaranhem e sejam compartilhadas.

A maioria das referências encontradas sobre rios está relacionada à sua utilização como recurso hídrico, para satisfazer às necessidades “humanas”. Ao contrário disso, tenho contado as histórias, não com o objetivo de reabilitar o rio para continuar servindo como recurso. Isso seria seguir propondo “alternativas infernais” (Pignarre; Stengers, 2005) que prendem a vida do rio Piracicaba em algo que seja “útil”.

É levando a sério aqueles mundos-outros-transbordados do rio Piracicaba que se faz necessário pensar em metodologias que permitam ampliar relações e que se façam a partir de diferentes modos de conhecimento. Para isso, entendo que uma pesquisa etnográfica que incorpore diferentes formas de conhecer o mundo dá-se a partir de um engajamento corporal que resgate o visual (o imagético) como sentido parcial e corporificado (Haraway, 2009). Conforme aponta Marco Antonio Gonçalves (2016, p. 20), “do ponto de vista da etnografia, a imagem é apreendida de modo que revele que, desde que a imagem é imagem, ela é sempre situada num olho, num corpo, numa cultura, numa concepção estética”. Dessa forma, a produção imagética abre para possibilidades de construir a experiência do encontro além de permitir uma via mais fértil ao imaginário (Barbosa *et al.*, 2016).

A partir da urgência em reativar práticas que nos permitam dialogar com esses mundos-outros-transbordados e diante das possibilidades que a produção imagética oferece na pesquisa etnográfica, foi fundamental fazer com que o texto escrito, modo de expressão tradicional das ciências humanas, transbordasse, cada vez mais, para outras expressões, como o desenho, a fotografia ou, até mesmo, uma composição de imagem que escoasse da fotografia para o desenho e vice-versa. As experimentações visuais envolvem a utilização de desenhos e fotografias como produção de um conhecimento corporificado multissensorial.

Considero, portanto, que as imagens e as diferentes grafias como experimentação multissensorial na pesquisa antropológica impõem esforços de investigação e utilização das imagens como um modo de conhecimento e pensamento (Bruno, 2019), e não como ilustrações ou anexos da pesquisa. Busco nelas, ou com elas, soluções metodológicas para lidar com as problemáticas, aproximando-me, portanto, de uma “antropologia gráfica” (Ingold, 2012) que volta a interessar-se pelas imagens como método e forma analítico-antropológica, localizando-a como um modo de pensamento atrelado ao “fazer”.

O esforço de recorrer à fotografia, ao desenho e ao desbordamento do texto em imagem, como modo de expressar, testemunhar, duvidar as experiências com o rio Piracicaba, teve como objetivo deslocar esta pesquisa para um lugar não convencional, aproximando-se daquele ponto de vista do transbordamento, da instabilidade, do mergulho, da correnteza. Tal como o rio, o trabalho com imagens exige respeitar outras temporalidades.

Figura 3 – Colagem “Divino”



Fonte: Montagem realizada por Fernando Camargo e Laura Lino a partir de imagens fotográficas da região da Rua do Porto, feitas por Fernando em 2016 e desenhos por Laura em 2016.

No movimento de construção de uma biografia do rio Piracicaba, recorri a uma ideia de atlas. Essa foi a maneira que encontrei para romper com a forma mais tradicional de se contar uma biografia, aquela escrita em terceira pessoa, contada por um escritor que não participa dos eventos narrados, que obedece a uma ordem cronológica dos fatos vivenciados na vida de uma pessoa e procura dar conta de uma totalidade. Era essa a forma mais tradicional que insistia em me incomodar durante todo o processo de pesquisa e que acabava me tirando o sono. A pesquisa e sua grafia em forma de atlas é, portanto, a expressão de minha experiência com o rio Piracicaba atravessada por outras experiências e expressões. Ele é, ao mesmo tempo, a vida do rio Piracicaba e suas expressões desbordadas em relações. E a ideia é que outras pessoas possam experimentar essa vida do rio e compor novas relações.

A construção de imagens durante o processo de pesquisa foi fundamental para viabilizar o atlas, uma vez que a vida e a materialidade do rio exigiram compor a biografia com outras formas de expressão. Como citado anteriormente, o meio de vida aquoso do rio Piracicaba impôs alguns desafios que, para mim, foram possíveis de enfrentar por meio das imagens. Isso significou acompanhar o movimento do rio, aprendendo e expressando seus fluxos e transbordamentos. Posso dizer que a construção das imagens durante a pesquisa permitiu experimentar e experimentar a vida com o rio Piracicaba em suas múltiplas dimensões.

As imagens que construí ao longo da pesquisa são formas de pensar *com* o rio Piracicaba. Elas me ajudaram a mergulhar em sua vida e a expressar esse encontro. Algumas das imagens foram construídas antes do texto escrito, outras vieram depois – num movimento que em alguns casos partiram (e escorreram) das imagens para o texto e em outros casos partiram (e escorreram) dos textos para as imagens; um transbordamento dos textos em imagens e das imagens em textos. Identifico esse processo parecido com o que acontece na construção

de etnografias. Processos que em alguns momentos escoam das experiências do pesquisador para a etnografia e em outros momentos da intenção etnográfica do pesquisador para as experiências. Um movimento de transbordamento da vida e de suas expressões.

Quero destacar aqui que o atlas traz um modelo temporal que nos convida a refletir sobre um tempo – fora do tempo dito histórico e cronológico, um tempo fantasmal – que habita diferentes temporalidades (Santos, 2019, p. 16-17). Dessa forma, o atlas impõe rigorosos “atos” e “movimentos” (corporais) de trabalho. As imagens não são meramente objetos ou registros, mas “entidades simbólicas” que exigem um tempo especial de dedicação. Se no dispositivo tradicional de biografia o ritual de memória é constituído para narrar e conhecer uma história, o dispositivo do atlas supõe a experiência de “ver” e “experimentar” visualmente imagens para saber algo (que podem ser histórias, mas também podem ser relações, formas etc.) (Bruno, 2019, p. 14-15). É um processo de recolocar em relação e de permitir a imaginação.

Foram as vidas dos materiais que encontrei durante a pesquisa e a expressão dessas vidas que me permitiram a construção, criação e imaginação de novas histórias, novas relações e novas composições de vidas e grafias. Um desafio imposto foi o de como dispor esse material para fazer ver por entre as realidades reveladas por cada um deles. Para enfrentar esse desafio imposto pelos materiais coletados durante a pesquisa, criei, a partir deles, alguns verbetes. Para mim, os verbetes são como as estrelas de Walter Benjamin (2006), brilhos mais intensos, fios emaranhados em nós, relações em que foi possível ver e fazer ver a vida do rio Piracicaba acontecendo. Cada verbete é composto por uma imagem principal, um texto, uma vídeo-instalação e um carrossel de imagens.

As imagens principais de cada verbete foram construídas a partir de outras imagens, algumas que fotografei, outras que encontrei no arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba (IHGP), ou ain-

da outras desenhadas por Laura Lino (minha companheira de vida). Cada processo de construção de cada imagem principal foi realizado de uma forma particular. Foi fotografando, selecionando, imprimindo, cortando, montando sobre o papel, escaneando, desenhando, sobrepondo-as a outras imagens que elas surgiram.

Os verbetes estão acompanhados de pequenas vídeo-instalações que construí a partir de algumas imagens impressas que fiz do rio Piracicaba. Minha intenção era observar como o rio se comportava diante dessas imagens. Ante a pergunta “O que acontece no encontro dessas imagens com o rio?”, levei as imagens para as margens do rio Piracicaba. A partir das imagens impressas, produzi novas imagens, transbordadas do papel para a tela, da experiência da vida das imagens e do rio para outras expressões. Além das imagens principais e das vídeo-instalações, cada verbete é acompanhado de um carrossel de imagens. Nele é possível ver outras imagens que construí durante a pesquisa.

Após esse movimento de construção dos verbetes (com textos-imagens, imagens-textos) a partir da visualização, no ato de me debruçar na criação e imaginação de narrativas, foi possível construir constelações de imagens que permitem enxergar algumas relações da vida do rio Piracicaba. Ao dar nome às constelações não procuro criar uma categoria fixa, mas dar entendimento às composições a aproximações entre os verbetes. Os verbetes tornaram visíveis as possibilidades de agrupamentos (constelações), ali onde a vida transborda, onde os mundos se (des)encontram. É na relação que é possível ver a biografia do rio Piracicaba.

Essas constelações permitem navegar de um verbete para outro. Formam aqueles emaranhados mais intensos, em que as histórias, elementos e entidades se encontram. Foram quatro constelações de imagens, compostas com verbetes que se relacionam, mas poderiam ser muito mais a depender do tempo que dedicamos para nos debru-

çarmos sobre essas imagens. Em Benjamin (2006), as ideias se relacionariam com as coisas assim como as constelações se relacionariam com as estrelas. Diante disso, a ideia de constelação seria uma ferramenta de um método em que as coisas seriam análogas às estrelas, fenômenos particulares que, inseridos em uma classificação, por meio de conceitos mediadores, concretizariam ideias, como operadores do conhecimento e tendo como função o entendimento (Velloso, 2018, p. 102).

As constelações são modos de expressão das relações íntimas do rio Piracicaba, construídas a partir dos materiais encontrados e das relações que eu mesmo estabeleci com e entre os materiais. A construção de cada constelação foi realizada a partir da visualização dos verbetes num processo artesanal de dispor o material sobre a mesa, selecionar, recortar, encontrar vestígios e relações entres cada verbete.

O processo foi bastante desafiador, pois as imagens, as histórias e narrativas pareciam escapar da construção de cada verbete e, num primeiro momento, atrapalhavam-me na construção da biografia. Entretanto, com o tempo fui percebendo que era preciso prestar atenção ao transbordamento. Nas repetições de palavras e imagens, expressões do rio. Eram essas relações, por meio de suas grafias, que desbordavam de um verbete para o outro, que possibilitavam a formação das constelações. O resultado desse processo foi perceber que a vida do rio Piracicaba desbordava de verbete a verbete. Foi a partir desses transbordamentos visíveis que foi possível criar as constelações. Elas são, sobretudo, agrupamentos das narrativas que se contaminam, que borram suas fronteiras, que nos fazem escorregar na margem e mergulhar na vida do rio Piracicaba.

As linhas que ligam cada verbete dentro da constelação foram pensadas na construção de cada imagem. Quando mais curtas, representam relações de maior proximidade, quando mais longas, representam as relações um pouco mais distantes. Isso não quer dizer

que uma constelação não pode se relacionar com um verbete de outra constelação. Claro que isso pode e deve acontecer, afinal, estamos falando da vida do rio Piracicaba. A visualização de sua vida nos termos de constelação possibilita uma relação específica com ele. São escolhas sobretudo políticas, que fazem aparecer vestígios dessa vida e possibilitam contar e compor novas histórias.

A ideia foi oferecer uma metodologia de composição, uma forma de contar uma história e possibilitar novas relações. E é fascinante ver que toda vez que conto uma de minhas histórias com o rio Piracicaba, alguém manifesta um afeto por ele ou por outros rios que passaram por suas vidas. Desde um ponto de vista da instabilidade das águas, as constelações são possibilidades para se contar essas histórias, provocar memórias, produzir afetos, compor com as diferentes formas de vida que, por algum motivo, se encontraram.

Descrevo a seguir as quatro constelações criadas a partir da visualização dos verbetes, respectivamente, *Comunicação*, *Controle*, *Assombração* e *Transbordamento*.

Em *Comunicação*, conecto as narrativas que de alguma forma criam uma relação de diálogo e negociação com o rio Piracicaba. São eventos que, para existirem de alguma maneira, dialogam com o rio estabelecendo limites, trocas, combinados. É importante destacar que esse tipo de relação nem sempre é harmoniosa. Muitas vezes existem conflitos e disputas. Entretanto, é a partir da comunicação e da negociação que tanto o rio quanto esses outros seres reivindicam e possibilitam suas existências.

Em *Controle*, estabeleço conexões entre as narrativas que estão desajustadas na comunicação com o rio Piracicaba. São aquelas que procuram de alguma forma controlar o rio, dominar suas águas e que não respeitam suas diversas grafias. São aquelas que, sobretudo, são fruto de uma sociedade capitalista industrial. Relações desajustadas que provocam sofrimentos e acabam por aniquilar vidas.

Em *Assombração*, relaciono narrativas que assombram as vidas no rio Piracicaba. São aquelas histórias, narrativas, eventos que provocam um desconforto e que insistem em (re)aparecer apesar do tempo. Mais do que relações com o rio, conecto aquilo que entendo como reação do rio Piracicaba diante das tentativas de controle de sua vida. São aparições, fantasmas emaranhados na vida do rio Piracicaba.

A última constelação foi denominada *Transbordamento*. Nela está tudo aquilo que transborda as margens do rio Piracicaba. Aquelas histórias, narrativas e eventos que estendem suas fronteiras e nos causam confusão. Onde termina a biografia do rio Piracicaba e começa a de outros seres? Momentos, histórias que bagunçam e desestabilizam a realidade estão compostas nesse agrupamento. No transbordamento, nem sempre é possível saber até onde vai o rio.

A imagem principal de cada constelação foi feita inicialmente de forma manual. Todas essas imagens dos verbetes foram coladas em papel panamá, formando uma espécie de mosaico de imagens. Em outro papel foram desenhadas as constelações, respeitando sua posição no mosaico de imagens e foram realizados cortes no papel para que, quando sobreposta cada constelação ao mosaico de imagens, fosse possível tornar visíveis as imagens de cada verbete. Esses esquemas originais tornaram-se a base para a criação de um site.³ Também foi desenhado um croqui de estrutura para a viabilização do site.

3

Disponível em: <https://biografiariopiracicaba.com.br/> Acesso em: 12 fev. 2023.

Figura 4 – Capa do site



Fonte: Elaboração própria, cf. nota 3.

O site foi viabilizado pela equipe Tre.traco Criativo⁴ a partir de minhas orientações e produções, com apoio institucional do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unicamp. Sua estrutura é simples e é composta por uma página de capa com as imagens de cada verbete do rio Piracicaba. A partir da capa é possível acessar os verbetes, as constelações e o menu inicial com acesso às informações da pesquisa. Uma segunda página dá acesso à visualização do desenho das quatro constelações, nela é possível também acessar os verbetes. Uma terceira página dá acesso a um rio de imagens da minha pesquisa.

Ao entrar no site, é possível clicar sobre cada imagem de uma das quatro constelações, acessando a página específica de cada uma delas para ver sua composição com maiores detalhes. Nessa página, vê-se cada constelação a partir de imagens ampliadas que as compõem. Acessa-se também um resumo específico sobre cada uma delas. A partir de cada constelação, é possível chegar aos verbetes clicando sobre as imagens e navegando pelo seu conteúdo. Ao final da página de cada verbete acessamos as constelações em que estes estão inseridos e, também há um botão de voltar ao início. A construção do site

4 Disponível em: <https://tretraco.com.br/home/> Acesso em: 12 fev. 2023.

foi fundamental para tornar a biografia em formato de atlas acessível, uma vez que não seria viável a construção manual de cada constelação no formato analógico, como foi experimentado inicialmente.

A biografia em forma de atlas nos mostra como diferentes vidas se encontram, dialogam, negociam, interagem e produzem biográfica e etnograficamente o rio Piracicaba. É no fluxo do movimento e da instabilidade dos desbordamentos que vemos como o rio participa da composição de um mundo a partir dos encontros entre outros mundos transbordados. O atlas oferece a possibilidade de conhecer como mundos podem ser criados e alterados *no* e *com* o rio. Ao navegarmos entre constelações e verbetes, somos convidados a nos debruçar sobre imagens e textos, encontrando na vida do rio Piracicaba nossas próprias experiências, memórias e desejos com os rios. As imagens aqui não são representações de acontecimentos e histórias; elas fazem parte do esforço de produzir um conhecimento por imagens. Nelas estão os vestígios, memórias e imaginações do passado, bem como são capazes de produzir imaginações de futuros. A intenção com a biografia é proporcionar novas relações que nos permitam imaginar futuros.

Se debruce na vida de um rio, navegue por seus leitos, mergulhe em suas águas, deixe transbordar suas histórias, permita que ele encharque seus mundos.

REFERÊNCIAS

ATLAS-BIOGRAFIA DO RIO PIRACICABA. **Home**. Disponível em: <https://biografiariopiracicaba.com.br/>. Acesso em: 12 fev. 2023.

BARBOSA, Andrea *et al.* (org.). **A experiência da imagem na etnografia**. São Paulo: Terceiro Nome, 2016. 343 p.

BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Belo Horizonte/São Paulo: UFMG/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

BRUNO, Fabiana. Potências da experimentação das grafias no fazer antropológico: imagens, palavras e montagens. **Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia**, v. 7, p. 198-212, 2019.

CAMARGO, Fernando Monteiro. **Vida, escrita e transbordamentos**: biografias e etnografia do Rio Piracicaba/SP. 2023. 149 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2023. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/Busca/Download?codigoArquivo=557487>. Acesso em: 28 jan. 2025.

COUTO, Mia. **Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra**. Lisboa: Caminho, 2002.

DIAS, Susana; WIEDEMANN, Sebastian. (A)mares e ri(s)os infinitos: a catástrofe de estar junto diante da finitude. **Com Ciência**, Dossiê 194, 2017. Disponível em: <https://www.comciencia.br/amares-e-risos-infinitos-catastrofe-de-estar-junto-diante-da-finitude/>. Acesso em: 19 jun. 2019.

GONÇALVES, Marco Antonio. Imagem e experiência. In: BARBOSA, Andrea *et al.* (org.). **A experiência da imagem na etnografia**. São Paulo: Terceiro Nome, 2016. p. 19-26.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 7-41, 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773> Acesso em: 14 mai. 2025.

INGOLD, Tim. **Being alive**: essays on movement, knowledge and description. New York: Routledge, 2011.

INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, a. 18, n. 37, p. 25-44, jan./jun 2012.

KOFES, Suely. **Uma trajetória em narrativas**. Campinas: Mercado de Letras, 2001. v. 1.

KOFES, Suely. Narrativas biográficas: que tipo de antropologia isso pode ser? In: KOFES, Suely; MANICA, Daniela. (org.). **Vida & grafias**: narrativas antropológicas, entre biografia e etnografia. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

KRAUSE, Franz. Hydro-perspectivism: Terrestrial life from a watery angle. **Anthropological Notebooks**, a. XXV, n. 2, 2019.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

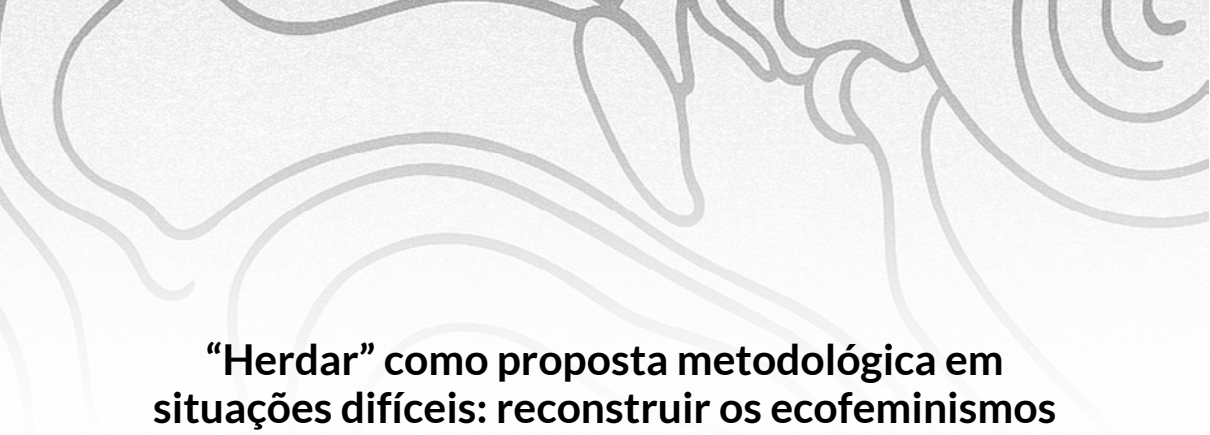
PIGNARRE, Philippe; STENGERS, Isabelle. **La sorcellerie capitaliste**. Pratiques de désenvoutement. Paris: La Découverte, 2005.

SANTOS, Camila G. X. Rodrigues dos. Aby Warburg, a função rememorativa das imagens e o tempo: relatos e análises de Didi-Huberman acerca da sobrevivência das imagens. **Temática**, a. XV, n. 7, jul. 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/crispaixao/Downloads/ojs2-46744-114009-1-pb.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2020.

SILVA, Anaxsuell Fernando. A polifonia da existência: aportes metodológicos para uma pesquisa biográfica em perspectiva antropológica. **Interseções**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 383-409, ago. 2019.

TURNER, Victor. **From ritual to theatre**: the human seriousness of play. New York: PAJ Publications, 1982.

VELLOSO, Rita. Pensar por constelações. In: BERENSTEIN, Paola; PEREIRA, Margareth da Silva (org.). **Nebulosas do pensamento urbanístico**. Salvador: EDUFBA, 2018. p. 98-121.



“Herdar” como proposta metodológica em situações difíceis: reconstruir os ecofeminismos

“Inheriting” as a methodological proposal in challenging situations: reconstructing ecofeminisms

Marina Bohnenberger

RESUMO

O que significa herdar teorias (e práticas) em um campo minado de controvérsias? Um estudo bibliográfico, de orientação antropológica, sobre as relações entre os feminismos e as teorias ambientais é o cenário onde essa pergunta metodológica se desenha. Partindo das ecofeministas da década de 1970 e chegando aos feminismos em meio ao colapso climático do século XXI, persigo a questão das relações entre feminino e natureza e suas transformações ao longo de décadas de debates feministas, filosóficos, antropológicos e ecológicos. Essa trajetória é sinuosa na medida em que é caracterizada por discordâncias, inimizades e perspectivas disciplinares muitas vezes incompatíveis, mas que podem dar lugar a alianças temporárias e estratégicas em torno de imaginar modos de resistir e produzir formas de habitar um planeta ferido. Herdar foi o verbo que orientou essa jornada de pesquisa porque implica fazer uma genealogia, mas de modo a reconstituir histórias tomando fios emprestados e costurando-os a outros fios, em um jogo delicado que exige posicionamento da pesquisadora e, ao mesmo tempo, distância para dar o devido lugar aos contextos de onde emergem palavras e proposições.

PALAVRAS-CHAVE: Ecofeminismo; Colapso climático; Genealogia; Feminismos e natureza; Antropologia e feminismo.

ABSTRACT

What does it mean to inherit theories (and practices) in a minefield of controversies? A bibliographic study with an anthropological orientation on the relationships between feminisms and environmental theories is the backdrop against which this methodological question takes shape. Starting with the ecofeminists of the 1970s and reaching the feminisms amidst the climate collapse of the 21st century, I pursue the question of the relationships between the feminine and nature and their transformations over decades of feminist, philosophical, anthropological, and ecological debates. This trajectory is winding, as it is marked by disagreements, rivalries, and often incompatible disciplinary perspectives—yet it can also give rise to temporary and strategic alliances around imagining ways to resist and produce forms of inhabiting a damaged planet. *To inherit* was the verb that guided this research journey because it implies constructing a genealogy, but in a way that reconstructs histories by borrowing threads and stitching them to other threads, in a delicate game that requires the researcher to take a stance while also maintaining enough distance to properly situate the contexts from which words and propositions emerge.

KEYWORDS: Ecofeminism; Climate collapse; Genealogy; Feminisms and nature; Anthropology and Feminism.

O que significa herdar teorias (e práticas) em um campo minado de controvérsias? Um estudo bibliográfico, de orientação antropológica, sobre as relações entre os feminismos e as teorias ambientais foi o cenário onde essa pergunta metodológica se desenhou.

Em minha pesquisa de mestrado¹ (Bohnenberger, 2023), me propus a reconstituir uma história das relações entre feminismo e ecologia (ou entre feminismo e estudos ambientais, tudo depende do quanto se quer ser abrangente em relação a este que também é um campo múltiplo). Parti das ecofeministas da década de 1970 para chegar aos feminismos em meio ao colapso climático do século XXI, perseguindo a questão das relações entre *feminino* e *natureza* pois estava

1 A pesquisa foi desenvolvida no âmbito do Labirinto com coorientação da Prof. Daniela Manica.

especialmente interessada nas transformações que os dois lados desse par tiveram ao longo de décadas de debates feministas, filosóficos, antropológicos e ecológicos. Mas a definição desse objeto só foi possível quando fui capaz de abraçar o risco de mexer em um certo vespeiro. A trajetória que decidi retrazar é sinuosa, caracterizada por discordâncias, inimizades e perspectivas disciplinares e políticas muitas vezes incompatíveis.

A princípio, eu estava interessada em pesquisar a perspectiva feminista a respeito de uma outra espécie de genealogia: o debate em torno das responsabilizações pelas mudanças climáticas e a caracterização desse novo regime climático através da palavra “Antropoceno”. Algumas feministas, cada uma à sua maneira, debocharam da grande descoberta científica e reagiram com impaciência à tardia constatação dos cientistas sobre algo que, para as minorias políticas, não seria nenhuma novidade. Por exemplo:

Olhamos para a marca geológica e comentamos com nós mesmos, *como se algo tivesse mudado*: agora, finalmente, a Terra está nos dizendo que a impactamos. “Minha nossa, quem poderia imaginar que séculos de escravidão, violência, cleptocracia e espoliação seguidos da liberação de alguns humanos às custas de outros – quem poderia imaginar que nossa espécie estava destruindo seu meio, se não houvesse a evidência definitiva do registro geológico?” (Colebrook, 2017, p. 18, grifo da autora).

A ironia é uma típica estratégia feminista (Haraway, 1995) que faz pouco caso da necessidade de uma evidência geológica para reconhecer os efeitos de séculos de exploração predatória do planeta – o que inclui as pessoas historicamente exploradas – já que os efeitos desse modo de vida já estão bem evidentes para muitas pessoas. Já outras feministas resolvem disputar a nomenclatura desse incontestável novo tempo em que o que se pensava que sabíamos sobre como se com-

portam os seres na Terra (e a Terra, ela mesma) está definitivamente em xeque.

De forma crítica à constituição dos espaços de produção de conhecimento e à própria produção de conhecimento que daí decorre, que seriam atravessadas por relações históricas de poder que se desdobram epistemologicamente, as feministas solicitaram aos narradores do Antropoceno que voltassem algumas casas no tempo e ajustassem a amplitude de seus horizontes socioantropológicos e históricos para contar direito a história de origem da destruição planetária.

Uma grande parte dos textos produzidos pelas feministas sobre o Antropoceno envolvia as críticas de gênero ao *anthropos* e às imaginações que constituem esse humano genérico e ideal, crítica essa que constitui o feminismo como uma ferramenta, para falar como Marilyn Strathern (1991), ou seja, que atravessa discussões e contextos disciplinares. A objeção à universalização do sujeito masculino, branco e europeu como representante descorporificado da humanidade é uma das insistentes críticas feministas. Nos debates ambientais e climáticos, as feministas se somaram às críticas a uma certa noção de *natureza*, igualmente descorporificada e universalizada. Foi assim, interessada nas epistemologias feministas e nas questões que colocavam aos conceitos ambientais, vasculhando esse contexto e voltando na linha cronológica da crítica ambiental feminista, que cheguei às primeiras ecofeministas e não pude delas me afastar.

O ostracismo das primeiras ecofeministas é uma das principais características que aparece quando se pesquisa sobre elas: quem procura retomar as ecofeministas sempre acaba falando sobre como elas ficaram mal vistas pelo campo feminista (Gaard, 2011; Gabriel, 2020). A razão disso é que o slogan pelo qual elas ficaram famosas se resumia a uma associação entre *mulher* e *natureza*, uma associação que seria intrínseca, isto é, como se “as mulheres” possuíssem algo instintivo, uma essência comum com “a natureza” que as levasse a serem natu-

ralmente mais preocupadas com a sua conservação. Tendo em vista o que relatei anteriormente sobre as produções feministas em meio ao Antropoceno, trata-se de um debate, portanto, muito atual. Mas sou de uma geração de feministas formada, entre outras, por leituras de Donna Haraway (2000 [1985], p. 99) e sua famosa frase “prefiro ser um ciborgue a uma deusa”, uma provocação à “deusa” enquanto figura do ecofeminismo.² Em um campo disputado como o feminista, essas tensões tomaram a forma de caricaturas que acabavam por levantar uma divisão estrita entre as feministas “das deusas” e as feministas “dos ciborgues”. Era daí que decorria o meu receio e a minha sensação de entrar em um vespeiro.

Mas algo muito persuasivo me encorajou a enfrentar a controvérsia ecofeminista: o aparecimento desse termo em textos e manifestos contemporâneos de feministas ligados à questão ambiental, seja para reformulá-lo, seja para rejeitá-lo. A questão parecia estar viva, longe de estar encerrada, e o convite era para “permanecer com o problema” (Haraway, 2016).

Assim, em meio a tantos embates, o objeto e os objetivos da minha pesquisa se redesenharam. Enquanto pesquisava um campo controverso, meu interesse era perseguir os históricos que as principais categorias feministas haviam percorrido de 1970 para cá, sobretudo “mulher” e “natureza”, fundamentais ao meu recorte. Para isso, eu precisava reler com cuidado as principais literaturas feministas, que acabavam por se confundir entre material e ferramenta analítica, para ser capaz de produzir um mapeamento das produções que contasse alguma história.

O que fui instada a fazer era uma genealogia da relação entre feminismo e ecologia no sentido que prescinde da noção de essência

2 A citação completa é: “Embora estejam envolvidas, ambas, numa dança em espiral, prefiro ser um ciborgue a uma deusa” (Haraway, 2000 [1985], p. 99). Ou seja, Haraway provoca sem debochar, chamando a atenção para o lado dessa dança no qual ela se posicionava naquele momento.

(algo que só notei com clareza após o fim da jornada).³ Ao apresentar o processo genealógico de Michel Foucault em um verbete, isto é, de forma sucinta, Marcos Vinicius Malheiros Moraes (2018) descreve sua forma “dissociativa”, buscando refutar a existência de essências e identidades eternas, e procurando apresentar os acontecimentos múltiplos, heterogêneos e disparatados presentes na origem. A noção foucaultiana também inclui um procedimento que procura reconsiderar aqueles que ficaram de fora “dos autos”, os saberes desvalorizados (Faé, 2004). Isabelle Stengers (2016, p. 180), por sua vez, gosta da ideia de herança, da qual faço uso para nomear a metodologia improvável que me guiou por caminhos complexos: para a autora, herdar “não é uma questão de ser fiel” já que “o que existe nesse ‘herdar’ não é uma linha de herança. O que existe é recriação”.

Rastrear o histórico de certos movimentos teóricos é sempre uma tarefa difícil, especialmente quando se trata de pesquisas que têm uma vinculação muito estreita com movimentos e posicionamentos políticos, como é o caso dos feminismos. Mas essa me parece uma tarefa que vale a pena ser feita, sobretudo para aprendermos algo a partir das contradições.

O DECORRER DO DEBATE ECOFEMINISTA E SUAS CONEXÕES CONTEMPORÂNEAS

Os achados da pesquisa apontam para duas direções paralelas: por um lado, o mergulho nas produções sobre as primeiras ecofeministas revela que este é um grande guarda-chuva conceitual e que existe uma multiplicidade de formas de definir esta escola de pensamento. Portanto, organizar o campo ecofeminista implica, como a maior parte das categorizações, considerar que suas autoras e contribuintes não são homogêneas, assim como não são as suas ideias, e que se trata

3 Agradeço à Suzane de Alencar Vieira, que apontou a referência foucaultiana da genealogia que empreendi, durante minha banca de defesa, e delineou meu próprio trabalho melhor do que eu mesma.

de produzir uma certa ficção para fins de organização. Por outro lado, se revelam as contribuições fundamentais das teorias de gênero e dos feminismos interseccionais/feminismos da diferença que tensionam e problematizam algumas das formulações ecofeministas. Junto a isso se somam décadas de pesquisas e debates político-científicos sobre a natureza da ideia de *natureza*. Essas duas frentes informam os termos em que ocorrem as discordâncias com as primeiras ecofeministas, o que acaba por demonstrar os caminhos de amadurecimento do debate. Mas elas também dão a ver uma configuração mais complexa, onde importam mais as alianças que se formam, ainda que haja dissensos, do que eventuais consensos.

Inúmeras tentativas de classificação se debruçaram sobre as ecofeministas e, em minhas leituras, nunca pareceu que o ecofeminismo chegou a formar grupos contínuos de estudos e debates, eventos ou colaborações. Esse foi um termo usado para descrever os interesses confluentes entre feminismo e ecologia de forma geral durante um certo período (que começa na década de 1970).

Greta Gaard (2011) privilegia uma perspectiva acadêmica sobre o ecofeminismo e seu levantamento inclui um escopo maior, com autoras dos anos 1980 até anos recentes, fazendo uma recuperação histórica dos debates teóricos e disciplinares que os ecofeminismos mobilizaram e nos quais estiveram envolvidos, especialmente do ponto de vista das críticas, desdobramentos e rearranjos. Exemplos de autoras citadas por ela são Susan Griffin, considerada pioneira, e Carolyn Merchant, nos anos 1980; Val Plumwood e ela própria, Gaard, nos anos 1990, e Catriona Mortimer-Sandilands, nos anos 2010.

Por sua vez, Emma Siliprandi (2015) e Mies e Shiva (2014) incluem movimentos sociais, ativistas e congressos acadêmicos e políticos na história dos ecofeminismos. Alguns exemplos de ativismos ecofeministas seriam as lutas contra as estações de energia nuclear na Alemanha, o *Green Belt Movement*, no Quênia de 1970, voltado

às mulheres camponesas, e o famoso Movimento Chipko, na Índia no mesmo período, onde as mulheres abraçavam as árvores para impedir sua derrubada (Shiva, 1988).

Em termos teóricos (e que, conforme defende Vandana Shiva (1988), encontram lastros nas práticas de mulheres em torno da questão ambiental), a ideia de que há uma relação entre a dominação da natureza e a dominação das mulheres foi considerada o problema-base do ecofeminismo. Porém, a maneira como esse problema é formulado e a explicação de como se dá essa relação são diversas, o que amplifica o corpus de teorias ecofeministas.

Val Plumwood (1986), fazendo uma revisão da produção ecofeminista na filosofia no final da década de 1980, sugere classificar os expoentes do ecofeminismo da seguinte maneira:

1. Aqueles que alocam o problema de ambos, mulher e natureza, em seu papel como parte de uma série de dualismos que têm sua origem na filosofia clássica e que pode ser rastreada através de uma complexa história até o presente;
2. Aqueles que alocam o problema da mulher e da natureza na ascensão de uma ciência mecanicista durante os períodos Iluminista e pré-Iluminista;
3. Aqueles que oferecem uma explicação da conexão baseada na diferença, por exemplo, na consciência ou na formação de uma personalidade sexualmente diferenciada (Plumwood, 1986, p. 121).

As propostas ecofeministas organizadas no critério número três foram a razão de maior embate e, certamente, a que menos ganhou adesão ao longo do tempo. A crítica à problemática noção de “personalidades sexualmente diferenciadas” já estava sendo desenhada em meados da década de 1980. Assim, ideias que se fundam sobre noções de “diferenciação sexual” precisam ser tratadas com cuidado, e muitas

acabaram por se mostrarem filiadas a movimentos conservadores que, embora tenham envelhecido mal em certos feminismos, ainda encontram eco na sociedade contemporânea. Pode-se dizer que, atualmente, a questão dos binarismos/dualismos e a questão tecnocientífica – os itens 1 e 2 – são, ainda, núcleos da discussão ecofeminista e do feminismo que se envolve com ecologia e estudos ambientais.

Ainda que não sob a denominação “ecofeminismo”, muitas frentes feministas em intersecção ecológica despontaram no século XXI. Uma dessas frentes é a composição de alianças entre feministas comunitárias, indígenas e camponesas. Essas alianças têm sido expressas em uma profusão de publicações, ricas em discutir a intersecção entre feminismo e questão ambiental (Belaunde; Matos; Santos, 2019; Lima; Gitahy, 2019; Maizza; Vieira, 2018; Paniz, 2019), mas também podem ser vistas nas lutas compartilhadas. São feministas que não insistem tanto no argumento sobre uma relação simbólica ou empírica entre *mulher* e *natureza*, como o que ocupou as primeiras ecofeministas, e permitem avançar em outras questões além de conceituações rígidas sobre mulheres, e pensando de outra maneira sobre “natureza”. Os movimentos que atravessam essas questões serão aprofundados mais adiante, pois minha hipótese é de que uma das condições de possibilidade de alianças entre feministas, sobretudo em tempos de colapso socioambiental, é que nós, feministas, possamos lê-las à luz de avanços importantes sobre as diferenças nos feminismos, que abordarei na seção seguinte.

Flores e Jaenisch (2018, p. 17), especulando sobre como poderiam ser as relações entre Ecologia e Feminismo, anunciam de saída que a sua noção de ecologia não se relaciona com a de natureza, na medida em que essa concepção se fundaria sobre uma “hierarquização dos seres” e seria fruto de uma série de partilhas feitas por práticas científicas ocidentais. A Ecologia como a entendem – e que evitaria a “provável” concepção biologizante de mulher e de natureza – estaria ligada

ao conhecimento sobre “as condições de existência da vida” (Flores; Jaenisch, 2018, p. 17).

Autoras como Lorena Cabnal (2010), feminista comunitária indígena mayaxinka, da Guatemala, e Julieta Paredes, da Bolívia, também compõem esse novo movimento, que tem como um de seus motes recolocar a importância do corpo para a perspectiva feminista, mas de um modo que entende o corpo como existência vinculada às terras e práticas territoriais ancestrais (Barboza; Ye’padiho Tukano; Xamen Waiwai, 2019). Lideranças e pensadoras indígenas brasileiras têm feito manifestações na mesma direção, se valendo de figuras femininas em seus chamados para o cuidado com o planeta.⁴ Elas colocam as relações com seres mais que humanos, ambientes e cosmologias não ocidentais (Lima; Gitahy, 2019) no centro dos feminismos, em que a “questão da vida” é o foco, escapando das armadilhas e equívocos da noção de natureza.⁵

Uma das perguntas que teóricas feministas colocam para sustentar essa vinculação entre feminismo e ecologia, e que me chama particularmente a atenção, é: “como o feminino *territorializa* o mundo?” (Soares-Pinto; Ramo y Affonso; Benites, 2020, p. 174, grifo meu).

O emprego do termo “ecofeminista” não é um consenso, e muitas vezes essa opção diz respeito diretamente à relação com as ecofeministas clássicas. Podemos ver essa perspectiva em Barragán *et al.* (2020, p. 235), por exemplo, quando afirmam que:

4 Ver, por exemplo, o manifesto da Articulação Nacional de Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA), de 2021. Disponível em <https://anmiga.org/manifesto-reflorestarmentes-reflorestarmentes-de-sonhos-afetos-soma-solidariedade-ancestralidade-coletividade-e-historia/> Acesso em: 14 mai. 2025.

5 Para mais referências, o dossiê “Corpo, terra, perspectiva: o gênero e suas transformações na etnologia”, publicado pela *Revista Amazônica* em 2019, reúne trabalhos que avançaram essa perspectiva de corpo e gênero em direção às questões ambientais através do fio dos territórios. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/issue/view/403/showToc> Acesso em: 14 mai. 25. Os dois volumes do dossiê “Políticas Feministas da Terra”, da *Revista Campos*, publicados em 2018, são outros exemplos de como o reencontro entre feminismo e ecologia na discussão antropológica tem rendido textos e debates. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/campos/issue/view/2582> e <https://revistas.ufpr.br/campos/issue/view/2752>. Acesso em: 14 mai. 2025

são as mulheres, indígenas e negras que conseguem assumir o discurso sobre a importância da Natureza e a relação cultural, econômica e política a partir de outras diretrizes e significados que não os inicialmente propostos pelo ecofeminismo.

Lima e Jesus (2017) empregam o termo “ecofeministas” para falar de um conjunto de teorias e organizações políticas contemporâneas que pautam a importância da retomada das relações do cuidado e da sustentação da vida. Para Fabiana Maizza e Suzane de Alencar Vieira (2018, p. 9), muito dessa produção recente feita sobre, com e por indígenas e feministas comunitárias parece interessada em reformular problemas e premissas ecofeministas, de modo que seja possível resgatar a “conexão das mulheres com a terra” para “importar forças não humanas, os seres da terra e [reunir] diferentes designações e linhas nessa intersecção entre feminismo e ecologia em torno da questão da vida”.

É nesse sentido que Greta Gaard (2011), ao investigar o que ocasionou o ostracismo ecofeminista, advoga em favor delas apontando os lastros ecofeministas de uma série de feminismos contemporâneos. Ela conta sobre os efeitos que as críticas tiveram na organização do campo feminista que tange os debates ambientais.

O medo de contaminação-por-associação era grande demais. Após as acusações de essencialismo de gênero [...] a maioria das feministas que trabalhavam na intersecção entre feminismo e ambiente pensaram que seria melhor renomear sua abordagem para se distinguir de feminismos essencialistas e, assim, conquistar um público mais amplo. Daí a proliferação de termos como “feminismo ecológico”, “ambientalismo feminista”, “ecofeminismo social”, “ecossocialismo feminista crítico” ou simplesmente “gênero e ambiente” (Gaard, 2011, p. 27).

O sabor amargo das palavras de Gaard (2011) é perceptível no texto quando ela mostra a amplitude e multiplicidade produtiva que havia nas ecofeministas, que não poderia ser resumida na associação entre “mulher” e “natureza”. Gaard (2011, p. 37) aponta que nos anos 1990, após as críticas do essencialismo, o envolvimento de seres não humanos e da questão animal no feminismo passou a ser um ponto de reivindicação do caráter interseccional das opressões, apontado pelas ecofeministas. A interseccionalidade é um dos argumentos de defesa da autora sobre o ecofeminismo, que se constituiria ao fazer alianças com diferentes movimentos e teorias críticos, costurando questões de racismo, colonialismo e especismo às preocupações feministas, mais próximas de feminismos não brancos do que dos feminismos liberais e euroamericanos.

Fica mais claro, então, do que se trata a contenda entre feministas nesse campo. Para compreender melhor a questão, é preciso retomar a segunda parte do argumento e reconstituir algumas trajetórias feministas e de teorias de gênero ocorridas entre o surgimento das primeiras ecofeministas e as contemporâneas.

NATUREZA E CULTURA – AINDA

Uma das formas de contar a história do conceito de gênero é que ele inicialmente se estruturou sobre uma diferenciação entre um “dado biológico” (o sexo) e uma “construção social” (o gênero). Em 1975, a antropóloga Gayle Rubin propõe o conceito de “sistema sexo/gênero” como ferramenta analítica que permitiria observar as maneiras pelas quais as diferentes elaborações culturais se relacionam com os discursos sobre sexualidade biológica. Rubin e outras teóricas buscavam corresponder às discussões acadêmicas da época sobre o tratamento dado às etnografias, ou seja, compreender “as culturas” em seus próprios termos, o que significava não partir de universalidades situadas no ambiente nativo da antropóloga, como a suposta subordinação universal das mulheres (Franchetto; Cavalcanti; Heilborn, 1981).

A intenção de Rubin continha essa motivação antropológica, resistente à ideia de que toda diferença sexual implicaria hierarquias entre homens e mulheres.

Donna Haraway (2004, p. 218) caracteriza esse como um “esforço político e epistemológico para remover as mulheres da categoria da natureza e colocá-las na cultura como sujeitos sociais na história” que, contudo, foi acusado de permanecer desatento à maneira problemática com que a diferença sexual inscrita no corpo era tida como uma experiência universal. Segundo Fabiana Maizza (2017, p. 109), para essas primeiras teorias antropológicas feministas, “tudo começaria com o corpo e a especificidade feminina das funções procriadoras”.

No processo da argumentação contra o “determinismo biológico”, a favor do “construcionismo social”, as autoras feministas, e as antropólogas, deixaram em suspenso a ideia subjacente de que existiriam inúmeras elaborações sociais para um fato supostamente único e autoevidente: a distinção natural dos sexos, dada pelos corpos masculinos e femininos (Maizza, 2017, p. 109).

A discussão a respeito da separação natureza/cultura teve importante protagonismo nos debates feministas e de gênero, antecipando muitos dos avanços que viriam posteriormente em outras áreas. A maneira como sexo/gênero foi tratado inicialmente, na tentativa de esmiuçar as origens socioculturais da subjugação das mulheres, acabou por universalizar a divisão natureza/cultura. Mas não apenas isso: a própria categoria *mulher*, de difícil definição e bastante instável culturalmente falando, passava ilesa de críticas, produzindo a identificação de um “eu” feminista que eclipsaria outras diferenças e experiências históricas das mulheres (Abu-Lughod, 2018).

A década de 1980 marcou um momento de contrapontos importantes aos feminismos euroamericanos, colocados principalmente

pelas feministas negras estadunidenses, que lembravam às mulheres brancas que as condições de vida, subjetividades e experiências das mulheres negras eram muito diferentes das delas. Se as feministas acadêmicas anteriormente dedicaram-se a pensar “o que é uma mulher”, elaborando teorias que pensavam a relação entre ideias de feminilidade e capacidades corporais, a pergunta que retornava pelo feminismo negro era aquela que Sueli Carneiro (2019, p. 326) repete insistentemente: “de que mulher estamos falando?”.

Reivindicar o coletivo “mulheres” para o feminismo acabou por presumir um quadro conceitual que não é compartilhado por todas as feministas, e que é atravessado por relações de poder que ultrapassam o gênero. O surgimento do termo “interseccionalidade”, cunhado por Kimberlé Crenshaw (2002) mas amplamente disseminado, tornou-se uma boa ferramenta para designar (inclusive retroativamente) diversos movimentos do feminismo que buscam demonstrar que os sistemas de dominação são um imbricamento entre gênero, raça, classe e sexualidade, que atuam de forma conjunta na constituição das subjetividades e realidades vividas.

A partir dessa crítica, desdobrou-se, em termos mais amplos e aprofundados, uma questão que já havia sido exposta por outras feministas ainda não atravessadas pelas críticas interseccionais: a de assumir a existência de sujeitos universais. A princípio, essa questão apareceu como crítica ao sujeito masculino branco europeu. Agora, ela passava a envolver a complexa interseccionalidade que inclui a identidade feminista, as ideias em torno da noção de *mulher* e em torno das diferenças, que dizem respeito a uma atitude crítica diante de modelos universais. Essa questão é bem resumida por Fabiana Maizza (2017, p. 119), reverberando Marilyn Strathern: “o que está em jogo na discussão feminista sobre diferença são os próprios construtos analíticos da sociedade Ocidental”.

Enquanto isso, em setores da ecologia e da biologia, muito estava sendo feito no sentido de melhorar a conceituação dos ambientes e das relações entre os seres, mal representados por uma certa noção de “natureza”. Esse é um assunto complexo que não cabe no espaço deste texto, mas o que importa dizer é que a ideia de *natureza* como um espaço sem intervenções humanas, ou sem agências de nenhum tipo, não se sustenta quando se observam as relações ecológicas no planeta. Povos indígenas e seus antropólogos se juntam a esse grupo de pensadores, colocando em xeque as divisões sujeito/objeto, dado/construído, humano/não humano. É uma crítica que se coloca aos divisores modernos e ao que se produziu em termos de relações de poder a partir desses divisores, e que se estende como um constante alerta para que saibamos o que estamos dizendo quando dizemos *natureza*, e sobretudo que saibamos que essa é uma categoria, e não um conceito.

COSTURAR A HERANÇA

A interseccionalidade do gênero foi a crítica mais dura feita, pelo feminismo, às ecofeministas. A principal delas foi a crítica ao seu caráter essencialista, que, além de universalizar uma definição de “mulher”, definia as mulheres através de um componente biológico/reprodutivo (Gaard, 2011). De fato, a literatura relata um certo ecofeminismo que defendeu uma aproximação entre “mulher” e “natureza” por sua função reprodutiva, ou seja, as mulheres enquanto membros da espécie humana capazes de gerar uma nova vida. Isto é, a “natureza” da mulher seria carregar um corpo portador de órgãos reprodutivos femininos, o que as tornaria mais capazes de se envolver com outros processos vitais, como a manutenção do território, das plantações e dos recursos necessários às vidas humanas e não humanas (a “natureza”, segundo seu vocabulário).

O essencialismo foi (e é) criticado em dois sentidos: primeiro, porque uniformiza todos os possíveis com-

portamentos humanos, masculinos e femininos, definindo-os previamente, de forma a-histórica; e, em segundo lugar, porque, ao aceitar a existência e valorizar as características ditas “femininas”, reforça justamente o que a cultura ocidental sempre utilizou como base para a opressão das mulheres e sua segregação ao mundo privado (Siliprandi, 2015, p. 69).

Há uma certa herança ecofeminista que é vista por essas outras feministas como branca, ocidental e que naturaliza tanto as mulheres quanto as relações ecológicas, o que abarca os problemas de reprodução de desigualdades que podem decorrer daí. Fabiana Maizza e Suzane de Alencar Vieira (2018, p. 10) fazem uma comparação entre as críticas aos ecofeminismos e aquelas dirigidas ao chamado “feminismo da segunda onda”, baseadas no argumento de que:

ambos usaram a abordagem materialista para explorar a opressão das mulheres, e foram por isso taxados de etnocêntricos, racistas, elitistas, colonialistas e homogeneizando as experiências femininas através da experiência de mulheres brancas, de classe média, heterossexuais, do “norte” do planeta.

Assim, a crítica feita às ecofeministas sobre a variabilidade cultural das imaginações de gênero é bastante pertinente. No entanto, embora tenha sido problemática a definição biológico-reprodutiva de “mulher” ou a sua universalização, que em alguns casos baseou o ecofeminismo, não é possível afirmar que todos os campos feministas que buscavam produzir essa conexão se valeram da operação conceitual entre mulher e natureza – isso seria reduzir o ecofeminismo a essa questão. De todo modo, não parece ser razoável desprezar a contribuição ecofeminista a partir dessa crítica. Essa inviabilidade acabou por eclipsar um complexo, mas possível diálogo com as interseccionalidades feministas. Esse é o ponto de Greta Gaard (2011, p. 31):

Muitas acreditavam que o ecofeminismo se tornaria a terceira onda feminista, construindo e transformando as críticas antropocêntricas da primeira e terceira onda do feminismo com uma perspectiva ecológica. Mas o que aconteceu foi algo totalmente diferente: focando na celebração da espiritualidade da deusa e na crítica ao patriarcado avançada pelo ecofeminismo cultural, os feminismos pós-estruturalistas e de terceira onda retrataram todos os ecofeminismos como uma equação exclusivamente essencialista entre mulher e natureza, descreditando a diversidade ecofeminista de argumentos e pontos de vista.

Não é difícil dar razão às críticas considerando que há, sim, exemplos de essencializações por parte das ecofeministas. Mas há um outro ponto que me auxilia nessa tarefa de reconstituir a herança ecofeminista, isto é, de poder retraçar um passado a partir de um olhar do presente.

É como se, nas objeções ao ecofeminismo, a questão ecológica tivesse sido reduzida à problemática com a noção de *natureza*, perdendo-se de vista as articulações que o ponto de vista ecológico permitiu a estes feminismos. Após décadas de debates feministas e ecológicos, parece-me possível argumentar que um dos pontos de sustentação das acusações de essencialismo envolvia, por parte daquelas que criticavam, assumir que a “natureza” de que falavam as ecofeministas se encerrava em seu sentido essencializante, de realidade factual incontestável e determinada por características biológicas – uma natureza inscrita em um sistema natureza/cultura.

Quando ouvimos as expressões feministas contemporâneas sobre a terra, o território e (em alguns casos) sobre a natureza, me parece possível fazer uma conexão com o que (algumas) ecofeministas reivindicavam em suas ecologias. De algum modo, para além das reconhecidas essencializações, é como se, em termos das preocupações

ambientais, as ecofeministas estivessem sendo cobradas de se posicionarem de uma maneira que só foi possível décadas depois. Uma espécie de herança reversa, que inviabiliza contatos.

A filósofa da ciência Isabelle Stengers (2008), à sua maneira, parece concordar comigo. Stengers (2008) se interessa por uma operação moderna das políticas de conhecimento que ela chama de “tolerância”: trata-se de um respeito cínico que as ciências teriam sobre outros modos de conhecimento, mas que mantém intacta a presunção científica de ser a única detentora da verdade sobre o mundo. Para ela, o caso da briga de algumas feministas com as ecofeministas se encaixaria nessa mesma lógica. Ela se debruça não sobre a noção de *natureza*, como eu, mas sobre a “deusa” das ecofeministas (aquela que se contrasta com o ciborgue).

Stengers (2008) argumenta que a presunção de saber, de antemão, o que significava “a Deusa” ecofeminista – um “misticismo espiritual essencialista” – teria encerrado, por parte das feministas brancas, o debate com as ecofeministas. Trata-se de relativizar a dignidade existencial de outros métodos e outras abordagens, com um respeito meramente aparente que silencia. A autora descreve os incontáveis posicionamentos críticos às ecofeministas, fundadas sobretudo no essencialismo, que na verdade também estariam apegados a ideias e definições prévias de uma identidade de mulher (ou de uma noção rígida de feminismo) que não incluiria as ecofeministas.

O que segue é, na verdade, uma “caça essencialista”, uma incansável fonte para publicações acadêmicas e a produção de posturas cada vez mais críticas (não seria o feminismo ele mesmo essencialista? e assim por diante). Pior, isso implica uma atitude “tolerante” quando combatentes ecofeministas do terceiro mundo, tais como Vandana Shiva, parecem não possuir os códigos – nós (que sabemos e podemos criticá-la como essencialista) precisamos ser indulgentes. Aqui esta-

mos em território moderno, com o refrão da “grande divisão” territorial – eles creem, nós sabemos – um território que apenas se estendeu ao que se autodenominou “pós-modernidade”, mas que deveria ser chamado “hipermodernidade”, uma vez que os pós-modernos sabem que os modernos acreditavam (Stengers, 2008, p. 41).

É nesse sentido que, tenho tentado argumentar, se propor a herdar as ecofeministas tem a ver com ser capaz de permanecer aberta às formulações ecológicas feministas que não operem com certos códigos esperados e dos quais só dispomos após acúmulos de experiências, discussões, escrita, leitura e tempo. Não se trata de salvar o ecofeminismo e perdoá-lo, até porque isso presumiria estarmos em posição de ter razão e merecermos um pedido de desculpas, um lugar bastante tolerante, diria Stengers (2008). Assim como nunca se tratou de salvar ou perdoar as teorias e debates políticos que foram superados.

Quando nos propomos a retraçar origens e históricos, podemos dar a impressão de que queremos estabelecer uma linhagem, encontrar os criadores, os pioneiros, aqueles que pensaram quando ninguém pensou. Seria um procedimento bastante patriarcalista, por sinal. É curioso porque, no caso da relação entre feminismo e ecologia, o que aconteceu foi uma negação do passado, um rompimento com as primeiras ecofeministas que reafirma um esquema linear e de linhagem parental que dificilmente é verdadeiro, e que, ao se posicionar, se nega a reconhecer um histórico – ainda que seja para reformulá-lo. Na história que tentei recriar durante a dissertação, o que mais encontrei foram fissuras, rasgos, incisões, disrupções, descontinuidade. Ao costurar esses retalhos, longe de assumir que “tudo já estava lá”, aparecem algumas coisas interessantes. Uma delas é a complexificação dos debates sobre gênero, por um lado, e meio ambiente, por outro, além da ampliação do próprio escopo desses dois debates na medida em que se entrecruzam.

REFLEXÕES FINAIS

O modo como Strathern (1991) procura descrever o feminismo me serve de inspiração aqui quando ela se contrapõe à ideia do feminismo como um campo acadêmico coeso, como se ele pudesse ser inscrito no esquema paradigmático, aos moldes das revoluções científicas de Thomas Kuhn. As diferenças internas e a diferença que o feminismo faz seriam seus pontos mais fortes. Longe de solucionar e de chegar a um consenso, as divergências podem dar lugar a alianças temporárias e estratégicas em torno de imaginar modos de resistir e produzir formas de habitar um planeta ferido.

Herdar foi o verbo que orientou essa jornada de pesquisa porque implica fazer uma genealogia, mas de modo a reconstituir histórias tomando fios emprestados e costurando-os a outros fios, em um jogo delicado que exigiu o meu posicionamento como pesquisadora e, ao mesmo tempo, distância para dar o devido lugar aos contextos de onde emergem palavras e proposições. No caso dos ecofeminismos – de antes e de agora –, a relação entre eles nos apresenta para uma valiosa trajetória dos debates sobre as definições de minorias políticas e dos desafios socioambientais que enfrentamos.

Longe de serem abstrações, o olhar e o refinamento sobre as acepções das palavras têm muito impacto, e a discussão sobre “mulher” e “natureza”, para ficar apenas com elas, mobilizou placas tectônicas nas ciências e nos feminismos. Tornaram os diálogos mais inclusivos e foram capazes de melhorar a descrição de situações, articulando novas ideias e orientando novas estratégias de ação. Antropologicamente, perseguir as categorias com as quais nos deparamos na prática é o nosso ofício, as palavras são nosso material de trabalho na medida em que são capazes de constituir ontologicamente as realidades. E, assim sendo, as teorias antropológicas são transformadas pela prática de aprender e revisitar as categorias, influenciadas por quem ouvimos e lemos.

Ao adentrar, como antropóloga e como feminista, meu objeto de pesquisa, atravessei desconfortos e caminhos atribulados. Isso porque me dediquei a um exercício que é, em parte, comparativo – uma das grandes vocações da antropologia: o exame de modos de conhecimento distintos, à luz um do outro. Mas é também um exercício que me exigiu compreender meu próprio posicionamento feminista, como tentei esboçar no início desse texto. Um jogo complexo e arriscado entre se posicionar e ser objetiva. Precisei ora ser convencida, ora duvidar das minhas interlocutoras. Para isso, uma das ferramentas que me permitiu concluir a pesquisa foi fazer uso do que eu havia aprendido com ela: me desapegar da necessidade de declarar uma vencedora – a teoria que estaria, afinal, correta e encerrada de uma vez por todas. Fazer ciências em tempos difíceis, me parece, tem algo a ver com isso.

REFERÊNCIAS

ABU-LUGHOD, Lila. A escrita contra a cultura. **Equatorial**, Natal, v. 5, n. 8, p. 193-226, jan./jun. 2018.

BARBOZA, Myriam Sá Leitão; YE'PADIHO TUKANO, Larissa Duarte; XAMEN WAIWAI, Jaime. “Corpoterritorialização” katukina: lampejos etnográficos sob as perspectivas femininas indígenas. **Amazônica**, v.1, n. 2, p. 503-547, 2019.

BARRAGÁN, Alba. *et al.* Pensar a partir do feminismo: críticas e alternativas ao desenvolvimento. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje: Perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 216-239.

BOHNENBERGER, Marina. **A fumaça das bruxas: novas alianças entre feminismo e ecologia**. 2023. 128 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

BELAUNDE, Luisa Elvira; MATOS, Beatriz de Almeida; SANTOS, Julia Otero dos. Corpo, terra, perspectiva: o gênero e suas transformações na etnologia. **Amazônica**, v. 11, n. 2, p. 391-412, 2019.

CABNAL, Lorena. Acercamiento a la construcción de la propuesta de pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala. In: ACSUR. **Feminismos diversos**: el feminismo comunitario. Madrid: ACSUR-Las Segovias, 2010.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque De. (org.). **Pensamento Feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

COLEBROOK, Claire. We Have Always Been Post-Anthropocene: The Anthropocene Counterfactual. In: COLEBROOK, Claire. **Anthropocene Feminism**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2017. p. 1-20.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. **Estudos Feministas**, a. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

FAÉ, Rogério. A genealogia em Foucault. **Psicologia em Estudo**, v. 9, n. 3, p. 409-416, set. 2004.

FLORES, Luiza Dias; JAENISCH, Damiana Bregalda. Sentir as palavras, criar trincheiras: mulheres em defesa da *Red de la Vida*. **Campos**, v. 19, n.1, p. 17-22, jan./jun. 2018.

FRANCHETTO, Bruna; CAVALCANTI, Maria Laura; HEILBORN, Maria Luiza. Antropologia e feminismo. In: FRANCHETTO, Bruna *et al.* **Perspectivas antropológicas da mulher**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. v. 1.

GAARD, Greta. Ecofeminism Revisited: Rejecting Essentialism and Re-Placing Species in a Material Feminist Environmentalism. **Feminist Formations**, v. 2, p. 26-53, 2011.

GABRIEL, Alice de Barros. Terras de homem nenhum: fabulações, lesbiandade e separatismos. **Revista Ártemis**, v. XXIX, p. 107-121, 2020.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados. A questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 07-41, 1995.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Antropologia do ciborgue**: as vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autêntica, 2000 [1985]. p. 37-130.

HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu**, n. 22, p. 201-246, 2004.

HARAWAY, Donna. **Staying with the trouble**. Durham: Duke University Press, 2016.

LIMA, Marcia Maria Tait. JESUS, Vanessa Brito de. Questões sobre gênero e tecnologia na construção da agroecologia. **Scientiae studia**, São Paulo, v.15, n.1, pp. 73-96, 2017.

LIMA, Marcia Maria Tait; GITAHY, Leda Maria Caira. Diálogos entre novos léxicos políticos e práticas comunitárias de cuidado em Abya Yala. **ClimaCom** – Povos Ouvir: A Coragem da Vergonha [online], Campinas, a. 6, n.16, dez. 2019. Disponível em: <http://clima.com.mudancasclimaticas.net.br/marcia-maria-tait-lima-e-leda-maria-caira-gitahy-dialogos-entre-novos-lexicos-politicos-e-praticas-comunitarias-de-cuidado-em-abya-yala/> Acesso em: 14 mai. 25.

MAIZZA, Fabiana. De mulheres e outras ficções: contrapontos em antropologia e feminismo. **Ilha**, v. 19, n. 1, p. 103-135, 2017.

MAIZZA, Fabiana; VIEIRA, Suzane de Alencar. Introdução ao dossiê Ecologia e Feminismo: criações políticas de mulheres indígenas, quilombolas e camponesas. **Campos**, v. 19, n. 1, p. 9-16, 2018.

MIES, Maria; SHIVA, Vandana. **Ecofeminism**. Londres/Nova York: Zed Books, 2014.

MORAES, Marcos Vinicius Malheiros. “Genealogia–Michel Foucault”. In: DEPARTAMENTO de Antropologia. **Enciclopédia de Antropologia**. São Paulo: Universidade de São Paulo/Departamento de Antropologia, 2018. Disponível em: <http://ea.fflch.usp.br/conceito/genealogia-michel-foucault> Acesso em: 14 mai. 25.

PANIZ, Flávia. Mulher, Vida e Liberdade: gênero, etnicidade e ecologia no movimento de mulheres Curdas em Rojava. **Campos**, v. 19, n. 2, 2019.

PLUMWOOD, Val. Ecofeminism: an overview and discussion of positions and arguments. **Australasian Journal of Philosophy**, v. 64, n. 1, p. 120-138, 1986.

SHIVA, Vandana. **Staying alive: Women, ecology and survival in India**. New Delhi: Kali for Women, 1988.

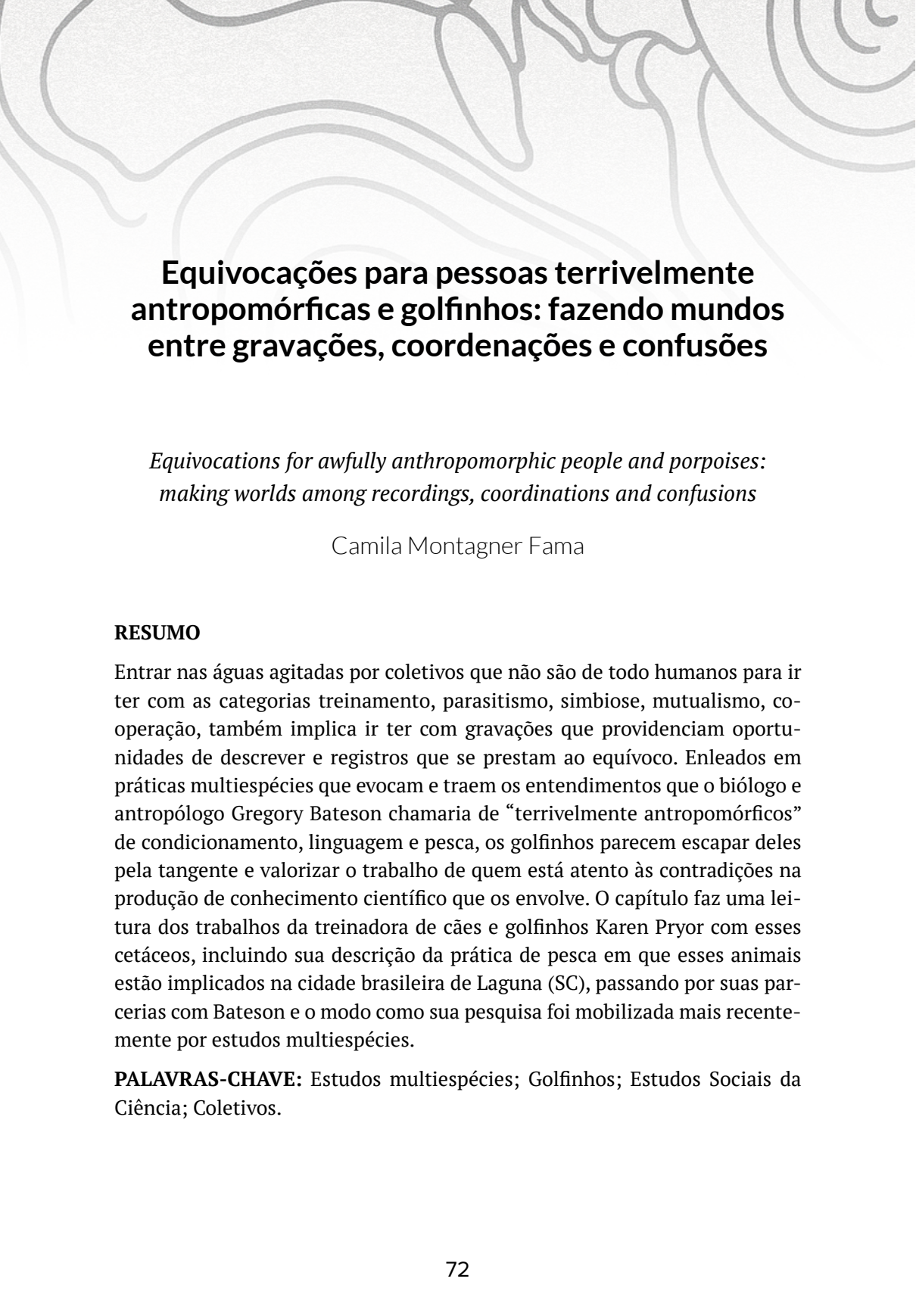
SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia**: transformando o campo, as florestas e as pessoas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

SOARES-PINTO, Nicole; RAMO Y AFFONSO, Ana María; BENITES, Sandra. Mulheres indígenas e suas coexistências—uma apresentação. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 173-178, 2020.

STENGERS, Isabelle. Experimenting with refrains: subjectivity and the challenge of escaping modern dualism. **Subjectivity**, v. 22, p. 38-59, 2008.

STENGERS, Isabelle. Uma ciência triste é aquela em que não se dança. Conversações com Isabelle Stengers. Entrevista concedida a Jamille Pinheiro Dias *et al.* **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 59, n. 2, p. 155-186, 2016. Disponível em: <https://revistas.usp.br/ra/article/view/121937> Acesso em: 14 mai. 25.

STRATHERN, Marilyn. **Partial connections**. Walnut Creek: Altamira Press, 1991.



Equivocações para pessoas terrivelmente antropomórficas e golfinhos: fazendo mundos entre gravações, coordenações e confusões

*Equivocations for awfully anthropomorphic people and porpoises:
making worlds among recordings, coordinations and confusions*

Camila Montagner Fama

RESUMO

Entrar nas águas agitadas por coletivos que não são de todo humanos para ir ter com as categorias treinamento, parasitismo, simbiose, mutualismo, cooperação, também implica ir ter com gravações que providenciam oportunidades de descrever e registros que se prestam ao equívoco. Enleados em práticas multiespécies que evocam e traem os entendimentos que o biólogo e antropólogo Gregory Bateson chamaria de “terrivelmente antropomórficos” de condicionamento, linguagem e pesca, os golfinhos parecem escapar deles pela tangente e valorizar o trabalho de quem está atento às contradições na produção de conhecimento científico que os envolve. O capítulo faz uma leitura dos trabalhos da treinadora de cães e golfinhos Karen Pryor com esses cetáceos, incluindo sua descrição da prática de pesca em que esses animais estão implicados na cidade brasileira de Laguna (SC), passando por suas parcerias com Bateson e o modo como sua pesquisa foi mobilizada mais recentemente por estudos multiespécies.

PALAVRAS-CHAVE: Estudos multiespécies; Golfinhos; Estudos Sociais da Ciência; Coletivos.

ABSTRACT

Diving into the complex interactions of groups that aren't entirely human to explore training, parasitism, symbiosis, mutualism, and cooperation also means encountering recordings that offer chances for description and registers that lend themselves to ambivalences. Entwined in multispecies practices that evoke and betray the understandings of what the anthropologist and biologist Gregory Bateson would call "awfully anthropomorphic" conceptions such as language, conditioning, and fishing, porpoises seem to evade all of them as escape artists. This chapter makes a reading from the works of Bateson, relating them to the porpoise and dog trainer and researcher Karen Pryor's writings about a fishing practice in which those animals participate in the Brazilian city of Laguna, going about the way the anthropologist and the trainer collaborated and how their work has been retaken by the recently formulated area of multispecies studies.

KEYWORDS: Multispecies studies; Porpoises; Social and feminist studies of Science; Collectives.

O texto a seguir faz parte de uma pesquisa em andamento¹ que se propôs a estudar o arquivo que contém anotações, transcrições de aulas, publicações, cartas, fotografias e outros documentos do biólogo e antropólogo Gregory Bateson. Após a morte de Bateson, em 1980, esses materiais foram doados pela família dele à Universidade da Califórnia Santa Cruz (UCSC), onde ele foi professor.

A pesquisa tem como foco principalmente o trabalho realizado por ele com animais que inclui filmes, como *The nature of play part I: river otters* (1954), e outros materiais que dizem respeito aos anos que ele passou como diretor em instituições de pesquisa focadas principalmente em estudar golfinhos, primeiro no *Communication Research Institute* (CRI), laboratório montado pelo neurocientista John Lilly

1 A pesquisa de doutorado que teve como um de seus desdobramentos a escrita desse capítulo é orientada pela professora Carolina Cantarino Rodrigues no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH/Unicamp). Antes de me tornar doutoranda, concluí, em 2018, o mestrado em Divulgação Científica e Cultural no Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor/Unicamp), onde também passei a participar do Labirinto a partir de 2019.

nas Ilhas Virgens nos anos 1960, e depois no *Oceanic Institute* (OI), que foi fundado lado a lado com o parque *Sea Life*, no Havaí.

O termo flexível, empregado comumente para descrever como golfinhos se portam como animais de laboratório pode tanto destacar a paciência e atenciosidade desses cetáceos quanto esconder do que mais eles podem se tornar capazes, quando se ouve a afirmação sobre a flexibilidade deles vezes o suficiente para embotar a possibilidade de que outras perguntas sejam feitas. Golfinhos mantidos em cativeiro que se apresentavam regularmente ao público e que, para tanto, treinavam regularmente com uma treinadora que os dava abertura para tomar a iniciativa de fazer mudanças no treinamento se tornavam, no entanto, surpreendentemente criativos quando essa relação forjada cotidianamente era colocada em jogo (Bateson, 1972).

Duas lontras de rio que, segundo Bateson e Kees (The Nature [...], 1954), pertencem a uma espécie cujos membros são conhecidos por serem brincalhões, não passaram incólumes pela imposição monótona do cativeiro no zoológico e não eram vistas brincando juntas, o que os levou à pergunta: mas e se alguma coisa mudasse? O arquivo de Bateson mantido e disponibilizado pela UCSC se tornou de interesse da pesquisa de doutorado que tem este capítulo de livro como um de seus desdobramentos na medida em que ele trabalhou pensando relações que animais não humanos podiam ter com humanos e reconexões com seus coespecíficos em lugares onde as relações ecológicas pareciam estar, em um primeiro momento, irremediavelmente fadadas a desaparecer, ou seja, em situações de cativeiro. No entanto, uma apresentação breve, e ainda assim justa, do que Bateson realizou sem se resumir aos trabalhos dele que interessam à pesquisa requer mencionar a importância que ele teve por suas contribuições à chamada Antropologia Visual (especialmente pelo trabalho publicado em colaboração com Margaret Mead, *Balinese Character*) e à etnografia (com *Naven*). Bateson também se dedicou a trabalhar com conceitos-chave formulados por pesquisadores da cibernética que se destaca-

ram nas Conferências Macy que tiveram esse tema na esteira do fim da Segunda Guerra Mundial.

Além disso, o caráter interdisciplinar do trabalho de Bateson com os animais e a sua insistência nas relações ecológicas o tornaram uma referência relevante para pesquisas da recente área dos estudos multiespécies (cf., por exemplo, Bird Rose, 2008; Catão, 2019; Coutinho, 2017; Haraway, 2003, 2008; Neves-Graça, 2005). Os estudos multiespécies se concentram nas “multidões de agentes animados que fazem com que eles estejam em meio a relações emaranhadas que incluem, mas sempre também excedem, dinâmicas de predador e presa, parasita e hospedeiro, pesquisador e pesquisado” (van Dooren *et al.*, 2016, p. 42). No mais, na pesquisa de doutorado que está aqui desdobrada em capítulo de livro, busquei também abrir possibilidades de metadiálogo dos fragmentos de histórias trazidos do arquivo de Bateson – chamado *Bateson Papers*, disponibilizado para consulta pública na UCSC, onde realizei parte deste estudo em 2024 – com os estudos feministas das ciências.

No caso, a visita aos *Bateson Papers* que fez parte da confecção da pesquisa levou-me também a me debruçar sobre publicações de seus parceiros de pesquisa vindos de diferentes disciplinas e práticas, e sobre as histórias dos animais que trabalharam nos seus estudos feitos no CRI, em experimentos no laboratório-parque e em águas abertas no Havaí e na Califórnia. Busquei entender, com a pesquisa e a partir do meu interesse na filosofia da ciência e nos estudos sociais da ciência e, em especial, os estudos feministas da ciência, de que modo o trabalho com o referido arquivo poderia “destravar potências, abrir caminhos”, como escreveu Martinez (2015). Nas histórias reunidas aqui, procurei destacar enleamentos de animais humanos e não humanos no fazer científico que se confunde com a produção midiática de entendimentos sobre o que se pode proteger e o que está sob ameaça.

Christopher Riley, em seu documentário sobre o laboratório CRI, termina de contar a história dos experimentos com golfinhos realizados ali com um tom esperançoso, dado pelo modo como este último passaria a se dedicar, em meados dos anos 1980, a combater a manutenção desses animais em cativeiro. Ao atuar nesse sentido, a partir dessa época, John Lilly contribuiu para que os golfinhos se tornassem “ícones que simbolizam um movimento conservacionista mais amplo” (The Girl [...], 2014, min 40:35).² Spong (1974), que pesquisou orcas em cativeiro e em águas abertas na Columbia Britânica, influenciou a transição do *Greenpeace* de uma organização antinuclear para uma encampadora da causa das baleias. Mas, no período entre o final dos anos 1950 e o início dos 1970 a manutenção dos golfinhos e pequenas baleias em cativeiro a longo prazo era uma novidade considerada de início como bem-vinda tanto por pesquisadores de cetáceos quanto para a indústria do entretenimento.

Em 1998, Karen Pryor, a pesquisadora e treinadora de cães e cetáceos que trabalhou no parque *Sea Life*, e o biólogo marinho especializado em mamíferos que foi curador do oceanário *Marineland of the Pacific*, Kenneth Norris, escreveram juntos uma introdução para a coletânea organizada por eles intitulada *Dolphin Societies*. Nela, eles destacaram que pesquisas com animais chamados de selvagens, particularmente no caso dos golfinhos, são feitas em meio a “estrondos de publicidade e especulação” (Pryor; Norris, 1998). Em outra ocasião, Pryor (1973) destacaria a mesma “mística” criada em torno dos golfinhos como relacionada ao aumento de exposições e à maior disponibilidade de golfinhos para visitação pública. A sua aversão ao que considera um gerador de estardalhaços, entretanto, não diz respeito ao treinamento dos golfinhos para essas aparições, mas sim ao modo como equívocos sobre os golfinhos tinham ampla atenção pública, enquanto aquilo que os “trabalhadores legítimos” envolvidos nas pesqui-

2 Tradução própria, assim como as dos demais trechos que foram trazidos neste trabalho, a partir de textos originalmente publicados em outras línguas.

sas tinham a dizer acabava circulando somente entre outros membros da comunidade científica que também tinham interesse nos mamíferos marinhos. O estopim desse alvoroço teria sido os “primeiros experimentos em ‘comunicação’” (Pryor; Norris, 1998, p. 2) que deram início ao que mais tarde passaria a ser um componente expressivo da viabilização, realização e submissão para apreciação de estudos que eram feitos desses cetáceos.

Lilly tinha realizado experimentos de laboratório com golfinhos ainda antes da abertura do CRI, trabalhando com oito pesquisadores que levaram para o *Marine Studios*, na Flórida, equipamentos de laboratório de neurofisiologia. O oceanário *Marine Studios* foi, antes de tudo, a construção de um truque de filmagem (Norris, 1974, p. 35). No final dos anos 1930, quando não existia escafandro, um grupo estava interessado em fazer filmagens submarinas dos animais e tratou de implantar na Flórida a versão marinha de um truque usado para filmar animais terrestres. Inicialmente, um truque parecido tinha sido usado em filmagens de animais na África que viviam em região de savana, fazendo com que aparecessem com regularidade no raio de alcance da câmera, mesmo que aparentemente nada os impedisse de se debandarem para longe do equipamento. Essa artimanha consistia em cercar os animais previamente ao início das filmagens em uma área grande o suficiente para que seus limites parecessem não existir nas imagens. No tanque cilíndrico de aço do *Marine Studios* também acontecia algo assim: a estrutura “cercava” os peixes e as câmeras se posicionavam nas vigias filmando-os passando de tempos em tempos em frente às suas lentes. O “estádio dos golfinhos”, onde cetáceos treinados se apresentavam e o público assistia de arquibancadas e que também abrigava tanques adjacentes que possibilitavam que esses animais entrassem e saíssem de cena, foi uma expansão da estrutura inicial do *Marine Studios* concluída em 1952. Em 1953, o oceanário também terminou a construção de uma instalação destinada a ser um laboratório. Mesmo na ausência de instalações dedicadas a atividades laboratoriais, pelo menos

um animal capturado e mantido pelo estúdio tinha previamente sido empregado em experimento (Schevill; Lawrence, 1953) ao ser levado temporariamente para uma área cercada do rio Matanzas, um corpo d'água situado nas redondezas, para a realização de testes.

O *Marine Studios* foi o fornecedor que enviou golfinhos para o CRI e também para o oceanário *Marineland of the Pacific*, em Los Angeles. Em uma apresentação publicada em livro, Lilly (1974) remonta ao modo como ele e Alice Miller ficaram intrigados ao escutar, em 1961, fitas de áudio gravadas em experimentos realizados com golfinhos em busca de sons desses cetáceos mantidos em cativeiro como animais experimentais. As fitas remetiam à alguma fala que havia acabado de ser feita pelo pessoal do laboratório. Lilly (1974) conta que ele obteve esse efeito de imitação pela primeira vez em 1957 com um golfinho que estava com eletrodos implantados em seu cérebro, e concluído que isso tinha sido resultado do estímulo causado com o auxílio do equipamento, algo que seria impossível de obter sem esse arranjo.

Depois de vasculhar as fitas, ele e Miller encontraram uma gravação em que Lizzie, um nariz-de-garrafa,³ produziu um som “humanoide” embaixo da água sem estar ligado a nenhum equipamento. O CRI se tornou, então, sede de um projeto financiado pela NASA em 1963, em que um dos golfinhos ali mantidos foi treinado com o objetivo de incluí-lo entre os falantes da língua inglesa (*The Girl [...]*, 2014). Dois dos golfinhos que foram levados para a *Dolphin House*, Pamela e Sissy, tinham sido parte do elenco de *Flipper*, série de TV que estreou no ano seguinte. Nesse meio tempo, John Lilly (1961) publicou um livro intitulado *Man and Dolphin* extrapolando a questão do som “humanoide” feito por Lizzie para dar a entender que golfinhos poderiam conversar na língua dos pesquisadores. O livro se tornou um *best-seller* da época. Pryor (1973) cita diretamente John Lilly para falar do estardalhaço que seu trabalho atraiu para as pesquisas subsequentes com golfinhos, com destaque para o modo como o neurocientista elogiou a avidez se-

3 *Tursiops truncatus*.

xual desses animais, principalmente dos machos, quando em cativeiro – algo que, para a treinadora, não seria considerado espirituoso se no lugar dos golfinhos estivesse um cachorro, por exemplo.

Em 2014, por ocasião da estreia do documentário sobre o trabalho realizado no CRI, o jornal *The Guardian*⁴ publicou uma matéria na qual o diretor do filme chamava a atenção para como os experimentos de Lilly com a aplicação de dietilamida do ácido lisérgico (LSD) nos golfinhos não renderam os resultados esperados, dragando com isso a dedicação do neurocientista ao bem-estar dos animais. Por esse motivo, o biólogo e antropólogo Gregory Bateson teria deixado em 1964 o posto que ocupava de diretor do CRI, e as atividades do laboratório foram encerradas pouco depois, com os animais sendo transferidos para outro laboratório de Lilly, em Miami. Em seu livro sobre como cientistas testaram e por vezes se deixaram levar pelo fascínio das promessas do LSD, Benjamin Breen (2024) cita uma carta de Bateson da época em que ele escreveu para um possível financiador do laboratório que não deixaria o seu posto no CRI pois isso seria para ele “uma grande tristeza e um desperdício”. Em 1966, os golfinhos antes mantidos no CRI e levados à Miami foram ficando debilitados ao ponto de quatro dos sete animais morrerem parando de subir à superfície para respirar, o que o neurocientista chamou de “suicídio”.

Bateson (1958) destacou quando escreveu “*The New Conceptual Frames for Behavioral Research*” que “quase a totalidade da ciência tem se dedicado a tentar explicar o externo, as características de entidades por meio da criação de hipóteses sobre o que está dentro delas”. Os cérebros dos golfinhos mantidos em cativeiro eram como uma fronteira que dispensava a pele como marcador que separa o que é interno e externo. Por outro lado, as gravações se tornaram componentes importantes na formulação de hipóteses tanto sobre as relações eco-

4 RILEY, Christopher. The dolphin who loved me: the Nasa-funded project that went wrong. *The Guardian*, Londres, 8 jun. 2014. Disponível em: <https://www.theguardian.com/environment/2014/jun/08/the-dolphin-who-loved-me>. Acesso em: 2 fev. 2022.

lógicas quanto sobre o modo como os golfinhos lidavam com as situações de pesquisa e treino a que eram submetidos em cativeiro. Além da manutenção desses animais em cativeiro a longo prazo ter começado, como lembrou Norris (1974), na “era da eletrônica”, fazer e manter registros audiovisuais dos golfinhos também auxiliava os experimentadores a se colocar a par do que eles não conseguiam acompanhar nos experimentos com esses cetáceos enquanto eles estavam em andamento. Os equipamentos permitiram aos experimentadores, entre outras coisas, manter e recorrer a registros dos sons que os golfinhos faziam quando estavam lidando uns com os outros embaixo da água (Lilly, 1974) ou quando usavam ecolocalização para se movimentar em um tanque (Norris, 1974, p. 109), mesmo que em ambas as situações grande parte dos sons feitos por esses animais se concentrasse fora do alcance da audição humana. Os registros de vídeo, por sua vez, auxiliaram os experimentadores a acompanhar as manobras aéreas de um golfinho que estava sendo testado, numa tentativa de fazer com que apresentasse uma ação diferente e ainda não recompensada pela sua treinadora cada vez que ela tocasse um apito, depois de já ter reforçado a ação anteriormente eleita para reforço por algumas vezes e se recusado a continuar reforçando a mesma ação – o golfinho era tanto levado a repetir certas ações para que os experimentadores tivessem registros suficientemente bons delas feitos com uma filmadora quanto estimulado a apresentar ações inéditas, a ponto do experimento ser encerrado porque as ações tinham se tornado complexas o suficiente para que os experimentadores enfrentassem dificuldades em acompanhá-las (Pryor *et al.*, 1969).

Logo após sua saída do CRI, Bateson foi trabalhar no *Oceanic Institute* como diretor associado de pesquisa, ao lado de Karen Pryor. O instituto dividia instalações e pessoal com o parque *Sea Life*, e provavelmente foi ali que ele assistiu à demonstração de treinamento (que não cita diretamente) de Malia com sua treinadora que serviu de base para o experimento feito sob sua orientação que foi descri-

to em dois artigos (Pryor *et al.*, 1969), um deles apresentado em simpósio (Bateson, 1972), e em um relatório (Pryor *et al.*, 1967) destinado à Estação Aeronaval de Armas de China Lake, uma área de testes de mísseis da marinha dos EUA na Califórnia.

No experimento, os dentes-rugosos⁵ Malia e Hou precisaram atuar de modo a considerar que a recusa da treinadora em entregar a eles os peixes que vinham servindo de reforço não tinha apenas o sentido de que o comportamento até então reforçado deixou de ser elegível para reforço, mas também indicava qual o critério estabelecido pela treinadora para considerar ou não como elegível para reforço o comportamento seguinte. O experimento requeria que os dois considerassem que aquela recusa da treinadora em ceder a recompensa quando repetiam um comportamento previamente recompensado também tinha mais de um sentido, sendo que os sentidos não eram mutuamente excludentes. Os sentidos dessa recusa eram de que (i) o comportamento anteriormente recompensado tinha deixado de ser elegível para recompensa “e”, (ii) que comportamentos que não houvessem sido previamente recompensados seriam, por sua vez, elegíveis para a mesma recompensa, caso o golfinho os apresentasse na sequência. Bateson (1972, p. 203) considerou que “sofrimento severo e desajustamento” – o que, para ele, também caracterizavam o chamado “duplo vínculo” (*double bind*) podendo ter como subproduto a disjunção esquizofrênica –, podem ser “induzidos ao se colocar o animal em maus lençóis no que diz respeito às regras que conferem sentido a relacionamentos importantes com outros mamíferos”. Mas sua descrição do experimento termina com um tom conciliador no qual ele afirma que “se essa patologia puder ser evitada ou resistida, a experiência total pode promover a criatividade” (Bateson, 1972, p. 203). Quanto à apresentação ao público do *Sea Life* que serviu de base para o experimento, Bateson (1974, p. 161) escreveria mais tarde que a considerou pouco frutífera

5 *Steno bredanensis*.

de modo a não estar certo que “qualquer coisa possa ser condicionada” a partir do treino.

No relatório que escreveram sobre esse experimento, os experimentadores (Pryor *et al.*, 1967) usaram um termo, o deuteroprendizado, trabalhado por Bateson (1972) como referente ao aprendizado sobre como aprender ou meta-aprendizado. Malia e Hou, ao se darem conta que aquela era uma situação de aprendizado em que o acontecido poderia servir de base para que eles entendessem o que se desenrolaria dali em diante, fizeram algo que não se resumia à afirmação de que os animais aprenderam algo, mas que eles se guiaram não apenas pelas ações imediatamente anteriores da treinadora. Eles souberam levar em conta até certo ponto o histórico de ações da treinadora para conseguir agir de acordo com o critério colocado por ela – que não lhes indicava exatamente o que fazer para receber a recompensa, mas dava a eles a abertura para considerarem o que aconteceu, de modo a extrair disso o critério que estava em jogo.

Entre o final de 1962 e o início de 1963, Bateson e o primatólogo Stuart Altmann trocaram uma série de cartas, que são disponibilizadas no arquivo que tem o antropólogo como titular. As cartas tratam, em parte, do que seria a metacomunicação, e o fazem em relação aos estudos que Altmann estava realizando nos anos iniciais de sua carreira que, como lembrou Haraway (1989), “reconstituíram a sociedade primata no enquadramento da teoria da comunicação cibernética”. Na mesma época em que se correspondeu com Bateson, Altmann publicou um trabalho em que tratava da dominância em coalizões firmadas entre macacos *rhesus* machos e a relação delas com a evolução da cooperação social, sendo que, para ele, o próprio conceito de sociedade tinha matizes da teoria matemática da comunicação do cibernético Claude Shannon. Altmann (1962, p. 373 *apud* Haraway, 1989) escreveu que “‘sociedade’ será definido como um agregado de indivíduos coespecíficos se intercomunicando socialmente, que tem suas fronteiras delimitadas por comunicações bem menos frequentes”.

Os estudos de Altmann tratavam os indicadores de status como comunicação sobre comunicação ou metacomunicação, garantindo que o sentido da história que os animais contavam uns aos outros quando se metacomunicavam tinha o familiar enquadramento da ideia geral em torno da qual o trabalho dele se organizava: de que se meta-comunicar era uma questão de custo-benefício que permitia aos *rhesus* nos diferentes níveis hierárquicos dar prioridade ao que era evolutivamente importante. Bateson (1962) escreveu de volta para Altmann afirmando que “o trabalho de deduzir o comportamento correto no contexto então definido [metacomunicacionalmente] fica com o recipiente dessas mensagens”. Para ele, o mais importante não era ter certeza de que os animais que se metacomunicavam consideravam a metacomunicação no mesmo sentido da importância evolutiva a qual o enquadre metanarrativo do custo-benefício permitia aludir.

Haraway (1989, p. 107) destacou que:

a busca pela estruturação da “metacomunicação” têm sido uma questão privilegiada nas ciências humanas e da vida no final do século XX. A metanarrativa coloca os limites para as possíveis histórias, a metacomunicação coloca os limites para a possibilidade de semiose.

Para Bateson (1962), entretanto, o que tornava o meta-aprendizado relevante era menos uma questão de se certificar de que era possível que os animais estivessem contando histórias que tinham o mesmo sentido que a narrativa historicamente específica de Altmann, e mais um indicativo de que o modo como se dava o aprendizado era importante, quando o que estava em jogo era mudar o curso em que uma determinada linha de ação estava se desenrolando.

Bateson (1972, 1974) e Pryor *et al.* (1967) fizeram referência a dispositivos de gravação que usaram no trabalho com os golfinhos no *Sea Life*. Esses instrumentos eram citados como empregados para acom-

panhamento, por parte do pessoal do parque, na medida do possível, do que os golfinhos faziam/percebiam usando as imagens e sons como auxiliares. Levando em conta que os golfinhos conseguiam distinguir quem era quem entre o pessoal do parque e respondiam seletivamente de acordo com a sua relação com cada um, Pryor (1981, p. 139) considerava importante que o animal com que treinava pudesse vê-la, interagir com ela e dar início a mudanças no processo de treinamento. Burrhus Skinner, principal nome da fundação do behaviorismo, se valia de gravadores para “purificar” os experimentos no sentido de reproduzir para os animais durante os testes certos sons sem que, para isso, o experimentador desenvolvesse uma relação particular com eles, e não para gravar o que os animais faziam. Especialmente para Pryor, aquilo que “purificava” a situação no caso dos experimentos de Skinner parecia ser particularmente desinteressante no trato com os golfinhos.

Bateson afirmava que a vida era impossível sem cruzar ou varar pelas bordas de categorias que contavam histórias lineares como a do jogador – da Teoria dos Jogos de John Von Neumann e Oskar Morgenstern –, que não podia agir em desacordo com o que havia sido fixado como regra em um passado que era então recente. Ao mesmo tempo, a reincidência de ações que faziam render aplicações da Teoria dos Jogos feita pela dupla almejando vantagens na guerra levou Bateson (1952) a escrever uma carta para Norbert Wiener, memorializado como fundador da cibernética, dizendo que isso podia comprometer a capacidade das pessoas a considerarem umas às outras na qualidade de qualquer coisa que não de jogadoras. A ciência que se atrelava à produção de tecnologias de finalidade única, escreveu Bateson (1952), era calcada na lógica que supunha que o mundo dos vivos poderia ser separado em classes de modo livre de paradoxos, e podia produzir verdades que eram tão verdadeiras quanto tinham sido volumosas as ações recentes de governos – particularmente o dos Estados Unidos – tomadas com base nesse modelo que imitava servilmente a modalidade cientí-

fica politicamente dominante, sem nem tentar resistir ao teste do tempo a longo prazo.

Bateson e Kees (*The Nature [...]*, 1954) também se valeram de dispositivos de gravação quando buscaram filmar para o *The Nature of Play* as duas lontras de rio no zoológico oferecendo a elas um pedaço de papel amarrado num barbante para ver se elas brincavam juntas. As lontras, que na época não tinham sido vistas a brincar juntas no cativeiro onde ficavam expostas, estavam prontas para entrar na brincadeira e/ou responderam bem a tempo dos dois conseguirem filmá-las brincando uma com a outra, começando por brincar de disputar o pedaço de papel no barbante. Mais tarde, Bateson tiraria o “objeto simbólico” de foco e trataria da brincadeira em termos de contexto, o que enfatiza a operação que os animais fazem de deslocar elementos de outras situações, como os da briga, para compor a brincadeira. Mas, ainda assim, para poder afirmar que as lontras viam o “objeto simbólico” como “comida” de brinquedo, Bateson e Kees (*The Nature [...]*, 1954) contavam com as atitudes que elas tinham a partir daquela intromissão dos experimentadores propondo que brincassem, e isso incluía o modo de elas tocarem e pegarem o papel amarrado. Quando, como parte do experimento, um pedaço de peixe foi amarrado ao barbante em vez do papel, a situação mudou de figura: as lontras paravam de perseguir juntas e tentar tirar o pedaço de peixe uma da outra quando uma delas o tinha na boca. Nesse sentido, foi considerado que elas tratavam a situação mais como uma disputa, uma briga, pelo peixe – enquanto que, no caso do papel, pegar o que estava na ponta do barbante foi tratado mais como um jogo. O filme teria uma sequência a ser feita com cães-guia, mas Kees morreu em 1955 e *The Nature of Play: Part II* não chegou a ser finalizado. Bateson e Kees (*The Nature [...]*, 1954) destacaram que lontras “eram conhecidas por serem brincalhonas”, mas isso tinha deixado de ser verdade para as duas que eles filmaram no zoológico.

Na apresentação que fez em 1955 na Segunda Conferência em Processos Grupais, Bateson (1956) insistiu que o seu interesse

na brincadeira era devido ao modo como ela não poderia ser formalizada logicamente sem cair em paradoxos ou erros ou, ao menos, arriscar cair. Em sua Teoria da Fantasia e da Brincadeira, Bateson (1972) cita uma visita que fez em janeiro de 1952 ao Fleishhacker Zoo, poucos meses antes de escrever a carta para Norbert Wiener na qual ressaltava a total ausência de humor e a inaptidão dos “robôs de Von Neumann” para a brincadeira, algo em que os mamíferos e as pessoas se saíam bem. Para ele, a brincadeira era um aprendizado que “não podemos reivindicar que foi ‘descoberto’ por nós” (Bateson, 1977, p. 8), que não exigia um treinador ou experimentador para ensinar animais ou crianças o que fazer. Tanto a abstenção quanto a prática da brincadeira poderia indicar algo sobre conexões dos animais no zoológico com sistemas de “tamanho ecológico” (Bateson, G.; Bateson, M., 1987). Sobre a visita, ele menciona que viu dois macacos brincarem de modo semelhante a uma luta, mas que não era o mesmo que uma luta (Bateson, G.; Bateson, M., 1987). Na sequência, ele escreveu que os macacos que brincavam estariam envolvidos em algum tipo de “metacomunicação”. Dito de outro modo, Bateson (Bateson, G.; Bateson, M., 1987) implicou que os macacos faziam sinais que indicavam um ao outro que aquilo era brincadeira.

Nos metadiálogos que Bateson (1972) publicou com conversas que teve com sua filha Mary Catherine, ele novamente se contrapôs ao modo como a lógica pode moldar as formas de conhecer e o que se tem a dizer sobre o conhecido: “Penso que entendemos direito algumas ideias, e as confusões ajudam. Quero dizer, se nós dois falássemos logicamente o tempo todo, nós nunca chegaríamos a lugar algum. Apenas papagaiaríamos todos os velhos clichês”.

Campanhas midiáticas que estereotipavam a avidez sexual de golfinhos machos mantidos em cativeiro podem ter sido um obstáculo para o trabalho de treinadores e pesquisadores que buscavam trabalhar com eles e ponderar sobre como poderiam fazê-lo responsavelmente, como escreveu Pryor (1973). Entretanto, pelo menos

no Brasil, a atenção midiática que Ric O’Barry, treinador dos golfinhos da série *Flipper*, atraiu ao passar a combater a manutenção desses animais em cativeiro a partir dos anos 1980 e participar do processo de liberação de um boto mantido para exibição no Oceanorium de São Vicente na década seguinte, é apontado como um dos fatores que tiveram como efeito conferir uma maior proteção a esses animais. O interesse de emissoras de TV nacionais e internacionais na soltura, somado à atuação da Polícia Ambiental em Laguna (SC), onde o cetáceo foi solto, foi apontado por Catão (2019) como elemento inibidor de conflitos entre “botos e botas ruins” com os pescadores praticantes da pesca coletiva⁶ em Santa Catarina, que conta com a participação de outros “botos e botas” considerados “bons” por conduzirem as tainhas em direção às suas redes. Esses conflitos tinham desfechos letais para “botos e botas ruins”, assim considerados porque atrapalhavam a pesca dos pescadores com os mais ou menos vinte “botos e botas boas” do local, que receberam nomes e participavam de uma prática passada por gerações de mães “botas” para seus filhotes com registros mantidos em Laguna, que dizem que ela está em vigor ali desde 1847. Catão (2019) descreve uma das modalidades da pesca artesanal feita conjuntamente com “botos” em Laguna num arranjo multiespécie que enleia os “botos e botas boas” de forma tão cingida aos pescadores, que andam trazendo a rede na água onde se posicionam para aguardar a chegada dos peixes enfileirados de pé, a ponto de eles conseguirem distinguir os cetáceos um por um quando eles chegam a uma distância de mais ou menos 50 metros (Pryor; Lindbergh, 1990) trazendo consigo cardumes de tainhas. Ao fazer entrevistas para sua pesquisa, Catão (2019) ouviu a neta de um homem que tinha ficado conhecido na região por matar “botos” que causavam prejuízos para os pescado-

6 Pryor e Lindbergh (1990) publicaram o primeiro artigo que diz respeito à pesca “cooperativa” entre pescadores e botos na cidade brasileira de Laguna (SC). A pesca cooperativa é um termo das ciências biológicas que deriva das variações das classificações das relações ecológicas – simbiose, parasitismo, mutualismo, predação etc. Por considerar que esses termos trazem uma “herança utilitária e economicista” e que a colocação de que a pesca é iniciada pelos golfinhos seria demasiadamente unilateral, Catão (2019) diz se tratar de uma pesca conjunta.

res e suas famílias que, por sua vez, o tratavam com gratidão. “Botos” e “botas”, por sua vez, é o modo como os pescadores chamam cetáceos de pequeno porte, como os golfinhos.

Entre 1988 e 1989, Pryor e Lindbergh (1990) acompanharam a atividade dos pescadores e botos de Laguna para fins de pesquisa e depois destacaram que os botos traziam os cardumes de peixes (tainhas⁷ entre os meses de novembro a junho, outras espécies – corvinas⁸ e miraguias,⁹ também conhecidos como corvinas-pretas – entre setembro e outubro) para perto dos pescadores. O artigo publicado por Pryor *et al.* (1990) com base nessa experiência foi a primeira descrição feita em publicação científica da pesca cooperativa de pescadores e botos em Laguna. A publicação busca responder à pergunta: quem treina e quem é treinado (ou quem treina “com” quem) na pesca “cooperativa”?

O argumento de Pryor *et al.* (1990) era de que o controle da pesca, bem como a indicação do momento de dar início à atividade, eram atividades exercidas pelos nariz-de-garrafa¹⁰ da região. Entretanto, os autores destacam que, mesmo os pescadores sendo capazes de distinguir cada um dos “botos bons” envolvidos e os botos se dirigindo aos pescadores para indicar o tamanho do cardume de acordo com a intensidade com que ele se move na hora de avisá-los que os peixes estão vindo, qualquer tentativa por parte deles de cumprimentar ou chamar os botos era considerada uma distração com potencial de comprometer a pesca. Diferentemente do que faziam os botos entre si, se cumprimentando com tapinhas ou se encostando de leve quando seu subgrupo se encontrava com outros formados pela mesma espécie na extensa faixa de oceano conhecida como Pacífico Tropical Oriental (Pryor; Shallenberger, 1998, p. 191), os pescadores de Laguna desacon-

7 *Mugil cephalus*.

8 *Micropogonias furnieri*.

9 *Pogonias chromis*.

10 *Tursiops truncatus*.

selhavam a prática de saudações feitas para seus conhecidos parceiros de pesca, tendo em vista priorizar essa atividade conjunta.

A ênfase do trabalho de Pryor em dar conta de como os botos se comportavam amigavelmente e distinguir de comportamentos que indicavam irritação, insatisfação ou até agressividade sugere a sua preocupação em manter os botos interessados naqueles com quem eles tinham relações de trabalho, mesmo quando eles não estavam em cativeiro, e assim interessar também treinadores e outros pesquisadores. Em águas abertas, ponderou Bateson (1974), a dificuldade de fazer pesquisa com os botos era de que logo se davam conta que a presença humana era indicativo de que a situação era fora do comum e agiam nesse sentido. Bateson (1974) considerava mergulhadores, pesquisadores e treinadores “pessoas terrivelmente antropomórficas” e que isso não passava em brancas nuvens para os botos. Pryor (1973, p. 415) também destacou que a disposição dos botos em pegar carona nas ondas de proa dos navios acontecia em todos os oceanos, de tal modo “que é quase certo que o façam puramente por esporte”. O interesse deles parecia estar mais no que as embarcações poderiam lhes proporcionar do que nos embarcados.

AMPLIANDO O CAMPO DAS HISTÓRIAS POSSÍVEIS

Não foi desacompanhada que me lancei à tarefa de contar histórias de naturezas-culturas que não são a Natureza cândida, que somente pode ser constituída por encaixes forçados nos moldes estereotipados que aparecem como o outro lado da mesma moeda, ligados à promessa de que o mundo tecnocientífico nada mais seria que o curso inevitável das coisas. A tecnociência, como a ponta de lança de uma Ciência que toma a modalidade experimental das ciências como modelo geral de objetividade, se filia e ao mesmo tempo atualiza a busca pela Natureza, que fundamenta a ficção do humano moderno servindo para justificar sua imposição sobre outros mundos destituindo-os de um futuro. Haraway (1992) e Barad (2007) foram duas autoras

nas quais me apoiei para tratar de dar peso, sem tratar como destino certo nem índice do supérfluo, o modo como a corrida armamentista-tecnológica-espacial-científica, que convencionou-se chamar de tecnociência, se costurava nas possibilidades que experimentadores, treinadores e outros interessados vislumbravam no que diz respeito ao que as relações com animais não humanos poderiam vir a se tornar.

Haraway (1992) chamou a atenção para o modo como a promessa de uma regeneração completa a ser conduzida em alguns lugares era feita a par e passo da destruição desenfreada de outros cantos do planeta e abria ainda mais frentes para que a tecnociência se impusesse sobre os que “falham em aceitar um mundo único” (Stengers, 2011, p. 375). Ela cita especificamente o modo como indígenas dos EUA estavam sendo expulsos do seu território, onde cultivavam coordenações duradouras entre humanos e não humanos, para dar lugar a reservas amuradas e parques nacionais onde soluções técnicas seriam empregadas para restituir completamente essas áreas ao estado de coisas propagandeado como sendo o único reconhecido como original. Em vez de se limitar a disputar ficções nostálgicas sobre o cândido passado da Natureza, Haraway (1992) se dedica à estranheza das composições dos distintos corpos políticos que não param de implodir fronteiras e buscar articulações que não visam à completude unívoca, colocando em jogo as suas disparidades de modo a não caber e se prestar a retesadamente romper com os moldes aos quais pareciam inicialmente destinados a preencher.

É nesse sentido do rompimento retesado com moldes pré-estabelecidos que o trabalho aqui apresentado propõe um modo de se interessar levando em conta as condições experimentais, conforme elas aparecem no arquivo e na bibliografia/filmografia pesquisada referente ao período entre os anos 1950 e 1970, e não se limita a tomar essas condições como o que permite ao experimentador ou àquele que atua tomando a modalidade experimental politicamente dominante das ciências como modelo agir como desinteressado. Trazendo fragmentos

juntados dessas histórias, sem amenizar as diferenças implicadas por serem eles provenientes de conhecimentos de disciplinas ímpares e de fontes em que figuram informações incompletas e por vezes conflitantes, esse capítulo é uma tentativa de as recontar, de certo modo e parcialmente, abrindo possibilidades de metadiálogo com deslocamentos e recomposições com os estudos feministas das ciências. Essas abordagens se tornaram particularmente importantes para o trabalho aqui apresentado na medida em que nutrem a imaginação política contando histórias em que os personagens são originalmente enleados entre deslocamentos e rearticulações. Em vez de regenerar voltando a um estado anterior, os personagens que interessam Haraway (1992) seguiram fazendo composições “impróprias” de corpos políticos que deixavam entrever possibilidades de futuro pelas emendas e engates com que se conectavam parcialmente com seus outros de modos “inapropriados”,¹¹ futuros que não aquele propagandeado pela tecnologia como sendo inevitável.

O recorte do trabalho aqui apresentado como capítulo de livro, que foi pensado na confecção de uma tese de doutorado para tratar de como metáforas se conectam à experiência e aos modos como relações com não humanos são pensadas atreladas ao conhecimento científico, particularmente pesquisas com animais de laboratório, limita os efeitos dos deslocamentos e recomposições que cabem abordar. Em relação às junções e disjunções do trabalho de Bateson com os entendimentos produzidos pelos demais cibernéticos, especificamente, coube à pesquisa abordar o modo como o antropólogo levou para o seu trabalho a principal característica no trato conferido pela cibernética aos seres vivos: abordá-los em termos de risco, probabilidades, suscetibilidades. No entanto, ele fez com que essas características se desdobrassem em problemas de pesquisa que não se limitavam a definir as coisas vivas dessa maneira. Bateson (1976, p. 13) buscou organizar e descrever experimentos com animais levando em conta

11 Haraway (1992) se vale de uma junção de palavras “*inappropriate/d*”.

como a corrida tecnológica-armamentista-científica-espacial arregimentou aliados tanto no behaviorismo quanto na lógica de que eram guiados puramente por “ideias”, de tal feita que suas relações poderiam ser consideradas “patologias da lógica” porque rompem com as regras do “argumento” criando ambos “grandes domínios imaginários de explicação”. Ele se ocupou de fazer do seu trabalho uma contraposição ao modo como a pesquisa militar e agências consultivas como a *Rand Corporation* operavam, tendo em vista obter vantagens de guerra a curto prazo para os EUA sem se preocupar com o modo como suas ações seriam deslocadas e rearticuladas em problemas “de tamanho ecológico” (Bateson, G.; Bateson, M., 1987, p. 144) ao longo do tempo.

O longo prazo também foi uma questão que pesou para Bateson (1974, p. 161) ao considerar a demonstração de treinamento de condicionamento operante que assistiu no *Sea Life* como infrutífera questionando que “qualquer coisa possa ser condicionada” por ela, assim como outros momentos em seu trabalho que escreveu sobre a pouca confiança que tinha em práticas de treinamento. Ele frisava que era importante tratar das coordenações mais duradouras que possibilitavam o que quer que treinadores/experimentadores pudessem fazer em laboratórios e parques. Bateson (1970, p. 70) também enfatizou a importância de pensar “organismos” em conexão com sistemas que ultrapassam e atravessam o que se costumava pensar como unidade, sendo que para os animais nos laboratórios da psicologia “o aprendizado é ele mesmo a descoberta por parte do animal de contornos na sua experiência”. Entretanto, a morte de Bateson em 1980 antecedeu o momento em que figuras como John Lilly e Ric O’Barry, que estiveram ligadas a ele por conta de seu interesse nos botos, passaram a combater a permanência desses animais em cativeiro.

Pouco mais tarde, em 1981, Pryor viria a escrever que treinadores de botos não eram skinnerianos seguindo regras ao pé da letra. Mas mesmo os treinadores behavioristas, como apontou Haraway (2008), ironicamente acabaram envolvidos nas dinâmicas da biopolí-

tica da reprodução obrigatória dos zoológicos, que tem como uma das poucas justificativas para existirem a prevenção da extinção dos animais que são mantidos ali por conta de seus habitats estarem em vias de desaparecimento. Nessas situações, os behavioristas trabalham para a melhoria e gestão da qualidade de vida. A autora, que treinou *agility* com Cayenne, a cachorra de estimação que a tinha como “sua humana” (Haraway, 2008), considera que treinar com uma criatura doméstica ou selvagem, buscando saber mais sobre ela sem que isso seja destinado a ter uma função, pode ser um modo de desengajamento da semiótica e das tecnologias dessa biopolítica. Quanto às acusações de que o treinamento corromperia animais selvagens, ela destaca que “Pryor e outros treinadores que usam o método positivo respondem que seu trabalho melhora a vida dos animais em cativeiro e deveria se tornar parte do manejo normal e do enriquecimento ambiental” (Haraway, 2008, p. 293).

Nesse sentido, Haraway (2008, 2013, 2016) buscou desestabilizar categorias de parentesco, gênero, espécie, raça e hereditariedade. Isso porque ela enfatizou que o mundo em que as atividades de manutenção do capitalismo tecnocientífico estendem seu domínio no intuito de reservarem para si a prerrogativa de dar sobre ele a palavra final, ainda pode se tornar muito mais estranho que os estereótipos que ela elege como vetores de sua propagação. Stengers (2011) sugere que Haraway (2008) entra em termos com a necessidade que teve de usar métodos behavioristas “para melhor entender seus próprios erros”, como um lembrete que sua cachorra não “era uma criança usando um casaco de pele nem uma falante nativa da língua inglesa”. Para Haraway (2008), o treino, desde que não seja destinado a ter uma função fixamente restrita, permite aos animais humanos e não humanos se conhecerem mutuamente como numa brincadeira. Ela elege a questão “pode o animal brincar?” como mais interessante, pois ela carrega mais possibilidades em termos de respostas mútuas que a questão “pode o animal sofrer?”.

Citando Bateson (1972), que buscou responder à pergunta “pode o animal brincar?”, Coutinho (2017, p. 120) retoma a ironia de que “o inventor do Panóptico – talvez influenciado pela *ménagerie* real –, também tivesse proferido aquele que foi o lema de muitos teóricos e ativistas dos direitos animais”, sendo o lema em questão “pode o animal sofrer?”. Diferente dos parques zoológicos tradicionais, na *ménagerie* os elementos não estavam espalhados e as diversas espécies eram divididas em sete jaulas que ocupavam cada uma um lado do pavilhão octogonal em torno do salão central, destinado ao rei, sendo o oitavo lado reservado à entrada. Ainda que a *ménagerie* já não estivesse em pé à época do projeto de Bentham, Foucault (1975) se pergunta se ela não teria servido de inspiração a ele, pois “encontramos no programa do Panóptico a preocupação análoga da observação individualizante, da caracterização e da classificação, da organização analítica da espécie”.

O Panóptico de Bentham, de 1787, organiza um regime marcado pela vigilância extensiva que diz respeito, como escreveu Foucault (1975), à “superfície de aplicação” característica do exercício do poder que a sua estrutura configurava. Martinez (2015, p. 38) destacou que a partir de 1870 iniciou-se uma fase nova em termos de dimensão e formas de levar “espécimes vivos” para a Europa e outros cantos sob o imperativo mantê-los para exibição: “Uma indústria importante e poderosa criou uma série de redes que se expandiram pelo mundo inteiro, redes tecidas com os fios do colonialismo que envolveu aqueles que Blanchard chamou de ‘profissionais do exótico’”. Entre esses “profissionais” estavam “desde violentos comerciantes de escravos, até refinados homens de ciência e negócios, passando por políticos locais, agentes comerciais, diretores de museus e donos de circo” (Martinez, 2015, p. 39). Carl Hagenbeck, que criou as chamadas “exposições antropeozoológicas” foi traficante de animais exóticos antes de se tornar traficante de pessoas (Martinez, 2015). Empregadas na habituação e estabelecimento da dominância dos discursos científicos do evolu-

cionismo, do determinismo, do racismo, essas exposições eram atravessadas pelo e serviam de apoio ao colonialismo. As suas ambições de superioridade se erguiam tendo como base “o preconceito, o clichê, o estereótipo” (Martinez, 2015, p. 41).

No início do século XX, as exibições etnográficas ao vivo foram deslocadas sob a promessa de que as salas de cinema seriam sua nova casa. Em seu ápice, o consumo de produtos do exotismo calcado nas práticas coloniais “foi capitalizado pelo cinema que recorreu à espetacularização da exibição do ‘outro’ em termos cênicos e cenográficos” (Martinez, 2015). Em seu trabalho, Martinez (2015) se deteve a trazer na sua pesquisa as películas dos anos entre 1910 e 1950 de filmes feitos na Amazônia. O filme *O mundo perdido*, de 1925, levou o mesmo título do livro de Conan Doyle em que se baseou e que, por sua vez, foi derivado das apresentações que Everard Im Thurn, um funcionário colonial e explorador científico, fez de suas viagens pela Guiana inglesa no final do século XIX. No filme:

a vida que ali prolifera é anterior a de qualquer contemporaneidade dos protagonistas, assimilando a Amazônia a um passado ainda mais antigo que a humanidade mesma. Os exploradores adentram um mundo vazio de presença humana, e de todo rastro de cultura e história (Martinez, 2015, p. 67).

Haraway (2013) não falhou em ver reminiscências desse exotismo na publicação pela revista *Discover*, em 1990, da foto de um indígena Kayapó filmando seus parentes numa manifestação na cidade de Altamira contra a instalação da hidrelétrica de Belo Monte. Para ela, o que chama a atenção é o quanto os indígenas apresentados na imagem estão firmemente embasados no seu conhecimento sobre como não deixar que o conluio da colonialidade com uma modernidade que aponta de modo desorientador para a concretude nas “coisas em si” e vira as costas para as relações os façam desaparecer.

O indígena Kayapó e sua câmera se descola da imagem cândida de que a persistência de outras naturezas-culturas permitiu, contra sua própria vontade, que a tecnociência se refestelasse em um banquete de biodiversidade mantendo-o a salvo para que fosse servido aos que desejam apenas “pulverizá-la em fragmentos microscópicos, apropriar-se de algumas dessas unidades mínimas e conferir-lhes um valor econômico que pode render milhões no mercado mundial” (Santos, 2003, p. 25). As coordenações de longa duração da natureza-cultura Kayapó e as articulações forjadas frente à ameaça iminente a elas, colocada pelo então projeto de construção da hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, davam a ver o quanto as coordenações que permitem mudar de modo relacional eram o que estava em jogo e vinham sendo protegidas desde os idos da invasão colonial. A câmera e o indígena Kayapó filmando não eram presenças exóticas indicando “o duplo cruzamento de uma fronteira entre o primitivo e o moderno” (Haraway, 1992, p. 314), mas se tratava da rearticulação mais recente do conhecimento indígena que soube lutar por um mundo em que a separação entre natureza e cultura não era, e segue não sendo, a mais relevante.

A estratégia Kayapó de se valer das câmeras de vídeo para ampliar o alcance da luta contra a construção da usina que inundaria seu território também já era usada por indígenas de outras naturezas-culturas há anos quando a foto da revista *Discover* foi publicada, fazendo com que sua atuação política ganhasse espaços destacados pelas corporações de mídia brasileiras em veículos que chegavam também à nós, não indígenas em estados do território nacional que não são conectados pela extensão da floresta Amazônica. Em 1985, os Kawayweté foram entrevistados sobre suas práticas fílmicas e um deles apareceu usando uma câmera de vídeo nas imagens publicadas como matéria no *Jornal do Brasil*.¹² O texto da matéria aborda como os Kawayweté se valeram de filmagens para propagar a sua atuação contra a cons-

12 WORCMAN, Julio. VT para os índios. **Revista Domingo JB/Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 12-14, 11 ago. 1985. Disponível em: https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/36861_20160713_110915.pdf Acesso em: 14 mai. 2025.

trução de uma usina em uma cachoeira do Rio dos Peixes, no Mato Grosso, que faz parte de sua cosmologia. Por esse motivo, a implantação da usina colocava sob ameaça a memória desse povo e provocava danos às coordenações de humanos e não humanos que ali viviam. Em seu trabalho de conclusão de curso, Dineva Maria Kayabi (2016) conta sobre a resistência histórica contra a implantação da usina e remarca que “É difícil de explicar o sagrado, mas é no sentimento que aparece, quando o Kawayweté¹³ vai no salto [do Rio dos Peixes], sabe que o sentimento é forte e busca a sua energia”. Nos anos 1980, a obra da hidrelétrica chegou a ser iniciada e deixou “cicatrizes na paisagem” (Alvarenga, 2024, p. 101) que permaneceram como um remanescente da mobilização dos Kawayweté em composição com outros povos indígenas que atuaram na resistência.

É nesse sentido das visualizações que dão a ver que já são bem diferentes de simples reproduções e substituições as costuras que cingem uma onda tecnocientífica com outra, que esse trabalho busca dar vazão ao seguir nas outras direções do que destoa dos clichês do behaviorismo das regras pré-fixadas a serem seguidas ao pé da letra visitando arquivos de experimentos com animais. No caso, os arquivos visitados foram especificamente os de Gregory Bateson, seus parceiros de pesquisa vindos de diferentes disciplinas e práticas, e os animais que trabalharam nos seus estudos feitos no CRI, no laboratório-parque e em águas abertas no Havaí e na Califórnia. Busquei entender, com a pesquisa e a partir do meu interesse na filosofia da ciência e nos estudos sociais da ciência e, em especial, os estudos feministas da ciência, de que modo o trabalho com o referido arquivo poderia “destravar potências, abrir caminhos”, como escreveu Martinez (2015). No caso da pesquisa, em específico no que diz respeito aos arquivos de Bateson, a busca por possibilidades que poderiam vir a ser destravadas e caminhos a serem abertos (Martinez, 2015) se deu acompanhando, em certa

13 Kawayweté é o nome usado pelos Kayabi para se autodesignarem. É provável que Kayabi tenha sido a forma pela qual os povos Apiaká ou Bakairi os chamavam.

medida, o traçado de articulações estratégicas de interesses que nem sempre eram todos ilibados, mas que atuaram na criação do desejo por outras naturezas-culturas, se fiando em coordenações duradouras de humanos e não humanos, herdando tecnologias de gerações não tão novas sem se filiar servilmente aos seus históricos de simplificações com finalidade única.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Luis Vinícius Sanches. **Etnoarqueologia na Terra Indígena Apiaká do Pontal e Isolados**. 2024. Dissertação (Mestrado em Arqueologia – Programa de Pós-graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

BARAD, Karen. **Meeting the Universe Halfway**. Durham: Duke University Press. 2007.

BATESON, Gregory. Carta para Norbert Wiener (1952, 22 de setembro). In: BATESON, Gregory. **The Papers of Norbert Wiener**. Cambridge, MA: Arquivos do Instituto e Coleções Especiais, Instituto de Tecnologia de Massachusetts, 1952. MC22, caixa 10, pasta 155.

BATESON, Gregory. The Message “This is Play.” **Group Processes : Transactions of the Second Conference**. Princeton: Ed. Bertram Schaffner. 1956.

BATESON, Gregory. “The New Conceptual Frames for Behavioral Research”. **Proceedings of the Sixth Annual Psychiatric Institute**. New Jersey Neuro-Psychiatric Institute, Princeton, NJ. pp. 54–71. 1958.

BATESON, Gregory. **Digital and analogue communication (1962-1963)**. Santa Cruz: Special Collections and Archives, University Library, University of California, 1962-1963. Série 1, caixa 9, pasta 405.

BATESON, Gregory. “The Message of Reinforcement”. In Akin, Johnnye; Goldberg, Alvin; Myers, Gail; Stewart, Joseph (eds.). **Language Behavior: A Book of Readings in Communication**. Berlin, Boston: De Gruyter. pp. 62–72. 1970.

BATESON, Gregory. **Steps to an Ecology of Mind**. São Francisco: Chandler publications for Health Sciences, 1972.

BATESON, Gregory. Observations of a cetacean community. *In*: MACINTYRE, Joan (ed.). **Mind in the waters**. Nova York: Scribner's, 1974.

BATESON, Gregory. Play and Paradigm. **The Association for the Anthropological Study of Play Newsletter**, v. 4, n. 1, p. 2-8, 1977.

BATESON, Gregory; BATESON, Mary C. **Angels Fear**: towards an epistemology of the sacred. New York: Macmillan Publishing Company, 1987.

BIRD ROSE, Deborah. Dreaming Ecology: Beyond the Between, **Religion and Literature**, v. 40, n. 1, p. 109-122, 2008.

BREEN, Benjamin. **Tripping on utopia**: Margaret Mead, the Cold War, and the Troubled Birth of Psychedelic Science. New York: Grand Central. 2024.

CATÃO, Brisa. **Impressões na água**: peixes, botos e pescadores na pesca conjunta em Laguna. Tese (Doutorado em Antropologia e Arqueologia) –Departamento de Antropologia e Arqueologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

COUTINHO, Juliana F. S. **A cosmopolítica dos animais**. Tese (Doutorado em Filosofia) – Departamento de Filosofia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Surveiller et Punir**. Naissance de la Prison. Paris: Gallimard. 1975.

HARAWAY, Donna. **Primate visions**: Gender, Race, and. Nature in the World of Modern Science. New York: Routledge, Chapman and Hall, 1989.

HARAWAY, Donna. The Promises of Monsters: A Regenerative Politics for Inappropriate/d Others. *In*: GROSSBERG, Lawrence; NELSON, Cary; TREICHLER, Paula (ed.). **Cultural Studies**. New York: Routledge, 1992. p. 295-337.

HARAWAY, Donna. **The Companion Species Manifesto**: Dogs, People, and Significant Otherness. Chicago: Prickly Paradigm Press, 2003.

HARAWAY, Donna. **When species meet**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2008.

HARAWAY, Donna. A game of cat's cradle: science studies, feminist theory, cultural studies. *In*: KROKER, A.; KROKER, M. (eds.). **Critical digital studies**: a reader. Toronto: University of Toronto Press, pp. 59-69. 2013.

HARAWAY, Donna. **Staying with the trouble**: making kin in the Chthulucene. Durham: Duke University Press. 2016.

KAYABI, Dineva Maria. **Salto Sagrado do Povo Kayabi**: uma história de resistência. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia Inter-cultural) – Universidade do Estado de Mato Grosso, Barra do Bugres, 2016.

LILLY, John C. **Man and dolphin**. Nova York: Doubleday. 1961.

LILLY, John. A feeling of weirdness. In: MACINTYRE, Joan (ed.). **Mind in the waters**. Nova York: Scribner's, 1974.

MARTINEZ, Oscar H. Guarin. **La Amazonía (des)cinematografiada 1910-1950**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

NEVES-GRACA, Katja. Chasing Whales with Bateson and Daniel. **Australian Humanities Review**, n. 35, 2005.

NORRIS, Kenneth. **The porpoise watcher**. New York: Norton, 1974.

PRYOR, Karen. Behavior and Learning in Porpoises and Whales. **Naturwissenschaften**, v. 60, p. 412-420, 1973.

PRYOR, Karen. Why Porpoise Trainers Lovers: Real and False in the Operant Setting. In: **Annals of New York Academy of Sciences**, 1981.

PRYOR, Karen; HAAG, Richard; O'RIELLY, Joseph. **Deutero-Learning in a Roughtooth Porpoise (Steno bredanensis)**. China Lake: U. S. Naval Ordinance Test Station, 1967. Disponível em: <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=uc1.31822033856048&view=1up&seq=10&skin=2021&q1=random>
Acesso em: 2 fev. 2021.

PRYOR, Karen; HAAG, Richard; O'RIELLY, Joseph. The creative porpoise: training for novel behavior. **Journal of the Experimental Analysis of Behavior**, v. 12, n. 4, p. 653-661, 1969.

PRYOR, Karen; LINDBERGH, Jon. A dolphin-human fishing cooperative in Brazil. **Marine Mammal Science**, v. 6, n. 1, p. 77-82, 1990.

PRYOR, Karen; NORRIS, Kenneth S. Introduction. In: PRYOR, Karen; NORRIS, Kenneth. S. **Dolphin societies**: discoveries and puzzles. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1998.

PRYOR, Karen; SHALLENBERGER, Ingrid K. Social structure in spotted dolphins (*Stenella attenuata*) in the tuna purse seine fishery in the eastern tropical pacific. In: PRYOR, Karen; NORRIS, Kenneth S. **Dolphin societies**: discoveries and puzzles. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1998.

SANTOS, Laymert Garcia dos. **Politizar as novas tecnologias**: o impacto sociotécnico da informação digital e genética. São Paulo: Ed. 34, 2003.

SCHEVILL, William; LAWRENCE, Barbara. Auditory response of a bottlenosed porpoise, *Tursiops truncatus*, to frequencies above 100 kc. **Journal of Experimental Zoology**, v. 124, p. 147-165, 1953.

SPONG, Paul. The whale show. In: MACINTYRE, Joan (Ed.). **Mind in the waters**. Nova York: Scribner's. 1974.

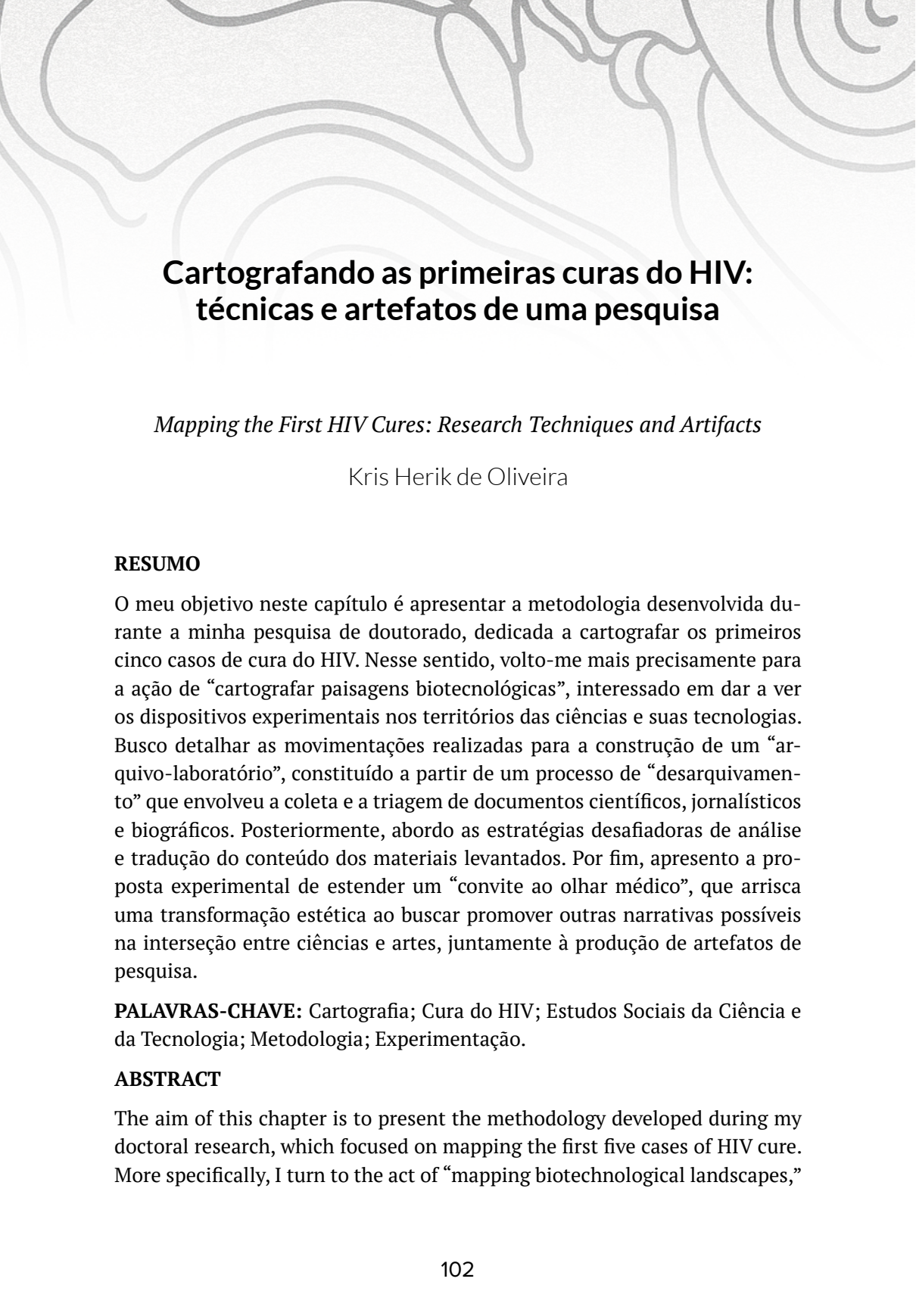
STENGERS, Isabelle. **Cosmopolitics II**. Minneapolis: University of Minnesota Press. 2011a.

STENGERS, Isabelle. **Relaying a War Machine?**. In: Alliez, E. e Goffey A. The Guattari Effect. Londres: Continuum. 2011b.

THE NATURE of play: Part one, River otters. Direção de Gregory Bateson e Weldon Kees..Estados Unidos: Bateson Collection, University of Louisiana, 1954. (23 min), son., 16 mm.

THE GIRL who talked to dolphins. Direção e roteiro de Christopher Riley. Reino Unido: Shadow Industries, 2014. (55 min), son. color.

VAN DOOREN, Thom; KIRKSEY, Eben; MÜNSTER, Ursula. Estudos multiespécies: cultivando artes de atenção. Tradução de Susana Dias. **Clima-Com Cultura Científica**, Incertezas, Campinas, a. 3, n. 7, p. 39-66, dez. 2016. Disponível em: climacom.mudancasclimaticas.net.br/wp-content/uploads/2014/12/07-Incertezas-nov-2016.pdf. Acesso em: 21 dez. 2022



Cartografando as primeiras curas do HIV: técnicas e artefatos de uma pesquisa

Mapping the First HIV Cures: Research Techniques and Artifacts

Kris Herik de Oliveira

RESUMO

O meu objetivo neste capítulo é apresentar a metodologia desenvolvida durante a minha pesquisa de doutorado, dedicada a cartografar os primeiros cinco casos de cura do HIV. Nesse sentido, volto-me mais precisamente para a ação de “cartografar paisagens biotecnológicas”, interessado em dar a ver os dispositivos experimentais nos territórios das ciências e suas tecnologias. Busco detalhar as movimentações realizadas para a construção de um “arquivo-laboratório”, constituído a partir de um processo de “desarquivamento” que envolveu a coleta e a triagem de documentos científicos, jornalísticos e biográficos. Posteriormente, abordo as estratégias desafiadoras de análise e tradução do conteúdo dos materiais levantados. Por fim, apresento a proposta experimental de estender um “convite ao olhar médico”, que arrisca uma transformação estética ao buscar promover outras narrativas possíveis na interseção entre ciências e artes, juntamente à produção de artefatos de pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: Cartografia; Cura do HIV; Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia; Metodologia; Experimentação.

ABSTRACT

The aim of this chapter is to present the methodology developed during my doctoral research, which focused on mapping the first five cases of HIV cure. More specifically, I turn to the act of “mapping biotechnological landscapes,”

with an interest in making visible the experimental devices within the territories of science and its technologies. I seek to detail the steps taken in constructing an “archive-laboratory,” formed through a process of “unarchiving” that involved the collection and screening of scientific, journalistic, and biographical documents. I then address the challenging strategies for analyzing and translating the content of the gathered materials. Finally, I present an experimental proposal to extend an “invitation to the medical gaze,” one that ventures into an aesthetic transformation by promoting alternative narratives at the intersection of science and the arts, alongside the production of research artifacts.

KEYWORDS: Cartography; HIV Cure; Science and Technology Studies; Methodology; Experimentation.

INTRODUÇÃO

Entre 2019 e 2023, desenvolvi uma pesquisa de doutorado¹ cuja proposta consistia em cartografar os primeiros cinco casos de “cura” ou “remissão de longo prazo” do vírus da imunodeficiência humana, o HIV, a partir de uma abordagem socioantropológica (Oliveira, 2023). Refiro-me aqui aos casos de Timothy Brown, o “Paciente de Berlim” (Allers *et al.*, 2011; Brown, 2015), de Adam Castillejo, o “Paciente de Londres” (Gupta *et al.*, 2020; Mandavilli, 2020), de Marc Franke, o “Paciente de Düsseldorf” (Highleyman, 2023; Jensen *et al.*, 2023), da “Paciente de Nova York”, ainda sem identificação conforme o seu pedido (Hsu *et al.*, 2023), e de Paul Edmonds, o “Paciente do City of Hope – Califórnia” (Dickter *et al.*, 2022; Johnson, 2023).

Esses resultados inéditos na história da medicina foram alcançados por meio de transplantes experimentais de células-tronco, cujos doadores apresentavam uma mutação genética rara denominada CCR5 Δ 32/ Δ 32, a qual confere uma “resistência natural” à infecção pelo HIV. Dessa forma, ao receberem as células-tronco dos doadores, os pacientes também se tornaram resistentes ao vírus com o qual con-

1 Pesquisa realizada com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP (2019/22295-9) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq (140428/2019-4).

viveram por anos. Embora esses sejam casos singulares, pois envolvem procedimentos biomédicos altamente arriscados e de difícil reprodução em escala mais ampla, tais práticas e seus desdobramentos ofereceram contribuições significativas para reflexões teórico-metodológicas interdisciplinares.

Por mais de quatro décadas, as ciências biomédicas têm se empenhado no desenvolvimento de abordagens preventivas e terapêuticas para o HIV. O desenvolvimento de uma terapia curativa eficaz e escalonável poderia desencadear transformações no curso da pandemia de HIV/AIDS, oferecendo alívio para as 39 milhões de pessoas que vivem com o vírus (UNAIDS, 2023) e movimentando bilhões de dólares em um regime capitalista globalizado. Entretanto, esses esforços têm se deparado com desafios, abrangendo tanto a complexidade do modo de atuação do HIV no corpo humano quanto a natureza predominante da governança científica, a qual está majoritariamente centrada no desenvolvimento de terapias antirretrovirais (Deeks *et al.*, 2021; Dybul *et al.*, 2021).

Em diálogo com a análise crítica de Donna Haraway (1991), cabe observar que os primeiros casos de cura do HIV chamam atenção para as múltiplas dimensões que compõem um “regime de tecnobiopolítica”. Para a autora, as dimensões conectadas da informática, biologia e economia, com suas promessas de um mundo melhor através das inovações tecnológicas, introduzem novas dobras sobre as intervenções tecnológicas na vida cotidiana e seus agenciamentos ético-estético-políticos. Dessa forma, por meio de narrativas, imaginários e práticas emergentes no campo médico-científico, os limites das sociedades e até mesmo do próprio corpo são redesenhados, desestabilizando as fronteiras entre o “eu” e o “outro”.

A cura do HIV é um tema complexo, permeado por múltiplos modos de conhecimento e discursos diversos. Nesse contexto, a pesquisa de doutorado realizada por mim no Brasil enfrentou desafios significativos, sobretudo por trabalhar com materiais predominantemente

publicados no eixo EUA-Europa. Como, então, abordar adequadamente os primeiros casos de cura do HIV deste lugar? De que forma contar as histórias relacionadas à cura de uma infecção tida como incurável? Como tornar visível e compreensível o processo de produção desse conhecimento? E, por fim, que narrativas poderiam ser construídas no diálogo com a linguagem biomédica, sem perder de vista a riqueza dessa trama multifacetada?

Tendo em vista essas questões, neste capítulo apresentarei a metodologia desenvolvida durante a pesquisa de doutorado. Nesse sentido, volto-me mais precisamente para a ação de “cartografar paisagens biotecnológicas”, interessado em dar a ver os dispositivos experimentais para a cura do HIV nos territórios das ciências e suas tecnologias. Com esse propósito, buscarei detalhar as movimentações realizadas por mim para a construção de um “arquivo-laboratório” na pesquisa, constituído a partir de um processo de “desarquivamento” que envolveu a coleta e a triagem de documentos heteróclitos. Posteriormente, abordarei as estratégias desafiadoras de análise e tradução do conteúdo dos materiais levantados. Por fim, apresentarei a proposta experimental de estender um “convite ao olhar médico”, que arrisca uma transformação estética ao buscar promover outras narrativas possíveis na interseção entre ciências e artes junto ao processo de pesquisa.

Isto posto, cabe mencionar que esta não é a primeira vez que recorro ao conceito de cartografia como um método de pesquisa-intervenção (Passos; Kastrup; Escóssia, 2015). Trago essa metodologia como uma herança da pesquisa que desenvolvi durante o meu mestrado (Oliveira, 2019), ancorada nas proposições de Gilles Deleuze e Félix Guattari (2011). Naquela ocasião, meu foco estava direcionado à produção de cartografias da sexualidade. Na pesquisa de doutorado, contudo, meu interesse esteve voltado especificamente para a composição de paisagens biotecnológicas.

Uma cartografia das paisagens biotecnológicas do presente nos leva aos domínios das ciências e suas tecnologias, concentrando-

-se nos seus efeitos sobre as vidas e experiências vividas, bem como na criação de novas técnicas e práticas de existência. Isso inclui atentar para os instrumentos que pedem passagem, as dinâmicas das subjetividades e jogos políticos, as éticas e estéticas em constante reinvenção, bem como a produção de corpos, afetos e subjetividades. Essa abordagem implica delinear os contornos do mapa, delimitando as áreas de abrangência e as fronteiras do estudo.

A cartografia que busquei desenvolver esteve voltada, sobretudo, para as promessas e experiências coletivas. Por meio dela, em um cenário permeado por controvérsias científicas e disputas políticas, procurei acompanhar a configuração das terapias experimentais com células-tronco para a cura do HIV. O principal desafio desse empreendimento residiu em como localizar e compreender essa rede tecnobiocientífica (Haraway, 2018; Rose, 2013), que à primeira vista se apresentou como dispersa e heterogênea.

CARTOGRAFAR PAISAGENS BIOTECNOLÓGICAS

A forma como conduzi a pesquisa que deu origem a este trabalho (Oliveira, 2023) está alinhada à proposta de realizar um “mapeamento do presente” (Rose, 2013), visando explorar os dispositivos que conformam as “formas de vida emergentes” (Fischer, 2003; Franklin, 2005) no contexto das terapias experimentais com células-tronco para a cura do HIV. Para esse propósito, busquei me aproximar da cartografia como conceito (Deleuze; Guattari, 2011) e método de pesquisa-intervenção (Passos; Barros, 2015). Dessa forma, a pesquisa se fez orientada por um conjunto de pistas, com disposição para pensar sobre/com os efeitos do processo no próprio objeto investigado, no pesquisador e nos resultados obtidos.

Mas de que se trata, afinal, um dispositivo? O filósofo Giorgio Agamben (2009), em diálogo com a discussão prévia realizada por Michel Foucault (1998) e Gilles Deleuze (2016 [1990]), afirma que o dispositivo é simplesmente um mecanismo que expressa alguma for-

ma de captura e governo sobre seres vivos e/ou substâncias viventes. Aqui estão incluídas desde arquiteturas políticas evidentes, como a escola e o hospital, até aquelas menos evidentes, como a escrita e os computadores. Assim, o “sujeito [...] resulta da relação e, por assim dizer, do corpo a corpo entre os viventes e os dispositivos” (Agamben, 2009, p. 41). Há, portanto, um ilimitado crescimento de dispositivos na contemporaneidade e, por consequência, extensiva proliferação de processos de subjetivação.

Considerando os propósitos da pesquisa, que estiveram diretamente relacionados às dinâmicas das tecnobiociências (Haraway, 2018; Rose, 2013), meu interesse se voltou mais especificamente para o que as filósofas da ciência Isabelle Stengers (2002) e Vinciane Despret (2011) denominaram de “dispositivos experimentais”. Segundo as autoras, é justamente esse modelo de dispositivo que inaugura e caracteriza o que entendemos como ciência moderna. Trata-se de um modo de produção do conhecimento mediado por um método de experimentação que estabelece uma separação entre o cientista e seu objeto de pesquisa, presumindo uma clara diferença entre os dois agentes com a intenção de representar os objetos.

Logo, os dispositivos experimentais podem ser compreendidos como emaranhados biossociotécnicos contingentes, atuando como verdadeiros catalisadores de autores, conceitos, práticas, tecnologias, afetos, interesses, intenções, disputas, seres humanos e não humanos, instituições, alianças, subjetividades, performances e devires. Na fluidez dessas conexões, o dispositivo experimental busca por respostas às urgências no campo das ciências e suas tecnologias, com a finalidade de gerar novas verdades que se manifestem por si mesmas.

Em atenção a esses dispositivos, e inspirado por diferentes abordagens dos estudos sociais da ciência e da tecnologia (Haraway, 2018; Latour, 2000; Mol, 2002; Rose, 2013; Stengers, 2002), realizei mais precisamente o que caracterizei como uma “cartografia das paisagens biotecnológicas” (Oliveira, 2023). Em outros termos, busco dar con-

ta tanto das continuidades quanto das mudanças que têm forjado o desenvolvimento das intervenções e biotecnologias curativas para HIV em diferentes escalas, percorrendo por entre instituições, experiências, projetos políticos e práticas científicas. Embora essa cartografia atente para as contingências do presente, o seu objetivo se encontra justamente no reconhecimento das aberturas e instabilidades dos futuros pensados e praticados, tendo como horizonte a gestão da vida, dos corpos e das subjetividades.

A pesquisa cartográfica está inserida entre as abordagens que reconhecem a importância do interesse da ciência no que está sendo investigado, ao mesmo tempo em que valorizam o interesse intrínseco do objeto em si. Essa dimensão interativa e participativa, presente na experiência de “inter-esse”, é reavaliada, conferindo ao trabalho de pesquisa um sentido de cuidado. Assim, aquele que pesquisa “sai da posição de quem – em um ponto de vista de terceira pessoa – julga a realidade do fenômeno estudado, para aquela posição – ou atitude (o *ethos* da pesquisa) – de quem se interessa e cuida” (Kastrup; Passos, 2013, p. 272).

Em resumo, no contexto da ciência tida como moderna, as etapas de pesquisa são bem demarcadas – coleta de dados, análise, discussão dos resultados e conclusão –, constituindo uma série sucessiva de etapas separadas. Já a pesquisa cartográfica é constituída por passos ou atravessamentos que se sucedem sem se separar. Assim como o próprio ato de caminhar, em que um passo sucede o outro em um movimento contínuo, cada momento da pesquisa carrega consigo o anterior e se estende aos momentos subsequentes (Barros; Kastrup, 2015).

Dessa forma, a processualidade pode ser encontrada em todos os momentos da pesquisa – na coleta, na análise, na discussão dos dados, na escrita dos textos, na produção de imagens, nas conclusões ou considerações finais etc. Seria mais coerente, portanto, falarmos em “produção” de materiais de pesquisa. Não se trata apenas de subs-

tituir palavras, mas sim de propor uma mudança conceitual que busca nomear, de forma mais clara e direta, práticas de pesquisa que se diferenciam das abordagens da ciência moderna cognitivista (Barros; Kastrup, 2015).

A partir dessa discussão, penso que cartografar seja como caminhar em um labirinto, conforme abordado por Tim Ingold (2015b). Ao percorrer o labirinto, a escolha não é o aspecto central. O que importa é a experiência do próprio caminho, que nem sempre é fácil de seguir. É necessário estar atento às pistas que indicam o caminho à frente, a fim de permanecer na trilha e não se desviar dela.

No labirinto, nunca se chega ao fim da linha. É possível tomar uma curva errada, mas não por escolha deliberada; trata-se mais de um momento de distração em que o caminho se divide. Perder-se, nesse contexto, não é o maior dos problemas. O objetivo no labirinto é continuar avançando. Essa ação deve levar em consideração a percepção, ou seja, manter-se atento ao local onde se pisa, aos sons que se ouvem e às sensações que se experimentam: “Em outras palavras, seguir o caminho é menos intencional do que *atencional*” (Ingold, 2015, p. 27, grifo do autor).

Isso não significa dizer que não há objetivos delimitados. É evidente que há uma mente em ação durante a atenta caminhada pelo labirinto. No entanto, essa mente é imanente ao próprio movimento, não sendo uma fonte externa que possa ser atribuída como causa desse movimento. Sendo assim, conforme Ingold (2015b, p. 31), “andar pelo labirinto é como caminhar sobre teias de aranha, onde o próprio chão é um véu. Como a aranha, nos seguramos nela”. E, dessa maneira, nos deixamos afetar pelos acenos do mundo, respondendo a estes e seguindo por onde outros já estiveram, avançando sem início nem fim, abrindo caminho no fluxo das coisas.

Através da exposição, a prática de pesquisa se transforma em uma experimentação, ou seja, uma “ex-dução” enquanto caminhamos pelo labirinto. É apenas por meio da experiência que nos tornamos capazes

de notar as pistas e responder aos caminhos da pesquisa. Caminhar, portanto, é um processo de devir. Priorizar o labirinto é também uma forma de resistência às forças de submissão e controle da ciência moderna. Apesar de toda a vulnerabilidade, a recompensa se apresenta na forma de conhecimento baseado na experiência (Ingold, 2015b).

Em suma, assim como o andarilho no labirinto, o cartógrafo segue pistas. Essas “pistas-guia” podem ser entendidas “como referências que concorrem para a manutenção de uma atitude de abertura ao que vai se produzindo e de calibragem do caminhar no próprio percurso da pesquisa – o *hódos-metá* da pesquisa” (Passos; Kastrup; Escóssia, 2015, p. 13, grifo dos autores). Foi através dessas pistas que se tornou possível mapear os dispositivos experimentais voltados para a cura do HIV, foco de atenção privilegiada na cartografia adotada na pesquisa de doutorado.

ARQUIVO-LABORATÓRIO

Para operacionalizar a pesquisa, adotei como estratégia metodológica a construção de um “arquivo-laboratório”. O desafio que se apresenta ao lidar com os arquivos é evitar a naturalização de seus silenciamentos e violências. Nesse sentido, o arquivo-laboratório reúne um esforço para repensar o papel do arquivo para além dos exercícios de poder (Foucault, 2008). Sendo assim, faço coro às iniciativas decoloniais, antirracistas e *queer* que buscam realizar projetos de “desarquivamento”.

Desarquivar é, acima de tudo, uma prática de resistência frente às políticas de silenciamento e apagamento de histórias. Trata-se de uma política atenta à construção de “arquivos ordinários”, que se perdem em pilhas de materiais descartados, sejam eles físicos ou digitais, anonimizados, “órfãos”, mas que possuem o potencial de revelar histórias surpreendentes (Bruno; Guarín Martinez, 2020). Desarquivar nos instiga a questionar tanto as origens dos materiais arquivísticos

quanto o nosso presente e futuro. É uma busca por criar outras possibilidades narrativas.

Considero importante destacar também que no atual circuito midiático e informatizado, há uma produção excessiva de memórias efêmeras, que se esvaem no ar em questão de segundos. Por um lado, somos impulsionados pelo desejo de preservar a memória, alimentado pelas tecnologias de registro e acumulação disponíveis. Por outro lado, também existe o desejo de destruir determinadas memórias, seja por motivos políticos, sociais ou individuais. Essa dinâmica contraditória entre a busca pela preservação e a vontade de apagar memórias é um reflexo das tensões e complexidades presentes na sociedade capitalista contemporânea.

Através do processo de desarquivamento, é possível explorar outras possibilidades de contato com as realidades, criando assim um “arquivo-laboratório”. Esse arquivo vai além de simplesmente inventariar histórias, pessoas ou objetos que supostamente repousam no tempo e no espaço. Ele é uma forma viva e em constante movimento, que transcende os limites temporais e percorre diferentes espaços. Funciona como um dispositivo que revela aberturas, unindo elementos dispersos, e promovendo relações, muitas vezes imprevisíveis. O laboratório é exatamente o lugar onde ocorre o agenciamento coletivo, impulsionado pela experimentação e pela invenção, e onde novas tecnologias estão sendo gestadas (Latour, 2000).

A curadoria de arquivos têm sido um procedimento metodológico frequente em minhas práticas, constituindo a minha bagagem científica. Durante o mestrado, realizei uma extensa busca, coleta e seleção de imagens sobre as obras de arte e as produções científicas relacionadas à vida e obra do artista brasileiro José Leonilson (Oliveira, 2019). Na pesquisa de doutorado, entretanto, os procedimentos adotados foram refinados, devido a questões de prazo e aperfeiçoamento técnico-conceitual. Por entre diferentes pistas, observei que o arquivo ganhou

densidade e contemplou de forma ainda mais estreita a atitude cartográfica (Oliveira, 2023).

Mobilizando os conceitos de Georges Didi-Huberman (2018), penso que o arquivo-laboratório permite operar a produção de conhecimento através de desmontagens para criar montagens com o potencial de revelar novos acontecimentos. Esse processo escapa às narrativas lineares, tornando visíveis as sobrevivências, os anacronismos e os encontros de temporalidades contraditórias que influenciam gestos, objetos, pessoas e acontecimentos. Nesse sentido, a principal vantagem da montagem como método analítico está em sua capacidade de introduzir uma dissonância radical nos padrões convencionais de pensamento, ao “cortar” aquilo que geralmente é unido e conectar aquilo que geralmente é separado.

Trabalhar com o arquivo-laboratório em um processo de desarquivamento implica em mobilizar a curiosidade para reunir elementos dispersos e, em seguida, ouvir atentamente o que eles têm a dizer. Nesse movimento, é necessário arriscar estabelecer novas relações a fim de abrir possibilidades para conexões inéditas. Assim, a pesquisa se constrói a partir de rastros, recortes, fragmentos e suas relações. O arquivo-laboratório se revela como um emaranhado de afetos, cujo propósito é trazer as histórias de volta à vida (Ingold, 2015a).

CURADORIA DOS MATERIAIS

A ideia e a prática do arquivo-laboratório permitem tanto localizar o esforço de construção de um agenciamento de materiais heteróclitos quanto sublinhar a existência de intervenções nesses materiais. Para a curadoria dos materiais que compõem este arquivo, realizei cinco movimentos metodológicos: coleta, triagem, análise, tradução e experimentação. Essas expressões, por sua vez, foram inspiradas pelas atividades comuns no contexto tecnobiocientífico. Procedimentos correspondentes foram adotados por Thompson (2013) em suas pesquisas no campo das tecnologias reprodutivas e células-tronco.

Os processos de coleta e triagem estão diretamente relacionados. Enquanto a coleta permite reunir uma ampla gama de materiais, a triagem desempenha o papel de seleção desses materiais com base em sua relevância para os propósitos da pesquisa. O movimento de coleta envolveu as ações de busca, levantamento, recolha e reunião de materiais bibliográficos e empíricos que, em uma primeira análise, demonstraram relevância para a pesquisa. Já a etapa de triagem abrangeu atividades de pré-análise, seleção e organização do material coletado.

Para localizar os materiais sobre os casos de cura ou remissão de longo prazo do HIV, realizei pesquisas em bancos de dados científicos consolidados (*Scopus*, *Web of Science* e *SciELO*), consultas livres na internet e mapeamento automatizado de termos-chave no *Google*. Nesse processo de buscas, utilizei os seguintes termos-chave: “*hiv AND cure*”, “*woman AND hiv AND cure*”, “*cura AND hiv*”. E, à medida que me aprofundava nas diferentes histórias, comecei a configurar alertas no *Google* para monitorar os nomes dos médicos e pacientes envolvidos nos transplantes experimentais de células-tronco voltados para a cura do HIV. Essa ferramenta gratuita possibilita o acompanhamento de novos conteúdos sobre temas específicos e o recebimento de notificações por e-mail. Os alertas facilitaram a inclusão de novos materiais e garantiram uma atualização contínua ao longo dos quatro anos de pesquisa.

O levantamento incorporou ao arquivo materiais em português, inglês, espanhol, alemão e holandês, que foram organizados em planilhas. Os principais critérios para a triagem dos materiais foram a correspondência com o tema, a originalidade (não ser apenas uma replicação) e a extensão do conteúdo (contendo entrevistas com pesquisadores e/ou pacientes, fotografias e vídeos). Como resultado, foram coletados 136 materiais relacionados a 5 casos de cura ou remissão de longo prazo do HIV. O banco de dados completo encontra-se disponível no Repositório de Dados de Pesquisa da Unicamp (REDU).²

2 Disponível em: <https://doi.org/10.25824/redu/YAI83E>. Acesso em: 14 mai. 2025.

A maioria dos materiais advém de fontes jornalísticas (58,8%), que incluem textos (n = 41; 30,1%) e entrevistas concedidas por médicos, cientistas e pacientes envolvidos nos casos (n = 39; 28,7%). Em seguida, há os informativos publicados por instituições médicas e científicas (n = 13; 9,6%) e os materiais apresentados e publicados em congressos científicos (n = 12; 8,8%). Os artigos científicos publicados pelos cientistas envolvidos com os casos somam 9 documentos (6,6%), assim como os relatos pessoais, cartas e comentários publicados (n = 9; 6,6%). Também foram localizadas redes sociais diretamente relacionadas aos casos (n = 6; 4,4%). Por fim, há 2 documentários, 2 memoriais e 2 relatórios de reunião científica (1,5% do total cada), e 1 livro publicado (0,7%).

Para a análise dos materiais, me apropriei da técnica de análise de conteúdo temática (Bardin, 1977) com o suporte do software *ATLAS.ti 9*. Em outras palavras, operei com um procedimento de desmontagem dos materiais para realizar novas montagens em categorias temáticas, visando a análise comparativa dos dados. Contudo, em vez de considerar a análise realizada no software como encerrada, a utilizei como produtora de pistas a seguir no labirinto do arquivo-laboratório. Dessa forma, a pesquisa se revelou aberta a experimentações que pudessem contribuir para o desenvolvimento de abordagens analíticas criativas. Nesse sentido, foi possível explorar caminhos não convencionais e buscar novas perspectivas, ampliando as possibilidades de leitura e compreensão dos dados.

Sobre o quarto movimento metodológico da pesquisa, considero importante ressaltar um movimento que permeou tanto o processo de composição quanto a análise dos materiais do arquivo-laboratório: a tradução. A noção de tradução (ou translação) tem sido acionada por alguns autores nos estudos sociais de ciência e tecnologia (cf., Callon, 2008; Latour, 2000) não apenas como uma mudança de vocabulário ou transposição de uma língua para outra, mas como um processo de devir. Esse processo diz respeito à criação de conexões entre diferentes agentes, buscando dar a ver uma leitura de mundo situada

e a modificando em alguma medida, de acordo com os diferentes graus de interesse.

Ao longo da pesquisa, pude me envolver em diferentes processos de tradução para cartografar a ciência médica experimental voltada para a cura do HIV “em ação” (Latour, 2000). Em primeiro lugar, foi preciso traduzir a própria gramática médica, a fim de reapresentar seu conteúdo em outros termos. Em segundo lugar, empreendi o trabalho de traduzir para o português (língua materna) os materiais de diferentes idiomas de forma completa ou de trechos considerados relevantes no processo de análise e escrita. Por fim, foi necessário traduzir as práticas e experiências vivenciadas por diferentes agentes, o que demandou esforço na criação de uma narrativa coesa que fosse capaz de unir elementos ao mesmo tempo singulares e dispersos.

UM CONVITE AO OLHAR MÉDICO

A experimentação desempenha um papel central no que entendemos como ciência moderna. É por meio dessa prática que as ficções do cientista são testadas, em busca da “verdade” por trás dos fenômenos. No entanto, esse modo de conceber a ciência tem um problema: presume-se que o sujeito e o objeto de pesquisa estão dissociados (Despret, 2011; Stengers, 2002). Essa separação, frequentemente idealizada, ignora as dinâmicas relacionais que permeiam o ato de conhecer. Além disso, desconsidera que o próprio processo de pesquisa pode transformar tanto o pesquisador quanto aquilo que/quem é pesquisado/participa da pesquisa.

A maneira como entendo a experimentação dissipa quaisquer distanciamentos entre sujeito e objeto, colocando ênfase no papel do pesquisador dentro do processo. Pois, como sublinhou Deleuze (1992), a experimentação é indissociável do pensamento, servindo como ponto de partida para a criação de algo novo. Aqui, então, reside a importância de permitir-se ser conduzido pelo coletivo de for-

ças que atravessam a prática científica, deixando-se afetar (Barros; Kastrup, 2015).

Nesse sentido, o quinto movimento metodológico realizado na pesquisa propõe questionar a concepção tradicional de ciência experimental. Esse movimento diz respeito ao conjunto de ações que colocam em relação o empírico e o conceitual, para que se alterem mutuamente. Assim, a experimentação incorpora a proposta de considerar metodologicamente a cartografia como uma abertura, em vez de um fechamento (Passos; Barros, 2015). Foi através desse processo que diferentes grafias da pesquisa ganharam corpo.

Ao atentar para a proposta de Ingold (2015a) acerca do desenvolvimento de uma “antropografia” e dar continuidade às experimentações realizadas durante o mestrado (Oliveira, 2019), na pesquisa de doutorado fiz uso de uma variedade de experimentações com os materiais da pesquisa (Oliveira, 2023). Nessa proposta, fazer, observar e descrever não constituem atividades dissociadas, mas relacionadas. Isso envolveu experimentar com as linhas, e para além da escrita, ariscando outros modos de expressão em diferentes grafias.

Com a intenção de oferecer um meio de acesso aos materiais que considero centrais e inspirado na aposta cartográfica da pesquisa, confeccionei um mapa visual (Figura 1). Esse mapa reúne um conjunto de experimentações em colagens digitais e títulos de acesso aos materiais da pesquisa. Ele não apenas apresenta imagens para serem observadas, mas também para serem exploradas, tocadas e abertas (Didi-Huberman, 2018). Assim, o mapa torna-se um convite à interação ativa, estimulando novos percursos interpretativos. Dessa forma, amplia-se a potência do material como ferramenta de criação e reflexão coletiva.

Para permitir um acesso direto ao mapa visual, incluí links em *QR Code* que possibilitam uma transição imediata para o material correspondente. Essa abordagem experimental oferece uma nova possibilidade de acessar diretamente os materiais selecionados, analisados ao longo da pesquisa, como artigos científicos, textos jornalísticos e entrevistas concedidas. Dessa maneira, o mapa não apenas organi-

za os dados, mas também propõe um percurso dinâmico e interativo, permitindo que o leitor/participante explore os conteúdos de forma não linear. Assim, apostei em outras formas de narrar, rompendo com a dicotomia tradicional entre imagem e texto (Ingold, 2015a).

Figura 1 – Versão impressão do mapa visual da tese de doutorado (Oliveira, 2023)



Fonte: Oliveira (2023).

Há alguns anos, tenho enfatizado a importância de o “produto final” de uma pesquisa refletir o seu processo (Oliveira, 2019). Partindo dessa perspectiva, desenvolvi um objeto que dialoga com os conceitos de “desarquivamento” e “olhar médico” explorados na tese (Figura

2), no qual o mapa visual está inserido. Esse processo foi conduzido de forma manual, rompendo com a tradicional separação entre ciências e artes. Por meio dessa abordagem, estabeleci um ateliê de experimentações que tinha como objetivo “criar movimentações para contagiar e liberar o tempo e a vida” (Dias; Rodrigues, 2012, p. 58), promovendo conexões sensoriais e intelectuais no curso da pesquisa.

Esse processo envolveu o intenso estudo de diversos materiais para expressar e explorar os afetos, estendendo um “convite ao olhar médico” através de novos artefatos de pesquisa. Tal abordagem encontra inspiração nos argumentos de Michel Foucault (1977), para quem o olhar médico e o interesse pelos arquivos são elementos fundamentais da medicina experimental que conhecemos hoje.

Assim, a tese-dispositivo fruto da pesquisa de doutorado se apropriou da lógica da dissecação anatômica que fragmenta o corpo em partes isoladas, promovendo uma nova forma de organização das partes-capítulos e seus conteúdos. É importante ressaltar que essa abordagem é uma contrarresposta ao exercício do biopoder, propondo, em vez do aprisionamento dos corpos e afetos, uma abertura às possibilidades. Para isso, a tese se valeu de uma variedade de ferramentas e técnicas que permitem um exame minucioso de sua matéria. Enquanto tecnologia de multiplicidades, se apresenta como um dispositivo de abertura, ou uma “dobra” (Deleuze, 1991), que convida a participar ativamente do processo de construção do conhecimento.

Em outros termos, a tese se configura como um objeto composto em três camadas. A primeira camada consiste em uma caixa de acrílico, projetada para revelar a transparência do vidro presente nas práticas tecnobiocientíficas em laboratórios e hospitais. A segunda camada é uma caixa de papel cartão branco, com um recorte circular no centro que permite visualizar o título da tese, remetendo à ideia de acessar o material como se estivesse sob um microscópio. A terceira camada da tese é uma pasta sanfonada feita de papel kraft, de cor marrom cla-

ro, inspirada nos arquivos médicos. No interior da pasta, é possível encontrar compartimentos nos quais o mapa e os capítulos que compõem a tese podem ser “desarquivados”. A estética dos capítulos, por sua vez, foi inspirada nos prontuários médicos, com papel vegetal e sulfite unidos por um grampo metalizado.

Esta proposta se junta a outros trabalhos acadêmicos experimentais que têm ganhado força nos últimos anos. Dentre esses, o formato que mais tem se popularizado, talvez, seja o livro-objeto. Desde os anos 1960, o livro-objeto deriva do conceito de livro de artista, que, por meio de diferentes materiais e formas de expressão, se abre para experimentações, apresentando a poética do artista em uma obra geralmente única. Como um produto artesanal da arte contemporânea, o livro-objeto é construído a partir do modelo tradicional de livro, às vezes reverenciando o formato convencional, às vezes explorando intervenções e possibilidades de ruptura (Paiva, 2010).

Ao ser explorado, o livro-objeto é capaz de despertar um conjunto de sensações, incluindo o estranhamento e a admiração. Ele realiza uma verdadeira transfiguração da experiência de leitura, materializando o sensório, a expressão plástica e a originalidade conceitual, por meio de intervenções poéticas, jogos gráficos e elementos visuais (Paiva, 2010). Dessa maneira, na interseção entre ciência e arte, o livro-objeto desafia a noção totalizadora dos trabalhos acadêmicos, abrindo caminhos para uma articulação plástica entre conceitos e afetos. Além disso, proporciona uma experiência única entre o objeto em si e aqueles que se envolvem com suas grafias (Oliveira, 2019).

Figura 2 – Fotografias da composição da tese de doutorado com link em QR Code para acesso a um vídeo de manipulação do objeto



Fonte: Oliveira (2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tese-dispositivo apresentada neste capítulo buscou lidar com a multiplicidade de materiais relacionados aos primeiros casos de cura ou remissão de longo prazo do HIV, reconhecendo as suas limitações. Para tanto, foi necessário desenvolver um procedimento metodológico que permitisse acessar e evidenciar narrativas, experiências e práticas. Talvez o método utilizado não seja considerado “convencional” e possa instigar a curiosidade. A grande motivação deste processo para além da escrita consistiu na tentativa de dar vazão à criação como uma fonte de riscos e acertos.

O modo como penso na potencialidade da cartografia como método de pesquisa-intervenção (Passos; Barros, 2015) e uma ecologia de conexões parciais (Stengers, 2018) vai ao encontro do que Haraway (2016) denomina de “pensamento tentacular”. Essa ética de pesquisa não envolve apenas compor a paisagem, mas reconhecer que aquilo que se toca está envolto de escolhas, limitações e responsabilidades. Esse modo de pensamento estabelece conexões e cria relações. “Nada está conectado a tudo; tudo está conectado a alguma coisa”, defende a autora (Haraway, 2016, p. 31, tradução nossa). Assim como o mapa é limitado em sua composição, os tentáculos tocam um número limitado de coisas, denotando conexões parciais.

Haraway (2016) lembra que a palavra tentáculo tem origem no latim *tentaculum*, que significa “apalpador”, e *tentare*, que significa “sentir” e “tentar”. A tentacularidade faz conexões e separações, cortes e nós, faz a diferença. Ela tece caminhos e consequências, mas não determinismos; ambos estão abertos e com nós de algumas maneiras e não de outras: “O tentacular também é rede, suas criaturas, dentro e fora das nuvens. Tentacularidade é sobre a vida vivida ao longo das linhas – e tal riqueza de linhas – não em pontos, nem em esferas” (Haraway, 2016, p. 32, tradução nossa). Nesse aspecto, Haraway (2016) recupera uma passagem de Ingold (2007, p. 116-119, tradução

nossa): “‘Os habitantes do mundo, criaturas de todo tipo, humanas e não humanas, são viajantes’; gerações são como ‘uma série de trilhos entrelaçados’”.

Este é um processo de engajamento e uma prática coletiva orientados para uma política de vida mais democrática (Haraway, 1995; Jasanoff, 2005; Preciado, 2008; Stengers, 2018). Na tese de doutorado, incluí tanto os participantes das pesquisas experimentais para a cura do HIV quanto o meu lugar de pesquisador ao narrar as histórias. Afinal, são as testemunhas que provocam mudanças significativas em categorias aparentemente imutáveis, como aquela de “homem” como “substrato biológico” (Pereira, 2022, p. 3).

Para o formato e a composição deste capítulo, procurei descrever a criação de um dispositivo que refletisse o próprio processo de construção da pesquisa, apostando na dissolução das fronteiras entre ciência e arte, objetividade e subjetividade, interior e exterior. Nesse exercício de cartografar as paisagens biotecnológicas, desenvolvi um objeto de acesso ao conhecimento que não apenas apresenta informações, mas convida à exploração ativa do “olhar médico” e de seus “arquivos”. Essa proposta busca hibridizar tecnologias manuais e digitais, articulando diferentes dimensões do saber em uma aposta criativa e interativa.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? In: AGAMBEN, Giorgio. **O que é contemporâneo?** e outros ensaios. Chapecó: Argos, 2009. p. 25-51.

ALLERS, Kristina; HÜTTER, Gero; HOFMANN, Jörg; LODDENKEMPER, Christoph; RIEGER, Kathrin; THIEL, Eckhard; SCHNEIDER, Thomas. Evidence for the cure of HIV infection by CCR5 Δ 32/ Δ 32 stem cell transplantation. **Blood**, v. 117, n. 10, p. 2791-2799, 2011. DOI: 10.1182/blood-2010-09-309591.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARROS, Laura Pozzana de; KASTRUP, Virgínia. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (org.). **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 52-75.

BROWN, Timothy Ray. I Am the Berlin Patient: A Personal Reflection. **AIDS Research and Human Retroviruses**, Las Vegas, Nevada, v. 31, n. 1, p. 2-3, 2015. DOI: 10.1089/aid.2014.0224.

BRUNO, Fabiana; GUARÍN MARTINEZ, Óscar. Apresentação do Dossiê “Antropologia das imagens: “supervivência” dos arquivos e imaginação dos tempos. **ILUMINURAS**, Porto Alegre, v. 21, n. 53, p. 5-16, 2020. DOI: 10.22456/1984-1191.106358.

CALLON, Michel. Entrevista com Michel Callon: dos estudos de laboratório aos estudos de coletivos heterogêneos, passando pelos gerenciamentos econômicos. **Sociologias**, v. 9, n. 19, p. 302-321, 2008. DOI: 10.1590/s1517-45222008000100013.

DEEKS, Steven G. *et al.* Research priorities for an HIV cure: International AIDS Society Global Scientific Strategy 2021. **Nature Medicine**, v. 27, n. 12, p. 2085-2098, 2021. DOI: 10.1038/s41591-021-01590-5. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41591-021-01590-5>. Acesso em: 24 mar. 2023.

DELEUZE, Gilles. **A dobra: Leibniz e o barroco**. Campinas: Papirus, 1991.

DELEUZE, Gilles. **Conversações, 1972-1990**. São Paulo: Editora 34, 1992.

DELEUZE, Gilles. O que é um dispositivo? [1990]. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. **Escola Nômade**, 24 fev. 2016. Disponível em: <https://www.escolanomade.org/2016/02/24/deleuze-o-que-e-um-dispositivo/>. Acesso em: 24 mar. 2023.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Introdução: Rizoma. In: DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011. v. 1, p. 17-49.

DESPRET, Vinciane. Os dispositivos experimentais. **Fractal: Revista de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 43-58, 2011. DOI: 10.1590/S1984-02922011000100004.

DIAS, Susana Oliveira; RODRIGUES, Carolina Cantarino. Apresentação de Dossiê: Transes. E se artes e ciências? E se ... e ...? **Leitura: Teoria & Prática**, Campinas, SP, n. 59, p. 57-61, 2012.

DICKTER, Jana *et al.* The “City of Hope” Patient: prolonged HIV-1 remission without antiretrovirals (ART) after allogeneic hematopoietic stem cell transplantation (aHCT) of CCR5-Δ32/Δ32 donor cells for acute myelogenous leukemia (AML). *In*: 24TH INTERNATIONAL AIDS CONFERENCE 2022, Montreal, Canadá. **Anais [...]**. Montreal, Canadá p. abstract 12508, 2022. Disponível em: <https://programme.aids2022.org/Abstract/Abstract/?abstractid=12508>. Acesso em: 22 ago. 2022.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Atlas, ou, O gaio saber inquieto**: o olho da história III. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

DYBUL, Mark *et al.* The case for an HIV cure and how to get there. **The Lancet HIV**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. e51-e58, 2021. DOI: 10.1016/S2352-3018(20)30232-0.

FISCHER, Michael M. J. **Emergent Forms of Life and the Anthropological Voice**. Durham/London: Duke University Press, 2003. DOI: 10.2307/j.ctv125j-j6d.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da clínica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FRANKLIN, Sarah. Stem Cells R Us: Emergent Life Forms and the Global Biological. *In*: ONG, Aihwa; COLLIER, Stephen J. (org.). **Global Assemblages: Technology, Politics, and Ethics as Anthropological Problems**. New York/London: Blackwell, 2005. p. 59-78. DOI: 10.1002/9780470696569.ch4.

GUPTA, Ravindra K. *et al.* Evidence for HIV-1 cure after CCR5Δ32/Δ32 allogeneic haemopoietic stem-cell transplantation 30 months post analytical treatment interruption: a case report. **The Lancet HIV**, v. 7, n. 5, p. e340-e347, 2020. DOI: 10.1016/S2352-3018(20)30069-2.

HARAWAY, Donna. The Biopolitics of Postmodern Bodies: Constitutions of Self in Immune System Discourse. *In*: HARAWAY, Donna. **Simians, Cyborgs**

and Women: The Reinvention of Nature. New York: Routledge, 1991. p. 203-230.

HARAWAY, Donna. **Staying with the Trouble: Making Kin in the Chthulucene.** Durham/London: Duke University Press, 2016. DOI: 10.1215/9780822373780.

HARAWAY, Donna. **Modest_Witness@Second_Millennium. Female-Man@_Meets_OncoMouseTM: Feminism and Technoscience.** 2. ed. New York: Routledge, 2018. DOI: 10.4324/9780203731093.

HIGHLEYMAN, Liz. Coming Out as Cured. **POZ**, 17 mai. 2023. Disponível em: <https://www.poz.com/article/coming-cured>. Acesso em: 18 maio. 2023.

HSU, Jingmei *et al.* HIV-1 remission and possible cure in a woman after haplo-cord blood transplant. **Cell**, [S. l.], v. 186, n. 6, p. 1115-1126.e8, 2023. DOI: 10.1016/j.cell.2023.02.030. Disponível em: [https://www.cell.com/cell/full-text/S0092-8674\(23\)00173-3#](https://www.cell.com/cell/full-text/S0092-8674(23)00173-3#). Acesso em: 24 mar. 2023.

INGOLD, Tim. **Lines: a brief history.** London: Routledge, 2007.

INGOLD, Tim. **Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição.** Petrópolis: Vozes, 2015a.

INGOLD, Tim. O dédalo e o labirinto: caminhar, imaginar e educar a atenção. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 21, n. 44, p. 21-36, 2015b. DOI: 10.1590/S0104-71832015000200002.

JASANOFF, Sheila. **Designs on nature: science and democracy in Europe and United States.** Princeton; Oxford: Princeton University Press, 2005.

JENSEN, Björn-Erik Ole *et al.* In-depth virological and immunological characterization of HIV-1 cure after CCR5Δ32/Δ32 allogeneic hematopoietic stem cell transplantation. **Nature Medicine**, v. 29, n. 3, p. 583-587, 2023. DOI: 10.1038/s41591-023-02213-x.

JOHNSON, Mark. After decades under a virus's shadow, he now lives free of HIV. **The Washington Post**, 3 abr. 2023. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/science/2023/04/03/hiv-remission-blood-stem-cell-transplant/>. Acesso em: 21 abr. 2023.

KASTRUP, Virgínia; PASSOS, Eduardo. Cartografar é traçar um plano comum. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 25, n. 2, p. 263-280, 2013. DOI: 10.1590/S1984-02922013000200004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>.

php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922013000200004&lng=pt&tlng=pt.
Acesso em: 21 abr. 2023.

LATOUR, Bruno. **Ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

MANDAVILLI, Apoorva. The “London Patient”, Cured of H.I.V., Reveals His Identity. **The New York Times**, 9 mar. 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/03/09/health/hiv-aids-london-patient-castillejo.html>. Acesso em: 21 out. 2020.

MOL, Annemarie. **The body multiple**: ontology in medical practice. Durham and London: Duke University Press, 2002.

OLIVEIRA, Kris Herik De. **De encontros, verdades e afetos**: cartografias da sexualidade. 2019. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas) – Faculdade de Ciências Aplicadas, Universidade Estadual de Campinas, Limeira, 2019. DOI: <https://doi.org/10.47749/T/UNI-CAMP.2019.1089844>. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/1089844>. Acesso em: 26 out. 2020.

OLIVEIRA, Kris Herik De. **“Transplantando esperança”**: tecnobiopolítica em terapias experimentais com células-tronco para a cura do HIV. 2023. 490 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Campinas, 2023. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/13887>. Acesso em: 14 mai. 2025.

PAIVA, Ana Paula Mathias de. **A aventura do livro experimental**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (org.). **Pistas do método da cartografia**: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 17-31.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. Apresentação. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (org.). **Pistas do método da cartografia**: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 207.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Corpo, saúde e materialidades. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 1-6, 2022. DOI: 10.1590/s0104-12902022220465pt.

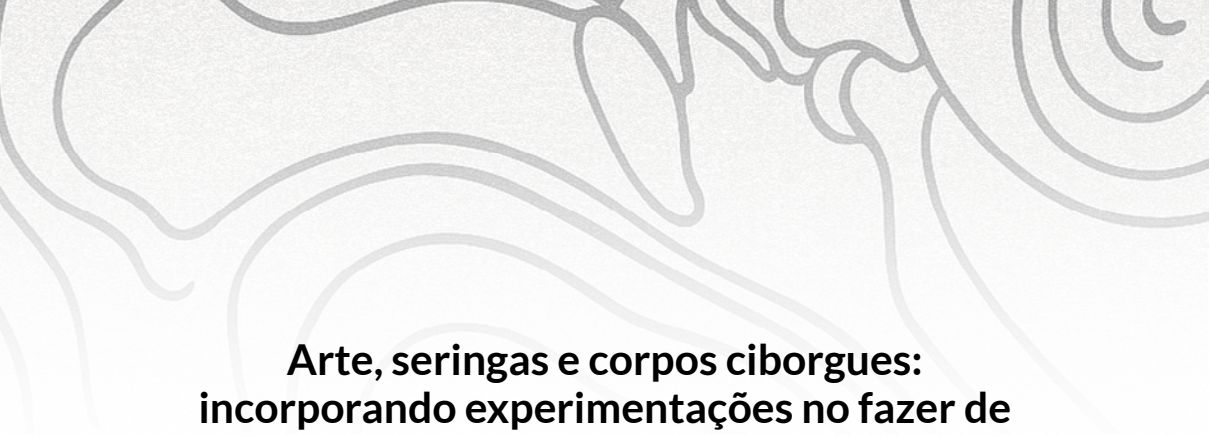
ROSE, Nikolas. **A política da própria vida**: biomedicina, poder e subjetividade no século XXI. São Paulo: Paulus, 2013.

STENGERS, Isabelle. **A invenção das ciências modernas**. São Paulo: Editora 34, 2002.

STENGERS, Isabelle. 'Another Science is Possible!' A Plea for Slow Science. *In*: STENGERS, Isabelle. **Another Science is Possible**: A Manifesto for Slow Science. Cambridge/UK & Medford/USA: Polity Press, 2018. p. 106-132.

THOMPSON, Charis. **Good Science**: The Ethical Choreography of Stem Cell Research. Cambridge, MA/London: MIT Press, 2013. DOI: 10.7551/mitpress/8822.001.0001.

UNAIDS, Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids. **Fact sheet– Latest global and regional statistics on the status of the AIDS epidemic**. UNAIDS, 2023. Disponível em: https://www.unaids.org/en/resources/documents/2023/UNAIDS_FactSheet. Acesso em: 12 fev. 2024.



Arte, seringas e corpos ciborgues: incorporando experimentações no fazer de uma pesquisa sobre inseminações caseiras

*Art, Syringes, and Cyborg Bodies: Embodying
Experiments in Home Insemination Research*

Flora Villas Carvalho

RESUMO

O objetivo deste capítulo consiste em apresentar as experimentações artísticas e corporais desenvolvidas durante minha pesquisa sobre grupos de inseminação caseira e o “método seringa” entre lésbicas/sapatonas. Nessa pesquisa, busquei mapear os papéis das tecnologias e agentes não humanos nas redes ciborgues (Haraway, 2009 [1985]) e sociotécnicas (Latour, 1994) que compõem o cenário da inseminação caseira no Brasil, através de uma observação-participante em grupos de *Facebook* e, também, através de experimentações tecnocorporais e artísticas. Neste capítulo proposto, portanto, faço um recorte dessas experimentações e dos modos pelos quais elas serviram não apenas como resultados, mas também como modo de fazer a pesquisa e de me afetar com e por ela, assim como por sua materialidade. A ideia, além de apresentar os exemplos e processos de experimentações desenvolvidas durante a pesquisa – com desenhos, pinturas, fotos, vídeos, colagens, modelagem em argila e em 3D – é também de demonstrar como essas diferentes práticas artísticas e de in(corpo)ração têm o potencial metodológico de enriquecer a investigação etnográfica, proporcionando novas formas de ver, narrar, experienciar e adentrar os contextos estudados.

PALAVRAS-CHAVE: Inseminação caseira; Lésbicas/Sapatonas; Experimentações tecnocorporais; Etnografia; Arte.

ABSTRACT

The purpose of this chapter is to present the artistic and bodily experiments developed during my research on home insemination groups and the “syringe method” among lesbians/dykes. In this research, I sought to map the roles of technologies and non-human agents within cyborg (Haraway, 2009 [1985]) and sociotechnical networks (Latour, 1994) that shape the scenario of home insemination in Brazil, through participant observation in Facebook groups and also through technobodily and artistic experiments. In this proposed chapter, therefore, I focus on these experiments and the ways in which they served not only as outcomes but also as methods for conducting research and allowing myself to be affected by and with it, as well as by its materiality. The goal, in addition to presenting the examples and processes of experiments developed during the research—with drawings, paintings, photos, videos, collages, clay and 3D modeling—is also to demonstrate how these different artistic and embodying practices have the methodological potential to enrich ethnographic investigation, providing new ways of seeing, narrating, experiencing, and entering the studied contexts.

KEYWORDS: Home insemination; Lesbians/Dykes; Technobodily experimentations; Ethnography; Art.

INTRODUÇÃO

Figura 1 – Experimento artístico com seringa, papel canson arranhado com agulha e nanquim, formando “redes” de água e tinta



Fonte: Elaboração própria (2023).

Este texto nasce como um recorte de minha pesquisa de mestrado,¹ cuja dissertação se intitula “*Método seringa*”: *materialidades ciborgues, saberes e técnicas da inseminação caseira na produção de maternidades lésbicas/sapatonas* (Carvalho, 2024). Nela, busquei investigar as práticas e técnicas de inseminação caseira (IC) por casais de lésbicas/sapatonas, através do chamado “método seringa”, construído de forma coletiva e autônoma em contextos de grupos digitais. A inseminação caseira é semelhante à inseminação artificial, mas é feita com o esperma de um doador não anônimo e sem mediação médica. Com o auxílio de uma seringa sem agulha, o esperma do doador é inseminado na futura gestante, por ela mesma ou por sua parceira. Em geral, esses procedimentos são realizados em ambientes domésticos, seja na residência da pessoa que irá gestar ou na casa do doador.

A inseminação caseira – enquanto prática autônoma, gratuita, digitalmente conectada e frequentemente lésbica – se insere e dissemina de maneira crescente no Brasil a partir dos últimos dez anos, em especial se infiltrando em uma série de lacunas que deixam os tratamentos públicos estatais, por um lado, e os tratamentos em clínicas privadas, por outro. Até uma década atrás, o acesso de pessoas LGBTQIAPN+ não era contemplado nas regulamentações das práticas clínicas de reprodução assistida. Até hoje, enfrentamos uma série de exclusões e violências, tanto no contexto da saúde pública quanto no das clínicas privadas. Ademais, os altos custos cobrados nessas clínicas pelos procedimentos de inseminação artificial e fertilização *in vitro* (FIV) não são acessíveis a boa parte da população, só sendo possível sua utilização por algumas pessoas, em uma distribuição de acesso/exclusão que é especialmente atravessada por marcadores socioeconômicos, raciais e geográficos, mas profundamente marcada também por questões de gênero e sexualidade.

1 Financiamento da pesquisa pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Ministério da Educação no período de 2021 a 2023.

Outro aspecto que marca o contexto e o histórico das inseminações caseiras no Brasil é que ele se encontra especialmente marcado pelo digital, uma vez que boa parte destas práticas são conduzidas e produzidas por relações criadas em grupos digitais que agregam “tentantes” (categoria êmica desses grupos para potenciais gestantes) e “doadores” (de sêmen) e são estabelecidos na plataforma *Facebook* e no aplicativo *WhatsApp*. O recorte empírico do campo que desenvolvi nessa minha pesquisa compreende dois desses grupos digitais presentes na plataforma *Facebook*, ambos com uma consistente presença de lésbicas/sapatonas.

Inspirei nos trabalhos de Paul Preciado (2023 [2008], 2011) e amparei nos conceitos de redes sociotécnicas de Bruno Latour (1994) e corpos ciborgues de Donna Haraway (2009 [1985]), investi-guei esses dois grupos digitais, buscando refletir acerca dos diversos agentes e agenciamentos que compõem a busca e feitura da concepção lésbica através da inseminação caseira, com enfoque sobre as materialidades que compõem os processos, técnicas, saberes e corpos desse contexto.

Para além do mapeamento e acompanhamento etnográfico dessas redes, de forma concomitante e articulada desenvolvi outro conjunto de processos e práticas de pesquisa que se constituíram no mapeamento e experimentação (corporal, artística e etnográfica com) os repertórios tecnomateriais e imagéticos que compõem, atravessam e atuam nas práticas de inseminação caseira. É nesse conjunto que está o recorte deste texto.

PERCURSOS E INSPIRAÇÕES METODOLÓGICAS²

Dentro da metodologia utilizada na pesquisa, o conjunto de técnicas que vou apresentar aqui foi talvez minha maior surpresa e maior encanto ao longo da pesquisa: as experimentações artísticas e corpo-

2 A pesquisa teve anuência do Comitê de Ética em Pesquisa nas Ciências Humanas e Sociais da Unicamp em junho de 2022 (CAAE: 56634322.8.0000.8142).

rais. Nesse processo, me apropriei das propostas teórico-metodológicas de trabalhos e pesquisadorias que se propuseram a incorporar, de diferentes maneiras, o fazer gráfico em suas produções e incursões etnográficas, tal como a análise e feitura de repertórios imagéticos e materiais. Em especial, me amparo em estudos etnográficos que se aprofundam nas potencialidades do desenho e da produção plástica na pesquisa antropológica.

Assim, em algumas dessas pesquisas e experimentações, o desenho aparece enquanto uma metodologia de pesquisa, na qual o próprio processo de desenhar – de criar, experimentar e registrar graficamente – é parte do fazer da pesquisa. Em outras, o desenho é um resultado dessa pesquisa, uma maneira de apresentá-la a partir de outras maneiras de narrativa que não apenas a textual, explorando as peculiaridades comunicativas, afetivas e afetadas que a pesquisa carrega e que produz. Outras pesquisas, ainda, tomam o desenho e outros tipos de produção gráfica enquanto objetos de estudo e de interlocução. Por fim, há aquelas que conjugam todas ou algumas dessas abordagens, abraçando diferentes potencialidades e usos do desenho na pesquisa etnográfica e antropológica. Como destaca Aina Azevedo (2016a, p. 24), “o desenho pode ser entendido como um processo, uma maneira de pensar, observar, conhecer, descrever e revelar menos comprometido com o resultado final”.

Os fazeres gráficos também podem ser criados, expressos e interpelados em diferentes e plurais formatos, suportes, materiais e estilos que, por sua vez, também criam maneiras de incorporar estes fazeres nas pesquisas e carregam consigo diferentes potencialidades artísticas, analíticas, reflexivas. Afinal, como bem nos vêm ensinando a Arqueologia e as Artes Visuais há décadas, os modos peculiares pelos quais as coisas e grafias se configuram materialmente dizem sobre diferentes formas dessas materialidades e imagens estarem no mundo, se relacionarem com as pessoas e outras coisas, dizem sobre suas identidades e subjetividades. Dessa forma, cada maneira de fazer gráfico –

lápiz, pinturas acrílicas, a óleo, aquarelas, esculturas, colagens – e cada forma e perspectiva de abordá-las geram também novas e peculiares potencialidades à pesquisa que se desenvolve e à pesquisa antropológica como um todo.

Incorporando e repensando algumas dessas propostas em minha pesquisa, acionei essas potencialidades não apenas para pensar e experimentar com diferentes técnicas e formas de desenho – analógicos e digitais e com diferentes materiais – mas também para a experimentação artística com outras formas de artes plásticas, como pintura, colagens e modelagem. Com base em todo esse repertório, busquei experimentar e criar com repertórios gráficos e produções visuais, artísticas, literárias, corporais e digitais, ao longo dos meses em que realizei o campo e a partir deles.

Por um lado, propus estudar os repertórios gráficos, materiais e imagéticos dos grupos digitais de inseminação caseira, a partir de análises reflexivas e textuais dessas imagens (aquelas publicadas, compartilhadas, mas também a própria estética da plataforma que incorpora esses grupos). Em minhas observações e acompanhamentos, pude constatar que há, nos grupos que compõem meu recorte, um repertório imagético muito particular das publicações, comentários e outros modos de interação e conexão. Testes de gravidez, de ovulação, fotos de fluídos e excreções corporais, *prints* de conversas, fotos de crianças de diferentes idades, geradas por meio de inseminação caseira, e de suas famílias (quase sempre lésbicas) e *selfies* de doadores são alguns dos agrupamentos gráficos que esse repertório imagético dos grupos me permitiu mapear.³ Busquei, partindo desse conjunto, pensar como essas imagens são utilizadas, veiculadas e acionadas dentro dos grupos, o que elas nos dizem sobre as interações nos/dos grupos, sobre as materialidades da inseminação caseira e como tanto coisas quanto imagens atuam nessas redes.

3 Ao todo, como resultado do mapeamento que fiz desse acervo fotográfico ao longo dos dois meses em que realizei meu campo, reuni e dei início à análise de um conjunto de 477 imagens.

Por outro lado, busquei colaborar com a feitura de novas imagens (fotografias, gráficos, *QR Codes*, desenhos, redes) em diferentes formatos e técnicas (digitais, plásticas, colagens, materiais) e imergir criativamente em experimentos com as materialidades físicas e digitais da inseminação caseira, fazendo uma observação participante e reflexiva com estes agentes materiais e explorando como essas materialidades múltiplas estão articuladas a uma produção (disputada) de saberes próprios das inseminações caseiras.

Busquei explorar as múltiplas potencialidades de pesquisar e experimentar (com “arte”, corpo e literatura) as materialidades e imagens das inseminações caseiras, e também de mapear e criar com esses repertórios imagéticos que estão nos grupos, tal como produzir mapas visuais das interações em rede contidas neles. Algumas dessas experimentações foram: experimentos artísticos com os seres-coisas da inseminação caseira, composto por desenhos, fotos e descrições imaginadas dos principais elementos materiais da IC; experimentos tecnocorporais, estudando, descrevendo/imaginando e experimentando com cada um desses materiais/tecnologias, fazendo estudos corporais dos gestos, das posturas, das imagens, da lide com os materiais, de como eles agem, performando as práticas presentes na inseminação caseira em meu próprio corpo, fotografando, filmando, desenhando e editando/intervindo nesta produção de imagens e de relatos de todo esse processo; e colagens com as materialidades da inseminação caseira em redes, digitais e físicas, brincando com seus diálogos e possibilidades.

ADENTRANDO AS EXPERIMENTAÇÕES

A seguir apresentarei parte das experimentações desenvolvidas e alguns dos caminhos analíticos que a produção delas me permitiu. É importante destacar, entretanto, que o ato de tentar descrever ou explicar essas experimentações e seu processo criativo e produtivo é bastante difícil, já que nem sempre os caminhos e inspirações que essa

produção pede se encaixam nos formatos de análise acadêmica e textual com os quais estamos acostumados. Penso que, às vezes, esses experimentos me foram muito mais relevantes pelo próprio fazer deles – e sobre o que aprendi, corporalmente – com eles, do que por um resultado sobre o qual eu dê conta de dissertar. Ainda assim, tentarei colocar em palavras alguns desses processos e apresentar em imagens alguns desses resultados.

Experimentações corporais

O primeiro conjunto de experimentações desenvolvidas que vou apresentar são aquelas nas quais me dediquei a testar as técnicas e práticas compartilhadas e construídas coletivamente nos grupos, sendo elas dadas em dois movimentos: o primeiro de controle do ciclo menstrual e da fertilidade e o segundo da realização da inseminação em si.

O controle dos ciclos: testes, calendários e consultas

Figura 2 e Figura 3 – Tecnogestos da realização de testes caseiros em nanquim e caneta digital



Fonte: Elaboração própria (2022).

O controle do ciclo e das ovulações é muito importante no processo de buscar “o positivo” através da inseminação caseira, já que a inseminação caseira deve ser feita, preferencialmente, no período de ovulação da tentante, de modo a gerar maiores chances de a inseminação caseira se converter em um resultado positivo. Esse planejamento, que conjuga o calendário de tentativas com os doadores e o período fértil de quem vai ser inseminada, é um processo pelo qual quase todas as tentantes de inseminação caseira passam e experenciam, sozinhas ou com seus parceiros, mas conta também com a agência de uma rede coletiva, com participações de outras tentantes e doadores dos e nos grupos digitais.

Para esse controle, as tentantes utilizam e discutem nessas publicações:

- Testes caseiros de ovulação, de diferentes tipos e marcas, mas especialmente os testes de tira. Os testes caseiros parecem ser o principal modo de controle utilizado e indicado, sendo muitas vezes fotografado e compartilhado com essa rede de participantes para consulta, buscando o auxílio de outras tentantes e doadores para compreender seus resultados;
- Aplicativos menstruais, de modo que as tentantes perguntam umas às outras se já utilizaram aplicativos menstruais para controlar seu ciclo fértil, sobre os quais as tentantes trocam informações sobre o uso, quais são melhores, mais confiáveis ou precisos; mas também compartilham *prints* de seus calendários menstruais dos aplicativos como material para consultar outras tentantes acerca de seus períodos férteis;
- Controle através de relatos, dúvidas e fotos de sintomas corporais (como cólicas, consistência das secreções vaginais, muco, dentre outros) e as datas dos últimos ciclos, a serem checados sempre pelo coletivo.

Assim, um conjunto de interações bastante expressivo dos grupos são o que chamei de “consultas de positivos”, onde as tentantes ou suas parceiras e parceiros compartilham esses relatos, fotos e *prints* citados anteriormente e buscam, por meio delas a ajuda umas das outras para dar diagnósticos de sua gravidez, ou não.

Muitas das postagens expressaram dúvidas, portanto, sobre possíveis sintomas de gravidez, como cólicas, dores nas costas e nos seios, secreção vaginal e nidação. Há também muitas perguntas sobre o momento certo para fazer um teste de gravidez e como interpretar os resultados. Junto a essas descrições que compõem a construção desses “casos” que são apresentados para consulta des pares no grupo, uma prática comum registrada/compartilhada por meio de fotografias é a produção de “calendários” de inseminação caseira, nos quais são anotados os dias de ovulação e menstruação passadas e previstas, os dias em que foram realizados testes caseiros de ovulação, os dias em que foram feitas tentativas de inseminação caseira e os testes de gravidez. Acompanhando e materializando esses registros de datas, são coladas também as próprias fitas dos testes caseiros (de ovulação e/ou gravidez).

Os registros imagéticos produzidos e anexados a essas publicações são parte bastante significativa de sua identidade, sendo eles agentes (visuais e materiais) muito importantes nesse tipo de publicação de “consulta”. Baseada nesse conjunto de publicações, suas imagens, relatos e dinâmicas de interação presentes nos grupos, me guiei para realizar meus próprios testes e controles de ciclo menstrual e fértil, buscando explorar as diferentes formas de se fazer esse controle presentes nos grupos.

03 de julho de 2022

Eu nunca tinha feito um teste de gravidez.

Nunca havia mijado em um copinho e enfiado uma tira dentro dele. Não conhecia a ansiedade que toma o cor-

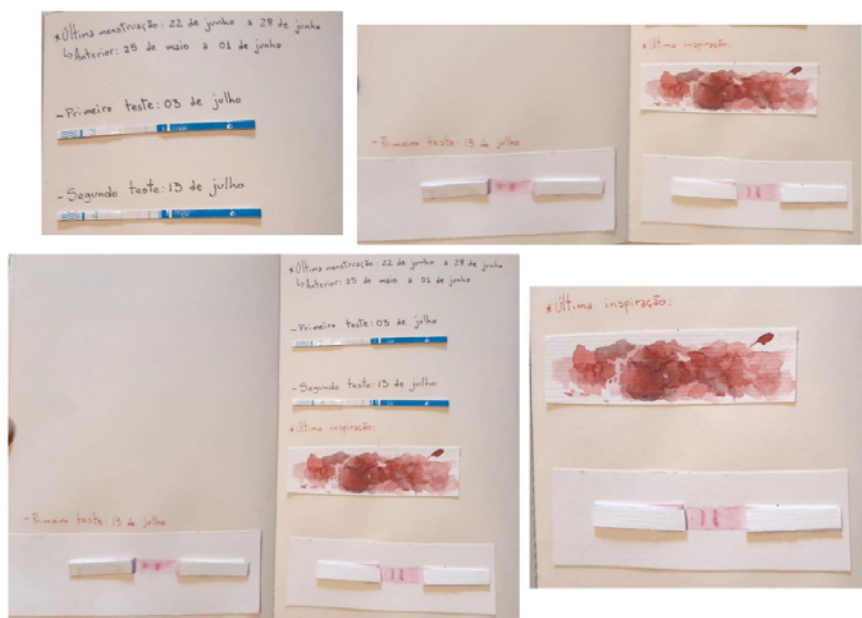
po enquanto se encara o mijo espalhando pela tira, tornando ela rosa, secando, a(s) linhas aparecendo (ou não). Começo pelo de ovulação.

Arranco do pacotinho verde uma tira branca com inscrições azuis. Pego emprestado do teste de gravidez que comprei um potinho assim minúsculo, transparente. Achei simpático. Levo tudo para o banheiro: pacote, teste, pote. Fecho a porta, tranco. Por algum motivo toda essa atividade é pra mim um pouco vergonhosa, como se não me pertencesse. Me sinto deslocada. Sento no vaso, abro as pernas, posiciono como posso o copinho e concentro toda a energia que tenho para mirar certo. Erro. Reposiciono já aceitando que vou me sujar. A vergonha volta, mesmo sozinha no banheiro. Quando o potinho se enche pego o papel higiênico, desesperada para secar a mão. Passo papel em tudo, reforço com um lenço umedecido. É quase cômico como certas funções – fluxos e fluidos – do nosso corpo são capazes de nos causar tamanho desconcerto. Quando termino, pego o pacotinho verde para ler as instruções (afinal, eu nunca fiz um teste de gravidez). Tudo em inglês, com algumas ilustrações para auxiliar na explicação dos modos de uso do teste e na leitura do resultado. Uma linha rosa: negativo. Duas linhas rosas: positivo. Mergulho a tirinha pequenina e conto os segundos na cabeça e, em seguida, descanso a tirinha no chão enquanto vejo o líquido subir através do papel. Pouco a pouco aquela rosa vai subindo, aquoso, devorando tudo em alguns segundos (Recorte do meu caderno de campo).

Portanto, realizei vários processos concomitantemente: monitorei meu ciclo a partir de um aplicativo menstrual ao longo de seis meses, começando alguns meses antes do primeiro experimento de inseminação para que o aplicativo calculasse meu ciclo corretamente e, ao longo dos últimos meses, registrando no aplicativo cada teste de ovulação e gravidez realizados. Realizei testes caseiros de ovulação e testes de gravidez de variados tipos e com eles produzi meu ca-

lendário com os testes colados. Coletei meus fluidos ao longo de todo um ciclo.

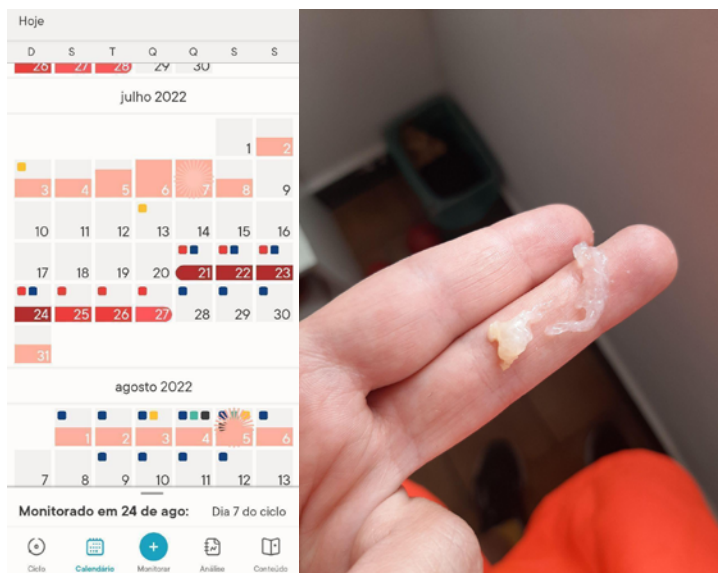
Figura 4 – Colagem de pedaço do caderno de campo com “agenda” de inseminações, testes de gravidez e períodos menstruais, similar àqueles produzidos e compartilhados por tentantes



Fonte: Elaboração própria (2023).

Para além de me guiar por esses agentes-imagens compartilhados nos grupos para realizar meus experimentos corporais, o movimento contrário também aconteceu. Esses experimentos me serviram por um lado para ter um entendimento muito melhor das experiências corporais, afetivas e afetadas envolvidas nesses controles dos ciclos; por outro lado, serviram também para produzir novas imagens, novas mídias de diferentes formatos para que eu pudesse incorporar ao meu texto, ampliando as diferentes formas de mostrar e narrar os fazeres e saberes da inseminação caseira.

Figura 5 – Print da tela do meu aplicativo Flo, de controle menstrual
/ **Figura 6** – Imagem de corrimento simulando as fotografias
compartilhadas nos grupos para controle dos ciclos e fluidos



Fonte: Elaboração própria (2022, 2023).

Experimentando o método seringa

4 de agosto de 2022

Esquentei um pouco a água no fogão, para performar uma similaridade com a temperatura do sêmen recém ejaculado, mas também para não ter um choque térmico com a água gelada da torneira.

Levo para o quarto, arrumo a cama, tiro as roupas, deixando só a calcinha e o binder. Sinto frio. Coloco o celular em uma posição adequada para filmar e aperto para começar a gravar. Sento na cama e despejo/gozo a água da leiteira no pote de coleta de tampa vermelha. Tiro a calcinha e abro as pernas. Lembro das visitas à gineco-

logista. Penso que talvez seja menos incômodo o processo se abrir mais as pernas, como fazem as cadeiras ginecológicas. Pego a seringa e puxo o líquido para dentro dela. 10 ml cobertos.

Levo em direção à vagina, e estico a cabeça pra cima para tentar assistir o que estava fazendo. Não rola. Toda vez que levanto a cabeça meu corpo contrai pelo esforço e a seringa trava na entrada, espremida pelos músculos vaginais. Sinto incômodo. Incômodo... é engraçado como vamos aprendendo as palavras que os médicos dão para nossas dores. Sinto dor. Volto a cabeça para baixo e, com o corpo novamente relaxado, vou tateando intuitivamente com a seringa a entrada do canal. Encontro e a seringa vai se inserindo aos poucos lá dentro. Dizem nos grupos que mais perto do colo do útero as chances são maiores. Não sei. Também vi por lá que isso é tudo besteira e que quem faz mesmo a diferença é a força da seringa pra impulsionar o sêmen, através de sua boa manipulação. Na dúvida, insiro até o meio do caminho e aperto rápido o mecanismo da seringa, em um só jato, toda aquela água me encharca por dentro. A sensação é levemente estranha, mas bem menos do que eu esperava, quase despercebida. Tiro a seringa e faço força com todo o corpo pra segurar a água lá dentro. A tática de levantar as pernas de 3 a 5 minutos depois de fazer a inseminação é amplamente recomendada nos grupos de IC. Obedeço. Jogo as pernas para cima e seguro as ancas com as mãos para evitar que o corpo desça. [...] Depois de alguns minutos desço as pernas ainda segurando o líquido dentro de mim com todos os músculos. Fico deitada uns instantes, acarício a barriga. Quase esqueço que meu filho aquoso não seria gestado. Levanto, pego a toalha e sinto escorrer pelas pernas toda a água que coloquei. Quente (Recorte de meu caderno de campo).

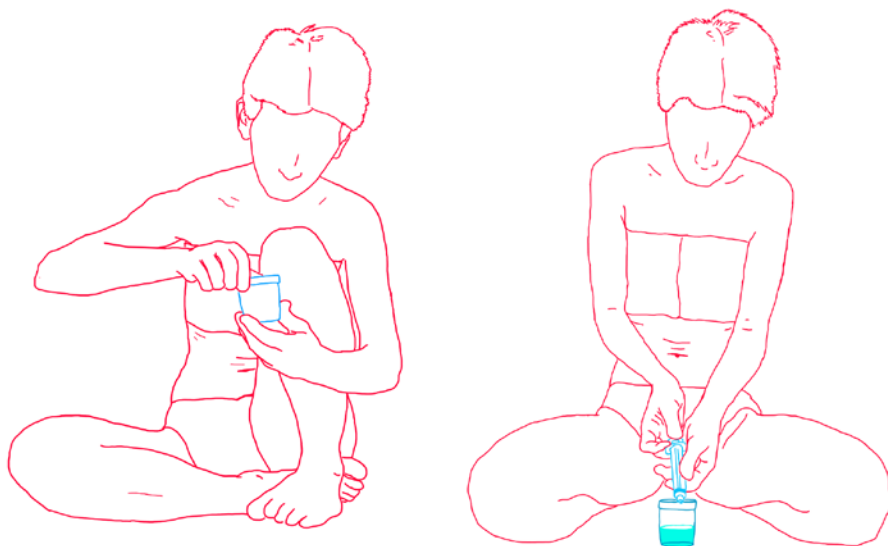
Esse é um recorte do meu caderno de campo, da primeira vez que realizei uma simulação adaptada de inseminação caseira. Inicialmente, utilizei água, tanto na primeira como na segunda tentativa, porém, nas duas últimas vezes, experimentei com outro material: um produto denominado “Sêmen Lub”, projetado para simular a textura do sêmen. Também explorei a técnica utilizando um espêculo em uma das ocasiões, juntamente com diferentes tamanhos de seringas (3 ml, 5 ml e 10 ml) ao longo dessas quatro “tentativas”.

Assim como nas técnicas de controle dos ciclos, essas tentativas-experimentações com o método da seringa possibilitaram um movimento duplo. Primeiramente, aprendi com e através dos grupos sobre o método, o que permitiu a experiência caseira (até certo ponto, pelo menos), uma característica intrínseca ao seu modo de funcionamento. Em segundo lugar, usei essas vivências adquiridas nas “tentativas” para gerar imagens e uma descrição mais densa do método, dois resultados que serão apresentados adiante.

A realidade é que cada inseminação caseira é distinta e cada doador e tentante tem seus próprios métodos, manejos e preferências, de modo que são múltiplas as dinâmicas e técnicas estabelecidas neste tipo de prática reprodutiva. Ainda assim, de modo geral, há um conjunto de procedimentos que são basais e/ou mais recomendados nesses grupos e que nos ajudam a descrever e compreender melhor como são realizadas as inseminações caseiras.

Em geral, os procedimentos das inseminações caseiras são feitos na casa das tentantes, mas por vezes também são realizados em quartos de hotel ou na casa dos doadores. Em um banheiro ou quarto e após lavar as mãos, o doador se masturba e ejacula em um pote coletor (de farmácia, o mesmo utilizado para coleta de urina para exames). Em seguida, aspira o sêmen com uma seringa descartável sem agulha, que pode variar entre 3 ml e 10 ml.

Figura 7 – Inseminação ciborgue, o pote: primeira parte do ensaio gráfico de posturas, gestos e relações corpo-técnica-tecnologia nas inseminações caseiras

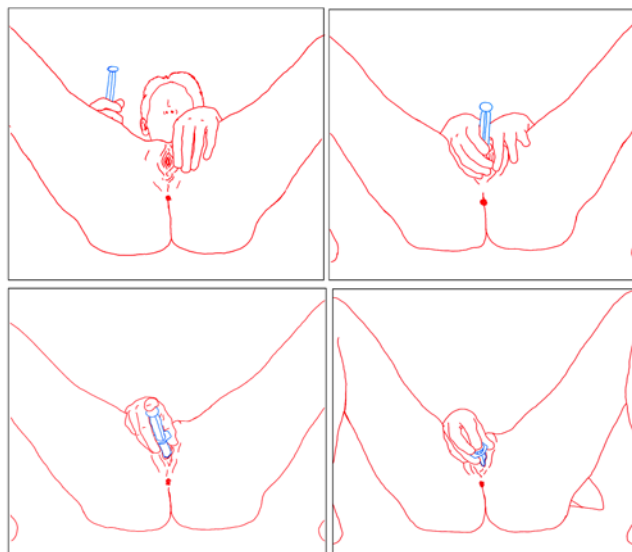


Fonte: Elaboração própria (2023).

A seringa com o sêmen é passada à tentante ou sua parceira pela porta e, em um quarto separado, a tentante se deita em uma cama, preferencialmente com as pernas dobradas ou apoiadas. É muito importante que se tome o mínimo de tempo possível entre a ejaculação e a inseminação, já que os espermatozoides não resistem por longos períodos fora do corpo, processo este que se acelera de acordo com as exposições ao ar e à luz. Nos grupos, sempre se aconselha que se realize esse traslado da seringa e a feitura da inseminação o mais rápido possível.

Para realizar a inseminação, é importante que a tentante esteja lubrificada, seja através de estimulação ou com uso de lubrificante apropriado (com PH neutro). Uma vez lubrificada, a tentante ou sua parceira inserem delicadamente a seringa no canal vaginal e pressionam o mecanismo, injetando o sêmen dentro do canal.

Figura 8 – Inseminação ciborgue, a seringa: segunda parte do ensaio gráfico de posturas, gestos e relações corpo-técnica-tecnologia nas inseminações caseiras



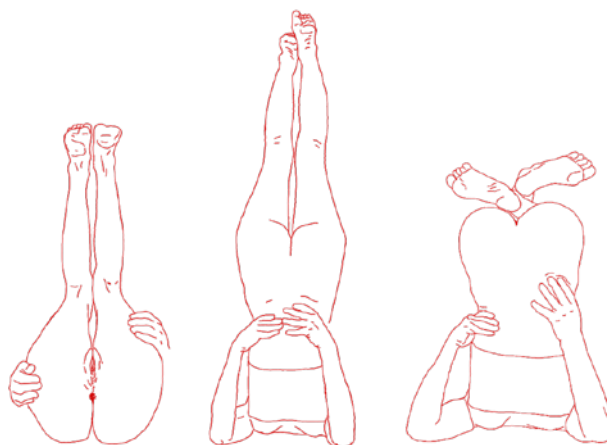
Fonte: Elaboração própria (2023).

Há doadores e tentantes que fazem uso de outros tipos de materiais para realização da inseminação, como espéculos descartáveis e cateteres para permitir um acesso mais direto ao colo do útero, mas o mais comum e recomendado nos grupos digitais é o uso apenas da seringa. Há casos, ainda, de doadores que relatam terem participado do processo de inseminação, a pedido das tentantes, sendo eles os responsáveis por injetar o conteúdo da seringa dentro do canal vaginal da tentante.

Uma vez feita a inseminação, a tentante deve permanecer com as pernas para cima por alguns minutos, para evitar que o sêmen escape, e depois permanecer ao menos meia hora deitada de barriga para cima. A partir dos dez dias subsequentes à inseminação, em geral são realizados testes de gravidez caseiros para verificar se a inseminação foi bem-sucedida. Caso seja um “positivo”, as tentantes avisam ao do-

ador acerca do resultado (ou, ao menos, assim é acordado nos grupos) e/ou faz uma publicação no grupo comunicando o positivo. Caso seja “negativo” e caso as tentantes queiram continuar na busca pela gravidez, novas tentativas são realizadas com o mesmo doador ou outro doador é contatado.

Figura 9 – Inseminação ciborgue, as pernas para cima: terceira parte do ensaio gráfico de posturas, gestos e relações corpo-técnica-tecnologia nas inseminações caseiras



Fonte: Elaboração própria (2023).

Desenho e pintura

Os desenhos que compuseram essa descrição da técnica são mais do que meramente ilustrativos, pois a produção e incorporação desses desenhos – feitos a partir das minhas próprias tentativas de inseminação caseira – foram também parte importante do próprio processo de pesquisa. Para além de experimentar com meu próprio corpo, pude filmar o processo e observá-lo sob novos ângulos, ainda in(corpo)rados à minha própria experiência e perspectiva, mas amplificados nas maneiras de observar o gestual da relação entre corpos e coisas do

“método seringa”. Para além de filmá-lo, entretanto, novas camadas surgiram quando me lancei ao desafio de transportar e transformar em desenho esses gestos filmados.

Como aponta Azevedo (2016a), nos últimos vinte anos acompanhamos a insurgência de um novo movimento de aproximação entre etnografia e desenho, renovada e potencializada nas maneiras de conceber as possíveis articulações entre eles. Assim, temos cada vez mais produções que compõem esse movimento epistemológico e metodológico, no qual o desenho é tomado e experimentado a partir de diferentes modos, explorando suas múltiplas possibilidades “enquanto metodologia de recolha de dados e de observação do mundo” (Gomes, 2016, p. 75), e “tratados como material de análise e de apresentação dos resultados” (Kuschnir, 2016, p. 26).

Nesse trabalho, busquei incorporar o desenho e a pintura com diferentes materiais em dois movimentos conectados: um estudo dos corpos e gestos; e um estudo das materialidades.

Corpo e gesto, desenho e exposição

Importante também falar sobre a abordagem técnica do processo de criação da série de desenhos que compõem o ensaio gráfico sobre as posturas, gestos e relações entre corpo, técnica e tecnologia nas inseminações caseiras, que venho apresentando aqui. Inicialmente, as minhas várias experiências relacionadas ao controle dos ciclos e às tentativas de inseminação foram registradas em vídeo, em diferentes ângulos. A partir dessas filmagens, selecionei uma série de *frames* dos gestos característicos do processo de inseminação caseira desde o seu início até a sua conclusão. Esses *frames* foram então convertidos em imagens estáticas, com as quais prossegui para o software *Adobe Illustrator*, onde realizei o desenho digital sobre as capturas selecionadas.

Figura 10 – Inseminação ciborgue, as pernas para cima:
ensaio gráfico de posturas, gestos e relações corpo-técnica-
tecnologia nas inseminações caseiras

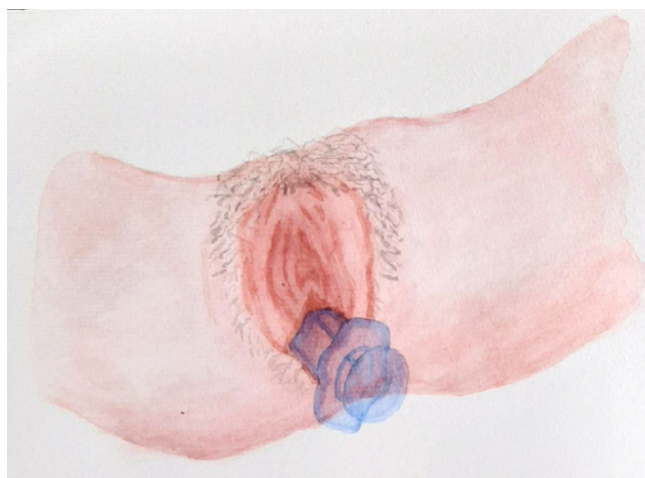


Fonte: Elaboração própria (2023).

Como aponta Ingold (2008, 2011) o desenho é um “modo de pensar” e de “fazer”, no qual o próprio fazer é um processo de pesquisa e um modo de conhecer. O autor destaca que sua potencialidade está especialmente no fato de que a técnica do desenho depende do tempo, do movimento, do estudo e da atenção ou, para melhor dizer em suas palavras: contato e duração. Certamente essa foi para mim uma das maiores potências que esse processo de produção me permitiu: a atenção, o tempo em que se demora, as escolhas feitas das linhas que se decide grafar (porque dizem de um certo movimento-esforço do corpo) e daquelas que se ignora. O que escolhemos grafar uma vez que aquela é também uma imagem de nosso próprio corpo e nossa própria experiência.

Assim, o desenho foi um modo de produzir novos materiais imagéticos ligados ao universo e às práticas de inseminação caseira, que não estão presentes nos grupos (afinal, ninguém filma e posta sua própria inseminação), mas que me parece um conjunto imagético importante para materializar as interações ciborgues entre corpo, técnica e tecnologia envolvidas na inseminação caseira.

Figura 11 – Interação entre corpo e tecnomaterialidade, relação seringa-vagina



Fonte: Elaboração própria (2023).

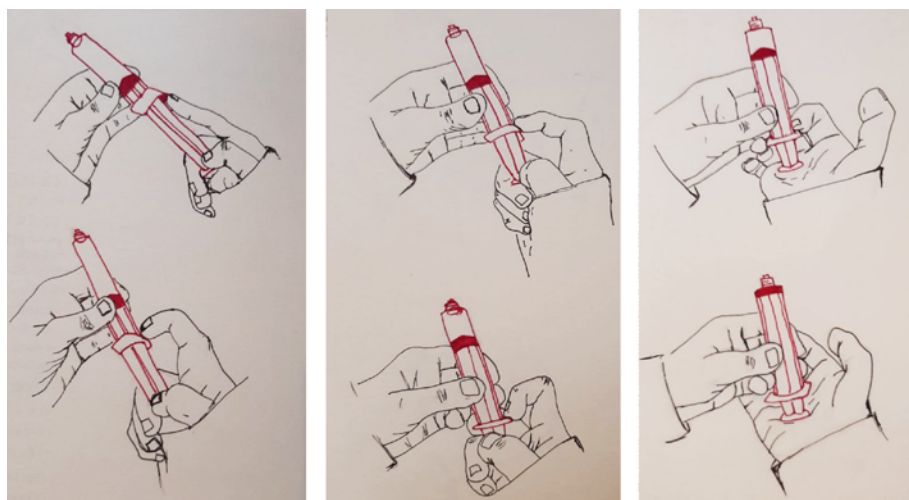
Além disso, busquei também usar o desenho como forma de tentar burlar a vigilância dos metadados⁴ e a exposição (pornográfica e misógina) dos corpos com vagina sem, porém, abdicar de mostrá-los. Me propus a desenhar para explorar os repertórios imagéticos dos grupos e aqueles que os extrapolam, sem de fato expô-los, para tomar para mim a responsabilidade de minha própria exposição controlada e de como fazê-lo. Na escolha pelos desenhos, ao invés de fotografias ou vídeos, por exemplo, busquei explorar as peculiaridades únicas que os materiais imagéticos podem trazer, mas sem expor diretamente imagens de meu próprio corpo também.

Ao optar pelo desenho como ferramenta de representação das práticas de inseminação caseira, portanto, busquei evitar a exposição direta e potencialmente vulnerável de corpos com vagina, que po-

4 Metadados contêm informações como data, localização e detalhes sobre o dispositivo utilizado para produzir essas imagens, o que pode comprometer a privacidade se não forem gerenciados adequadamente. A estratégia de criar novas imagens que não guardam relação com as originais publicadas nos grupos serve para evitar o rastreamento desses dados sensíveis, garantindo que informações pessoais não sejam compartilhadas ou utilizadas sem consentimento.

deriam ser alvo de interpretações pornográficas e misóginas nas interações digitais. Ainda nessa série de estudos dos gestos e interações entre corpos e coisas, além dos desenhos que produzi a partir de minhas autoinseminações experimentais, também me dediquei a pensar nas experiências compartilhadas entre casais de lésbicas/sapatonas. Nessas, uma pessoa insemina a outra, envolvendo todo um novo conjunto de gestualidades que são bastante relevantes quando pensamos nesse contexto das inseminações caseiras lesbocentradas. É o caso, por exemplo, da série a seguir, onde explorei os movimentos entre mãos e seringas na inseminação de outra pessoa e não de si mesma.

Figura 12 –Tecnogestos das inseminações caseiras e lesboinseminações



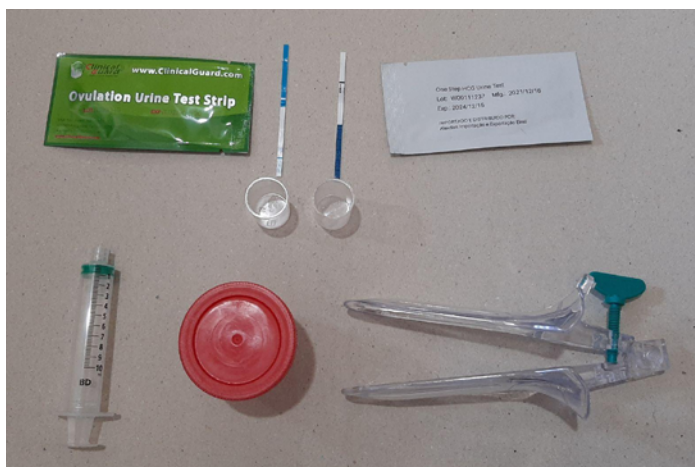
Fonte: Elaboração própria (2022).

As materialidades da inseminação caseira

Dentre as centenas de publicações que mapeei e analisei nos grupos estudados, um conjunto de postagens que me interessou especialmente foi aquelas relacionadas aos materiais e técnicas tecnocorporais da inseminação caseira em si. Muitas das postagens expressam dúvi-

das e perguntas sobre como realizar o procedimento de inseminação caseira, incluindo quais materiais usar e como usá-los. Em resposta, tentantes e doadores compartilham suas experiências com diferentes técnicas de inseminação caseira e oferecem dicas e conselhos.

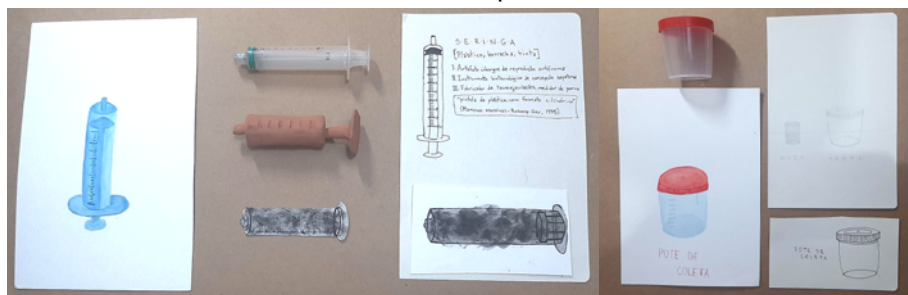
Figura 13 – Conjunto de tecnomaterialidades da inseminação caseira, incluindo seringa, pote coletor, espêculo, teste de ovulação e teste de gravidez de tira



Fonte: Elaboração própria (2023).

O acompanhamento e análise desse conjunto de publicações e interações digitais me permitiu mapear quais eram esses agentes, para também adquiri-los e com eles experimentar, não só corporalmente, mas também através da pintura e desenho dessas materialidades do “método seringa”. Esse movimento duplo de estudo e diálogo com esses agentes-coisas me permitiu ter novas perspectivas acerca de seus usos e das dinâmicas, disputas e relações traçadas nos e com os grupos digitais em torno desses materiais.

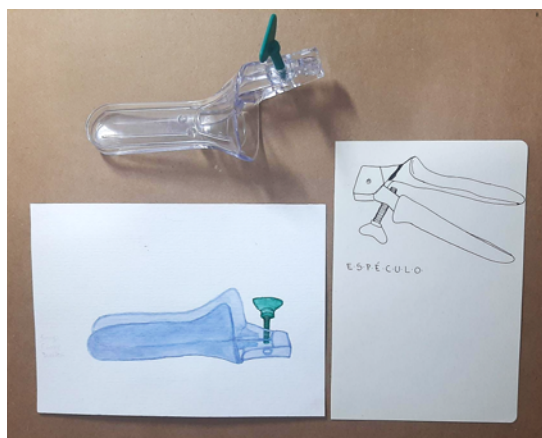
Figura 14 – Experimentações com a seringa em diferentes suportes e materiais / **Figura 15** – Experimentações com o pote coletor em diferentes suportes e materiais



Fonte: Elaboração própria (2022-2023).

Algumas dessas disputas em torno dessas materialidades geradas e/ou trazidas nos e para os grupos digitais, em publicações e comentários são, por exemplo, as postagens que trazem dúvidas ou opiniões acerca do uso (ou não) do espécule (em geral o indicado é que, se for utilizado, ele seja descartável e de plástico, podendo ser comprado em farmácias). Dentro do meu recorte, por exemplo, a maior parte das tentantes comenta que não utilizou essa tecnologia ou que, se tentou, causou desconforto, mas há também aquelas que dizem ter utilizado, terem tido boa experiência e com ele conseguido seu resultado positivo. Entre os doadores, por sua vez, também são divididas as opiniões, mas estão entre eles aqueles que são áduos defensores do uso do espécule como técnica imprescindível para o positivo.

Figura 16 – Experimentações com o espéculo descartável em diferentes suportes e materiais



Fonte: Elaboração própria (2022-2023).

Outros pontos de disputa que, no meu ponto de vista, são especialmente interessantes giram em torno da transparência e do caráter “medidor” das seringas e potes coletores. Esses são dois aspectos bastante fundamentais da constituição dessas duas materialidades e nos quais pude prestar uma atenção peculiar por meio das experimentações com desenho, mas especialmente pela pintura com aquarela (que também é marcada pela transparência em sua materialidade).

Digo que são aspectos disputados, pois há, por exemplo, diferentes posições acerca: do tamanho ideal de uma seringa para realização de inseminações caseiras, considerando um equilíbrio entre “eficácia” e “conforto/desconforto” no uso (sendo as mais recomendadas aquelas de 5 ml ou 10 ml); a quantidade necessária de sêmen e a “qualidade” visual do esperma; e, ainda, um debate em torno da necessidade de “envelopar” ou não a seringa e o pote para preservar o esperma no escuro, sendo que esse procedimento consiste em passar fita isolante em torno desses materiais, para cobrir sua transparência e passagem de luz.

Esse último ponto, em especial, é alvo de críticas e suspeitas. Muitos doadores apontam para a necessidade de embalar a seringa e o

pote para evitar a exposição do sêmen à luz, mas há também aqueles que questionam a real intenção desse ato. Um exemplo é um doador que entrevistei, que mencionou casos em que doadores afirmam a necessidade de tampar a seringa para evitar a exposição do sêmen à luz: “só que a maioria dos que fazem isso é só pra não deixar a tentante ver o que tem dentro, pra tentar enganar, às vezes nem tem nada, já vi algumas denúncias desse tipo” (Entrevista com o Doador 1, 2022).

Cerâmica e 3D

Nos grupos digitais estudados, muitas tentantes compartilham informações sobre produtos que podem ajudar na fertilidade, acompanhadas de imagens de seus próprios conjuntos de materiais de inseminação caseira. Esses conjuntos geralmente incluem testes de ovulação e de gravidez, suplementos, lubrificantes, seringas, potes coletores e outros itens necessários para o processo. As tentantes trocam informações sobre as melhores marcas, modelos, locais de compra, preços, custo-benefício, confiabilidade e eficácia desses produtos. Vale notar que as opiniões sobre esses produtos raramente são unânimes entre as tentantes.

É importante ressaltar, entretanto, que embora essas várias marcas e sites de vendas compartilhados comercializem produtos frequentemente apropriados e consumidos nos/pelos contextos de inseminação caseira, elas não produzem nenhum tipo de produto que seja especificamente voltado e adaptado para essas práticas. Digo isso, pois me chamou a atenção, pesquisando na internet sobre materialidades e inseminações caseiras, descobrir que no exterior (especialmente nos Estados Unidos), já existem diversos produtos e mesmo marcas construídas em torno dessas práticas e voltados para esses públicos, explorando o viés de mercado criado pelo uso de práticas reprodutivas em contextos não médicos.

Dentre eles, cito por exemplo a marca Mosie Baby, que criou toda uma linha de produtos e kits específicos para essas práticas, mas tam-

bém outras marcas que produziram produtos específicos para inseminação caseira. Alguns desses, inclusive, tem o design e funções voltados para também desempenharem um papel de “brinquedos sexuais”, dois deles especificamente divulgados como produzidos para a comunidade lésbica, sendo eles: o WAY e o Project Aidn.⁵

Analisando todos esses produtos e as peculiaridades materiais que eles trazem como adaptações dos mecanismos inseminadores de objetos como as seringas, inclusive pensando suas interações com corpos e dinâmicas sexuais lésbicas, me propus a experimentar artisticamente com eles e na criação de outras possibilidades de materialidades desse tipo.

Desenvolvi essas experimentações através da pintura e da modelagem 3D e com cerâmica, explorando cada uma dessas diferentes formas de produção (e os limites de minha habilidade de criar com cada uma delas) para desenvolver novas possibilidades e características para esses artefatos criados que apresento a seguir.

A modelagem 3D revelou-se para mim uma ferramenta de grande potencialidade na exploração e na criação de materialidades digitais. Com ela, pude manipular e dar forma a objetos imaginados, marcados pelas propriedades das materialidades digitais.

Figura 17 – Criações em modelagem 3D de materialidades inseminadoras lésbicas e caseiras: dildo duplo com seringa, luva-seringa



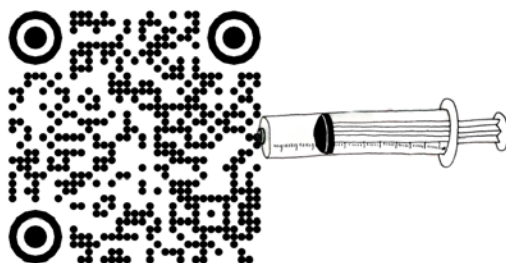
Fonte: Elaboração própria (2022).

5

Disponíveis em: <https://wevux.com/way-kamila-rudnicka0059510/> (WAY) e <https://projectaidn.com/> (Project Aidn).

Além disso, as características únicas da modelagem 3D abriram caminho para possibilidades criativas que foram além da simples representação estática. A animação de materialidades digitais permitiu-me explorar movimentos, interações e narrativas que revelaram as dinâmicas atuantes desses artefatos no contexto das práticas de inseminação caseira, tornando visível e potencializando a agência dos seres-coisas.

Figura 18 – Vídeo de “recriação” do método seringa pensado a partir da agência de suas tecnomaterialidades, produzido em modelagem 3D



Fonte: Elaboração própria (2024).

Já a modelagem com a argila abriu para mim um novo universo de experimentação, onde a arte de moldar se entrelaça com a experiência corporal. Me permitiu adentrar um mundo totalmente novo, um novo universo de experimentos onde o fazer com o corpo e o fazer de corpos se entrelaçam. Através dessa relação com a cerâmica, pude não somente estudar e dialogar com as materialidades, mas também criá-las, conceber novas formas de artefatos, de agentes-coisas imaginadas: seringas-dedos, dildos *queer*, produzidos especificamente para inseminações caseiras lésbicas mais prazerosas e potes-vaginas para a coleta de sêmen.

Entretanto, mais do que os resultados em si, esta “experiência cerâmica” me foi especialmente valiosa pelo próprio fazer: fazer com o corpo, fazer no corpo, fazer um corpo. Fazer com as mãos e entender as peculiaridades de cada pasta, tatear e moldar suas formas, contor-

nos e texturas. É nesse fazer, penso, que os vínculos – múltiplos, materiais, corporais – se fazem, se multiplicam e se transformam.

Figura 19 – Criações cerâmicas de materialidades inseminadoras lésbicas e caseiras: dildo-seringa, dedo-seringa, pote coletor vaginal



Fonte: Elaboração própria (2022).

De tudo um pouco: vídeo-conclusão

Já li algumas vezes que nas cosmologias de diferentes contextos indígenas brasileiros, o fazer cerâmico é também o produzir de um novo corpo, um novo ser (Lima, 2019; Sá, 2018, 2021; Velthem, 2017). A materialidade que compõe o corpo da argila e os processos pelos quais ela passa – a modelagem, o fogo, a transformação – são marcados e marcantes desse caráter de corpo: ela é pesada, é maleável, é dura, é frágil. E, justamente por esses mesmos traços de sua personalidade, foi também na argila que encontrei uma maneira de flertar com sensações e experiências de meu campo que me faltaram.

15 de outubro de 2024

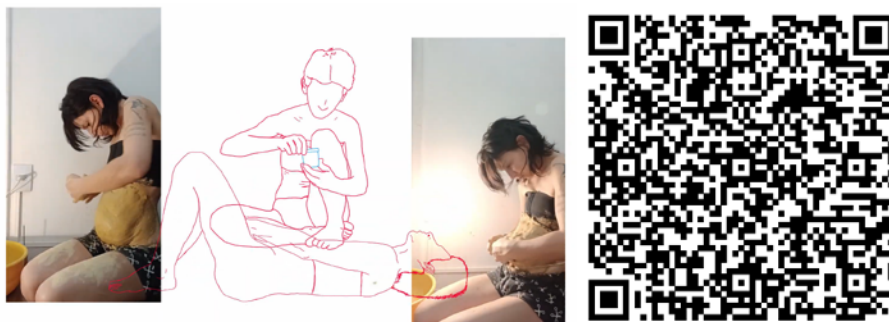
Eu sonho que estou grávida pelo menos uma vez por semana, desde que tinha treze ou quatorze anos. Ao longo desse tempo, experimentei em sonho todos os tipos de sensação

imaginada que a gravidez teria: a de ter algo vivo dentro de si, crescendo, a de acompanhar visualmente e corporalmente a barriga se inchando, o peso se acumulando e dobrando as costas. Especialmente o peso. Entretanto, nunca havia de fato experimentado com nenhuma delas. Nem sabia como. A argila me deu esse caminho, me permitiu experienciar o peso, a envergadura das costas, me permitiu vislumbrar uma nova silhueta, me deu uma barriga para segurar com os braços tensos, como se a fosse de fato carregar nas mãos. A argila me trouxe problemas e dificuldades também. O frio de ter a pasta gélida presa ao corpo, o peso da massa argilosa somado a falta de textura da pele para segurá-la, que me fizeram constantemente ter de me apressar com punhados de argila molhada em mãos, para grudar novamente o bloco-barriga ao meu torso. O tempo que leva para que ela seque o suficiente para receber novas partes. A impaciência. A vontade própria que a argila tem, se recusando a agir de acordo com meus intentos e apenas, só apenas em diálogo... (Recorte do meu caderno de campo).

Esse é um relato recortado de meu caderno de campo, da última experiência que desenvolvi, depois de finalizar a dissertação: depois de várias “tentativas” de inseminação caseira, finalmente meu experimento de “positivo”. Realizei dois testes de modelagem de uma barriga de argila, incorporando-a na minha própria. Pouco a pouco fui construindo minha gravidez cerâmica, a construção de um novo corpo, cuja feitura se deu em difícil diálogo com a vontade própria da argila e suas características materiais. Me lembrei de um trecho do trabalho de Lilian Panachuk de Sá (2021, p. 60), com quem tive o prazer de aprender o pouco que sei da argila e da cerâmica, quando ela diz que a argila é também um corpo, uma pessoa com sua própria (por vezes má) vontade e que exige com ela um diálogo entre corpos, “o humano e o argiloso”.

Como produto artístico final, produzi um vídeo que ao mesmo tempo é um relato visual dessa minha última experimentação e também um agregamento de vários desses diferentes processos descritos neste texto. Nele, busquei agregar, de forma sobreposta e simultânea: registros em vídeo desses dois testes de gestação argilosa, assim como os desenhos dos experimentos corporais com o método seringas; e relatos narrados em áudio dos recortes de meu caderno de campo onde registrei meu primeiro teste caseiro, minha primeira tentativa de inseminação, meu processo e a modelagem da barriga.

Figura 20 e Figura 21 – Print e QR Code⁶ do vídeo-experimento “Gestar argila, parir cerâmica”



Fonte: Elaboração própria (2024).

A sobreposição aqui, foi usada não apenas como elemento artístico, poético, mas também como ferramenta de representação da forma como os fluxos e dinâmicas relacionais entre múltiplos agentes acontecem nos grupos digitais. Lá, tudo acontece ao mesmo tempo, todos esses agentes – testes, métodos de controle, preparo dos corpos, tentativas de IC, negativos, positivos, relatos, imagens –, todos esses momentos e movimentos, em rede.

6

Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1tWbyjtnBjYHMaZC4lecEnyxDz2YyvB-GE/view?usp=drive_link Acesso em: 14 mai. 2025.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As experimentações corporais e artísticas que empreendi ao longo da pesquisa foram fundamentais não apenas como método ou resultado, mas como processos que me conectaram profundamente com o campo das inseminações caseiras. Engajar-me com as materialidades e imagens, seja através do desenho, da pintura, da colagem ou da modelagem (em argila e modelos digitais em 3D), me proporcionou uma maneira singular de experienciar e analisar as redes sociotécnicas envolvidas.

Ao manipular esses materiais a partir do que aprendi com os saberes produzidos nos grupos senti que, pelo menos em algumas esferas e experiências (especialmente corporais), ultrapassei a posição de mera observadora e passei a construir minhas próprias relações com as materialidades das coisas e técnicas da inseminação caseira. Mesclar e fazer dialogar essas experimentações corporais com práticas artísticas experimentais me permitiu explorar, de forma muito mais afetada e afetiva algumas das dinâmicas e interações que compõem o campo. A experiência de desenhar e pintar, por exemplo, me ajudou a compreender as formas e dinâmicas dos gestos e as particularidades materiais dos artefatos envolvidos nas práticas, num processo.

Essa imersão sensorial e artística também facilitou uma conexão mais íntima com os agentes não humanos do campo. As ferramentas e materiais que manipulei passaram a ser interlocutories importantes de uma jornada investigativa que ampliou minha percepção sobre as capacidades e limitações das múltiplas tecnologias envolvidas. Essa interação me afetou profundamente, auxiliando na vivência e reflexão das relações estabelecidas entre corpos e (múltiplas) coisas nesse contexto, reforçando para mim ainda mais a importância de incluir essas dimensões na análise das redes sociotécnicas.

Sugiro ainda que essas experimentações abrem a possibilidade de algumas contribuições para o campo da antropologia e dos estudos

sobre contextos reprodutivos lésbicos e técnicas conceptivas caseiras. Em primeiro lugar, elas evidenciam como a incorporação de práticas artísticas pode enriquecer a pesquisa etnográfica, oferecendo novas formas de ver, sentir e narrar os contextos estudados. Através da criação de imagens foi possível acessar e comunicar aspectos das redes sociotécnicas que seriam difíceis de experienciar de outras maneiras, o que me permitiu habitar as redes de forma mais plena e sensorial, afetando e sendo afetada pelas tecnomaterialidades, pelas narrativas visuais e pelo processo de experimentação em si, brincando com diferentes suportes, técnicas e materiais como forma de pesquisa.

Em suma, as experimentações corporais e artísticas não foram apenas um complemento, mas uma parte importante do meu processo de construção e compreensão do campo. Além disso, penso que, com esses experimentos me junto a outres pesquisadores cujas pesquisas e inovações metodológicas/epistemológicas com experimentos corporais (Preciado, 2023 [2008]; Repolês, 2017), imagens e produções artísticas (Azevedo, 2016a, 2016b; Boserman, 2014; Gomes, 2016; Kuschnir, 2014, 2016) também apontam para a potência dessas práticas para desafiar e expandir os limites da etnografia.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Aina. Desenho e antropologia: recuperação histórica e momento atual. **Cadernos de Arte e Antropologia**, v. 5, n. 2, p. 15-32, 2016a.

AZEVEDO, Aina. Diário de campo e diário gráfico: contribuições do desenho à antropologia. **Áltera** – Revista de Antropologia, João Pessoa, v. 2, n. 2, p. 100-119, 2016b.

BOSERMAN, Carla. “Entre grafos y bits”. **Obra digital** – Revista de Comunicación, Narrativas y diseño digital, número 6, fevereiro. 2014.

CARVALHO, Flora Villas. “**Método seringa**”: materialidades ciborgues, saberes e técnicas da inseminação caseira na produção de maternidades lésbicas/sapatonas. 2024. Dissertação (Mestrado em Divulgação Científica e Cultural)

– Instituto de Estudos da Linguagem e Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2024.

GOMES, Inês Belo. “Deixei o desenho enterrado” ou como ressuscitar o grafismo enquanto metodologia antropológica: um caso prático. **Cadernos de Arte e Antropologia**, v. 5, n. 2, p. 75-90, 2016.

HARAWAY, Donna. O manifesto ciborgue: Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. *In*: TADEU, Tomaz. **Antropologia do ciborgue**: as vertigens do pós-humano. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009 [1985]. p. 33-119.

INGOLD, Tim. Pare, olhe, escute! Visão, audição e movimento humano. **Ponto Urbe**, Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP, n. 3, 2008.

INGOLD, Tim. **Being Alive** – Essays on movement, knowledge and description. London and New York: Routledge, 2011.

KUSCHNIR, Karina. Ensinando antropólogos a desenhar: uma experiência didática e de pesquisa. **Cadernos de Arte e Antropologia**, v. 3, n. 2, p. 23-46, 2014.

KUSCHNIR, Karina. A antropologia pelo desenho: experiências visuais e etnográficas. **Cadernos de Arte e Antropologia**, v. 5, n. 2, p. 5-13, 2016.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaio de Antropologia Simétrica. São Paulo: Editora 34, 1994.

LIMA, Helena. Ensaio sobre a cerâmica: Cerâmicas Arqueológicas e a História Antiga da Amazônia. *In*: NAVARRO, Alexandre G. (org.). **A civilização lacustre e a Baixada Maranhense**: da Pré-História dos campos inundáveis aos dias atuais. São Luís: Café e Lápis; Edufma, 2019.

PRECIADO, Paul B. **Testo junkie**: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. São Paulo: Companhia das Letras, 2023 [2008].

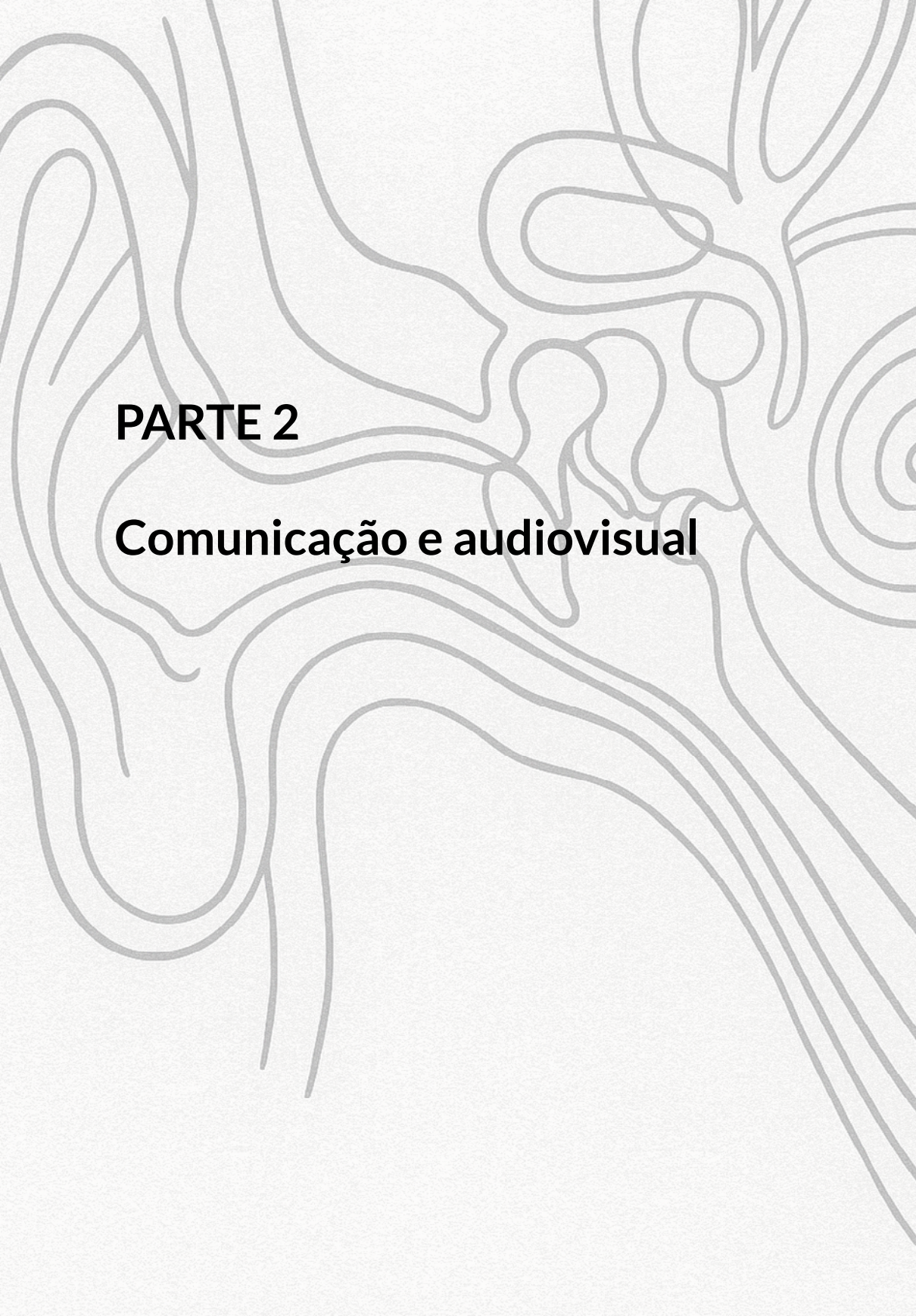
PRECIADO, Paul B. Transfeminismo nel regime farmaco-pornografico. *In*: BORHI, Liana; MANIERI, Francesca; PIRRI, Ambra. **Le cinque giornate lesbiche in teoria**. Tradução de Thiago Coacci. Roma: Ediesse, 2011.

REPOLÊS, Sereno Gonçalves. **Recalculando rotas**: uma etnografia sobre trânsitos de corpos, afetos e sexualidades em vivências transmasculinas. 2017. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

SÁ, Lilian Panachuk de. **Gestando potes e pessoas**: a cerâmica como processo de aprendizagem do sensível e concreto. 2021. Tese (Doutorado em Antropologia) – Departamento de Antropologia e Arqueologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

SÁ, LÍLIAN Panachuk de. As ceramistas e a arqueóloga: a argila na construção de corpos distintos. **Habitus**, v. 15, n. 1, p. 28-53, 2018.

VELTHEM, Lucia Hussak van. **O livro da argila**: Ëliwë Pampila, Orino Papeh. Organização de Iori Leonel van Velthen Linke e Lucia Hussak van Vethem. São Paulo: Iepé, 2017.



PARTE 2

Comunicação e audiovisual

Pesquisa-ação com adolescentes: fazer *podcast* como metodologia de pesquisa

Action research with teenagers: making podcasts as a research methodology

Irene do Planalto Chemin
Geovana Luna dos Santos
Kauan Alves da Silveira Aristides
Raylane Souza de Moura
Samara Lopes de Oliveira
Veronica Martins da Silva

RESUMO

O objetivo do capítulo é descrever experimentações colaborativas com adolescentes em pesquisas sobre educação digital. Para compreender a percepção das adolescentes sobre a educação digital, nada melhor que elas mesmas promoverem um espaço de pesquisa e de divulgação científica. Assim, neste capítulo, escrito a doze mãos, descrevemos os primeiros dois meses de pesquisa do Projeto de Iniciação Científica nível Ensino Médio, promovido pela Unicamp. Partimos de mapeamentos, passamos por discussões teóricas chegando até as primeiras experiências de gravação de um *podcast*. Refletimos sobre como essa mídia colabora para repensar nossas estratégias de pesquisa etnográfica através de uma abordagem auditiva e apontamos para alguns pontos positivos e negativos de produzir *podcasts* como metodologia de pesquisa. A produção de *podcasts* se apresenta como mediação tecnológica, promove a participação e o engajamento de adolescentes na pesquisa, apresenta modos de fazer ciências: referenciais teóricos, metodologia de pesquisa através de entrevistas, ferramenta didática, possibilidade de letramento digital. A criati-

vidade, a experimentação e o humor integram nossa prática e escrita etnográfica, com atenção para amarrar politicamente conteúdo, forma e estilo.

PALAVRAS-CHAVE: Etnografia; Divulgação científica; Ensino médio; Letramento digital.

ABSTRACT

The aim of this chapter is to describe collaborative experiments with teenagers in research on digital education. In order to understand teenagers' perceptions of digital education, there is no better way than for them to promote a space for research and scientific dissemination. So in this chapter, written by twelve hands, we describe the first two months of research in the High School Scientific Initiation Project, promoted by Unicamp. We started with mapping, went through theoretical discussions and even had our first experiences of recording a podcast. We reflected on how this medium helps us to rethink our ethnographic research strategies through an auditive approach. We point out some of the positive and negative points of producing a podcast as a research methodology. The production of podcasts presents itself as technological mediation, promotes the participation and engagement of adolescents in research, presents ways of doing science: theoretical references, research methodology through interviews, didactic tool, possibility of digital literacy. Creativity, experimentation and humor are part of our ethnographic practice and writing, with attention to politically linking content, form and style.

KEYWORDS: Ethnography; Science communication; High school; Digital literacy.

INTRODUÇÃO

As histórias também produzem ciências e tecnologias. Ouvir e contar histórias é imaginar. É criar interlocuções, reciprocidades, alianças. É lembrar, recontar, problematizar. É divulgar e trazer visibilidade – ou ficar dependente disso, como Milena Peres fala no episódio #8 “Curte, comenta, compartilha”,¹ da série Mundo na Sala de aula,

1 Episódio #8 “Curte, comenta, compartilha” disponível em: <https://mundareu.labjor.unicamp.br/8-mundo-na-sala-de-aula-curte-comenta-compartilha/>. Acesso em: 21 nov. 2024.

do *podcast Mundaréu*. Levar histórias adiante pode significar reproduzir o método científico, pode também ser programar com os algoritmos. Ou podemos forjar alianças entre nossas histórias, as ciências e as redes sociais, recontar através de, por exemplo, um *podcast*.

Percorremos longas distâncias para chegar na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Com frio na barriga, sem a menor ideia do que poderia acontecer. Além da vontade pelo conhecimento, podemos dizer que não havia muito em comum entre nós. Mas, se a gente se esforçar em registrar os detalhes, podemos encontrar mais coisas que compartilhamos: gostamos de conversar, de celulares, de ler, de *glitter*. Somos responsáveis e respeitamos a diversidade de opiniões. Ouvimos com atenção, mas às vezes sentimos sono ou tédio, quando a fala é monótona demais.

Quando nos conhecemos, fomos “com a cara” uma das outras, foi instantâneo, sorte a nossa. Mas, vamos nos apresentar com calma para as leitoras, que podem, talvez, nem gostar da gente. Gostar ou não, isso não é indiferente para nós, pois o afeto impacta diretamente as nossas pesquisas. Somos parciais e acreditamos que nossas subjetividades agregam valor ao conhecimento que produzimos (Haraway, 1995). Somos subjetivas, somos – em grande maioria – adolescentes! E não nos demoramos onde nosso humor não é bem recebido.

Somos cinco adolescentes e uma jovem adulta que ainda tem a capacidade de imaginar “o que quer ser quando crescer”. Somos seis jovens, portanto, que não trocam o presente pelo futuro e nem pelo passado. Sabemos disso porque, quando ouvimos a música “Time Machine” (2019),² da cantora estadunidense Willow Smith, concordamos que não entraríamos na máquina do tempo. Temos compromisso com o presente: acompanhamos as notícias e as fofocas de famosos, nos preocupamos com o meio ambiente e com as “tretas” no grupo do *WhatsApp*.

2 A música “Time Machine” (2019), de Willow Smith está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=T0-pRo569wc&pp=ygUYVGltZSBNYWN0aW51LCBkZSBXaWxs3cg>. Acesso em: 7 mar. 2024.

Enquanto uma de nós é antropóloga e faz mestrado em divulgação científica e cultural, as demais estão no ensino médio e pensam em carreiras variadas: estética, moda, jornalismo, psicologia, computação, artes – estão dentre nossas possibilidades. Achamos que os 16 anos não trariam muitas novidades, mas a cada semana descobrimos algo novo. E aquelas de nós que já têm 17, sentem saudades dos 16. Não temos problemas com sentimentos conflitantes, estamos internalizando a contradição que é sermos ciborgues no século XXI (Haraway, 2009). Também estamos aprendendo sobre como fazer ciência pode ser contraditório, pois não há somente uma ideia de ciência. Estamos acolhendo as pluralidades: ciências, culturas, verdades, identidades, inteligências, metodologias. Esta última palavra, inclusive, era nova para a maioria de nós há poucos meses e foi apropriada em nosso vocabulário rapidamente. E, de repente, já estamos escrevendo um capítulo de livro sobre isso!

Estamos aprendendo juntas o que é fazer pesquisa colaborativa e nossa curva de aprendizagem é enorme! Cada vivência faz parte do processo, desde o trajeto para chegar à Unicamp, o almoço no restaurante universitário, as reuniões de pesquisa, as atividades de estudo e reflexão, as leituras, as músicas e *podcasts* que ouvimos, os relatos textuais, os eventos acadêmicos, as gravações e o uso de câmeras e microfones. Tudo isso permeado por nossas conversas, seja presencialmente ou no *WhatsApp*, passando pelas postagens no *Instagram* e no *TikTok*. Neste texto, compartilhamos detalhes sobre o que já vivemos e construímos nesses pouco mais de dois meses de pesquisa colaborativa. Mas, ainda é cedo para conclusões, estamos aproveitando o caminho e queremos compartilhar um pouco dele com você.

Este texto é parte das pesquisas intituladas *Acessos e usos da internet por adolescentes: produzindo um podcast sobre Educação Digital*. Sim, pesquisas também no plural, porque, como explicaremos mais profundamente a seguir, temos a pesquisa de mestrado, realizada por Irene do Planalto Chemin no Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor), sob orientação da Profa. Dra. Daniela Manica.

E temos o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio (PIBIC-EM), realizado por Geovana Luna dos Santos, Kauan Alves da Silveira Aristides, Raylane Souza de Moura, Samara Lopes de Oliveira e Veronica Martins Da Silva, na qual Irene do Planalto é monitora junto com Fernanda Mariath, sob orientação da Profa. Dra. Daniela Manica e coorientação da Dra. Clarissa Reche.

Esta escrita reflete os esforços de seis pesquisadoras para planejar, executar, registrar, sistematizar e compartilhar nossas atividades de pesquisa. Pesquisar de forma coletiva exige muita organização: vários pontos de vista, diferentes formas de registro, muitas interpretações. Contar, em forma textual ou oral, colabora para nossa própria compreensão do trabalho em grupo e dos conhecimentos teóricos que produzimos a partir da nossa prática (Holliday, 2006). Assim, aliamos teoria e prática, apoiadas na estratégia de pesquisa-ação (Thiollent, 1986). O texto é escrito na primeira pessoa do plural e utilizamos o gênero gramatical e as flexões de substantivos, artigos e pronomes no feminino, por ser o gênero com o qual a maioria de nós se identifica.

Na primeira seção do texto, trazemos uma visão geral sobre o tema da pesquisa, sobre o PIBIC-EM e nossas primeiras impressões sobre a Unicamp. Na segunda seção, compartilhamos nossas percepções sobre ciência e comparamos com a série de *Surveys* de Percepção Pública de Ciência e Tecnologia (C&T). Na terceira seção, contamos sobre a produção de mapas das tecnologias. Na quarta seção, contamos sobre nossas primeiras entrevistas e refletimos sobre como o *pod-cast* pode ser uma metodologia de pesquisa coletiva com adolescentes.

CAMINHOS DA PESQUISA: DESLOCAMENTOS TEÓRICOS E DE ÔNIBUS

Em nossos deslocamentos, é comum ouvirmos músicas ou *podcasts* pelos fones de ouvido, navegar pelo *feed* de redes sociais, gravar vídeos e tirar fotos nossas e dos caminhos. Na nossa pesquisa não seria

diferente: navegamos por vários assuntos, debatemos músicas e *podcasts*, registramos alguns momentos por vídeo ou foto de forma performática. Para bell hooks (2013),³ a voz, a escuta e a performance são centrais para a prática pedagógica e para a produção de conhecimento. Para a autora, a voz, quando descentralizada, promove a partilha de conhecimentos, emoções e questionamentos. A crítica acerca de produções culturais costuma envolver adolescentes e é uma forma de unir fantasia, política e tecnologia (Haraway, 2009; hooks, 2019; Souza, 2023).

Entre a espontaneidade, a timidez e a rebeldia, nossa linguagem naturalmente *youtuber* e *podcaster* evidencia as palavras de bell hooks. Cotidianamente conectadas, com corporalidades habitando fronteiras pouco demarcadas entre o *online* e o *offline*, estamos entre ciborgues (Haraway, 2009). Compartilhamos conteúdo, stalkeamos, nos gravamos em momentos espontâneos, fazemos slides divertidos. Nossos melhores amigos são os fones de ouvido. Esses hábitos confirmam a pesquisa de conclusão da graduação em Antropologia realizada por Irene sobre a relação de adolescentes com as tecnologias, como retratado na sua monografia de conclusão de curso intitulada “*Aprender sobre a cultura e diversidade que existe na nossa escola*”: *produzindo e experimentando podcasts de Antropologia no ensino médio* (Chemin, 2023b).

Às vezes pode ser difícil delimitar quando uma pesquisa se inicia e quando termina. Nesse percurso, que busca compreender como os exercícios de ouvir e produzir *podcasts* contribuem para o desenvolvimento do letramento digital de adolescentes, três estratégias se mostraram interessantes para conhecer a experiência deste público, tanto *online* quanto *offline*: as perspectivas de etnografia propositiva (Hartmann, 2017), de etnografia para a internet (Hine *et al*, 2020) e uma abordagem etnográfica auditiva (Pinheiro *et al.*, 2020).

A etnografia propositiva aposta na performance narrativa como estratégia metodológica e teórico-analítica, enfatizando experiên-

3 bell hooks é a voz de escritora de Gloria Watkins, pseudônimo em homenagem a sua bisavó materna, Bell Blair Hooks. As letras minúsculas buscam dar enfoque ao conteúdo de sua escrita e ao permanente movimento de sua identidade (hooks, 2013, p. 65).

cias de crianças e adolescentes e “a importância de seus corpos, vozes, gestos, experiências, identidades étnicas, de gênero, raça e classe têm nos processos de construção de conhecimento, tanto formais quanto não formais” (Hartmann, 2017, p. 47). A antropóloga Luciana Hartmann (2017) compartilha materiais de campo com crianças e adolescentes, como cadernos e gravadores, para que atuem como pesquisadores, produtores de dados e reflexões.

Já a etnografia para a internet considera a experiência com a internet incorporada, corporificada e cotidiana, de forma que, ao ficarmos imersas em cenários e nas formas de mobilidade, podemos desenvolver um entendimento mais profundo do sentido que as pessoas dão às várias formas de engajamento com esse conjunto de tecnologias (Hine *et al.*, 2020). Assim, aspectos do posicionamento social e das circunstâncias materiais moldam a experiência da internet, determinam o quão acessível e significativa ela pode ser.

Ademais, uma pesquisa etnográfica com abordagem auditiva provoca o uso da audição no sentido mais plural possível, utilizando linguagens poéticas, sonorizadas, musicadas, paisagens sonoras e ruídos. Tanto a antropóloga quanto a *podcaster* convivem com um gravador para captar as histórias, as evidências empíricas, os sentimentos em primeira pessoa, de suas interlocutoras. A antropologia pode ser um espaço terapêutico para contação de histórias que permeiam o íntimo e o filosófico, uma forma de evocar vozes: das nossas cabeças, das pessoas à nossa volta, de áudios no *WhatsApp*, de *podcasts*, de entrevistas (Taussig; Parreiras, 2020, p. 10). Soraya Fleischer e Daniela Manica (2021), assim como Patrícia dos Santos Pinheiro *et al.* (2020) defendem que o *podcast* colabora para repensar nossas estratégias de pesquisa etnográfica e também fortalece o posicionamento da antropologia na arena pública.

Na onda desta pesquisa de graduação, veio o mestrado. Agora, o objetivo é compreender a percepção das adolescentes sobre as tecnologias digitais e produzir um *podcast* sobre educação digital. O objetivo da pesquisa é amplo e, afinal, isso acabou sendo positivo para o de-

envolvimento da mesma. Em alguns meses, ficou evidente que não apenas a mestrandia, que compartilha a escrita deste texto, deveria delimitar os objetivos e fazer as perguntas de pesquisa, mas as adolescentes também trouxeram suas questões, tão relevantes quanto, para a compreensão do tema pesquisado.

Mas, como conhecer essas adolescentes, que poderiam estar interessadas em debater sobre tecnologias? A princípio, a ideia era buscar uma ou duas escolas públicas de ensino médio para realizar a pesquisa. Mas, em uma reunião do grupo de pesquisa Labirinto, veio a sugestão de realizar um Projeto de Iniciação Científica nível Ensino Médio. O PIBIC-EM é um programa oferecido pela Unicamp para estudantes do ensino médio participarem de pesquisas científicas orientadas por professores e pesquisadores da Unicamp, além de monitores. As estudantes selecionam as pesquisas que têm afinidade com seus interesses, para participar durante 12 meses, se dedicando 8 horas semanais para realização da pesquisa, além de receberem uma bolsa mensal pela participação. As estudantes também recebem uma carteirinha da Unicamp que permite uma refeição diária nos restaurantes universitários e o empréstimo de livros das bibliotecas.

A inspiração era o PIBIC-EM que aconteceu entre 2023-2024, intitulado *Menstruação e Antropologia: Multiplicando possibilidades para alcançar dignidade*, realizado pelas pesquisadoras Naedja Cristiane Vieira Costa, Clarissa Reche, Michelle Peres dos Santos, Luna Beatriz de Oliveira Santarem, Thais Bezerra Novais e Rayssa Baptista Parros – as últimas três, pesquisadoras nível ensino médio –, que resultou em uma série de *podcast* chamada “De Lua em Lua”, publicado no *podcast Mundaréu* em maio de 2024. A série recebeu a menção honrosa no Prêmio Anpocs de Extensão Comunitária no mesmo ano.

O processo de formulação do PIBIC-EM *Produzindo um podcast sobre educação digital* foi basicamente adaptar o projeto de pesquisa elaborado para o Mestrado em Divulgação Científica e Cultural, delimitando as etapas que poderiam ser realizadas conjuntamente com as adolescentes (todas as etapas, com exceção da escrita e defesa da dis-

sertação de mestrado). Para a organização do PIBIC-EM, além das etnografias citadas, a pesquisa-ação se tornou uma estratégia central. A pesquisa-ação é um modo de conceber e de organizar pesquisas com grupos, instituições ou coletividades, valorizando a participação dos participantes implicados na pesquisa. Dessa forma, a pesquisa-ação objetiva unir conhecimentos e ações para compreender uma determinada situação, buscar soluções, na medida em que também fomenta a aprendizagem dos participantes e a divulgação de resultados coletivos (Thiollent, 1986, p. 26). Assim, a pesquisa-ação proporciona que, através da vivência de adolescentes, uma variedade de assuntos seja aprofundada em uma pesquisa coletiva.

Tudo isso também foi considerado em uma perspectiva ética, pois a pesquisa trabalha com o público adolescente, sendo necessário pensar rigorosamente na proteção dos direitos e no melhor interesse da criança e do adolescente (Ishida, 2006). Na pesquisa, as adolescentes ocupam uma dupla posição: de pesquisadoras e também de interlocutoras. Além disso, pretende-se produzir um *podcast* com o protagonismo das adolescentes, de forma que a exposição da imagem e voz delas deve ser considerada. Todas essas questões éticas devem ser consentidas pelas adolescentes e por suas famílias/responsáveis legais.

O projeto foi aprovado no PIBIC-EM e no Comitê de Ética em Pesquisa nas Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual de Campinas (CEP-CHS/Unicamp)⁴. E a mestranda virou monitora-e-orientadora de cinco adolescentes, estudantes do ensino médio, cada qual de uma escola diferente. Vale comentar que esta pesquisa não foi a primeira opção de escolha da maioria de nós, adolescentes. Havia 57 projetos disponíveis, dentre as diversas áreas do conhecimento e institutos da Unicamp. Nossos principais interesses são as áreas de Artes, Literatura e Ciências Humanas, mas o digital também foi um tema que chamou a atenção. Fazer parte de um projeto que debate a educação digital através de um *podcast* seria uma oportunidade para experimentarmos habilidades comunicativas, científicas e técnicas.

Também é uma oportunidade para integrar um grupo junto a pesquisadores com diferentes níveis acadêmicos.

Nós, as adolescentes da pesquisa, tivemos um misto de emoções quando descobrimos que fomos selecionadas para participar do PIBIC-EM. Percebemos que seria muito desafiador, algumas de nós sentiu insegurança em relação a fazer parte de um grupo de pesquisa e fazer um *podcast*. Também sentimos alegria e entusiasmo, pois, para algumas de nós, a Unicamp já era sinônimo de excelência. Uma de nós, a Samara Lopes, já havia participado da Iniciação Científica de Ciências e Artes nas Férias,⁵ em janeiro de 2024, foi uma experiência muito interessante, o que a levou a acompanhar as atividades da Unicamp e se inscrever no PIBIC-EM.

Nos encontramos pela primeira vez na Recepção do PIBIC-EM, organizada pela Secretaria de PIBIC Ensino Médio da Unicamp, dia 11 de setembro de 2024, no começo da tarde, no Auditório do Instituto de Geociências (IG). Neste dia, assistimos à palestra “Ciência e criatividade: a imaginação tem limite?”, ministrada pela Profa. Dra. Ana Elisa Spaolonzi Queiroz Assis, da Faculdade de Educação (FE) da Unicamp. Logo após, as estudantes receberam informações e autorizações da Secretaria do PIBIC-EM. Depois, nos sentamos em uma grande mesa que havia no saguão principal do IG e nos apresentamos ao grupo. Também já decidimos a frequência dos nossos encontros, que seriam todas as terças e quintas, das 14h às 17h, no Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo, na Sala de Reuniões do Espaço Plural.

Um dos desafios que constatamos de imediato foi a dinâmica para vir e voltar da Unicamp, que é distante de nossas casas. Nos primeiros encontros, o deslocamento foi uma aventura para a maioria de nós: aconteceu de perdemos o ônibus e precisarmos correr atrás dele; nos perdemos e nos encontramos diversas vezes na Unicamp, que é enorme. Mas vale a pena, quando chegamos no Labjor, temos uma sala

5 Disponível em: <https://prp.unicamp.br/iniciacao-cientifica/caf/programa/> Acesso em: 7 mar. 2024.

para nossas reuniões, com ar condicionado, computadores, estúdio de gravação e outros equipamentos.

Caderninhos e celulares nos acompanham nas reuniões, às vezes utilizamos materiais como lápis de cor, tesoura, papéis diferentes, *glitter*, cola... Por exemplo, na nossa primeira reunião no Labjor, construímos bonequinhos de papel chamados de *PaperDude*. São bonecos em 3D, que pintamos, recortamos e colamos. Assim, fomos nos apresentando enquanto trabalhamos com nossas mãos e expressamos nossas personalidades no papel. Os resultados dos nossos bonequinhos estão na Figura 1, a seguir.

Figura 1 – Nossos bonecos *PaperDude*



Fonte: Elaboração própria (2024).

Da esquerda para a direita: Geovana, Raylane, Samara, Kauan, Veronica, Fernanda e Irene.

Decidimos que seria muito legal ter, em todos os encontros, um momento para lanche, onde também podemos dar uma pausa da reunião. Então, no caminho da Unicamp, alguém sempre compra um bolo e um suco e dividimos o valor por Pix. Às vezes, durante o lanche, escutamos alguma música relacionada ao assunto do encontro. Esses momentos de partilha são muito importantes, pois fortalecem nossos vínculos, proporcionando memórias afetivas entre o grupo.

A frequência de encontros, de duas vezes por semana, possibilita que a gente reflita e produza algo sobre os temas discutidos. Quando realizamos atividades sobre a pesquisa em nossas casas, ficamos ainda mais imersas no projeto. Também criamos um grupo no *WhatsApp*,

onde compartilhamos *links* de *podcasts*, notícias e materiais que achamos interessantes para discutir nos encontros, além de conversas livres.

Nos primeiros doze encontros, fomos nos ambientando na universidade e sendo introduzidas na pesquisa. Conversamos sobre antropologia, debatemos o projeto de pesquisa escrito por Irene e aprovado no Mestrado em Divulgação Científica e Cultural. Ouvimos *podcasts* sobre ciência e tecnologia. Discutimos nossas experiências na escola com a plataforma do Centro de Mídias de São Paulo. Lemos alguns textos do blog do Labirinto.⁶ Tivemos uma aula com a Dra. Clarissa Reche sobre método científico e metodologias de pesquisa, e uma aula com o engenheiro de software Bruno Cavalcanti sobre a história dos computadores, entre outros temas.

Além da discussão teórica, fizemos trabalhos práticos, como tarefas básicas de informática no computador, a produção de mapas de tecnologias, escrita de textos, entre outros. Também realizamos uma dinâmica coletiva para delimitar nossos interesses de pesquisa, que estão conectados ao tema geral de pesquisa: compreender como fazer um *podcast* pode colaborar na educação digital de adolescentes. Nossos caminhos, aprendizados e descobertas serão narrados em um *podcast*, gravado e editado por nós, em breve. Mas, aqui, não queremos descrever o *podcast* apenas como um produto final de divulgação científica. Queremos sugerir a produção de *podcast* como um modo de produção e socialização do conhecimento científico, do aprender, fazer e divulgar ciência.

6 CHEMIN, Irene. Produzindo um podcast sobre a diversidade e o protagonismo de estudantes do ensino médio em Brasília – DF. **Labirinto**, 4 jun. 2024. Disponível em: <https://www.labirinto.labjor.unicamp.br/produzindo-um-podcast-sobre-a-diversidade-e-o-protagonismo-de-estudantes-do-ensino-medio-em-brasilia-df/>. Acesso em: 3 dez. 2024.

CHEMIN, Irene. Entrevistando MC Veneza: aprendendo e ensinando através do RAP. **Labirinto**, 18 jun. 2024. Disponível em: <https://www.labirinto.labjor.unicamp.br/entrevistando-mc-venezza-aprendendo-e-ensinando-atraves-do-rap/>. Acesso em: 3 dez. 2024.

PERCEBER E FAZER AS CIÊNCIAS

Quando você pensa em cientista, o que vem na cabeça? Essa é uma das perguntas que fizemos para discutir nossa percepção sobre a ciência, sobre o lugar que a ciência tem em nossas vidas e na sociedade. Também buscamos outras formas de perguntar e responder a essa questão. Uma forma é através de *Surveys* de Percepção Pública de Ciência e Tecnologia (C&T), realizados desde 1950 nos Estados Unidos. No Brasil, as primeiras pesquisas desse tipo iniciaram na década de 1980, e depois seguiram as séries de 2006, 2010, 2015, 2019, 2021 e 2024. Essas pesquisas seguem uma metodologia quantitativa para coleta de dados em grande escala, com perguntas padronizadas, possibilitando uma análise longitudinal dos resultados, ou seja, uma visão histórica sobre o tema, com dados estatísticos.

Outra forma de analisar a percepção da sociedade sobre C&T são pesquisas qualitativas, como aquelas desenvolvidas pela antropóloga Margaret Mead na década de 1950. Mead realizou estudos de desenhos feitos por crianças de vários países sobre a bomba atômica e o Sputnik, bem como representações dos jovens sobre a ciência e os cientistas (Vogt *et al.*, 2010). Outro exemplo são as pesquisas realizadas pelo sociólogo Yuri Castelfranchi, evidenciando a imagem contraditória sobre cientistas pintada pela literatura, filmes e histórias em quadrinhos. Essa imagem prevalece no imaginário de grande parte da sociedade: cientistas são “malucos e geniais, racionais porém distraídos, heroicos ou perigosos” (Castelfranchi *et al.*, 2008, p. 15).

A nossa forma de trazer nossas percepções à tona foi adaptando as perguntas-padrão dos *surveys* citados e respondendo com textos dissertativos livres. Algumas noções gerais que compartilhamos inicialmente foram de uma imagem estereotipada do cientista como alguém idoso, de barba, curioso, observador, um pouco “maluco”, que busca resolver problemas, enxergar através do óbvio e descobrir a verdade, que faz testes em laboratório ou pesquisas acadêmicas.

Comparamos nossas respostas com os *surveys*, especialmente o *survey* “O que os jovens brasileiros pensam da ciência e da tecnologia?” (Massarani *et al.*, 2021), realizado pelo Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Comunicação Pública da Ciência e Tecnologia (INCT-CPCT). Identificamos resultados parecidos com os nossos. As juventudes, em sua maioria, percebem a importância social da C&T e apoiam fortemente a ciência. Em geral, jovens acreditam que a C&T são importantes para o país e que os benefícios do desenvolvimento técnico-científico são elevados – e, em geral, maiores que os riscos (Massarani *et al.*, 2021, p. 23). Mas também identificamos divergências entre os resultados, como o interesse sobre política, que é baixo entre os jovens que responderam ao *survey* (30%) e alto entre nós. Sentimos falta da menção ao *TikTok* na pergunta sobre quais meios as jovens acessam para consumir conteúdo de C&T, pois é a nossa rede social preferida.

Ciência é um termo que geralmente vem acompanhado, no nosso imaginário, por palavras como resultado, verdade, técnica, laboratório, progresso. Ouvindo o episódio do *Mundaréu* #21 – “Todo laboratório é sobre pessoas”, com a computeira Sandra Ávila e a antropóloga Marisol Marini, refletimos sobre a importância de lembrar que ciência é sobre pessoas, sobre responsabilidade e ética. Sandra Ávila enfatiza no episódio: “a gente precisa falar menos de técnica e mais de ética” (*Mundaréu*, 2023, 32 min 40 s). Também refletimos sobre erros e fracassos em pesquisa, assim como a dimensão racial e de gênero na produção científica.

Depois de conversar bastante, algumas conclusões que chegamos foram que a ciência não traz apenas benefícios, mas também riscos, bem como pode criar ou reforçar preconceitos, ser antiética. No encontro seguinte, tivemos uma aula sobre método científico e metodologias com a Dra. Clarissa Reche, nossa colega de pesquisa no Labirinto e coorientadora da pesquisa.

Conversando sobre tantos conceitos, sobre a construção coletiva do conhecimento, fomos nos percebendo cientistas também. Fomos

compreendendo a relevância da contribuição de crianças e adolescentes para a pesquisa científica. Conversamos sobre como as MCs Tasha e Tracie também são pesquisadoras, pois o rap também aborda fatos históricos e sociais da periferia brasileira, trazendo conhecimentos científicos. E como a nossa pesquisa, sobre a relação de adolescentes com as tecnologias, pode abranger os mais diversos temas, como política, redes sociais, educação, música etc.

MAPEANDO AS TECNOLOGIAS

A observação é fundamental para a construção de questionamentos e hipóteses de pesquisa. Prestar atenção ao nosso redor, sair do automático, desnaturalizar. São intenções do olhar ou escutar com estranhamento que buscamos desenvolver em uma etnografia. E entre nativos digitais, certas tecnologias nos parecem tão banais, desterritorializadas, que se torna difícil o registro e o questionamento de suas relações e funcionamentos.

Assim, buscamos investigar as tecnologias, desde o nosso imaginário sobre elas (Felinto, 2003), o saber fazer, o estudo da técnica (Veraszto *et al.*, 2009), as infraestruturas visíveis ou invisíveis (Miller; Horst, 2015), as formas como estão corporificadas, incorporadas e cotidianas em nossas experiências (Hine *et al.*, 2020). Veraszto *et al.* (2009) explicam que existem diferentes concepções de tecnologia, como a concepção intelectualista, utilitarista, cientificista, de neutralidade, determinista, entre outras, que podem coexistir em nossos imaginários.

Percebendo certa abstração em relação à ideia de tecnologia, Irene sugeriu que fizéssemos um mapeamento das tecnologias em nossa vida, observando as nossas infraestruturas e relações práticas, materiais e simbólicas com as tecnologias. Buscamos referências, como as Cartografias da Internet,⁷ o Submarine Cable Map,⁸ a Rota

7 Conheça o site *Cartografias da Internet*, disponível em: <https://www.cartografiasdainternet.org/>. Acesso em: 3 dez. 2024.

8 Conheça o site *Submarine Cable Map*, disponível em: <https://www.submarinecablemap.com/>. Acesso em: 3 dez. 2024.

dos Baobás,⁹ o Essa pana é uma tecnologia?,¹⁰ e a Anatomia de um sistema de inteligência artificial,¹¹ assim como os mapas mentais e desenhos disponíveis na dissertação *Discursos e expressões: uma cartografia da adolescência contemporânea*, de Rosane Berté (2014).

O processo de idealização e produção dos mapas durou três encontros, além do trabalho em casa. Nesse processo, discutimos sobre o que de fato são as tecnologias, a criação, a utilidade, a simplicidade e complexidade envolvidas. Escutamos músicas durante a confecção dos mapas, como “Esquadros” (1992), de Adriana Calcanhotto,¹² tanto na versão original da cantora, quanto na versão de Jaloo (2019).¹³ Também ouvimos a música “A cidade” (2015), da cantora Jaloo.¹⁴

Inicialmente, a visão da maioria era centrada nos dispositivos eletrônicos e digitais, como geladeiras e celulares. À medida que discutíamos em grupo, fomos percebendo o quão amplamente a tecnologia está presente em nossas vidas – desde objetos que parecem simples, como a catraca do ônibus, até os cabos submarinos que transmitem internet. Buscamos ser criativas nas formas de representar as tecnologias que identificamos no cotidiano. Enquanto duas de nós optaram por criar slides para organizar e ilustrar as nossas ideias, as demais colegas preferiram trabalhar com desenhos, o que trouxe uma perspectiva visual bastante interessante.

9 Conheça a *Rota dos Baobás*, disponível em: <https://mapa.mocambos.net/>. Acesso em: 3 dez. 2024.

10 Conheça *Essa pana é uma tecnologia?*, disponível em: <https://crocomila.wixsite.com/tecnologias-para-out>. Acesso em: 3 dez. 2024.

11 Conheça a *Anatomia de um sistema de inteligência artificial*, disponível em: <https://www.comciencia.br/anatomia-de-um-sistema-de-inteligencia-artificial/>. Acesso em: 3 dez. 2024.

12 Ouça “Esquadros”, de Adriana Calcanhotto, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=leL7KSkM97M&list=TLPQMjMxMTIwMjS8Cm3EIBQA5w&index=44>. Acesso em: 3 dez. 2024.

13 Ouça “Esquadros”, versão de Jaloo, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ucnfm-IKEDE>. Acesso em: 3 dez. 2024.

14 Ouça “A cidade”, de Jaloo, disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=rVu6CQ_5FbY. Acesso em: 3 dez. 2024.

Figura 2 – Mapas das tecnologias



Fonte: Elaboração própria.

Colagem dos mapas de tecnologias do grupo. De cima para baixo: Veronica, Samara, Geovana, Kauan, Raylane e Irene.

Kauan mapeou uma grande avenida que vai de sua casa até a escola, mostrando o percurso de um bairro residencial para um bairro comercial, mais próximo ao centro da cidade de Campinas. Nesse percurso, há vários pontos de localização, que indicam a existência de espaços e infraestruturas tecnológicas. Esses pontos de localização são coloridos e tem pequenos desenhos, identificados na legenda realizada por Kauan na parte superior do mapa.

Samara desenhou um mapa circular, no qual um ônibus percorre uma estrada de asfalto que conecta os espaços por onde ela passa ao longo de um dia do nosso encontro. Geovana registrou em seu mapa os tipos de tecnologia utilizados em seu dia a dia através de um diagrama. O diagrama marca os períodos do dia, as tarefas de cada momento e como as tecnologias colaboram em cada situação.

Veronica utilizou da sua criatividade para criar um jogo dos sete erros: desenhou dois mapas com a planta de sua casa. A primeira planta mostra os espaços da casa com suas tecnologias (incluindo a frequência de uso), enquanto a segunda planta apresenta os mesmos espaços da casa, porém com um “X” marcando a ausência das tecnologias. Raylane apresentou slides com suas atividades e tecnologias diárias, trazendo também sentimentos associados ao uso delas. Irene fez um mapa mental através da plataforma *Miro*, baseado em *printscreens* e setas.

Fazer e ver todos esses mapas nos impulsionou a observar o espaço ao redor com mais atenção, despertando o senso de estranhamento. Essa experiência expandiu nosso entendimento sobre o conceito de tecnologia, assim como reforçou a importância de explorar diferentes formas de expressão e criatividade para a produção científica.

INTERESSES, ENTREVISTAS, GRAVAÇÕES

Tecnologia é um tema muito amplo, mesmo delimitando a educação digital para adolescentes, ainda há um universo de assuntos e abordagens. Para especificar nossos interesses de pesquisa, reali-

zamos uma chuva de lembranças sobre os assuntos que conversamos ao longo dos dois primeiros meses do PIBIC-EM. Escutamos a interpretação de Cássia Eller da música “Queremos saber” (2001).¹⁵ A partir dessas reflexões, questionamos: o que **nós** queremos saber? Quais são nossos questionamentos sobre as tecnologias, sobre a educação digital? Sobre quais temas queremos aprofundar, pesquisar, para depois divulgar para outras jovens?

Então, fizemos a dinâmica chamada de Mapa Cognitivo, baseada no caderno de metodologias *Empírica* (ITCP/Unicamp, 2009). Essa dinâmica é indicada para mapear e socializar o que o grupo pensa sobre um determinado assunto. A partir da pergunta central, cada uma escreveu três ou quatro temas em papéis. Fomos comentando sobre cada tema e organizando os papéis na parede, seguindo o critério de semelhança entre os temas. A dinâmica durou um encontro e meio e o resultado final é a visão geral que o grupo tem sobre educação digital.

Figura 3 – Mapa cognitivo



Fonte: Mapa cognitivo produzido pelo grupo de pesquisa (2024).
Digitalização por Irene do Planalto Chemin, através da plataforma Miro.

15 Ouça “Queremos saber”, versão de Cássia Eller, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nBIe2UDtFcE>. Acesso em: 3 dez. 2024.

Esse Mapa Cognitivo reflete nossos principais interesses de pesquisa, divididos em dez temas. O Centro de Mídias de São Paulo (CMSP) nos impacta diretamente e é muito comentado, de forma que temos o interesse de compreender mais profundamente o processo de plataforma da educação. Da mesma forma nos interessam questões políticas, como legislações sobre a internet; assuntos com os quais nos identificamos, como a visibilidade das culturas de periferia nas redes sociais; ou mesmo qual é o impacto dos celulares na vida de adolescentes. Também nos preocupamos com a relação entre redes sociais e saúde mental.

Outros temas nos deixam curiosas, como o desenvolvimento ético e sustentável de tecnologias, os algoritmos e a inteligência artificial. Reconhecemos o valor das técnicas e conhecimentos tradicionais, as tecnologias ancestrais, como a culinária, as ervas medicinais e a própria contação de histórias. E o futuro das tecnologias está no nosso horizonte. Consideramos que os temas se complementam, ou seja, nossos interesses são colaborativos. Esses temas também orientam a produção do nosso *podcast*, aguçando nossa percepção para sons, falas, ruídos e silêncios relacionados a cada tema.

A partir do Mapa Cognitivo, propusemos perguntas para cada um dos temas apresentados. Cada tema resultou em cerca de quatro perguntas, totalizando 39 perguntas. Inicialmente, não diferenciamos entre perguntas de pesquisa e perguntas para entrevistas, experimentando os assuntos de forma curiosa e criativa. Algumas perguntas que anotamos foram: (i) O que é uma tecnologia pra você?; (ii) Qual foi o seu primeiro contato com a Internet?; (iii) Quanto tempo você passa nas redes sociais? (iv) Você se preocupa com sua privacidade na internet? (v) Você consome arte pela internet? Quais tipos de arte? (vi) Você costuma ouvir *podcasts*? Quais tipos? (vii) Você usa inteligência artificial na sua vida? Para que? (viii) Existe alguma tecnologia na sua família que seja passada de geração em geração?

E aí, fomos entrevistar pessoas pela Unicamp, de forma espontânea, aprendendo a interagir com interlocutores e a manusear os equipamentos de áudio – gravador, microfone direcional e fone de ouvido. Imprimimos as perguntas em duas vias. As funções da equipe eram: duas entrevistadoras; uma pessoa manejando os equipamentos de gravação de áudio; uma pessoa anotando o número do arquivo de áudio e as informações básicas de cada entrevista; duas pessoas gravando vídeo, com celulares. Ao longo de oito entrevistas, revezamos as funções entre nós, para que pudéssemos experimentar um pouco de tudo. Foram entrevistas rápidas, com duração entre 3 e 5 minutos, com cerca de três perguntas cada.

Percebemos ter muitas perguntas, algumas mais práticas e outras bastante filosóficas. Mas estamos interessadas e dispostas a caminhar com essas questões nos próximos meses. Ler bibliografias, ouvir músicas e *podcasts*, conversar entre nós e com outras pessoas. Estamos nos preparando para entrevistar colegas na escola e na universidade, professoras e pesquisadoras, familiares, amigas. Ouvir diferentes experiências e conhecimentos nos ajudará a dar forma às nossas próprias questões de pesquisa.

Interagir com máquinas, sementes, *emojis*, também pode evidenciar as relações ciborgues que cultivamos. Vamos gravar, digitalizar essas vivências. Transcrever, editar, fazer cortes, mudar de ordem, misturar com músicas e efeitos sonoros. E nesse processo digitalizado, organizamos nossos dados, analisamos, relacionamos e contamos, em um jogo de vozes hiperlinkado bastante vasto. As palavras transcritas e suas entonações se fixam em nossa memória. Fazer ciência com a sensibilidade do barulhinho de chuva para relaxar, do ruído de obra para irritar os nossos interesses. Compreender o tempo dos silêncios para digerir uma ideia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Às vezes as tecnologias parecem mágicas e virtuais, desterritorializadas. Os mapas tornaram nossa percepção mais concreta, mais estética. O que era invisível, como infraestruturas e comportamentos, foi se tornando visível, ganhando contornos. Também deixamos os ouvidos conduzirem, através de músicas e *podcasts* que utilizamos como referências de pesquisa. As entrevistas e os equipamentos de gravação tornaram palpáveis as perguntas que fizemos. Sentimos a responsabilidade da pergunta e a atenção para com a resposta.

Duas coisas têm sido importantes para nós: mapear e ouvir. Talvez esses sentidos de espacialidade e sonoridade, possam desafogar um pouco nossos olhos que estão vidrados nas telas “que nem peixe pescado” (Pela Internet, 1997). Mapeamos distâncias, arquiteturas, identificamos máquinas e seus ruídos. Fomos etnografando nossas relações e histórias com as infraestruturas digitais. Ao longo dos encontros, os vídeos também surgiram como formas de registro frequentes, espontâneas, em momentos inusitados do debate. Agora, estamos com a ideia de fazer um *TikTok* sobre a pesquisa, relatando sobre as vivências na Unicamp, o desenvolvimento da investigação e a produção do nosso *podcast*.

Estamos percebendo, especialmente a Irene através de suas pesquisas, as relações entre fazer *podcast* e fazer etnografia: de imediato, o exercício da escuta, tão fundamental para o trabalho de campo e a construção de interlocuções. A valorização dos elementos sonoros no trabalho de campo – a oralidade, as músicas, sons da natureza, ruídos e máquinas, a captação desses sons. As entrevistas ganham profundidade, as vozes ganham entonação, contornos, ritmos.

O *podcast* pode se aliar com a etnografia na medida em que os objetivos da pesquisa e as interlocuções tenham como finalidade ou indiquem interesse em compartilhar os dados da pesquisa com um público mais amplo do que apenas as pessoas diretamente envolvidas.

Por exemplo, pesquisas que têm como objetivo formas de ativismo, denúncia pública, divulgação de conteúdo informativo, científico, educativo, narrativas insurgentes e debates de opinião pública em relação a algum tema. Ou seja, pesquisas que busquem incidir na arena pública (Fleischer; Manica, 2021).

É possível compreender a produção de um *podcast* de divulgação científica em uma dimensão patrimonial do registro, digitalização, compartilhamento e mobilização coletiva de memórias e histórias, como é relatado por Barbosa (2023) a partir da experiência de produção do *podcast Wyka Kwara*, que aborda processos de retomada de territórios de populações indígenas no Brasil.

Fazer *podcast* também é uma forma didática de introduzir a antropologia, seja no ensino médio (Chemin, 2023a) ou nos primeiros semestres do Ensino Superior (Chemin, 2023b; Eilbaum *et al.*, 2024; Fleischer; Noronha, 2022; Ribas; Noronha, 2022). Lucia Eilbaum *et al.* (2024, p. 4) relatam sobre a experiência de produzir *podcasts* com estudantes de graduação na disciplina de Antropologia e Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF): o processo de concepção, produção, edição e divulgação de um *podcast* coletivo funcionou como uma ferramenta para o processo de ensino e aprendizagem, a partir da construção de um produto cujo resultado final era desconhecido de antemão.

A escrita também vai se transformando conforme os elementos sonoros ganham destaque na etnografia. Milena Mateuzi Carmo, em entrevista a Soraya Fleischer (Carmo; Fleischer, 2023), nos remete à intenção, enquanto leitoras, de reconstruir, dentro de nós, as vozes narradas em uma etnografia. Para ela, produzir o *podcast Ecos Pandêmicos* trouxe novas possibilidades para fazer e falar sobre antropologia. A ideia de que “poderíamos fazer um *podcast* incrível com essa pesquisa” começou a se tornar frequente. A forma de fazer *podcast* vai se tornando um trabalho antropológico e vice-versa.

A divulgação científica é comumente vista como uma forma de devolver nossas pesquisas para as interlocutoras, e o *podcast* é uma forma inovadora de fazê-lo. Mas, como a intenção, desde o início da pesquisa, de produzir um *podcast*, pode influenciar nos dados que serão produzidos? As primeiras considerações necessárias são em relação à exposição da imagem e voz das interlocuções de pesquisa para o *podcast*, indo além do formato tradicional científico, o texto, sendo necessária a autorização formal do uso de imagem. Além disso, deve-se considerar a reação das interlocutoras ao microfone ou outros aparelhos de gravação, ponderando caso a caso.

Com a autorização e abertura das interlocuções para o registro em áudio, a produção de um *podcast* ganha em qualidade. É possível produzir um material que reflita o desenvolvimento da pesquisa, as articulações entre teorias e técnicas. O registro em áudio pode ser uma forma interessante de elaborar as experiências em campo. A etnografia pode tornar-se mais aberta e participativa quando se cria algo em conjunto com as interlocutoras, como um *podcast*, que envolve etapas como a produção, registro e organização de dados, análise, categorização, escrita e divulgação. O formato *podcast* é propício para a polifonia antropológica, para uma bricolagem, para uma escrita ciborgue. No caso da pesquisa PIBIC-EM, a perspectiva de fazer um *podcast* mobilizou o nosso interesse em pesquisar e nosso compromisso em compartilhar a ciência.

Em suma, algumas desvantagens, identificadas até o momento, nesta abordagem *podcaster* da antropologia são: (i) não é indicada para pesquisas nas quais as interlocuções preferem manter suas histórias em sigilo; (ii) trabalhar com captação, análise e escrita de materiais em áudio leva um tempo diferente (e geralmente maior) do que trabalhar com materiais de texto; (iii) é necessário envolver as técnicas de captação e edição de áudio, mexer nas plataformas voltadas para áudio e/ou vídeo; (iv) implica a perda da informação visual (gráficos, imagens).

E algumas vantagens de fazer ciências nesse estilo são: (i) os processos de criação do *podcast* podem ser utilizados como reflexão acerca da própria pesquisa; (ii) é uma forma de promover e organizar uma etnografia participativa; (iii) valoriza a polifonia antropológica; (iv) promove uma antropologia pública, pesquisa com incidência; (v) o *podcast* de divulgação científica ganha em qualidade, não focando apenas no resultado científico, mas em uma divulgação que compartilha sobre o processo, as metodologias, as falhas e os aprendizados. Para nossa pesquisa PIBIC-EM produzir *podcasts* de divulgação científica é fazer ciência em outro estilo, adaptando as ideias de bell hooks (2013, p. 51). É aproximar a ciência de adolescentes, instigando a curiosidade através da escuta, incentivando a expressão através da produção de perguntas, entrevistas e roteiros.

Escrever também foi um processo interessante e intenso, no qual pudemos provar de nosso próprio conhecimento. Fomos provando e digerindo nossas ideias, o que nos trouxe energia para crescer com a pesquisa. Como a culinária e o cuidado com as ervas medicinais, honramos as tecnologias ancestrais e não descartamos a magia que existe nas nossas histórias e técnicas. No próximo ano, nosso projeto será um meio de comunicação acessível a estudantes do ensino fundamental e médio, universitários, familiares e várias outras pessoas que poderão acompanhar nosso trabalho através de uma série de *podcasts*.

Sabe aquele friozinho na barriga de entusiasmo para viver novas experiências que a gente tinha no início da pesquisa? Esse sentimento continua. Mas a apreensão e insegurança foram embora, pois compreendemos os passos que estamos dando, a cada encontro, a cada reflexão e registro que construímos. A criatividade, a experimentação e o humor podem integrar nossa prática e escrita etnográfica. Nosso fazer científico tem conteúdo, forma e estilo. Estamos ansiosas para descobrir onde a pesquisa vai nos levar.

REFERÊNCIAS

A CIDADE. Intérprete e compositora: Jaloo. *In*: #1. Intérprete e compositora: Jaloo. São Paulo: Elemess, 2015. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=rVu6CQ_5FbY. Acesso em: 3 dez. 2024.

BARBOSA, Fernanda S. Estratégias indígenas de memória e patrimônio na internet: uma etnografia *online* do *Podcast* Wyka Kwara. **Hawò**, v. 4, p. 1-44, 2023.

BERTÉ, Rosane. **Discursos e expressões**: uma cartografia da adolescência contemporânea. 2014. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2014.

CARMO, Milena Mateuzi; FLEISCHER, Soraya. Momentos sonoros de Antropologia: entrevista com Milena Mateuzi Carmo. **Proa: Revista de Antropologia e Arte**, v. 13, p. e023015-e023015, 2023.

CASTELFRANCHI, Yurij *et al.* O cientista é um bruxo? Talvez não: ciência e cientistas no olhar das crianças. *In*: MASSARINI, Luisa. (ed.). **Ciência e criança**: a divulgação científica para o público infantojuvenil. Rio de Janeiro: Museu da Vida/Fiocruz, 2008.

CHEMIN, Irene do Planalto. Conflitos e transgressões: *Podcast* como ferramenta de ensino. **Revista Textos Graduados**, v. 9, n. 1, p. 16-28, 2023a.

CHEMIN, Irene do Planalto. **“Aprender sobre a cultura e diversidade que existe na nossa escola”**: produzindo e experimentando *podcasts* de Antropologia no ensino médio. 2023. 149 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2023b.

EILBAUM, Lucía *et al.* “Projeto Vozes”: ensino, pesquisa e divulgação científica a partir de uma aula de Antropologia. **Cuadernos de antropología social**, n. 60, p. 49-69, 2024.

ESQUADROS. Intérprete e compositora: Adriana Calcanhoto. *In*: SENHAS. Intérprete e compositora: Adriana Calcanhoto. São Paulo: Columbia Records e Sony Music Entertainment, 1992. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=leL7KSkM97M&list=TLPQMjMxMTIwMjS8Cm3EIBQA5w&index=44>. Acesso em: 3 dez. 2024.

ESQUADROS. Intérprete: Jaloo. Compositora: Adriana Calcanhoto. *In*: SEU Pensamento/Esquadros. Intérpretes: Jaloo e Duda Beat. Compositores: Adria-

na Calcanhoto e Dé Palmeira. São Paulo: Sony Music Entertainment, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ucnJm-IKEDE>. Acesso em: 3 dez. 2024.

FELINTO, Erick. Novas tecnologias, antigos mitos: apontamentos para uma definição operatória de imaginário tecnológico. **Galáxia: Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica**, n. 6, 2003.

FLEISCHER, Soraya; MANICA, Daniela Tonelli. “O *podcast* Mundaréu como uma experiência de antropologia pública”. **Iluminuras**, v. 22, n. 57, p. 166-180, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/118996>. Acesso em: 3 dez. 2024.

FLEISCHER, Soraya; NORONHA, Ana Luiza. *Podcast*, Educação e Antropologia: uma revisão bibliográfica (2019-2022). **Revista Café com Sociologia**, v. 11, 2022.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773> Acesso em: 14 mai. 2025.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue. **Antropologia do ciborgue**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

HARTMANN, Luciana. Desafios da diversidade em sala de aula: um estudo sobre performances narrativas de crianças imigrantes. **Cadernos Cedes**, v. 37, p. 45-64, 2017.

HINE, Christine; PARREIRAS, Carolina; LINS, Beatriz Accioly. A internet 3E: uma internet incorporada, corporificada e cotidiana. **Cadernos de Campo** (São Paulo-1991), v. 29, n. 2, p. e181370-e181370, 2020.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

hooks, bell. **Anseios**: raça, gênero e políticas culturais. Tradução de Jamille Pinheiro. São Paulo: Elefante, 2019.

HOLLIDAY, Oscar Jara *et al.* **Para sistematizar experiências**. Tradução de Maria Viviana V. Resende. 2. ed. Revista. Brasília: MMA, 2006.

INCUBADORA Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Estadual de Campinas (ITCP-Unicamp); Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários da Unicamp. **Caderno Empírica**. Campinas: Instituto de Economia, 2009.

ISHIDA, Válter Kenji. **Estatuto da Criança e do Adolescente** – Doutrina e Jurisprudência. 7. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2006.

MASSARANI, Luisa; CASTELFRANCHI, Yuri; FAGUNDES, Vanessa; MOREIRA, Ildeu. **O que os jovens brasileiros pensam da ciência e da tecnologia**: pesquisa realizada pelo Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Comunicação Pública da Ciência e Tecnologia (INCT-CPCT). Rio de Janeiro: Fiocruz/COC, 2021.

MILLER, Daniel; HORST, Heather A. O Digital e o Humano: prospecto para uma Antropologia Digital. **Parágrafo**, v. 3, n. 2, p. 91-112, 2015.

MUNDARÉU: Mundo na Sala de Aula #8: Curte, comenta, compartilha. [Locução de]: Milena Peres e Arthur Ulhôa. [S.I.]: Labjor, 4 out. 2020. *Podcast*. Disponível em: <https://mundareu.labjor.unicamp.br/8-mundo-na-sala-de-aula-curte-comenta-compartilha/>. Acesso em: 4 dez. 2024.

MUNDARÉU #21: Todo laboratório é sobre pessoas. Entrevistadoras: Daniela Manica e Soraya Fleischer. Entrevistadas: Marisol Marini e Sandra Avila. [S.I.]: Labjor, 1 ago. 2023. *Podcast*. Disponível em: <https://mundareu.labjor.unicamp.br/21-todo-laboratorio-e-sobre-pessoas/>. Acesso em: 30 nov. 2024.

PELA Internet. Intérprete e compositor: Gilberto Gil. In: QUANTA. Intérprete e compositor: Gilberto Gil. São Paulo: Warner Music, 1997. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=v2QvAaBNc9A>. Acesso em: 3 dez. 2024.

PINHEIRO, Patricia dos Santos *et al.* Desconfinando ideias: reflexões sobre mídias digitais e a circulação do conhecimento antropológico a partir do *podcast*. **Cadernos de Campo** (São Paulo-1991), v. 29, n. 2, p. e175301-e175301, 2020.

QUEREMOS saber. Intérprete: Cássia Eller. Compositor: Gilberto Gil. In: ACÚSTICO MTV (ao vivo). Intérprete: Cássia Eller. São Paulo: Universal Music, 2001. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nBIe2UDtFcE>. Acesso em: 3 dez. 2024.

RIBAS, Pedro; NORONHA, Ana Luiza. *Podcasts* em sala de aula: tecnologias educativas e pedagogias orais. **Equatorial: Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social**, v. 9, n. 16, p. 1-17, 2022.

SOUZA, Rafaela Martins de. O *podcast* como ferramenta possível para uma comunicação feminista: uma análise pelo olhar da Economia Política da Comunicação. In: HACK, Aline (org.). **Feminismos e podcasts**. São Paulo: Blimunda, 2023.

TAUSSIG, Michael; PARREIRAS, Carolina. Entre a prática, a teoria, a escrita e a experimentação etnográficas. **Revista de Antropologia**, v. 63, n. 3, p. 1-13, 2020.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1986.

TIME Machine. Intérprete: WILLOW. Compositores: Tyler Cole e WILLOW. In: WILLOW. Intérprete: WILLOW. Nova York: MSFTSMusic; Roc Nation, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bRVIMymQODc>. Acesso em: 3 dez. 2024.

VERASZTO, Estéfano Vizconde *et al.* Tecnologia: buscando uma definição para o conceito. **Prisma.com**, n. 8, p. 19-46, 2009.

VOGT, Carlos; KNOBEL, Marcelo; EVANGELISTA, Rafael de Almeida; FIGUEIREDO, Simone Pallone de; CASTELFRANCHI, Yuri; RIGHETTI, Sabine; MARTINELLI, Giovana. Percepção pública da ciência e tecnologia no Estado de São Paulo. In: BRENTANI, Ricardo Renzo *et al.* **Indicadores de ciência, tecnologia e inovação em São Paulo**. São Paulo: FAPESP, 2010. p. 1-51.



Metodologias feministas para pesquisas em comunicação

Feminist methodologies for communication research

Carolina Busolin Carettin

RESUMO

Este capítulo propõe refletir sobre questões metodológicas que surgiram no processo de escrita da dissertação *Imprensa Feminista na Internet: um estudo dos sites Lado M e AzMina* (Carettin, 2022), na qual analiso, a partir de uma perspectiva interseccional, o perfil das colaboradoras e suas produções para dois veículos de imprensa feminista, *Lado M* e *AzMina*, criados em 2014 e 2015, respectivamente. Para isso, utilizei a metodologia dos estudos de casos múltiplos, analisando os dados recolhidos através de formulário enviado às autoras, dos textos publicados no segundo semestre de 2018 e das entrevistas feitas com as fundadoras e autoras dos sites. A partir da escuta, do diálogo e do incômodo que encontrei durante a escrita da dissertação, trago, neste capítulo, pontos de reflexão que surgiram e que podem contribuir para que pesquisadores e jornalistas também pensem suas práticas.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo; Subjetividade; Feminismo.

ABSTRACT

This chapter proposes a reflection on methodological issues that arose during the writing process of the dissertation “Feminist Press on the Internet: a study of the websites Lado M and AzMina” (2022), in which I analyze, from an intersectional perspective, the profile of the collaborators and their productions for two feminist press outlets, Lado M and AzMina, created in 2014 and 2015, respectively. To this end, I used the methodology of multiple case

studies, analyzing the data collected through a form sent to the authors, the texts published in the second half of 2018, and the interviews conducted with the founders and authors of the websites. Based on the listening, the dialogue, and the discomfort I encountered while writing the dissertation, I bring, in this chapter, points of reflection that emerged and that can help researchers and journalists also think about their practices.

KEYWORDS: Journalism; Subjectivity; Feminism.

INTRODUÇÃO

Eu acredito que as mulheres deveriam pensar menos no feminismo como uma identidade e mais em termos de “advogar o feminismo”, movendo-se da ênfase nas questões de estilo de vida pessoal em direção à criação de paradigmas políticos e modelos radicais de mudança social que enfatizem tanto a mudança coletiva quanto a individual (hooks, 2019, p. 368).

Um processo de escuta, de diálogo e de incômodo. Consigo resumir meu percurso escrevendo a dissertação *Imprensa Feminista na Internet: um estudo dos sites Lado M e AzMina* (Caretin, 2022) com essas palavras. A partir da metodologia que busquei ao escrevê-la, proponho neste capítulo pensarmos ferramentas metodológicas feministas para pesquisas em comunicação, mais especificamente para o jornalismo. Esse que, enquanto prática e campo de conhecimento, é perpassado pela agenda positivista, baseado em pilares como a objetividade, a neutralidade, o apartidarismo e a imparcialidade. Márcia Veiga da Silva (2017) aponta a colonização como definidora de métodos, pedagogias e conhecimentos, definindo qual raça, classe e gênero são normalizados e quais são marginalizados pela imprensa. Uma lógica masculinista, capitalista, moderna e positivista.

O ensino do jornalismo também baseia-se nesses conceitos. Assim, buscar uma metodologia feminista para minha dissertação

foi ir além do que aprendi na minha graduação. Para meu mestrado, pesquisei a produção de jornalistas feministas em dois veículos de comunicação, *AzMina* e *Lado M*, a partir da metodologia dos estudos de casos múltiplos (Alves-Mazzotti, 2006; Martino, 2018), analisando os dados recolhidos através de formulário enviado às autoras, dos textos publicados no segundo semestre de 2018 e das entrevistas feitas com as fundadoras e autoras dos sites.

Já no início, sempre em conversa com minha orientadora, a antropóloga Daniela Tonelli Manica, a ideia de organizar a pesquisa em capítulos sem uma demarcação tão rígida em relação à introdução, objetivos, metodologia e resultados foi uma novidade, criando um texto mais fluido.

O primeiro capítulo, “Feminismo como movimento social”, traz um panorama sobre o movimento no Brasil, partindo de um tema mais amplo, fazendo um resgate histórico do feminismo no país, e indo para um tema mais focado, sobre a história da imprensa feminista no Brasil e como ela se organizou e se organiza dentro do movimento. A partir daí, trago a objetividade jornalística e esse conceito a partir de uma perspectiva feminista.

Articulando os conceitos de objetividade e tecnologia, introduzo o segundo capítulo, “Tecnologia, Feminismo e Jornalismo”, que, ainda que trate de assuntos amplos, traz um ponto específico dentro do feminismo enquanto movimento social e histórico: o surgimento do ciberfeminismo e ativismo digital, o conceito de tecnologia feminista e a imprensa feminista em ambiente digital. Assim, apresento os veículos a serem analisados, que se inserem nesse contexto.

Após a introdução dos sites, parto para o último capítulo, “Jornalismo feminista a partir de uma perspectiva interseccional”, que também é o mais específico, trazendo os conceitos de interseccionalidade e feminismo negro para embasar a análise dos textos e dos dados coletados. Poder pensar na dissertação dessa forma, menos en-

gessada, me mostrou que é possível ter criatividade e imaginar outros jeitos de organizar a pesquisa acadêmica.

Outro ponto importante foi escrever em primeira pessoa. Abandonar a impessoalidade da terceira pessoa do plural foi, além de novo, libertador. Desde cedo aprendi que escrever dessa forma garante imparcialidade ao texto, como se fosse um narrador, apartado do pesquisador, sujeito da pesquisa. Porém, “a presença do narrador como personagem não é novidade no jornalismo e passou a significar, na modernidade, neutralidade e independência” (Moraes, 2015, p. 164). Poder escrever minha dissertação em primeira pessoa ajudou, inclusive, nos vários momentos de reflexão que tive acerca do meu papel enquanto jornalista e pesquisadora.

Assim, além de reflexões pessoais e teóricas, busco elaborar alguns pontos para pesquisadores que queiram investigar o campo da comunicação utilizando instrumentos metodológicos feministas.

ESCUTAR

Jornalistas – assim como pesquisadores – partem, geralmente, de uma pergunta para fazer um texto, reportagem, matéria em vídeo etc. Podem ser as mais conhecidas, que compõem o *lead* – Como? Quando? Onde? Quem? Por que? – ou mais complexas. Ao fazerem uma pergunta, esperam uma resposta. É nesse momento que, mais do que em qualquer outro, ouvir torna-se tão importante sendo que “[...] ouvir não é o mesmo que pausar a voz, é gesto ativo para o encontro feminista – somente sendo capaz de ouvir é que seremos tocadas por outras vidas diferentes da nossa. Para isso, o ouvir precisa se transformar em escutar” (Diniz; Gebara, 2022, p. 17).

E uma das máximas do jornalismo é a necessidade de ouvir os dois lados de uma história, buscando a objetividade jornalística que, “como procedimento, é um método extremamente saudável e ético” (Melo, 2018, p. 5), porém essa busca por uma narrativa equilibrada e neu-

tra limita as possibilidades de um fazer jornalístico localizado e mais responsável. Como afirma Gustafson (2019a, p. 115), “admitir que os jornalistas são sujeitos corporificados e, assim, presentes em todos os discursos produzidos, influenciando a realidade narrada e construída, permite a responsabilização e a reflexão sobre suas práticas”.

É fundamental entender e refletir sobre esse processo, pois “o que ‘significa’ o real para esses profissionais será, então, norteador do que é produzido e veiculado como ‘verdade’ nos meios de comunicação” (Silva, M., 2010, p. 41). Além disso, a forma como será veiculada também é definida a partir desses padrões, pensando tanto na plataforma – TV, redes sociais, sites, veículos impressos – quanto na linguagem utilizada.

Esse processo é multilateral e depende da visão de mundo que o jornalista tem e da sociedade em que está inserido (Silva, M., 2010, p. 41) que, nesse caso, é patriarcal, capitalista e fundamentada em princípios positivistas. É nesse contexto que o feminismo e a imprensa feminista se formam e se impõem, uma vez que essa objetividade servia – e ainda serve – “muito bem aos propósitos de dominação masculina, ao afastar as mulheres da produção deste tipo de saber” (Gustafson, 2019b, p. 11).

Pensando em um jornalismo situado, que se utilize de uma objetividade feminista, se pode buscar conceitos de autoras como Sandra Harding (1992), que fala de uma objetividade forte:

A objetividade forte é, de fato, “a verdadeira objetividade”: ela é mais competente em ser justa em relação a tais objetivos que a versão de objetividade que é ligada ao ideal de neutralidade de valores. Manter um foco na objetividade das metodologias de pesquisa chama atenção para como um certo tipo de ideal político e intelectual de diversidade pode avançar em direção a uma estratégia de pesquisa específica que simulta-

neamente promove o crescimento do conhecimento abrangente e confiável (Harding, 2019, p. 148).

Haraway (2009, p. 15) também reflete sobre a objetividade, colocando que todos os conhecimentos são localizados e, portanto, inevitavelmente parciais. Como feministas, há a busca por uma explicação melhor do mundo e de uma ciência mais rica e adequada. Os jornalistas Jéssica Gustafson e Eugênio Bucci refletem sobre o assunto. A primeira propõe que essa construção da jornalista feminista não é estável e coerente, uma vez que “as posições de sujeito nunca são fixas, sendo variáveis e múltiplas, construídas em constantes tensões e sujeitas a revisões” (Gustafson, 2019b, p. 8). O segundo afirma que o “equilíbrio não é um ponto fixo, [...] mas um centro relativo, que se desloca à medida que se transformam a cultura e a mentalidade da comunidade” (Bucci, 2000, p. 101).

Situar-se também traz uma avaliação crítica maior sobre a sociedade e sobre o que é produzido, pois somente o “eu dividido e contraditório é o que pode interrogar os posicionamentos e ser responsabilizado, o que pode construir e juntar-se a conversas racionais e imaginações fantásticas que mudam a história” (Haraway, 2009, p. 26).

A perspectiva positivista ameaça ainda o “sentimento de subjetividade e atuação histórica coletiva e nossas versões ‘corporificadas’ da verdade” (Haraway, 2009, p. 13), apagando experiências importantes para a construção de uma narrativa jornalística, por exemplo. Em entrevista para minha dissertação, a jornalista Paula Silva conta sobre sua experiência ao entrar no mercado de trabalho, que exemplifica esse tipo de situação.

Ser uma única mulher negra nos lugares é um negócio que te persegue ao longo da sua vida e na área de comunicação não é diferente. A gente quer ser visto como pessoas perfeitamente capazes de desempe-

nhar as suas funções, de fazer os seus “corres”. A gente não fala só de racismo, a gente fala de ciência, a gente fala de tecnologia, a gente fala de cultura *pop*, a gente fala de biotecnologia. Mas o mercado de trabalho continua enxergando a gente como duas pautas: racismo e cotas (Silva, P., 2021).

Mesmo assim, com capacidade para falar sobre qualquer assunto, há uma tendência de “dar mais valor ao que uma pessoa branca está escrevendo sobre pessoas negras ou pessoas não brancas” (hooks, 2019, p. 101) do que ao que os próprios negros ou não brancos falam sobre si mesmos, como se fosse preciso haver uma validação. Nesse sentido, o pensar situado “funciona como um ponto de entrada, uma perspectiva que singulariza” (Gago, 2020, p. 12) essas experiências. Esse pensar “é inevitavelmente um pensar feminista” e “inevitavelmente parcial” (Gago, 2020, p. 12).

O público vai progressivamente desconfiando de discursos totalizantes (Hollanda, 1994, p. 9), o que leva a crer que, para o receptor, é mais confiável saber que o jornalista produz suas reportagens a partir de um lugar específico, que é o que os veículos feministas se propõem a fazer.

Criado em 2014, o *Lado M*, por exemplo, foi fundado por três então estudantes da Universidade de São Paulo (USP): Mariana Miranda e Ana Paula Sousa, do curso de Jornalismo, e Marcela de Carvalho, do Direito. O intuito, segundo Mariana Miranda (2021) contou em entrevista para a dissertação, foi criar um portal de empoderamento feminino feito por e para mulheres, em um contexto no qual o empoderamento feminino ganhava espaço na mídia.

E calhou muito com o momento em que a gente estava mesmo, como sociedade, em que esse termo empoderamento feminino, feminismo, estava muito mais em alta e justamente porque a gente viu que começa-

va muito nesse ambiente universitário também, foi a partir disso que a gente começou a estudar e começou a produzir conteúdo e começou a abrir para outras colaboradoras também produzirem conteúdo sobre isso [...] começando com as que a gente conhecia pessoalmente e depois abrindo mais, usando o Facebook para ter colaboradoras no Brasil todo (Miranda, 2021).

Foi em 2016, com a campanha “Não Quero Flores”, que o site ficou conhecido nacionalmente. A ideia surgiu de uma conversa informal com as colaboradoras e foi pensada para o Dia Internacional da Mulher, em 8 de março.

Já a revista *AzMina* foi criada após uma campanha de financiamento coletivo em maio de 2015, também a partir da percepção da efervescência de um debate sobre feminismo surgindo forte nas redes sociais, como afirma a então diretora executiva d’*AzMina*, Carolina Oms, em entrevista concedida a mim:

A gente achava que tinha uma demanda para que essa efervescência se traduzisse em conteúdo investigativo e jornalístico com reportagens aprofundadas que falassem das diferentes facetas do feminino, coisa que a mídia naquela época fazia ainda pior do que faz hoje (Oms, 2021).

Assim como o *Lado M*, a revista *AzMina* realizou várias campanhas digitais de conscientização como #CarnavalSemAssédio, #MachismoNãoÉBrincadeira e #VamosMudarOsNúmeros. A última ganhou um leão de bronze na categoria Media do Cannes Lions Festival, premiação internacional de publicidade.

Ambos veículos tinham um posicionamento político claro. Para Oms, a questão da objetividade jornalística já tinha sido superada pela revista, inclusive.

A gente não considera que a gente é um veículo menos objetivo que a *Folha de S.Paulo*. A gente acha que é inclusive um posicionamento machista dizer que um veículo feminista é melhor ou pior do que um outro veículo, porque, quando a *Folha de S.Paulo* faz uma campanha sobre democracia e diz para as pessoas vestirem amarelo, ninguém diz que isso é um posicionamento político, né? E a democracia é também uma escolha política, assim como a luta por direitos humanos, assim como a luta pelos direitos das mulheres (Oms, 2021).

A fala de Carolina corrobora com o que pontuam Gabriela Schander e Daiane Bertasso (2019, p. 47) no artigo *Revista AzMina e o jornalismo como forma de conhecimento*, em que as autoras apontam o conhecimento produzido pela *AzMina* como “comprometido politicamente com a realidade histórico-social e com o jornalismo em sua singularidade”.

Já Mariana Miranda (2021) destacou como o jornalismo feminista também depende do público-alvo:

Você jamais vai ver no site *Lado M* a defesa de um cara que foi acusado de estupro e ele está lá se defendendo, esse espaço não é o dele. A gente pode até ouvir o lado da mulher, ouvir o lado dele, tentar fazer ali um material; só que jamais vai ser um cara falando ali o que ele acha porque é um portal focado na produção de conteúdo feminino [...]. Assim como existem vários sites LGBTQI+ que não vão deixar uma pessoa cis e hétero ir lá e escrever alguma coisa [...].

Portanto, a única forma de ter uma visão mais ampla é estar em um lugar outro no jornalismo (Genro Filho, 1987), não aquele lugar neutro, isento e objetivo. As perspectivas de mulheres – e não sobre elas – expõem “tensões, confrontos e dissonâncias que fazem parte das relações assimétricas entre homens e mulheres” (Miguel; Biroli,

2011, p. 25). Resgato o conceito de perspectiva feminista (Hartsock, 1983), *feminist standpoint* no original, que se propõe a entender e se opor a todas as formas de dominação:

Um ponto de vista não é simplesmente uma posição interessada (interpretada como parcialidade), mas está interessada no sentido de estar engajado. Um ponto de vista, no entanto, carrega consigo a alegação de que existem algumas perspectivas sobre a sociedade a partir das quais, por mais bem-intencionadas que sejam, as relações reais dos humanos entre si e com o mundo natural não são visíveis (Hartsock, 1983, p. 285, tradução própria).¹

Nesse aspecto, *AzMina* e *Lado M* – e outros mais veículos feministas – ocupam esse lugar usando o gênero “como um potencial crítico que faz parte do comprometimento de um jornalismo que desempenha sua função social na sociedade contemporânea” (Schander; Bertasso, 2019, p. 50).

DIALOGAR

Um diálogo se estabelece, também, depois de uma pergunta que, segundo Paulo Freire e Antonio Faundez (2019), parte do espanto. Perguntar é espantar-se (Freire; Faundez, 2019, p. 70). Questionar cada vez mais é, então, espantar-se cada vez mais.

Porém, na busca por dar uma notícia com a maior rapidez possível, checando informações que chegam a todo segundo de diferentes fontes, falta tempo para pensar, refletir sobre as respostas, elaborar melhor as perguntas. É uma lógica capitalista de produtividade que se entranha cada vez mais no jornalismo e, como é mais fácil imaginar

1 No original: “A standpoint is not simply an interested position (interpreted as bias) but is interested in the sense of being engaged. A standpoint, however, carries with it the contention that there are some perspectives on society from which, however well-intentioned one may be, the real relations of humans with each other and with the natural world are not visible”.

o fim do mundo do que o fim do capitalismo, nadar contra essa corrente é tarefa árdua, mas que precisa ser feita por alguém. Ailton Krenak (2020, p. 32-33) é uma liderança indígena que tece considerações importantes sobre como adiar o fim do mundo, em sua visão há uma ânsia por consumir a natureza e as nossas subjetividades:

Se existe uma ânsia para consumir a natureza, existe também uma por consumir subjetividades – as nossas subjetividades. Então vamos vivê-las com a liberdade que formos capazes de inventar, não botar ela no mercado. Já que a natureza está sendo assaltada de uma maneira tão indefensável, vamos, pelos menos, ser capazes de manter nossas subjetividades, nossas visões, nossas poéticas sobre a existência. Definitivamente não somos iguais, e é maravilhoso saber que cada um de nós que está aqui é diferente do outro, como constelações. O fato de podermos compartilhar esse espaço, de estarmos juntos viajando não significa que somos iguais; significa exatamente que somos capazes de atrair uns aos outros pelas nossas diferenças, que deveriam guiar o nosso roteiro de vida. Ter diversidade, não isso de uma humanidade com o mesmo protocolo. Porque isso até agora foi só uma maneira de homogeneizar e tirar nossa alegria de estar vivos.

Assim, assumir um posicionamento político feminista é importante dentro do campo da comunicação para justamente ir além dos conceitos basilares do jornalismo – objetividade, imparcialidade –; para *desentendê-los* e observar seus limites. Mas, de que forma uma metodologia feminista de pesquisa para o jornalismo pode usar desses conceitos para a criação de outros, que reflitam a realidade plural e diversa em que vivemos? Um caminho indicado por Márcia Veiga da Silva (2010, p. 63) é investigar os modos como o jornalismo está perpassado pelo gênero:

[...] é o primeiro caminho para entender como o jornalismo acaba contribuindo para o processo de (re)produção de valores e representações hegemônicos de gênero que, em última instância, refletem a existência de um padrão heteronormativo. É perceber o jornalismo, por uma ótica de gênero, relacionado com os modos como se constrói o conhecimento sobre as coisas (e pessoas) do mundo.

Acredito que meu primeiro contato com uma escrita a partir de uma perspectiva feminista no campo do jornalismo foi ainda na graduação, quando estava produzindo meu projeto de conclusão do curso e me deparei com o livro *O Nascimento de Joicy*, de Fabiana Moraes (2015). Nele, a jornalista acompanha Joicy, uma mulher trans que busca o serviço público para fazer uma cirurgia. A autora está muito presente em todo livro, funcionando também como personagem, e compartilha o processo de escrita da reportagem, as visitas que fez à família de Joicy, assim como as consultas médicas pelas quais ela passou. À época em que li, quase dez anos atrás, não pensei muito sobre esse aspecto, mas seu texto ainda ecoa em meu fazer, enquanto pesquisadora e jornalista. E ressoa porque o gênero é um marcador social que perpassa minha experiência, assim como a raça e a classe social. Ressoa também porque “a destinação de gênero em nosso corpo é seguida de uma intensa disciplina para o aprendizado correto das perguntas que importam ao patriarcado e suas tramas de opressão” (Diniz; Gebara, 2022, p. 227), como senti enquanto entrevistava as autoras dos textos analisados em minha pesquisa.

Porém, foi somente ao entrar de cabeça na pesquisa para a dissertação que percebi como esse posicionamento seria importante para o resultado final do texto. O processo da pesquisa foi cheio de questionamentos e reflexões sobre meu papel enquanto pesquisadora, enquanto jornalista e enquanto mulher, me posicionando – a partir desses rótulos – no mundo em que estamos. Um exemplo foi quando,

em conversa com uma das autoras do site *AzMina*, percebi como minhas perguntas reproduziam, mesmo que inconscientemente, discursos e práticas coloniais, patriarcais, masculinistas e positivistas. Isso fica evidente quando perguntei à Rebecca Souza² (2021) sobre sua formação acadêmica:

Deixa eu te falar uma coisa. Eu acho que pode botar isso, mas assim, eu não acredito muito nessa questão de formação, tá? Porque eu acho que isso é uma visão branca, que as pessoas só valem se tiverem diploma, se tiverem algo desse tipo. Então, não acredito nessa questão, para mim não é um ponto relevante, sabe? Não sei se tem algum problema no que eu vou falar, mas é porque realmente eu não acredito nessa questão de formação. Eu acho que isso é uma questão do colonial mesmo, de você ter diploma, de você ter um algo para respaldar que você sabe aquilo. Dentro do meu povo [Romani], nós acreditamos muito que você tem sabedoria de falar. Nós somos um povo que nem muita escrita a gente tem. A gente não tem nada escrito, não, a gente tem tudo mais falado, quem escreve são os outros.

“Quem escreve são os outros”. Quem escrevia era eu, uma “outra” para Rebecca. E durante todo o processo de escrita me deparei com pensamentos como: “De onde eu falo?”; “Olha essa resposta, o que eu faço com ela agora? Para onde sigo com a pesquisa?”; “Vale a pena, eu, como mulher branca, falar sobre representatividade de pretas, LGBTQs?”. Incômodo, inquietação.

2 Rebecca Souza é nascida em Burgos, na Espanha, e mora em Belém, PA. É ativista de direitos humanos, pertence à etnia Romani, e colaborou com a revista *AzMina* por três anos.

Também senti isso quando conversei com Paula Silva³ (2021), colaboradora da revista *AzMina*, que me contou mais sobre sua experiência como jornalista, mulher e negra, no mercado de trabalho, como citei anteriormente.

Naquele momento eu também perguntava para Paula exatamente sobre esses assuntos sobre os quais ela sempre falava por ser uma mulher negra. De novo, me questionei se não estava reafirmando que ela só podia falar sobre racismo. Fui, então, tensionando experiências pessoais, crenças que vinham de uma formação em escola particular católica do interior de São Paulo, valores aprendidos ainda na infância que ficaram intrincados em mim. Não basta saber o seu lugar de fala⁴ – um termo tão difundido na academia e fora dela, usado de forma simplista algumas vezes –, dizer “sou uma mulher branca, de classe média do interior de São Paulo” e esquecer disso durante a pesquisa, achar que me localizar para o leitor é suficiente. É preciso um incômodo contínuo.

INCOMODAR-SE

Mais importante do que sentir e reconhecer, é organizar o incômodo. A partir dele, o que fazer? Como prosseguir com a pesquisa? Esse processo é pessoal e subjetivo, com o pesquisador aparecendo como personagem na pesquisa, sendo transformado pelo processo e também alterando a própria pesquisa em si.

Fabiana Moraes (2022, p. 12) pontua a importância dessa organização em esfera coletiva: “[a] subjetividade não pode ser percebida como algo apenas no âmbito individual, como infelizmente tenho visto em alguns trabalhos que, inclusive, se referem à perspectiva

3 Paula Silva é natural de São Paulo, SP. Formou-se em Jornalismo pela Faculdade Paulus de Tecnologia e Comunicação (FAPCOM), e colaborou com a revista *AzMina* em 2018, por sete meses.

4 Lugar de fala é uma localização social que “não visa restringir a troca de ideias, encerrar uma discussão ou impor uma visão” (Ribeiro, 2017, p. 47).

de um jornalismo de subjetividade”. A autora também indaga o porquê dessas reflexões sobre o jornalismo e construções midiáticas, tão discutidas há tanto tempo na academia, não se refletirem na produção das notícias.

Acredito que isso pode acontecer pela separação simbólica que existe entre o mundo acadêmico e o mundo do trabalho, como se fossem apartados um do outro e os acadêmicos ficassem em suas salas pesquisando, enquanto os jornalistas fossem às ruas apurar. Além disso, há a falta de tempo das redações, já citada anteriormente, que não permite que os profissionais reflitam sobre seus trabalhos.

Cabe a nós – pesquisadores e profissionais da comunicação – fazer um exercício diário de “movimentar o assombro criativo” (Diniz; Gebara, 2022, p. 229). É ele que “ferve em nossos corpos quando praticamos o estranhamento, um exercício político e metodológico de deslocamento do patriarcado em nós” (Diniz; Gebara, 2022, p. 229).

A fim de organizar meu assombro, depois da leitura de diversos autores como Márcia Veiga da Silva (2010, 2017), hooks (2019), Moraes (2015, 2022), Gustafson (2019a, 2019b), identifico aspectos de uma metodologia feminista em minha pesquisa e também no processo de criação dos textos dos próprios sites.

No *Lado M*, as jornalistas debatiam as pautas em grupos de *Facebook* e *WhatsApp*, com abertura para sugestões e coautorias. Na revista *AzMina* o processo era parecido, com reuniões de pauta semanais e um e-mail para o qual o público enviava sugestões de temas.

Todo o processo era um espaço de diálogo aberto, no qual as colaboradoras dos dois veículos podiam trocar ideias e sugestões entre si, desde a escolha do tema, as fontes, até a presença das autoras nos textos – inclusive com encorajamento para que isso acontecesse. Havia, em ambos, uma hierarquia, mas me parece muito mais por questões burocráticas do que por questões práticas.

Um exemplo. Eu, Carolina, colaborei para o *Lado M* de 2016 a 2023 e, em todos esses anos, tive um relacionamento de coleguismo com as outras colaboradoras, inclusive com Mariana, que era quem revisava os textos. Em nenhum momento era uma relação de chefia, mas sim de orientação, como acontece nos ambientes acadêmicos entre pessoas de um grupo de estudos.

Em uma redação convencional, as regras e orientações são mais rígidas, com ordens que vem de cima, de um poder quase desconhecido, ao qual os jornalistas não têm acesso. Já nos sites analisados, percebi uma aproximação entre todas as pessoas que fazem parte do processo de escrita e publicação dos textos.

Minha dissertação também foi construída com um diálogo aberto tanto com as entrevistadas – que modificaram a forma como eu me relacionava com minha própria pesquisa e a quem eu recorria se precisasse de mais alguma informação – quanto com meus colegas de grupo de estudos, que colaboraram com opiniões, ideias, sugestões e me ajudaram a construir, de certa forma, o texto final.

O processo de escrita deste próprio capítulo, inclusive, se dá dessa forma, sendo um exemplo de construção metodológica feminista, não hierárquica e coletiva. A ideia do livro foi construída coletivamente, a escrita foi feita por mim, mas a partir de reflexões que vieram de um grupo, com orientações e ideias de colegas do grupo. A revisão foi feita por pares, com abertura de diálogo para discussão dos pontos que foram destacados, com espaço para debate e o entendimento do que se espera do texto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS?

Não posso dizer que essas considerações são finais, porque quero que estejam abertas a outras reflexões e debates entre profissionais da comunicação que venham a ler este capítulo. O que consigo resumir, a partir da escrita e da releitura da minha dissertação – assim como

outras leituras que se somaram depois que ela foi finalizada – é que buscar uma, ou várias, metodologia(s) feminista(s) é um exercício diário e complexo. É uma construção que pode partir de um incômodo individual, mas deve crescer para o coletivo.

Primeiro, escute o outro e a si mesmo. Comece com as questões que acha importantes e não tenha medo de adicionar novas ou mudar a rota de uma entrevista ou pauta. Escute com atenção para depois dialogar a partir das respostas.

Como já citei anteriormente, Krenak (2020) reforça como é maravilhoso sermos diferentes e estarmos em um mesmo espaço, podendo compartilhar experiências e saberes diferentes. E acredito que é pela diferença que o jornalista deve ser atraído. Se situar, mostrar pelo seu ponto de vista, mas conseguir dialogar com atores tão diversos que coexistem com ele no mundo.

Se perguntar é espantar-se (Freire; Faundez, 2019), diria que dialogar e ter contato com o diferente é incomodar-se, no sentido de sair de uma área confortável para buscar outras experiências fora do que se está acostumado. O medo é paralisante e isso é o mais perigoso para grupos que buscam um mundo mais coletivo, justo e igualitário. Assim, por último, organize seu incômodo, sua raiva e sua revolta. Procure pessoas que também estão nessa busca, por grupos de estudos, de discussão, de cultura. Finalizo com um trecho da entrevista de Fabiana Moraes (2024) para Jefferson Barbosa da revista *Quatro Cinco Um*:

A gente não faz nada sozinho. Temos vivido um chamado grande para uma perspectiva individual de ação que vem sendo escutado. Isso faz parte de uma tentativa de sobrevivência ao sofrimento. Ao mesmo tempo, a gente sabe que a resposta precisa ser coletiva. Você vai agir em conjunto porque às vezes vai ter que descansar e alguém vai ter que ficar girando essa roda. O maracatu ainda existe porque é coletivo. A gente tem em grupos periféricos, indígenas, muitas das respostas

políticas que buscamos. Você está dentro do sofrimento mas consegue produzir a beleza e o gozo. Sem isso, não ficamos de pé.

REFERÊNCIAS

- ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. Usos e abusos dos estudos de caso. **Cadernos de Pesquisa**, v. 36, n. 129, p. 637-651, 2006.
- BUCCI, Eugênio. **Sobre ética e imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 245 p.
- CARETTIN, Carolina Busolin. **Imprensa Feminista na Internet**: um estudo dos sites Lado M e AzMina. 2022. 137 f. Dissertação (Mestrado em Divulgação Científica e Cultural) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2022.
- DINIZ, Débora; GEBARA, Ivone. **Esperança feminista**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022. 276 p.
- FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, Antonio. **Por uma pedagogia da pergunta**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.
- GAGO, Verónica. **A potência feminista, ou o desejo de transformar tudo**. São Paulo: Elefante, 2020. 256 p.
- GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. 1987. 276 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1987.
- GUSTAFSON, Jessica. **Jornalistas e feministas**: A construção da perspectiva de gêneros no Jornalismo. Florianópolis: Editora Insular, 2019a. 268 p. (Jornalismo a Rigor).
- GUSTAFSON, Jessica. Conhecimentos localizados no jornalismo: uma proposta de sentido de objetividade que potencialize os projetos feministas. In: 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 42., 2019b, Belém. **Anais [...]**. Belém: Intercom, 2019b. p. 1-14. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-1290-1.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2020.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1 jan. 2009.

HARDING, Sandra. Rethinking standpoint epistemology: what is “strong objectivity”? **The Centennial Review**, East Lansing, v. 36, n. 3, p. 437-470, set. 1992.

HARDING, Sandra. Objetividade mais forte para ciências exercidas a partir de baixo. Tradução de Rebeca Furtado de Melo. **Em Construção**, [S.l.], n. 5, p. 143-162, 7 jun. 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.12957/emconstrucao.2019.41257>. Acesso em: 20 fev. 2020.

HARTSOCK, Nancy C. M. The Feminist Standpoint: developing the ground for a specifically feminist historical materialism. In: HARDING, Sandra; HINTIKKA, Merrill B. P. (ed.). **Discovering Reality: feminist perspectives on epistemology, metaphysics, methodology, and philosophy of science**. New York: Springer Netherlands, 1983. p. 283-310.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. Feminismo em tempos pós-modernos. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Tendências e Impasses: O feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 7-19.

HOOKS, bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. São Paulo: Elefante, 2019. 380 p.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. 104 p.

MARTINO, Luis Mauro Sá. **Métodos de pesquisa em comunicação: Projetos, ideias, práticas**. Petrópolis: Vozes, 2018.

MELO, Isabelle Anchieta de. A defesa de uma nova objetividade jornalística: a intersubjetividade. **Biblioteca Online de Ciências da Comunicação**, 2018. Disponível em: <https://arquivo.bocc.ubi.pt/pag/melo-isabelle-intersubjetividade.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2025.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Gênero, mídia e política. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Caleidoscópio convexo: mulheres, política e mídia**. São Paulo: Editora Unesp, 2011. 241 p.

MIRANDA, Mariana. Entrevista concedida a Carolina Busolin Carettin. [Dados não publicados] Campinas: Unicamp, 2021.

MORAES, Fabiana. **O Nascimento de Joicy**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2015. 248 p.

MORAES, Fabiana. **A pauta é uma arma de combate**: subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2022. 368 p.

MORAES, Fabiana. Defender a alegria, organizar a raiva. Entrevista concedida a Jefferson Barbosa. **Quatro Cinco Um**, 11 dez. 2024. Disponível em: <https://quatrocinco.um.com.br/entrevistas/desigualdades/defender-a-alegria-organizar-a-raiva/>. Acesso em: 27 fev. 2025.

OMS, Carolina. Entrevista concedida a Carolina Busolin Carettin. [Dados não publicados] Campinas: Unicamp, 2021.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Editora Letramento, 2017.

SCHANDER, Gabriela; BERTASSO, Daiane. Revista AzMina e o jornalismo como forma de conhecimento. **Pauta Geral–Estudos em Jornalismo**, [S.l.], v. 6, n. 2, p. 32-52, dez. 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5212/revista-pautageral.v.6.i2.0003>. Acesso em: 20 fev. 2020.

SILVA, Márcia Veiga da. **Masculino, o gênero do jornalismo**: um estudo sobre os modos de produção das notícias. 2010. 250 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/25629>. Acesso em: 30 set. 2021.

SILVA, Márcia Veiga da. Gênero como uma perspectiva para pensar as relações de poder e de saber no campo da Comunicação. *In*: Colóquio Internacional de Investigação Crítica em Comunicação, 2, 2017, São Leopoldo. **Processocom** (UNISINOS), 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MG-1-rdQdhBc>. Acesso em: 11 nov. 2024.

SILVA, Paula. Entrevista concedida a Carolina Busolin Carettin. [Dados não publicados] Campinas: Unicamp, 2021.

SOUZA, Rebecca. Entrevista concedida a Carolina Busolin Carettin. [Dados não publicados] Campinas: Unicamp, 2021.

Perspectiva e epistemologia feminista no método de pesquisa sobre capas de jornais

Feminist perspective and epistemology in the re-search method on newspaper covers

Adriana Silvestrini

RESUMO

Este capítulo tem por objetivo apresentar a metodologia de análises de capas de jornais utilizada na pesquisa de mestrado *Presidentas Dilma Rousseff e Cristina Kirchner: enquadramentos de gênero e política nas imagens e manchetes nas capas dos jornais Folha de S.Paulo e Clarín*.¹ A finalidade principal foi investigar e analisar o enquadramento de gênero e de política que os jornais brasileiro e argentino deram às manchetes e imagens nas capas relacionadas às Presidentas Dilma Rousseff no Brasil e Cristina Kirchner na Argentina. Os elementos, textual e visual, da capa são analisados por meio das metodologias de Análise de Discurso (linha francesa) e o enquadramento de mídia com base no pensamento da filósofa Judith Butler. A pesquisa se situa a partir de uma perspectiva e epistemologia feminista, a qual considera importante a representatividade de mulheres nas esferas mais altas do poder do Estado. De acordo com o recorte temporal estabelecido, foram coletadas e observadas 154 capas dos jornais dos dois países. Os critérios para selecionar as capas analisadas foram: imagem da Presidenta, citações na manchete e/

1 Este capítulo tem como base a pesquisa de dissertação de mestrado *Presidentas Dilma Rousseff e Cristina Kirchner: enquadramentos de gênero e política nas imagens e manchetes nas capas dos jornais Folha de S.Paulo e Clarín*, que teve financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Ministério da Educação no período de 2020 a 2022.

ou na legenda da fotografia. As palavras válidas na manchete e/ou na legenda foram: nome completo, primeiro nome, sobrenome de cada governante ou as palavras “Presidenta”, “Presidente” e “Presidência”. Com base nesses critérios chegou-se ao corpus definitivo de 60 capas, apresentadas e analisadas na dissertação.

PALAVRAS-CHAVE: Epistemologia feminista; Capas de jornais; Dilma Rousseff. Cristina Kirchner; Gênero.

ABSTRACT

This chapter aims to present the methodology for analyzing newspaper covers used in the master’s research “Presidents Dilma Rousseff and Cristina Kirchner: gender and political framing in images and headlines on the covers of the newspapers *Folha de S. Paulo* and *Clarín*.” The main purpose was to investigate and analyze the gender and political framing that Brazilian and Argentine newspapers gave to the headlines and images on the covers related to Presidents Dilma Rousseff in Brazil and Cristina Kirchner in Argentina. The textual and visual elements of the cover are analyzed using the methodologies of Discourse Analysis (French line) and media framing based on the thinking of philosopher Judith Butler. The research is situated from a feminist perspective and epistemology, which considers the importance of the representation of women in the highest spheres of state power. According to the established time frame, 154 covers of newspapers from both countries were collected and observed. The criteria for selecting the covers analyzed were: image of the President, quotes in the headline and/or in the caption of the photograph. The valid words in the headline and/or caption were: full name, first name, surname of each ruler or the words “President,” “President” and “Presidency.” Based on these criteria, the definitive corpus of 60 covers was reached, presented and analyzed in the dissertation.

KEYWORDS: Feminist epistemology; Newspaper covers; Dilma Rousseff; Cristina Kirchner; Gender.

INTRODUÇÃO

Quando decidi pesquisar e analisar o modo como os jornais *Folha de S. Paulo* e *Clarín* retrataram e enquadraram as notícias sobre as Presidentas Dilma Rousseff e Cristina Kirchner, durante um perí-

odo determinado, constatee que poucos estudos haviam sido feitos, até aquele momento, com o mesmo objetivo da minha pesquisa (Santos, A., 2022). Também percebi que não existia uma metodologia única ou específica para dar conta de uma investigação mais minuciosa sobre as manchetes, as fotos e as legendas estampadas em cada capa. A partir dessa informação, considerei que a pesquisa de dissertação seria ainda mais interessante por mostrar possibilidades de junções de metodologia de análise. Desse modo, a metodologia proposta foi surgindo a partir do cruzamento de algumas metodologias, que talvez, nunca tenham se relacionado, como é o exemplo da análise de enquadramento feita a partir de conceitos da filósofa Judith Butler (2020). Neste capítulo, mostro os caminhos que percorri tentando compreender como mulheres ocupantes de cargos políticos são vistas, retratadas e enquadradas pelo jornal, o veículo de comunicação escolhido para a pesquisa. Para iniciar a jornada, voltei ao século XIX.

Há apenas 131 anos as mulheres começaram a participar, na prática e oficialmente, das decisões políticas. Em 1893, a Nova Zelândia² foi o primeiro país que permitiu às mulheres irem às urnas, enquanto os homens já escolhiam entre si os comandantes das nações. Nas últimas décadas do século XIX, as europeias e as estadunidenses encabeçaram a luta pela igualdade na participação política por meio do movimento sufragista. Para Rosa Luxemburgo (2020 [1904]), o movimento feminista, no sentido de busca pela igualdade política entre mulheres e homens começou, sobretudo, na América. Em artigo intitulado “Senhoras e mulheres”, publicado no jornal polonês *Gazeta Ludowa* em 1904, a líder socialista comenta que “isso foi no tempo em que a escravidão dominava nos estados do sul da América, de modo que as mulheres americanas que lutavam por seus direitos juntavam sua causa com a causa da libertação dos escravos [...]” (Luxemburgo, 2020 [1904], p. 1)

2 Cf. W. Santos (2002, p. 297-303).

Em 1929, o Equador foi o primeiro país latino-americano a permitir o voto feminino. Na sequência vieram Brasil (1932), Argentina (1947), Chile (1949) e Costa Rica (1949) entre outros. Em 1967, o Paraguai foi a última nação da região a incluir as mulheres no eleitorado. O caso mais tardio em todo o mundo até o presente momento é a Arábia Saudita quando só recentemente, em 2015, as mulheres conquistaram esse direito.

Mas, até que ponto a América Latina foi considerada parte do Ocidente ou das conhecidas Ondas Feministas³ discutidas por pensadoras europeias e estadunidenses? De acordo com as feministas “subalternas” (Ballestrin, 2020), o feminismo, considerado universal, não as contemplava em suas diversas reivindicações. Elas começaram a questionar quem eram, quais papéis desempenhavam na sociedade e para onde e com quem queriam continuar a caminhada na luta por vários direitos. Com esse novo movimento das mulheres excluídas, surgiram “os feminismos”, no plural, e a certeza de que não existe uma visão única e tradicional das histórias das mulheres. Ballestrin (2020, p. 4), expõe, então, o problema do universalismo no feminismo ocidental:

O feminismo hegemônico, dessa forma, passou a ser exposto em seu universalismo, etnocentrismo, (neo) liberalismo, anglo-eurocentrismo, branqueamento e pela negligência de questões coloniais e raciais que atravessam etnias, nacionalidades e geografias. Passou, também, a ser retratado como um feminismo do Primeiro Mundo ou Norte Global, muito pouco sensível às questões das “outras” mulheres do feminismo. Nesta disputa discursiva, simplificações, generalizações e não diferenciações em termos de identidade, representação e interesse acabaram por surgir.

3 ZIRBEL, Ilze. Ondas do feminismo. **Enciclopédia Mulheres na Filosofia**, [s.d]. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/ondas-do-feminismo/>. Acesso em: 1 nov. 2021.

Antes mesmo da russa Khertek Amyrbitovna Anchimaa-Toka governar Tuva – que atualmente é uma república da federação russa – de 1940 a 1944 e se tornar a primeira mulher Presidenta de um país no mundo,⁴ uma mulher latino-americana se candidatou à Presidência de sua nação. Nos anos 1930, quando as mulheres ainda não tinham conquistado o direito de votar em El Salvador – o que só ocorreria 20 anos mais tarde, em 1950 – Prudencia Ayala,⁵ filha de um indígena mexicano e uma indígena salvadorenha, tornou-se autodidata, encarou os preconceitos e mirou no cargo político mais alto. Na ocasião, a população de El Salvador não estava preparada para a coragem de Prudencia Ayala, que teve sua candidatura repudiada pela maioria das pessoas.

Nesse caso, além da mulher considerada subalterna não ter sido ouvida, permaneceu silenciada historicamente por um longo tempo (Spivak, 2010 [1985]). Mas foi de novo na América Latina – região colonizada e ao mesmo tempo resistente em relação aos velhos e aos novos colonizadores – onde surgiu a segunda mulher que se tornaria Presidenta de uma nação a nível global. A argentina María Estela Martínez, conhecida como Isabel ou Isabelita Perón, assumiu a presidência da Argentina de 1974 a 1976 após a morte de seu marido Juan Domingo Perón. Isabel Perón era vice de Perón e governou até ser deposta⁶ por um golpe militar comandado pelo general Jorge Rafael Videla.

Historicamente ela se tornou a segunda Presidenta no mundo e a primeira na América Latina, 34 anos depois do mandato de Khertek Amyrbitovna Anchimaa-Toka, no território russo. No total, até os dias

4 Cf. Alexander, Bolzendahl e Jalalzai (2017, p. 1-25).

5 O perfil de Prudencia Ayala (1885-1936) descrito aqui faz parte da reportagem “Esquecidas pela história na América”, por Lorena Arroyo publicada no *El País*. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/sociedad/2021-03-08/prudencia-ayala-a-primeira-mulher-que-tentou-ser-presidenta-na-america-latina.html>. Acesso em: 3 ago. 2021.

6 No governo de Isabel Perón, o ministro José López Rega criou a Aliança Anticomunista Argentina, também conhecida como *Triple A* com o objetivo de perseguir e assassinar membros da esquerda peronista (Quesada, 2003).

de hoje, a América Latina já teve 15 Presidentas. Entre os 21 países (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela) que pertencem ao bloco, 13 já foram governados por mulheres eleitas ou interinas. Nesse cenário, somente a Argentina e a Bolívia tiveram duas mulheres ocupando o cargo de chefes de Estado, os outros países tiveram apenas uma.

MISOGINIA NA POLÍTICA DO SUL GLOBAL

As mulheres que ocuparam e ocupam quaisquer cargos políticos tiveram, e ainda têm, de conviver com comentários e atos misóginos. Os ataques vêm de todos os lados da sociedade: dos pares políticos, dos eleitores e da mídia hegemônica. Em 2021, Manuela d'Ávila – ex-vereadora, ex-deputada e candidata à vice-presidência do Brasil em 2018 na chapa Partido dos Trabalhadores (PT)/Partido Comunista do Brasil (PCdoB) – organizou uma coletânea de textos escritos por 15 mulheres, incluindo ela mesma, que compartilharam suas duras experiências como representantes eleitas para um cargo político no Brasil.

No livro *Sempre Foi Sobre Nós – Relatos da violência política de gênero no Brasil* (d'Ávila, 2021), o prefácio é assinado por Anielle Franco, Ministra da Igualdade Racial do Brasil do terceiro Governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, eleito em 2022. Ela é também irmã da vereadora Marielle Franco do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), assassinada no dia 14 de março de 2018 na cidade do Rio de Janeiro, quando voltava de um debate sobre a ascensão social de mulheres negras. Anderson Gomes, motorista de Marielle, também foi vítima de tal brutalidade. Após seis anos dos crimes cometidos, em 31 de outubro de 2024 os assassinos Ronnie Lessa e Élcio de Queiroz foram condenados, respectivamente a 78 anos, 9 meses e 30 dias e a 59 anos, 8 meses e 10 dias de prisão. O livro traz também depoimentos de Dilma

Rousseff (2021) sobre a perseguição que sofreu pela mídia misógina durante os seus dois mandatos como Presidenta⁷ do Brasil.

Governar o Brasil de 2010 a 2014, em seu primeiro mandato, não foi uma tarefa nada fácil, por muitas vezes, a mídia e a sociedade foram desagradáveis e desrespeitosas com a imagem de Dilma Rousseff. Em 2013, na ocasião da abertura da Copa das Confederações e depois em 2014, na abertura da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, Dilma Rousseff foi xingada e ofendida diante de estádios lotados.

A violência sexista política⁸ estava em curso. Não foi diferente nos outros meses de 2014, quando Dilma Rousseff ainda atuava no último ano de seu primeiro mandato e já estava em campanha eleitoral para sua reeleição, para comandar o Brasil por mais quatro anos. Memes, charges, capas de jornais e revistas e adesivos de apelo sexual que incitavam o crime de estupro ilustram a violência que ajudou a expulsar Dilma da presidência (Matos, 2020).

Antes e depois daquela Copa do Mundo, a violência política sexista tem marcado presença no Brasil. Dilma Rousseff foi um dos alvos preferidos das(os) ofensoras(es) desde a época em que ganhou notoriedade como ministra de Minas e Energia e posteriormente da Casa Civil, no governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e, principalmente, nos seus dois mandatos como Presidenta do Brasil (2010-2014 e 2014-2016).

POR QUE AS PRESIDENTAS DILMA ROUSSEFF E CRISTINA KIRCHNER?

A minha indignação sobre a misoginia sofrida por Dilma Rousseff despertou o desejo de realizar uma pesquisa de mestrado. Depois

7 Esta pesquisa utiliza o termo Presidenta. O *Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa Michaelis* (2025) informa que: Presidenta é o feminino de Presidente; mulher que é chefe de governo de um país de regime presidencialista; mulher que exerce o cargo de presidente de uma instituição; mulher que preside algo. Neste capítulo, as nomenclaturas Presidenta(s) ou Presidente(s) sempre serão grafadas em letra maiúscula como sugere a relevância do cargo.

8 O termo violência política sexista foi cunhado por Marlise Matos (2020, p. 117).

dela, as investigações desenvolvidas durante o estudo me levaram à Presidenta argentina Cristina Kirchner, que também era alvo constante de ataques sexistas. Após dois anos observando e analisando 154 capas de jornal, a pesquisa *Presidentas Dilma Rousseff e Cristina Kirchner: enquadramentos de gênero e política nas imagens e manchetes nas capas dos jornais Folha de S.Paulo e Clarín* ficou pronta.⁹

Aqui começo a compartilhar como desenvolvi a metodologia de análise das capas dos jornais. Julgo importante sinalizar que, como pesquisadora, parto de um saber localizado (Haraway, 2009) territorial, social e político. A pesquisa se situa, portanto, a partir de uma perspectiva e epistemologia feminista, a qual considera importante a representatividade de mulheres nas esferas mais altas do poder do Estado. A investigação e as análises têm como objetivo identificar como a presença das mulheres na política é enquadrada pelos jornais mais relevantes dos países sul-americanos Brasil e Argentina.

Defini como objetivo principal da dissertação analisar o enquadramento de gênero e de política que os jornais *Folha de S.Paulo* e *Clarín* deram às manchetes, fotografias e legendas referentes às Presidentas sul-americanas Dilma Rousseff e Cristina Kirchner, durante seus mandatos, nas capas dos diários brasileiro e argentino. As manchetes e as fotografias das capas são analisadas por meio das metodologias de Análise de Discurso de linha francesa e o enquadramento de mídia com base no pensamento da filósofa estadunidense Judith Butler (2020). De modo breve, apresento as personagens centrais da minha investigação: Dilma Rousseff e Cristina Kirchner.

Filha do imigrante búlgaro Pedro Rousseff e da fluminense Dilma Jane Coimbra da Silva, Dilma Vana Rousseff nasceu em 14 de dezembro de 1947 na capital mineira Belo Horizonte. Em 2010 foi eleita e em

9 A pesquisa foi apresentada e defendida por mim em 28 de abril de 2022 para uma banca de professoras doutoras examinadoras no Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo da Universidade Estadual de Campinas, como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestra em Divulgação Científica e Cultural.

2014, reeleita Presidenta do Brasil, concorrendo ao cargo como candidata do Partido dos Trabalhadores (PT). Das chamadas “Jornadas de Junho de 2013”¹⁰ até o dia 31 de agosto de 2016, quando se concretizou o golpe parlamentar,¹¹ que afastou definitivamente Dilma Rousseff da Presidência da República em seu segundo mandato, a misoginia dominou as manifestações populares com apoio, mesmo que por vezes velado, da mídia hegemônica. Ela foi a primeira e, até esse momento, única mulher a governar o Brasil. Atualmente, aos 77 anos, Dilma Rousseff é a Presidenta do Novo Banco de Desenvolvimento, conhecido como Banco dos BRICS.¹²

No país vizinho, aos 54 anos, Cristina Fernández de Kirchner foi a primeira Presidenta mulher eleita na história argentina. Quatro anos mais tarde, ela se reelegeu para o cargo com 54,11% dos votos. Em suas duas eleições, Cristina Kirchner representou o partido político Frente para la Victoria (FPV), criado em 2003 a partir de uma coalizão política argentina de orientação peronista.

Em 2019, com Alberto Fernández eleito Presidente da Argentina, Cristina Kirchner se elegeu como vice-presidente da Argentina. Deste

10 As Jornadas de Junho de 2013 ganharam esse nome porque começaram no mês de junho de 2013 como manifestações de rua, a princípio, com uma pauta definida: o aumento da tarifa de transporte público na cidade de São Paulo. Logo no início dos protestos, as manifestações se espalharam por todo o território nacional, aderindo a diversas e diferentes frentes de luta. Essas manifestações perduraram até outubro do mesmo ano (Gondim, 2016). Disponível em: <https://journals.openedition.org/polis/11944> e <https://www.sinteseeventos.com/site/iassc/GT1/GT1-13-Marcos.pdf>. Acesso em: 10 out. 2021.

11 Dilma Rousseff foi acusada de praticar uma manobra contábil, conhecida como “pedaladas fiscais”, e após investigação não houve comprovação de enriquecimento ilícito ou aproveitamento do cargo em benefício próprio. Ficou evidente que o processo de impeachment se tratava de uma decisão política: a derrubada da Presidenta. Marlise Matos (2016, p. 220) defende o posicionamento de que o impeachment não passou de golpe em pelo menos três grandes vertentes: “Foi um golpe parlamentar; foi um golpe jurídico e constitucional e também foi um golpe midiático”. Para corroborar esse posicionamento apontado aqui de que o impeachment foi na realidade um golpe parlamentar, também me baseio nas referências e argumentos das(os) 35 autoras(es) que escreveram o livro *Por que gritamos Golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil* (Jinkings et al., 2016).

12 BRICS é um acrônimo para referir-se ao grupo de economias emergentes que é constituído por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

modo, ela se tornou a primeira e única cidadã argentina a ser eleita para todos os cargos federais de seu país: deputada, senadora, vice-presidente e presidente. Em 1º de setembro de 2022, ela sofreu uma tentativa de assassinato ao entrar em seu carro, diante de um grupo de simpatizantes, em uma rua movimentada de Buenos Aires, capital da Argentina. O brasileiro Fernando André Sabag Montiel atirou à queima-roupa nela com uma pistola carregada com cinco balas, os disparos falharam e ele foi detido pela polícia no local.

Dois anos depois, no dia 13 de novembro de 2024, o tribunal argentino manteve a sentença de seis anos de prisão e inabilitação perpétua para concorrer a cargos públicos contra Cristina Kirchner. Ela estava inserida no caso que investigou esquema de desvio de dinheiro público e favorecimento de um empresário de Santa Cruz, ao sul do país. No dia 10 de junho de 2025, a Suprema Corte da Argentina confirmou a condenação da ex-Presidenta. No dia 17 de junho de 2025, Cristina Kirchner, aos 72 anos, começou a cumprir sua pena em prisão domiciliar.

JORNAL COMO OBJETO DE PESQUISA

O jornal é considerado a mídia mais antiga do mundo.¹³ Do modo como é conhecido atualmente – impresso e com circulação periódica e pública – o jornal existe desde o século XVII. Porém, foi somente a partir da segunda metade do século XX que o jornal se tornou objeto de estudo em seus aspectos materiais e intelectuais. No Brasil, a partir da década de 1970, essa materialidade se tornou objeto da pesquisa histórica. No capítulo “História dos, nos e por meio dos periódicos” da obra *Fontes Históricas*, Tânia Regina de Luca (2008, p. 128) apresen-

13 De acordo com dados publicados pela Associação Nacional de Jornais (AJN), as notícias já circulavam em Roma de 59 A.C. com a *Acta Diurna*, por meio da qual o imperador Júlio César publicava os acontecimentos sociais e políticos da cidade. As *actas* eram escritas em grandes placas brancas e expostas em lugares públicos populares. Bem depois, surgiram os boletins manuscritos chineses do século VIII. A técnica de impressão com tipos móveis, conhecida como prensa, foi criada por Johannes Gutenberg em meados do século XV e estimulou a circulação de panfletos noticiosos por toda a Europa.

ta o histórico da concepção historiográfica acerca dos periódicos como fonte, presentemente valorizados pela História imediata e o retorno da História política: “As renovações no estudo da História política, por sua vez, não poderiam dispensar a imprensa, que cotidianamente registra cada lance dos embates na arena do poder”.

O jornal é, ao mesmo tempo, fonte e índice de capital político, no sentido de que a visibilidade, em especial a positiva, compõe o capital político. Cada jornal – que faz parte de uma empresa de comunicação – possui suas regras, entre elas sua linha editorial, definindo assim o que é noticioso e quem compõe a notícia. Desse modo, os periódicos podem ser vistos também como atores, isto é, ativos em como se constituem as representações da política e como incidem em trajetórias de agendas e de atores políticos coletivos e individuais: “A influência da mídia na ação política vai muito além dos processos eleitorais. [...] E a visibilidade midiática é um componente importante na produção do capital político” (Miguel; Biroli, 2011, p. 125).

A mídia escrita, neste estudo, é tratada como fonte de pesquisa, abordando principalmente os jornais como documentos de análise. O corpus da pesquisa é formado pelas capas dos diários *Folha de S.Paulo* e *Clarín*, considerados os jornais de maior circulação nacional no Brasil e na Argentina, respectivamente. Ao se utilizar de jornais como documentos analíticos é relevante conhecer a linha editorial do meio de comunicação porque, muitas vezes, a proposta do periódico, enquanto valores e princípios, pode influenciar diretamente a maneira como as Presidentas serão noticiadas na capa. Por isso, os meios de comunicação além de serem fontes de pesquisa, também são índices de capital político, definindo o que é notícia na editoria de política, quem faz parte dela e de que modo a personagem é visibilizada (Miguel; Biroli, 2011).

RECORTE DO CORPUS DA PESQUISA

Para estabelecer o corpus da pesquisa, foram observadas, a princípio, 154 capas dos jornais brasileiro e argentino. Na pesquisa, a capa foi definida como objeto de estudo, já que é a primeira página que o leitor observa e que, na sequência, pode aproximá-lo ou afastá-lo de uma leitura mais detalhada do restante da capa e também das outras páginas do periódico. Diante dos elementos textuais (manchete e legenda) e fotográficos, o estudo tem como foco analisar os enquadramentos de gênero e política dados às duas Presidentas.

A pesquisa apresenta dois recortes específicos de investigação. O primeiro deles mostra as capas das coberturas jornalísticas dos dias das vitórias nas eleições presidenciais e das cerimônias de posse das Presidentas Dilma Rousseff e Cristina Kirchner. Ou seja, são 8 capas no total, já que ambas governantes conquistaram dois mandatos cada uma delas. O segundo recorte da pesquisa é temporal e abarca as capas dos 10 primeiros dias e dos 10 últimos dias de ambos mandatos das duas Presidentas, totalizando 80 capas. No caso da Presidenta Dilma Rousseff, os últimos 10 dias de seu segundo mandato correspondem à data anterior ao dia 12 de maio de 2016, quando o Senado Federal votou pelo afastamento dela do cargo após a abertura do processo do impeachment. De acordo com os números apontados, são 44 capas da *Folha de S.Paulo* com foco em Dilma Rousseff e 44 capas do jornal *Clarín* com foco em Cristina Kirchner. Um total geral de 88 capas.

CATEGORIAS GÊNERO E POLÍTICA

A pesquisa discute sobre as mulheres Presidentas nas capas dos jornais, portanto, gênero e política são as categorias observadas e analisadas nas manchetes e fotografias em cada material selecionado. Joan Scott (1994) pensa gênero abordando as relações que afetam mulheres e homens. A historiadora define gênero em duas partes: a primeira aponta que “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e a se-

gunda de que o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (Scott, 1994, p. 21). A autora cita exemplos ligados à política e ao poder por duas razões:

Primeiro, porque se trata de um território praticamente inexplorado, já que o gênero foi percebido como uma categoria antitética aos negócios sérios da verdadeira política. Depois, porque a história política – que ainda é o modo dominante da interrogação histórica – foi o bastião de resistência à inclusão de materiais ou de questões sobre as mulheres e o gênero (Scott, 1994, p. 24).

Portanto, para pensar sobre a questão de gênero na forma como as Presidentas são retratadas nas capas dos jornais, é necessário compará-las com os homens nas mesmas condições. Meu estudo faz, então, uma análise adicional, ou seja, uma comparação entre as capas das Presidentas Cristina Kirchner e Dilma Rousseff com as capas dos Presidentes Néstor Kirchner e Luís Inácio Lula da Silva, seus respectivos antecessores. A metodologia comparativa abarca os homens do mesmo espectro político, na mesma situação temporal e utilizando os mesmos jornais brasileiro e argentino. A pergunta da pesquisa sobre elas também serve para eles: como eles foram enquadrados, noticiados nas manchetes e imagens nas capas dos jornais?

De acordo com o recorte empírico, somam-se 154 capas. Destas, 140 são referentes aos 10 primeiros dias e 10 últimos dias de governo das duas Presidentas e dos dois Presidentes, além das outras 14 capas que noticiaram as vitórias e as cerimônias de posses delas e deles. A metodologia de pesquisa em comunicação denominada Teoria Fundamentada (TF) defende que a coleta e a análise de dados são processos inter-relacionados, ou seja, começam juntos: “A análise começa assim que o primeiro fragmento de dados seja coletado” (Corbin; Strauss, 1990, p. 6, tradução nossa). Foi exatamente desse modo que se iniciou o processo de coleta de dados da pesquisa.

Durante o percurso de interpretação de dados, a TF permite a abertura da possibilidade da revisão dos autores utilizados para formulação das teorizações iniciais e de eventuais hipóteses ou problemas de pesquisa. A TF foi inicialmente proposta como método por Glaser e Strauss em seu livro *The Discovery of Grounded Theory* em 1967. Nessa direção, Amaral, Fragoso e Recuero (2011, p. 83) apresentam características fundamentais da TF:

A ideia central da TF é, justamente, aquela em que a teoria deve emergir dos dados, a partir de sua sistemática observação, comparação, classificação e análise de similaridades e dissimilaridades. Ela prevê uma inversão no método tradicional de pesquisa, no qual o pesquisador deve ir a campo livre de suas pré-noções e, portanto, livre de hipóteses e conceitos e, apenas a partir de sua vivência empírica e do processo do método, é que deve elaborar as hipóteses e os preceitos teóricos.

Das 154 capas coletadas e observadas, foram selecionadas somente as que noticiaram as Presidentas e os Presidentes nas manchetes, nas fotografias e/ou nas legendas das imagens das capas. Os critérios elegidos para as citações válidas são: nome completo, primeiro nome ou sobrenome de cada governante. Também foram selecionadas as capas que grafaram as palavras “Presidenta”, “Presidente” e “Presidência”. Com base em tais critérios, chegou-se ao número de 60 capas, material definitivo para análise nesta pesquisa. O acesso às capas dos referidos jornais se deu por meio de acervo digital público das empresas detentoras das marcas *Folha de S.Paulo* e *Clarín*.

ANÁLISE DE DISCURSO

Após revisões e reflexões sobre os possíveis métodos que poderiam ser aplicados na pesquisa, os escolhidos foram a Análise de Discurso de linha francesa e o enquadramento com base na observação filosó-

fica de Judith Butler (2020). A escolha do uso da Análise de Discurso como método de pesquisa tem algumas justificativas. Segundo Elvira Narvaja de Arnoux (2006), a Análise de Discurso deve se situar também como campo interdisciplinar, portanto não se trata de uma análise feita por linguistas para linguistas. Ela vai além da linguística e pode ser aplicada em várias áreas, principalmente nos meios de comunicação. Conforme a autora (Narvaja de Arnoux, 2006, p. 15): “Deve destacar-se que a Análise de Discurso tem atendido particularmente as problemáticas de racismo, das avaliações de gênero e dos fenômenos de exclusão em relação com minorias de distinto tipo”. A linguista argentina afirma que a Análise de Discurso também segue uma linha de epistemologia mais interpretativa, recorrendo a uma ou mais disciplinas linguísticas e não linguísticas.

Desviar o olhar da notícia para encontrar na mesma uma outra significação, ou seja, enxergar para além das evidências, foi o exercício feito na pesquisa ao examinar cada manchete e cada imagem das capas dos jornais. Eni Puccinelli Orlandi (2007a, p. 17) explica que a “análise de discurso considera que a linguagem não é transparente” e por isso a questão colocada diante de uma notícia, por exemplo, deve ser: “como este texto significa?”.

É importante ressaltar que a pesquisa não se propõe a realizar uma análise de discurso como uma sequência linguística fechada (Orlandi, 2019), a intenção é utilizá-la como um recurso interpretativo para lidar com as categorias de gênero e de política nos enquadramentos presentes nas capas dos jornais que noticiaram sobre as Presidentas Dilma Rousseff e Cristina Kirchner. O enquadramento constitui um processo que é discursivo. Esse discurso jornalístico (van Dijk, 1990) é composto ao mesmo tempo por imagens e palavras, que podem ser analisadas com distanciamento, ou seja, o exercício proposto no estudo de enquadrar o enquadramento.

De acordo com Orlandi (2007a, p. 59), a análise de discurso “não procura o sentido ‘verdadeiro’, mas o real do sentido em sua materialidade linguística e histórica”. Trata-se de uma das ferramentas para estudar objetos do campo da Comunicação, neste caso, do jornalismo impresso. Para a linguista, a definição de discurso vai além do esquema elementar da comunicação no qual “o emissor transmite uma mensagem (informação) ao receptor, mensagem essa formulada em um código referindo a algum elemento da realidade – o referente” (Orlandi, 2007a, p. 21).

Para a Análise de Discurso, não se trata apenas de transmissão de informação, nem há essa linearidade na disposição dos elementos da comunicação, como se a mensagem resultasse de um processo assim serializado: alguém fala, refere alguma coisa, baseando-se em um código, e o receptor capta a mensagem, decodificando-a. Na realidade, a língua não é só um código entre outros, não há essa separação entre emissor e receptor, nem tampouco eles atuam numa sequência em que o primeiro fala e depois o outro decodifica etc. Eles estão realizando ao mesmo tempo o processo de significação e não estão separados de forma estanque. Além disso, ao invés de mensagem, o que propomos é justamente pensar aí o discurso (Orlandi, 2007a, p. 21).

Como vimos, as palavras e as imagens são os elementos fundamentais na análise deste corpus. Como afirma Orlandi (2007b, p. 62), “quanto à natureza da linguagem, devemos dizer que a análise de discurso interessa-se por práticas discursivas de diferentes naturezas: imagem, som, letra etc.”. Vilém Flusser (2009, p. 10) vai além ao dizer que “decifrar textos é descobrir as imagens significadas pelos conceitos. A função dos textos é explicar imagens, a dos conceitos é analisar cenas. Em outros termos: a escrita é metacódigo da imagem”.

Observar e discutir sobre os textos e as fotografias na capa de um jornal corroboram a defesa de Nelson Traquina (2005, p. 46) quando aponta que o jornalismo é também uma prática discursiva:

Ao longo da história, os jornalistas desenvolveram uma maneira própria de falar, isto é, uma linguagem – o jornalês. Uma das características principais desta fala, desta escrita, é a sua qualidade de ser compreensível. Os jornalistas precisam comunicar através das fronteiras de classe, étnicas, políticas e sociais existentes numa sociedade. Para além de ser compreensível, o discurso jornalístico é um discurso que deve provocar o desejo, o desejo de ser lido/ouvido/visto.

FOTOJORNALISMO

No jornalismo, o texto e a imagem se completam. Pode acontecer de um ser mais determinante do que o outro em algum momento, mas ambos desempenham papel importante na hora de comunicar a mensagem ao receptor. É o que se percebe, por exemplo, nas análises das capas da *Folha de S.Paulo* e do *Clarín*. Tanto a manchete quanto a fotografia transmitem informações que se tornam notícias.

Para Roland Barthes (1986 [1961]), a fotografia de imprensa é o centro da mensagem, apesar de essa necessitar de outras partes para seu sentido ser constituído. As partes que formam o conjunto da mensagem são: uma fonte emissora, um canal de transmissão e um meio receptor. Barthes (1986 [1961], p. 11) explica assim:

A fonte emissora é o grupo de técnicos que formam a Redação do jornal: uns fazem as fotos, outros escolhem uma em particular, a compõem, a tratam, e outros enfim a intitulam, colocam uma legenda para ela e a comentam. O meio receptor é o público que lê o jornal. E o canal de transmissão é o próprio jornal, ou, mais exatamente, um complexo de mensagens concorrentes que têm a foto como centro, mas cujo entorno está constituído pelo texto, o título, a legenda, a paginação, e, de maneira mais abstrata mas não menos

“informativa”, pelo próprio nome do jornal (pois este nome constitui um saber que pode pesar fortemente na leitura da mensagem propriamente dita: uma foto pode mudar de sentido ao passar de *l'Aurore* para *l'Humanité*).¹⁴

Para o fotógrafo e historiador brasileiro Boris Kossoy (2012, p. 30): “é a fotografia um intrigante documento visual cujo conteúdo é a um só tempo revelador de informações e detonador de emoções”. Ao observar as fotografias nas capas da *Folha de S.Paulo* e do *Clarín*, é possível confirmar o que mencionou Kossoy. Ele vai além em sua análise, talvez, justamente por ser fotógrafo. Ao comentar sobre o significado das imagens, afirma:

A comunicação não verbal ilude e confunde. Deve-se, no entanto, “perceber na imagem o que está nas entrelinhas, assim como o fazemos em relação aos textos”, como bem colocaram Weinstein & Booth: “[...] precisamos aprender a esmiuçar as fotografias criticamente, interrogativamente e especulativamente. [...] No que uma boa fotografia desvenda para o olho e a mente compreensiva, ela falhará em desvendar para o olhar apressado”. Tal é o desafio a enfrentar. Não deixar de ousar na interpretação: esta é a tarefa (Kossoy, 2012, p. 127-128).

Como pesquisadora, seguindo a linha apresentada por Kossoy (2012), procurei olhar atentamente, sem pressa, para cada imagem com Dilma Rousseff e com Cristina Kirchner a fim de esmiuçar as entrelinhas. Como recomenda o autor, não deixei de ousar na interpretação. Contemplei as imagens com elas e não imagem delas, já que a fotografia é, de acordo com Kossoy (2012), produto final, resultante da ação do homem, ou seja, do fotógrafo. É a imagem de alguém sob a perspectiva de um outro alguém. Segundo Nöth e Santaella (2015, p.

14 Nota do tradutor: *l'Aurore*, periódico de direita e *l'Humanité*, periódico de esquerda.

107), “[...] a fotografia não só representa a realidade, como também a cria e, finalmente, é capaz de distorcer nossa imagem do mundo representado”.

“Por que se olhar uma imagem?” Jacques Aumont (1993, p. 78) fez essa pergunta e também a respondeu em seu livro *A Imagem*:

A produção de imagens jamais é gratuita e, desde sempre, as imagens foram fabricadas para determinados usos, individuais ou coletivos. Uma das primeiras respostas à nossa questão passa por outra questão: para que servem as imagens (para que queremos que elas sirvam)? É claro que, em todas as sociedades, a maioria das imagens foi produzida para certos fins (de propaganda, de informação, religiosos, ideológicos em geral) [...] uma das razões essenciais da produção de imagens é a que provém da vinculação da imagem em geral com o domínio do simbólico, o que faz com que ela esteja em situação de mediação entre o espectador e a realidade.

A capa do jornal é um quadro emoldurado, cujo conteúdo traz elementos como textos e imagens. É uma narrativa que tem poder, e que vai mobilizar sentidos sociais sobre política e gênero, no caso das análises da pesquisa, na direção que a linha editorial defende. Embora consideremos relevante investigar as percepções da recepção da mensagem, a pesquisa não tem o objetivo de contemplar a análise feita pelas(os) leitoras(es) sobre as referidas capas.

ENQUADRAMENTO

A pesquisa de mestrado, referência para elaboração deste capítulo, considera que a capa de um jornal constitui um enquadramento que possui elementos textuais e visuais que produzem sentidos de gênero e de política. Neste estudo, as informações escritas investigadas

são as manchetes e as legendas. As informações visuais são as fotografias. Quanto ao enquadramento de mídia, a capa do jornal – considerada como uma moldura que traz elementos no seu interior – se apresenta ao mundo seguindo regras específicas, de acordo com uma linha editorial, que podem ser lidas e interpretadas.

Na prática jornalística, um enquadramento (*framing*)¹⁵ é construído através de procedimentos como seleção, exclusão ou ênfase de determinados aspectos e informações, de forma a compor perspectivas gerais através das quais os acontecimentos e situações do dia são dados a conhecer. Trata-se de uma ideia central que organiza a realidade dentro de determinados eixos de apreciação e entendimento, que envolvem inclusive o uso de expressões, estereótipos, sintagmas etc. (Rothberg, 2010, p. 55-56).

As mulheres na política estão enquadradas nessa moldura. E não são quaisquer mulheres, são Presidentas de nações. Judith Butler (2020, p. 112) propõe uma interpretação atenta da mensagem explícita ou implícita no quadro apresentado:

Podemos pensar no enquadramento, então, como algo ativo, que tanto descarta como mostra, e que faz as duas coisas ao mesmo tempo, em silêncio, sem nenhum sinal visível da operação. O que surge nessas condições é um espectador que supõe estar em uma relação visual imediata (e incontestável) com a realidade

Um dos primeiros estudiosos a conceituar o enquadramento foi o sociólogo Erving Goffman (1986). No início de seu livro *Frame Analysis—An Essay on the Organization of Experience* ele comenta que situações podem ser entendidas a partir da resposta da pergun-

15 A palavra “enquadramento” é tradução da palavra inglesa *framing*. Portanto, nessa dissertação elas são usadas como sinônimos.

ta: “O que está acontecendo aqui?” (Goffman, 1986, p. 8). Essa mesma pergunta foi feita durante esta pesquisa na observação das manchetes, legendas e fotografias nas capas dos jornais.

Judith Butler (2020) recorreu a Goffman e Jacques Derrida, além de contestar os escritos de Susan Sontag, para comentar sobre os enquadramentos da fotografia em sua obra *Quadros de Guerra*. O foco do estudo de Butler (2020) nesse livro foi discutir como o jornalismo abordou o tema da guerra e outras mazelas da vida precária por meio das imagens e textos que circularam para o público. Alguns dos exemplos no livro são as fotografias retratando a tortura na prisão de Abu Ghraib (Iraque) e os maus-tratos sofridos pelos presos em Guantánamo (prisão militar estadunidense localizada em Cuba).

A pesquisa, apresentada neste capítulo, não trata do tema da guerra, mas a investigação feita pela filósofa estadunidense inspira teoricamente o que o estudo se propôs apresentar com a análise das capas. Assim como Butler (2020) discutiu que a circulação das fotografias da tortura em Abu Ghraib e as poesias do cárcere em Guantánamo podem ajudar a produzir outros enquadramentos, principalmente a partir de um contexto das pessoas que estavam presas, desumanizadas e precarizadas; também é possível refletir de que maneira os enquadramentos articulam gênero e política nas capas dos jornais. Que tipos de quadros as equipes jornalísticas da *Folha de S.Paulo* e do *Clarín* estão produzindo, principalmente, sobre mulheres na política?

A fotografia, a manchete e a legenda estão contidas dentro da moldura que constitui uma capa da *Folha de S.Paulo* ou do *Clarín*. A pesquisa procura mostrar como os quadros desenhados pelos jornalistas apresentam versões das Presidentas Dilma Rousseff e Cristina Kirchner para o(a) leitor(a) do periódico. Como pesquisadora, meu movimento é buscar “enquadrar o enquadramento”, ou seja, analisar a posição do enquadrador, neste caso, os jornais. A proposta desse tipo de observação e exercício é de Trinh T. Minh-ha (1992) e está presente

em sua obra escrita *Framer Framed*, na qual apresenta os *scripts* e os detalhes visuais, ou seja, os enquadramentos, de três filmes de sua autoria. Em sua abordagem em *Quadros de Guerra*, Judith Butler (2020, p. 23-24) recorre a Trinh T. Minh-ha para expor sobre o enquadramento:

Quando um quadro é emoldurado, diversas maneiras de intervir ou ampliar a imagem podem estar em jogo. [...] Questionar a moldura significa mostrar que ela nunca conteve de fato a cena a que se propunha ilustrar, que já havia algo de fora, que tornava o próprio sentido de dentro possível, reconhecível. A moldura nunca determinou realmente, de forma precisa o que vemos, pensamos, reconhecemos e apreendemos. Algo ultrapassa a moldura que atrapalha nosso senso de realidade; em outras palavras, algo acontece que não se ajusta à nossa compreensão estabelecida das coisas.

Ao observar as capas dos jornais, o movimento é semelhante ao citado por Butler (2020), isto é, ultrapassar a moldura, olhar o que está enquadrando aquele enquadramento. É um jogo de deslocamento de uma visão confortável para uma outra incômoda, a fim de analisar como as categorias de gênero e de política se articulam na constituição desse quadro produzido dentro da Redação do jornal no momento da criação e do fechamento da capa. Para este estudo, considereirei que cada capa se tornou um quadro emoldurado, no qual muitas vezes o que ficou fora do espaço delimitado da página talvez até fosse mais importante do que o que estava dentro ao alcance do olhar da(o) receptor(a). Outras vezes, a mensagem pode estar dentro do quadro, porém camuflada com um certo tipo de verniz, que pode projetar determinado aspecto do enquadramento: “Aprender a enxergar o enquadramento que nos cega para aquilo que vemos não é tarefa fácil” (Butler, 2020, p. 148).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após observar 154 capas dos jornais *Folha de S.Paulo* e *Clarín* e analisar as manchetes, as fotografias e as legendas em 60 delas, na pesquisa de mestrado, referência para elaboração deste capítulo, eu concluí que os enquadramentos de gênero e de política dados pelos periódicos às Presidentas sul-americanas Dilma Rousseff e Cristina Kirchner informaram que as mulheres atuantes no campo político – principalmente quando ocupam o cargo mais alto na hierarquia de poder de uma nação – foram noticiadas como coadjuvantes em comparação com os Presidentes Néstor Kirchner e Luiz Inácio Lula da Silva, sempre presentes nas publicações investigadas.

Para os diários brasileiro e argentino, eles eram os “Presidentes” e elas eram as “eleitas”. No jornal *Folha de S.Paulo*, Dilma Rousseff recebeu, e ainda recebe, o tratamento de Presidente ao invés de Presidenta. Diante das 60 capas analisadas, principalmente quando os jornais brasileiro e argentino definem também que eles são “criadores” e elas são “criaturas”, percebe-se uma problemática na qual pode haver uma recusa em se reconhecer mulheres em posição de autoridade, enquanto autoridades investidas de poder efetivo. Ou seja, há o reconhecimento de que elas foram eleitas, mas, ao mesmo tempo, existe desconfiança quanto a elas terem poder efetivo, já que podem ser consideradas “criaturas” manipuladas pelos seus “criadores”.

Nas fotografias das capas da *Folha de S.Paulo*, raramente Dilma Rousseff apareceu sozinha porque Luiz Inácio Lula da Silva geralmente estava inserido na foto com ela ou em outra imagem compondo o quadro da capa. Já nas imagens com Lula na capa do diário, durante seus mandatos como Presidente, ele era retratado sozinho ou com outras pessoas que faziam parte da cena. Para citar alguns exemplos analisados, Lula aparece rodeado por seus eleitores no Palácio da Alvorada, em sua primeira reunião ministerial, junto à população durante suas viagens etc.

Cristina Kirchner foi a menos favorecida no quesito fotografia no *Clarín*. Das 40 capas, referentes aos 10 primeiros e 10 últimos dias dos dois mandatos da Presidenta argentina, somente três fotografias com Cristina Kirchner foram publicadas. Elas eram imagens pequenas, quase que um retrato de tamanho três por quatro, e confinadas na quinta coluna à direita do periódico argentino. Outra questão que se levanta é sobre essa invisibilidade de Cristina Kirchner no *Clarín*. Pode-se inferir que há um certo apagamento da representação do corpo feminino na política no jornal, ainda mais se tratando de Cristina Kirchner que tem uma presença muito forte, inclusive, fisicamente. Já o seu antecessor, Néstor Kirchner, que só teve um mandato como Presidente da Argentina, ou seja, menos capas para serem comparadas, foi mais fotografado que ela. No total de 20 capas, ele apareceu em cinco fotografias, também pequenas.

De modo quantitativo, as Presidentas acumularam mais capas em relação aos seus antecessores. Das 60 capas, Cristina Kirchner foi noticiada em 20 delas no *Clarín*; Dilma Rousseff em 18 capas na *Folha de S.Paulo*; Luiz Inácio Lula da Silva em 13 no diário brasileiro e Néstor Kirchner em 9 capas no periódico argentino. Segundo as análises feitas, Cristina foi citada em mais capas porque teve dois mandatos contra um de Néstor. No mesmo quesito, Dilma Rousseff ficou na frente de Lula porque a repercussão do processo de impeachment da Presidenta rendeu mais notícias na capa da *Folha de S.Paulo* do que os outros períodos do mandato dela.

De acordo com o recorte temporal da pesquisa, em um dos períodos de 10 dias a *Folha de S.Paulo* não publicou manchete, fotografia e/ou legenda sobre Dilma Rousseff. Esse mesmo procedimento ocorreu em dois períodos com Luiz Inácio Lula da Silva. A Presidenta não foi noticiada durante os 10 primeiros dias do seu segundo mandato. Com Lula, isso ocorreu durante os 10 últimos dias de seu primeiro mandato e os 10 primeiros dias de sua segunda gestão. Nessa compa-

ração, Dilma Rousseff esteve mais presente nas capas do jornal do que Luiz Inácio Lula da Silva.

Outro fato interessante captado pela investigação é sobre o período em que Dilma Rousseff foi mais noticiada na capa da *Folha de S.Paulo*. Isso ocorreu durante os 10 últimos dias antes do seu afastamento do cargo de Presidenta do Brasil. A *Folha de S.Paulo* retratou a Presidenta em sete capas, sendo que cinco delas continham fotografias da governante. Para a equipe jornalística da *Folha de S.Paulo*, Dilma Rousseff foi mais vezes considerada notícia ao ser afastada do governo do que quando governava a nação. Mas, por que será que Dilma Rousseff teve mais visibilidade justamente nesse período de saída do cargo do que enquanto governava a nação? Esse tratamento dado à única Presidenta do Brasil também pode ser entendido como recusa em reconhecer a posição de autoridade que o mandato dela trazia, como já citado anteriormente.

Os profissionais da fotografia – fotógrafos(as) e editores(as) – do diário brasileiro cumpriram o que manda o Manual de Redação da Folha de S.Paulo (1992). O valor informativo de uma imagem vale mais que a sua qualidade técnica. Ou seja, a fotografia precisa contar a história que o jornal decide contar para seu público leitor. Nesse aspecto, o diário brasileiro demonstrou a importância que a fotografia e seus profissionais têm no processo de criação de uma capa.

O mesmo não foi observado no argentino *Clarín*. Com exceção das imagens das capas das vitórias nos dois mandatos de Cristina Kirchner e na foto da cerimônia de posse em seu segundo mandato, o *Clarín* não investiu em fotografias com a Presidenta. Tanto que a imagem da cerimônia de posse do primeiro mandato da governante leva a assinatura da Presidencia de la Nación. Isso significa que a foto publicada no periódico argentino foi concedida pela equipe presidencial. Entende-se que o jornal não enviou fotógrafo para a cobertura

jornalística do evento ou, se o fotógrafo foi, o seu trabalho não foi utilizado na capa.

O material analisado mostrou que a visibilidade das Presidentas nos periódicos ficou aquém na comparação com a visibilidade dada aos Presidentes. E, mais do que quantificar e qualificar a visibilidade, a pesquisa buscou observar as camadas abaixo do que está emoldurado e envernizado, revelando a forma como gênero e política se articulam nas abordagens jornalísticas acerca de Dilma Rousseff e Cristina Kirchner.

Apesar dos obstáculos que a *Folha de S.Paulo* colocou no caminho de Dilma Rousseff e dos obstáculos colocados no caminho de Cristina Kirchner pelo *Clarín*, as duas Presidentas sul-americanas conseguiram avançar e romper temporariamente as barreiras da dominação masculina, tanto no espaço público quanto nas instituições políticas. Enfim, elas chegaram no lugar que nunca foi pensado para elas: Presidenta do Brasil e Presidenta da Argentina, e por duas vezes cada uma.

REFERÊNCIAS

ALEXANDER, Amy C; BOLZENDAHL, Catherine e JALALZAI, Farida. **Measuring Women's Political Empowerment across the Globe: Strategies, Challenges and Future Research**. Cham: Palgrave MacMillan, 2017.

AMARAL, Adriana.; FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

ARROYO, Lorena. As mulheres esquecidas pela história na América. Prudencia Ayala, a primeira mulher que tentou ser presidenta na América Latina. **El País**, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/sociedad/2021-03-08/prudencia-ayala-a-primeira-mulher-que-tentou-ser-presidenta-na-america-latina.html>. Acesso em: 10 mar. 2021.

AUMONT, Jacques. **A Imagem**. Tradução de Estela dos Santos Abreu e Cláudio C. Santoro. Campinas: Papirus, 1993.

BALLESTRIN, Luciana. Feminismo De(s)colonial como Feminismo Subalterno Latino-Americano. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis-

lis, v. 28, n. 3, p. e75304, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n375304>. Acesso: 20 set 2021.

BARTHES, Roland. **El mensaje fotográfico**. Barcelona: Paidós Comunicación, 1986 [1961]. p. 11-27.

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra**: Quando a vida é passível de luto? Tradução de Sérgio T. N. Lamarão e Arnaldo M. da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

CLARÍN. Tapas. 2003, 2006, 2007, 2011, 2014 e 2015. **Clarín**, Buenos Aires, 2021. Disponível em: <https://tapas.clarin.com/tapa.html#19690621>. Acesso em: 20 jun. 2021.

CORBIN, Juliet; STRAUSS, Anselm. Grounded Theory Research: Procedures, Canons, and Evaluative Criteria. **Qualitative Sociology**, v. 13, n. 1, 1990.

D'ÁVILA, Manuela (org.). **Sempre Foi Sobre Nós** – Relatos da violência política de gênero no Brasil. 1. ed. Porto Alegre: Instituto E Se Fosse Você, 2021.

FLUSSER, Vilém. **Filosofia da Caixa Preta** – Ensaios para uma futura filosofia da fotografia. Tradução do autor. Rio de Janeiro: Sinergia Relume Dimará, 2009.

FOLHA DE S. PAULO. Encontre sua edição. 1998, 2002, 2003, 2006, 2007, 2009, 2010, 2011, 2014, 2015, 2016. **Acervo Folha**, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 20 jun. 2021.

GOFFMAN, Erving. **Frame Analysis**. Boston: Northeastern University Press, 1986.

GONDIM, Linda M. P. **Movimentos sociais contemporâneos no Brasil: a face invisível das Jornadas de Junho de 2013**, Polis Revista Latinoamericana, 44 | 2016. Disponível: <http://journals.openedition.org/polis/11944>. Acesso em: 20 de nov. 2021.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 7-41, 2009. Disponível: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 20 nov. 2021.

JINKINS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Orgs.). **Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2016

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. 4. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.

LUCA, Tânia Regina. **História Dos, Nos e Por Meio dos Periódicos**. In: Fontes Históricas. PINSKY, Carla Bessanezi (org.). São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-153

LUXEMBURGO, Rosa. Senhoras e mulheres. Artigo publicado na Gazeta Ludowa, no 48, 16 de junho de 1904, p. 1. Tradução de Isabel Loureiro. **Fundação Rosa Luxemburgo**, 6 mar. 2020. Disponível em: <https://frl.rosalux.org.br/senhoras-e-mulheres/>. Acesso em: 21 mar. 2021.

MATOS, Marlise. Mulheres e a violência política sexista: desafios à consolidação da democracia. In: BIROLI, Flávia *et al.* (org.). **Mulheres, poder e ciência política**: debates e trajetórias. Campinas: Editora Unicamp, 2020. p. 109-142.

MICHAELIS. Presidenta. In: **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa [online]**. São Paulo: Melhoramentos, 2025. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/presidenta/>. Acesso em: 15 maio 2024.

MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia. **Caleidoscópio Convexo**: mulheres, política e mídia. São Paulo: Editoria Unesp, 2011.

MINH-HA, Trinh T. **Framer Framed**. Nova York: Routledge, 1992.

NARVAJA DE ARNOUX, Elvira. **Análisis del discurso**. 2. ed. Buenos Aires: Santiago Arcos Editor, 2006.

NOVO MANUAL DA REDAÇÃO FOLHA DE S. PAULO. São Paulo: Folha de S. Paulo, 1992.

NÖTH, Winfried; SANTAELLA, Lucia. **Imagem**: cognição, semiótica, mídia. 9. reimp. São Paulo: Iluminuras, 2015.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso** – Princípios & Procedimentos. Campinas: Pontes Editores, 2007a.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As Formas do silêncio** – No movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2007b.

ORLANDI, Eni Puccinelli. A análise de discurso é possível? **Revista Línguas e Instrumentos Linguísticos**, n. 44, p. 138-156, jul./dez. 2019.

QUESADA, Sáenz María. **Isabel Perón**. La Argentina en los años de María Estela Martínez. Buenos Aires: Planeta, 2003.

ROTHBERG, Danilo. O conceito de enquadramento e sua contribuição à crítica de mídia. In: CHRISTOFOLETTI, Rogério (org.). **Vitrine e vitraço**: Crítica de Mídia e Qualidade no Jornalismo. Covilhã: Livros LabCom, 2010. p. 53-68.

ROUSSEFF, Dilma. A misoginia e a manipulação da mídia. In: D'ÁVILA, Manuela (org.). **Sempre Foi Sobre Nós** – Relatos da violência política de gênero no Brasil. 1. ed. Porto Alegre: Instituto E Se Fosse Você, 2021. p. 48-63.

SANTOS, Adriana Silvestrini. **Presidentas Dilma Rousseff e Cristina Kirchner: enquadramentos de gênero e política nas imagens e manchetes nas capas dos jornais Folha de S. Paulo e Clarín**. Dissertação (Mestrado em Divulgação Científica e Cultural) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2022.

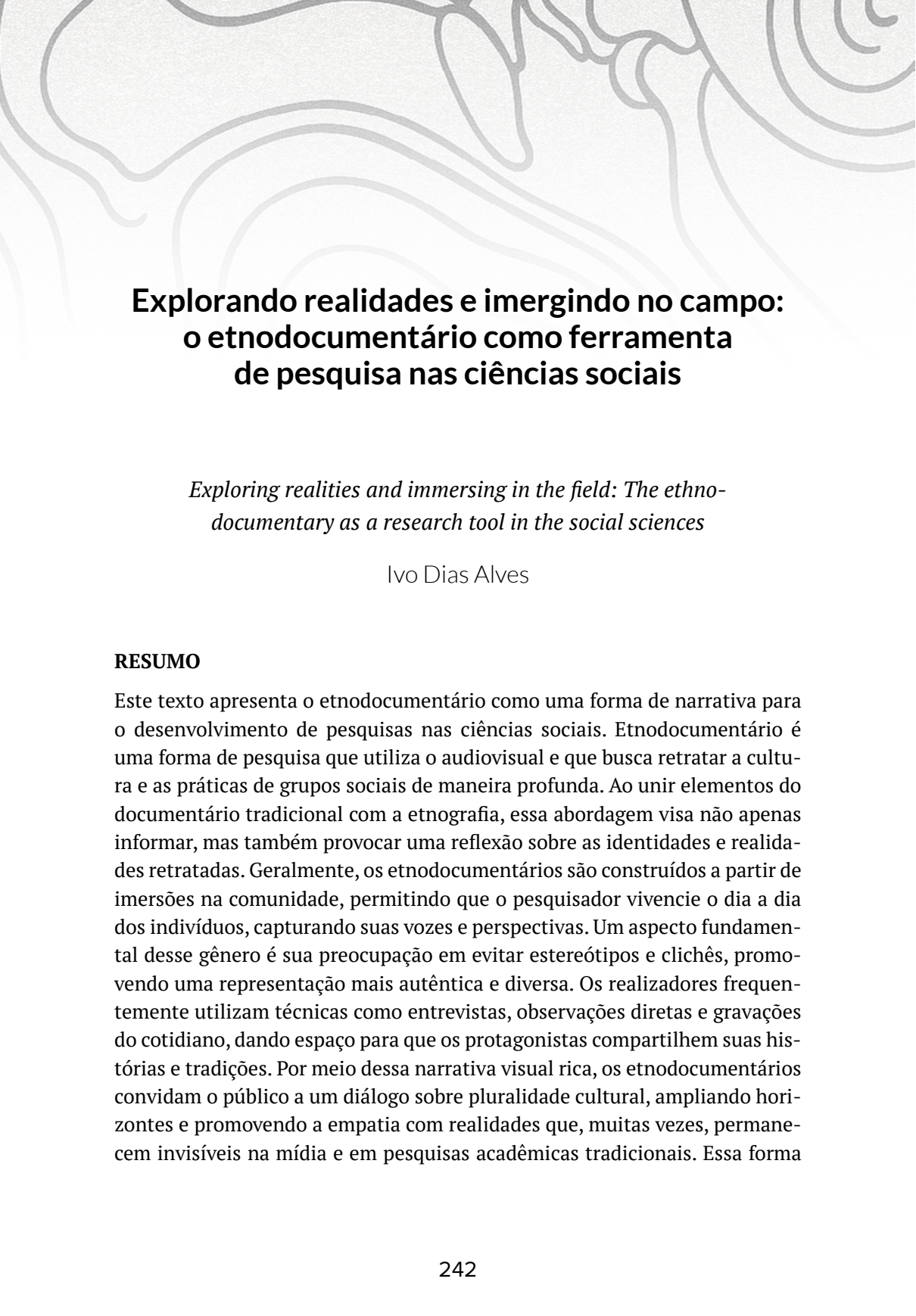
SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Votos e partidos**: Almanaque de Dados Eleitorais. Brasil e outros países. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 297-303.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. **Cadernos Pagu**, 1994. [Texto original: **Gender**: A Useful Category of Historical Analysis. New York: Columbia University Press, 1989.]

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010 [1985].

TRAQUINA, Nelson. **Porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2005. [Coleção Teorias do Jornalismo] v. I.

VAN DIJK, Teun A. **La noticia como discurso** – Comprensión, estructura y producción de la información. Buenos Aires: Paidós Comunicación, 1990.



Explorando realidades e imergindo no campo: o etnocumentário como ferramenta de pesquisa nas ciências sociais

*Exploring realities and immersing in the field: The ethno-
documentary as a research tool in the social sciences*

Ivo Dias Alves

RESUMO

Este texto apresenta o etnocumentário como uma forma de narrativa para o desenvolvimento de pesquisas nas ciências sociais. Etnocumentário é uma forma de pesquisa que utiliza o audiovisual e que busca retratar a cultura e as práticas de grupos sociais de maneira profunda. Ao unir elementos do documentário tradicional com a etnografia, essa abordagem visa não apenas informar, mas também provocar uma reflexão sobre as identidades e realidades retratadas. Geralmente, os etnocumentários são construídos a partir de imersões na comunidade, permitindo que o pesquisador vivencie o dia a dia dos indivíduos, capturando suas vozes e perspectivas. Um aspecto fundamental desse gênero é sua preocupação em evitar estereótipos e clichês, promovendo uma representação mais autêntica e diversa. Os realizadores frequentemente utilizam técnicas como entrevistas, observações diretas e gravações do cotidiano, dando espaço para que os protagonistas compartilhem suas histórias e tradições. Por meio dessa narrativa visual rica, os etnocumentários convidam o público a um diálogo sobre pluralidade cultural, ampliando horizontes e promovendo a empatia com realidades que, muitas vezes, permanecem invisíveis na mídia e em pesquisas acadêmicas tradicionais. Essa forma

de pesquisa com elementos de arte documental é, portanto, uma ferramenta poderosa para a valorização da diversidade e a promoção da justiça social.

PALAVRAS-CHAVE: Etnodocumentário; Método; Ciências sociais; Pesquisa.

ABSTRACT

This text presents the ethnodocumentary as a form of narrative for the development of research in the social sciences. Ethnodocumentary is a form of research that uses audiovisual and seeks to portray the culture and practices of social groups in a profound way. By uniting elements of traditional documentary with ethnography, this approach aims not only to inform, but also to provoke a reflection on the identities and realities portrayed. Generally, ethnodocumentaries are built from immersions in the community, allowing the researcher to experience the daily lives of individuals, capturing their voices and perspectives. A key aspect of this genre is its concern to avoid stereotypes and clichés, promoting a more authentic and diverse representation. The filmmakers often use techniques such as interviews, direct observations, and recordings of everyday life, giving space for the protagonists to share their stories and traditions. Through this rich visual narrative, ethnodocumentaries invite the audience to a dialogue about cultural plurality, broadening horizons and promoting empathy with realities that often remain invisible in the media and in traditional academic research. This form of research with elements of documentary art is, therefore, a powerful tool for valuing diversity and promoting social justice.

KEYWORDS: Ethnodocumentary; Method; Social sciences; Research.

INTRODUÇÃO

O etnodocumentário é uma forma de pesquisa que utiliza o audiovisual como meio de diálogo com práticas de grupos sociais de maneira sensível e situada. Ao articular elementos do “documentário tradicional” com a etnografia, essa abordagem visa não apenas informar, mas também provocar reflexões sobre as identidades e realidades com as quais se relaciona. Em vez de simplesmente “retratar”, o etnodocumentário propõe modos de convivência e escuta que reconhecem a complexidade das relações entre quem filma e quem é filmado.

Os etnodocumentários são construídos, portanto, a partir de imersões no campo etnográfico, permitindo que o(a) pesquisador(a) vivencie o dia a dia dos indivíduos, com a câmera, o gravador, o microfone na mão.

Um aspecto fundamental desse gênero é sua preocupação em evitar estereótipos e clichês, buscando modos de convivência e escuta que acolham a diversidade das experiências vividas. Por meio de entrevistas, observação participante e gravações do cotidiano, o etnodocumentário procura criar espaços para que os próprios protagonistas compartilhem suas histórias, saberes e modos de viver, sem reduzi-los a imagens fixas ou categorias prévias.

Por meio dessa narrativa visual rica, podemos dizer que os etnodocumentários convidam o público a um diálogo sobre pluralidade cultural, ampliando horizontes e promovendo a empatia com realidades que, muitas vezes, permanecem invisíveis na mídia e em pesquisas acadêmicas mais tradicionais. Essa forma de pesquisa com elementos de arte documental é, portanto, uma ferramenta para a valorização da diversidade e a promoção da justiça social. Assim, este texto busca refletir sobre o etnodocumentário enquanto uma ferramenta narrativa para o desenvolvimento de pesquisas nas ciências sociais.

A interação entre etnografia e audiovisual no formato de etnodocumentários vem se consolidando como uma ferramenta potente nas ciências sociais. Essa abordagem amplia as possibilidades de encontro com modos de vida, permitindo uma escuta mais atenta às dinâmicas, tensões e sentidos produzidos nas relações. Com isso, contribui para aprofundar a análise e enriquecer os estudos sociais contemporâneos, ao trazer à tona modos plurais de existir e narrar o mundo.

O QUE É ETNODOCUMENTÁRIO?

O etnodocumentário é um gênero audiovisual que combina a pesquisa etnográfica com a produção de documentário, isso possibilita

não apenas uma documentação visual das práticas sociais, mas também um espaço para a reflexão crítica sobre as narrativas que se constroem em torno de diferentes modos de vida. Essa forma de documentário busca não apenas se envolver com diferentes realidades, mas também provocar reflexões críticas sobre os sentidos construídos nas relações entre os sujeitos, as práticas e as narrativas que emergem nos processos de pesquisa.

Podemos aqui também apresentar tal método como Etnografias audiovisuais assim como refletem Davel *et al.* (2019, p. 582):

Etnografias audiovisuais referem-se ao uso de tecnologias de registro para gravar imagens em movimento com som. Essas imagens revestem-se de maior complexidade do que as imagens estáticas. A compreensão da vida social é um processo que acontece no decorrer do tempo. A melhor forma de coletar e comunicar informações não estáticas ocorre pelos registros audiovisuais.

Os etnodocumentários envolvem processos de colaboração com as comunidades, permitindo que elas tenham voz ativa e agência em todas as etapas do processo de criação. Isso contrasta com abordagens mais tradicionais de documentário, que podem ser dominadas pelo ponto de vista do cineasta ou do narrador externo. Portanto, é uma forma de documentário que se constrói a partir de encontros com diferentes formas de viver, saber e se relacionar no e com o mundo. Em vez de fixar as culturas ou as tradições a partir de um ponto de vista externo, essa abordagem valoriza os processos, os movimentos e as vozes que emergem nas interações, buscando criar diálogos entre espectadores e os múltiplos modos de existência presentes nas experiências dos grupos sociais envolvidos. Mais do que promover uma compreensão estática das identidades, ela convida à escuta e à valorização da diversidade como dinâmica e em constante transformação.

Os etnodocumentários vão além de simplesmente mostrar realidades ou culturas de forma distante. Eles se abrem para um diálogo com os grupos retratados, que passam a participar de várias etapas da criação – desde as ideias iniciais até a produção final. Com isso, os temas abordados, como rituais, modos de vida, histórias, mitos ou a relação com o meio ambiente, ganham novos significados, construídos em parceria com quem vive essas experiências. Esse tipo de documentário ajuda a evitar estereótipos comuns em produções mais tradicionais e valoriza formas diversas de ver e contar o mundo.

A IMPORTÂNCIA DA ETNOGRAFIA AUDIOVISUAL

A etnografia audiovisual, campo que abrange o etnodocumentário, permite explorar dimensões da realidade frequentemente invisíveis em abordagens tradicionais. Nessa perspectiva, as imagens não são meras representações da realidade, mas tornam-se parte integrante do processo de compreensão. Pesquisas brasileiras, como as de Liendria Malcher Silva (2023), que analisa o documentário *Memórias de Velho* de Carlos Bandeira Júnior, evidenciam como as narrativas audiovisuais podem ser construídas em colaboração com as comunidades, dando voz e agência aos sujeitos representados. Além disso, estudos como o de Gabriel Omar Alvarez (2024), que discute a etnografia audiovisual em contextos xamânicos, ressaltam a importância de práticas reflexivas e colaborativas na construção do conhecimento antropológico. Essas abordagens desafiam a ideia de uma representação objetiva e propõem uma construção conjunta de sentidos, valorizando as perspectivas dos próprios participantes.

Assim, o uso de ferramentas visuais pode ampliar as formas de atenção na análise etnográfica, permitindo acessar certas dimensões sensíveis das experiências e relações sociais que nem sempre se deixam apreender por meio de abordagens exclusivamente textuais.

A etnografia visual é uma abordagem que articula a pesquisa etnográfica com o uso de técnicas visuais – como fotografia, vídeo, desenho, *podcast* e outras mídias – para se envolver com práticas sociais, modos de vida e experiências a partir de outras sensibilidades e formas de expressão. Em vez de representar culturas ou comportamentos, ela propõe experimentações que ampliam as possibilidades de escuta, presença e cocriação no trabalho de campo. Freire (2003) menciona o exemplo do *Balinese Character*, etnocumentário clássico produzido pelos antropólogos Gregory Bateson e Margareth Mead, que conta como os aspectos visuais do comportamento balinês refletem suas crenças e estruturas sociais. Freire (2003) faz uma intersecção entre teoria e prática ao abordar a descrição visual. Um texto dissertativo pode se aprofundar na importância dessa relação para a pesquisa antropológica contemporânea, sugerindo que os antropólogos devem ir além das palavras e utilizar a visualidade como uma ferramenta para melhor compreender e comunicar as complexidades dos modos de vida.

Por meio de imagens, os pesquisadores podem acessar e apresentar as experiências subjetivas dos indivíduos, e isso ajuda a ouvir as vozes das comunidades e a compreender como os participantes de uma pesquisa percebem e interpretam suas realidades.

A etnografia visual também pode provocar uma reflexão crítica sobre as representações culturais, já que as imagens, por serem interpretativas, podem desafiar estereótipos e preconceitos, promovendo um diálogo mais profundo sobre identidade e diversidade cultural.

Em *A invenção da cultura*, Roy Wagner (1975) propõe uma reflexão sobre como o próprio conceito de cultura é uma construção, uma invenção do antropólogo em seu encontro com o outro. Essa perspectiva ajuda a pensar também a etnografia visual como mais do que um simples registro: trata-se de um processo interpretativo, em que imagens e sons participam da construção do conhecimento antropológico. A etnografia visual, como destacam estudiosos como Sylvia Caiuby Novaes

(2001), é uma ferramenta potente para documentar e compreender práticas sociais, rituais e formas simbólicas de interação, especialmente quando é usada de maneira crítica e colaborativa. Para ela, o audiovisual amplia o campo sensível da antropologia, permitindo um contato mais direto com os modos de ver e narrar das próprias comunidades envolvidas.

Além disso, a etnografia visual também pode envolver a participação dos próprios sujeitos da pesquisa, permitindo que eles contribuam para a narrativa visual sobre suas vidas e culturas. Isso não só enriquece a pesquisa, mas também proporciona uma plataforma para a voz da comunidade ser ouvida e representada de maneira mais autêntica.

As criações audiovisuais ainda podem criar arquivos visuais que podem ser utilizados por futuras gerações de pesquisadores e membros da comunidade. Além disso, as abordagens visuais ainda têm um potencial significativo para engajar audiências mais amplas, incluindo aquelas que podem não ter acesso fácil a textos acadêmicos. A etnografia visual pode tornar o conhecimento mais acessível, atingindo públicos variados e estimulando o interesse pelas questões sociais expressas no material produzido.

A etnografia visual é frequentemente utilizada em diversas disciplinas, como Antropologia, Sociologia, Comunicação, Estudos Culturais e Artes Visuais. Essa interdisciplinaridade enriquece a pesquisa, permitindo que diferentes métodos e perspectivas sejam combinados. É por meio da atenção ao que se dá a ver no cotidiano – gestos, corpos, ritmos, espaços – que pesquisadores(as) podem se aproximar das práticas e experiências, cultivando formas de escuta e presença que favorecem o encontro com os sentidos múltiplos das interações, rituais e modos de fazer.

Portanto, a etnografia visual não é apenas uma ferramenta de pesquisa, mas um meio de diálogo, interação e criação com as realidades vivenciadas no trabalho de campo. É por meio da possibili-

dade de criação estética de narrativas que realidades são expressas e podem se tornar ferramentas políticas de engajamento de temáticas marginalizadas.

DIFERENÇAS ENTRE VÍDEO ETNOGRÁFICO E ETNODOCUMENTÁRIO: UM ESTUDO CRÍTICO

Nos últimos anos, os usos de vídeos, fotografias, desenhos e *podcasts* na pesquisa e na representação cultural têm se tornado cada vez mais comum, especialmente em campos como a antropologia. Nesse contexto, é importante diferenciar dois conceitos que, embora relacionados, possuem características distintas: o vídeo etnográfico e o etnocumentário. Ambos buscam registrar e interpretar uma dada realidade, como aponta Roy Wagner (1975), e as práticas sociais de comunidades. Mas o foco, a metodologia e o resultado pretendido podem variar significativamente.

O vídeo etnográfico é frequentemente visto como uma ampliação dos métodos etnográficos convencionais, que tradicionalmente se fundamentavam na observação participante e na compreensão das experiências vividas. A intenção não é apenas registrar, mas criar um processo etnográfico por meio das imagens, no qual os participantes desempenham um papel ativo na construção. Ele se configura como uma ferramenta que vai além do simples registro de comportamentos, práticas sociais e rituais, envolvendo os indivíduos na própria criação da narrativa etnográfica, contextualizando e dando voz às experiências vividas de maneira dinâmica e colaborativa.

Por outro lado, o etnocumentário é frequentemente caracterizado por um enfoque mais artístico ou criativo em comparação ao vídeo etnográfico. Um exemplo claro disso pode ser encontrado nos trabalhos de autores e pesquisadores brasileiros como Eduardo Coutinho e João Moreira Salles, que utilizam técnicas cinematográficas não apenas para registrar a realidade, mas para dramatizá-la e interpretá-la,

incorporando narrativas e estéticas criativas. O etnocumentário, nesse sentido, se afasta da mera observação direta da realidade. Em vez de se limitar a um registro fiel, como no vídeo etnográfico, seu objetivo é evocar emoções, reflexões e até mesmo uma certa poeticidade no público, utilizando recursos cinematográficos como a construção de personagens e a manipulação de tempo e espaço.

O etnocumentário, portanto, pode incluir elementos ficcionais e interpretativos, buscando uma representação mais subjetiva e reflexiva da cultura ou do grupo social retratado. Essa abordagem é evidente em filmes como *Cabra Marcado para Morrer* (1984), de Eduardo Coutinho, que mistura entrevistas reais com uma narrativa dramatizada sobre a vida de camponeses, ou em *Santiago* (2007), de João Moreira Salles, que, embora seja baseado em fatos reais, utiliza um forte caráter interpretativo para reconstruir a história do personagem principal. Assim, o etnocumentário não se limita a apresentar um retrato da realidade, mas a envolvê-la em uma teia de significados e interpretações que transcendem o factual, criando uma experiência mais poética e emocional para o espectador.

Portanto, um etnocumentário pode mesclar a realidade com a ficção e a interpretação, buscando não apenas documentar a realidade de um grupo social, mas também proporcionar uma experiência mais rica e complexa para os espectadores. Essa abordagem permite que o público não apenas aprenda sobre a cultura em questão, mas também sinta e reflita sobre as emoções, histórias e significados subjacentes.

O etnocumentário frequentemente envolve uma narrativa mais subjetiva e reflexiva, onde o autor pode intervir diretamente, criando uma ligação com a própria história apresentada. Essa liberdade narrativa, embora possa enriquecer a obra, também levanta questões sobre a veracidade e a ética do que é apresentado.

Além disso, a questão da audiência também se torna relevante nesta discussão. O vídeo etnográfico é, muitas vezes, destinado a um

público acadêmico ou a outros etnógrafos e pesquisadores, que buscam informações e dados sobre uma cultura específica. Já o etnodocumentário, ao ter uma abordagem mais artística, pode ser projetado para alcançar um público mais amplo, incluindo aqueles que não têm conhecimento prévio sobre a cultura representada. Isso pode resultar em uma maior popularização de temas e questões culturais, mas também pode levar a simplificações ou estereótipos.

As abordagens metodológicas também diferem entre os dois formatos. O vídeo etnográfico muitas vezes se baseia em um processo sistemático de coleta de dados, que é seguido por uma análise rigorosa (Ellis, 2004). Em contraste, o etnodocumentário pode seguir uma abordagem mais livre, onde a pesquisa é mesclada com a criatividade e a poeticidade da narrativa. Essa diferença metodológica reflete as diferentes finalidades de cada formato: enquanto o vídeo etnográfico visa à precisão e à autenticidade, o etnodocumentário busca a expressão artística e a ressonância emocional.

A delimitação entre vídeo etnográfico e etnodocumentário também pode ser observada no tratamento do sujeito. O vídeo etnográfico, geralmente, trata os sujeitos de forma a destacar suas ações e práticas dentro de um contexto cultural específico. O etnodocumentário, por sua vez, pode explorar a subjetividade dos indivíduos, oferecendo um espaço para que suas vozes, sentimentos e experiências se manifestem de maneira mais íntima.

Assim podemos definir que entre o vídeo etnográfico e o etnodocumentário há mais semelhanças do que diferenças. Ambos têm o objetivo de representar culturas de forma audiovisual, focando na experiência das pessoas retratadas. Enquanto o vídeo etnográfico é mais objetivo e voltado para a pesquisa, o etnodocumentário é mais artístico e subjetivo. Porém, os dois buscam entender e mostrar as complexidades da vida humana e das interações sociais. Assim, em vez de se

oporem, esses dois tipos de vídeo se complementam na forma como representam a cultura.

EXPLORANDO A REALIDADE: O ETNODOCUMENTÁRIO NO CAMPO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Os etnodocumentários têm sido utilizados em diversas áreas das ciências sociais, como antropologia, sociologia e comunicação. Eles servem tanto como um método de coleta de dados quanto como um meio de disseminação de pesquisa. Além disso, essa forma de pesquisa possibilita explorar a realidade e o envolvimento do público.

Ao contrário de pesquisas que permanecem restritas ao meio acadêmico, o etnodocumentário pode atingir um público mais amplo, fomentando diálogos e reflexões sobre temas sociais relevantes. Isso se mostra particularmente importante em pesquisas que envolvem comunidades marginalizadas ou sub-representadas.

Os etnodocumentários têm emergido como uma forma criativa de pesquisa dentro das ciências sociais. Essa produção audiovisual combina métodos etnográficos com narrativas documentais, permitindo uma exploração profunda da cultura, costumes e vivências de grupos sociais.

A etnografia tradicional, com seu foco em descrição e interpretação das práticas sociais, ganha novos contornos com o uso de recursos audiovisuais. Segundo Rouch (1993), o etnodocumentário é não apenas um registro da realidade, mas uma abordagem que busca compreendê-la e questioná-la. O diretor francês Jean Rouch é um dos pioneiros nesse formato, utilizando a filmagem como uma extensão da pesquisa de campo, onde a câmera se torna um participante ativo nas interações sociais.

A pesquisa etnográfica, quando traduzida em um formato audiovisual, também enfrenta desafios significativos, tal qual o dilema da re-

apresentação,¹ que precisa ser considerado cuidadosamente. Portanto, o olhar etnográfico deve estar sempre atento às implicações éticas e políticas da representação audiovisual, reconhecendo que a câmera é, em última análise, um mediador que pode influenciar as dinâmicas sociais que busca retratar.

Os etnodocumentários, além de serem ferramentas didáticas valiosas, também se configuram como um importante meio de promoção de diálogos interculturais. No contexto das ciências sociais, essa prática pode ajudar a desnaturalizar estereótipos e preconceitos, ao mostrar a complexidade da vida social de diferentes grupos.

Em um mundo cada vez mais globalizado, os etnodocumentários também servem como um registro valioso da diversidade cultural que corre o risco de ser apagada. A preservação das tradições e maneiras de viver é uma preocupação crescente nas ciências sociais contemporâneas. Isso se alinha à ideia de que a política cultural deve ser praticada não apenas em documentos escritos, mas também em expressões audiovisuais que possam influenciar o sentimento público e a política cultural.

Ao apresentar as histórias de vida e os desafios enfrentados por essas comunidades, os etnodocumentários promovem uma maior empatia e conscientização, motivando assim a transformação social.

Em suma, os etnodocumentários representam uma interface dinâmica entre a prática etnográfica e as narrativas audiovisuais, oferecendo um espaço único para a exploração e expressão das realidades sociais. Eles não apenas ampliam o alcance das pesquisas em ciências sociais, mas também desafiam os pesquisadores a serem mais conscientes de suas posições e responsabilidades éticas em relação às co-

1 A noção de representação em um etnodocumentário está relacionada à forma como as culturas, tradições e experiências de grupos sociais são retratadas e interpretadas. Nesse contexto, a representação vai além da mera documentação de práticas culturais; ela envolve questões de autoria, perspectiva e o impacto que essas representações têm sobre os grupos retratados.

munidades que estudam. A prática de documentar a vida dos outros deve ser feita com sensibilidade, respeito e um compromisso genuíno com a justiça social, transformando o olhar crítico acadêmico em uma ferramenta de mudança social.

IMERGINDO NO CAMPO: PASSO A PASSO DE COMO FAZER UMA PESQUISA ETNODOCUMENTAL

Não foi possível verificar um manual que estabeleça diretrizes sobre como utilizar o etnocumentário ou o documentário etnográfico como método de pesquisa. No entanto, a leitura de autores que refletem sobre essas práticas pode oferecer algumas orientações valiosas para a pesquisa etnocumental.

Por exemplo, no artigo *Dizer-mostrando na experiência de realização de um documentário etnográfico*, Santos (2019) compartilha experiências vividas na produção de documentários, enfatizando a importância da experiência incorporada e da narrativa visual na pesquisa etnográfica. Esse trabalho destaca como a vivência do pesquisador pode enriquecer a narrativa e, consequentemente, a compreensão dos fenômenos sociais.

Araújo (2020), em *O documentário autoetnográfico do projeto Vídeo nas Aldeias*, analisa as produções desse projeto, propondo a categoria de documentário autoetnográfico. Sua discussão abrange os aspectos éticos, estéticos e políticos envolvidos nessa forma de produção audiovisual, oferecendo uma perspectiva crítica sobre a representação de culturas e a voz dos sujeitos retratados.

No artigo *A imagem na pesquisa em psicologia social: um possível encontro da etnografia com o documentário cinematográfico*, Bueno e Zanella (2017) exploram a convergência entre etnografia e documentário cinematográfico. Esse trabalho discute não só as questões éticas e políticas que permeiam essas abordagens, mas também a estética que se coloca ao serviço da pesquisa. Por fim, Borges (2008), em seu

trabalho de conclusão de curso *Documentário etnográfico: reflexões sobre o registro do outro*, aborda reflexões críticas sobre a representação do outro no contexto do documentário etnográfico. Ele questiona a subjetividade e a construção do conhecimento através do filme etnográfico, trazendo à tona debates importantes sobre a responsabilidade do pesquisador na configuração das narrativas audiovisuais.

Assim como apresentado nesses trabalhos, realizar uma pesquisa utilizando o etnodocumentário envolve várias etapas que combinam pesquisa etnográfica e produção audiovisual. O primeiro passo é a definição do tema e dos objetivos, que considera os seguintes elementos:

- Escolha do tema: definindo claramente o assunto que se deseja explorar. Pode ser uma cultura, uma prática social, um grupo específico etc.;
- Objetivos da pesquisa: determinando o que se deseja alcançar com a pesquisa. Isso pode incluir a documentação de uma cultura, a análise de práticas sociais ou a sensibilização sobre um problema específico;
- Levantamento de referências: estudando a literatura existente sobre o tema escolhido. Isso ajuda a fundamentar a pesquisa e a identificar lacunas que o etnodocumentário pode abordar;
- Compreensão teórica: familiarizando-se com conceitos importantes para a etnografia, sociologia e antropologia, que podem ser relevantes para a pesquisa.

Deve-se considerar, ainda, o planejamento da pesquisa, pensando nos seguintes elementos:

- Métodos de coleta de dados, para se decidir quais métodos serão utilizados, como entrevistas, observações, grupos focais etc.;

- Cronograma, que deve ser detalhado com prazos para cada fase da pesquisa.

Outro aspecto importante são questões relacionadas a permissões e ética:

- O consentimento informado é fundamental. Antes de se iniciar a coleta de dados, é preciso obter o consentimento dos participantes, explicando o propósito da pesquisa e como os dados serão usados, é uma etapa sem a qual não se pode prosseguir;
- Considerações éticas devem ser levadas em conta, como privacidade e representação justa do grupo retratado.

A coleta de dados também é uma etapa importante, que considera os seguintes elementos:

- Realização de entrevistas com membros da comunidade ou do grupo estudado, usando perguntas abertas para obter narrativas detalhadas;
- Observações participativas a respeito do cotidiano do grupo, registrando comportamentos, práticas e interações;
- Registro audiovisual, utilizando câmeras, gravadores ou dispositivos móveis para capturar imagens e sons durante a pesquisa.

A análise de dados deve considerar estas etapas:

- Transcrição das entrevistas e organização das anotações de campo;
- Análise qualitativa, identificando temas, padrões e significados nas informações coletadas. A utilização de softwares de análise qualitativa pode facilitar esse processo;

Com o material, tem-se a produção do documentário, que considera as seguintes etapas:

- Roteirização: sintetizando no roteiro as narrativas e os temas principais encontrados na pesquisa;
- Edição: organizando e editando o material audiovisual coletado de forma coesa e clara por meio de técnicas de edição que ajudem a contar a história;
- Animações ou gráficos podem ser incluídos, se necessário, para ilustrar pontos complexos;
- Apresentação e disseminação do documentário produzido;
- Exibição do documentário, organizando uma ou mais sessões de exibição, que podem ocorrer em escolas, universidades ou festivais de cinema;
- Coleta do feedback da audiência e dos participantes sobre a representação feita no documentário;
- Publicação e compartilhamento do documentário em plataformas online ou festivais para alcançar uma audiência maior.

Por fim, como etapa final, tem-se a reflexão crítica, considerando principalmente os seguintes aspectos:

- Avaliação da pesquisa, de modo a refletir sobre as dificuldades e aprendizados do processo. Pode-se considerar como a própria perspectiva pode ter influenciado a pesquisa;
- Documentação das experiências e reflexões, registrando-as para futuras pesquisas, de modo a contribuir para a metodologia do etnocumentário.

DESAFIOS E CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

Assim como qualquer pesquisa é necessário seguir critérios éticos e apesar das vantagens, o uso do etnocumentário como ferramen-

ta de pesquisa não é isento de desafios. Questões éticas relacionadas à captação das imagens e ao consentimento informado dos participantes são fundamentais. A ética no etnodocumentário é um tema primordial, uma vez que esse gênero se diferencia de outras formas de documentário pela sua ênfase na etnografia e na metodologia de pesquisa em campo, envolvendo o observador não apenas como narrador, mas como um participante ou colaborador na construção da narrativa.

Aqui apresento sete pontos éticos que devem ser considerados importantes e que permeiam o etnodocumentário:

1. Consentimento informado: é essencial que os sujeitos representados no etnodocumentário compreendam o que está sendo feito, como suas imagens e histórias serão utilizadas, e que possam dar seu consentimento de forma livre e informada. Isso inclui discutir as consequências da representação que será realizada;
2. Captação justa e respeitosa: o pesquisador/etnodocumentarista deve se esforçar para capturar as imagens relacionando as práticas observadas de maneira justa, evitando estereótipos e generalizações. A representação deve ser realizada com um profundo respeito pela diversidade cultural e pelas experiências dos indivíduos;
3. Colaboração: um aspecto ético importante é a colaboração com as comunidades filmadas. Isso pode significar cocriação de conteúdos, onde as vozes dos membros da comunidade são ativamente envolvidas no processo de contar suas próprias histórias;
4. Direitos autorais e propriedade intelectual: os realizadores devem respeitar os direitos autorais e a propriedade intelectual das tradições culturais dos grupos representados. Isso inclui reconhecer que muitas expressões culturais possuem

significados profundos e contextos históricos que devem ser respeitados;

5. Impacto social e político: ao documentar comunidades, é crucial considerar o impacto que o filme pode ter sobre elas. A representação pode influenciar percepções sociais, políticas e econômicas, e os cineastas têm a responsabilidade de ser conscientes desse potencial;
6. Sensibilidade cultural: os realizadores devem estar cientes das normas e valores culturais das comunidades ou grupo social que estão retratando e agir de maneira sensível a essas questões. O que pode parecer apropriado em uma cultura pode não ser em outra;
7. Narrativas multiplicadas: É importante reconhecer que não existe uma única narrativa que represente uma cultura. O etnocumentário deve considerar e incluir múltiplas perspectivas dentro da própria comunidade, permitindo um espectro mais amplo de expressões e experiências. Essas questões demandam uma reflexão constante durante todo o processo de produção do etnocumentário.

Os etnocumentários representam uma intersecção rica entre o audiovisual e a pesquisa social, oferecendo uma nova perspectiva sobre a coleta e a análise de dados nas ciências sociais. Como ferramenta, eles podem desafiar narrativas tradicionais, dar voz a grupos diversos e fomentar uma maior conexão entre a pesquisa acadêmica e o público.

Assim, essa abordagem não só contribui para a documentação da diversidade cultural, mas também para uma compreensão mais crítica das realidades sociais contemporâneas.

MODOS DE FAZER E CONTAR NO LABIRINTO: UTILIZANDO O ETNODOCUMENTÁRIO COMO MÉTODO NAS PRÁTICAS DE UMA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL EM CUIDADOS PALIATIVOS COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM CÂNCER

A pesquisa etn documental desenvolvida no Labirinto – Laboratório de Estudos Socioantropológicos sobre Tecnologias da Vida será realizada com profissionais de uma equipe de cuidados paliativos que atuam com crianças e adolescentes com câncer.

Essa abordagem combina os métodos da etnografia, voltados para a compreensão das práticas e relações sociais, com os recursos do documentário audiovisual, permitindo um registro sensível e reflexivo da realidade vivida por esses profissionais em seu cotidiano de trabalho. O objetivo é compreender, por meio da convivência direta e do registro audiovisual, como esses profissionais lidam com as dimensões emocionais, éticas, técnicas e humanas do cuidado paliativo em contextos pediátricos oncológicos.

Inicialmente, será feito um levantamento bibliográfico sobre cuidados paliativos em pediatria, humanização na saúde, sofrimento e morte, além de estudos que abordam a linguagem documental como ferramenta de pesquisa e comunicação. Esse embasamento teórico fornecerá suporte para a construção do roteiro de campo e para a análise posterior do material coletado.

A etapa seguinte será a inserção do pesquisador no cotidiano da equipe multiprofissional – formada por médicos, enfermeiros, psicólogos, assistentes sociais, entre outros – por meio da observação participante, acompanhando atividades clínicas, reuniões e interações com pacientes e famílias, sempre com o devido cuidado ético, garantindo o consentimento informado e respeitando a privacidade e a sensibilidade do ambiente.

Durante o trabalho de campo, serão realizados registros audiovisuais como entrevistas com os profissionais. Esses materiais servirão

não apenas como ilustração, mas como parte fundamental da produção de conhecimento, permitindo uma abordagem mais rica da realidade estudada. Após a coleta, o material será transcrito, organizado e analisado através do referencial teórico adotado, buscando compreender os sentidos atribuídos ao cuidado, à vida e à morte por esses profissionais, para o desenvolvimento da tese.

A montagem do documentário será uma etapa essencial do processo, em que as imagens, falas e sons serão articulados de forma ética e estética, respeitando a complexidade e a dignidade dos sujeitos envolvidos.

O documentário buscará provocar reflexão e ampliar o debate sobre o cuidado paliativo pediátrico, valorizando o olhar dos profissionais que vivenciam essa prática tão delicada e essencial.

Por fim, a proposta inclui a devolutiva do material finalizado à equipe participante, como forma de reconhecimento, troca de saberes e valorização do conhecimento produzido no cotidiano do cuidado, além de uma divulgação em mostras, congressos entre outros meios de divulgação científica ou não. Assim, a pesquisa etnocumentário se apresenta como uma metodologia potente para investigar, representar e refletir sobre os sentidos do cuidado em contextos marcados pela vulnerabilidade e pela intensidade das relações humanas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O etnocumentário, enquanto ferramenta visual para a pesquisa em ciências sociais, emerge como um meio inovador e eficaz para capturar e representar realidades culturais diversas. Uma das principais contribuições dessa abordagem é a sua capacidade de imersão na vida cotidiana das comunidades, permitindo que os pesquisadores não apenas observem, mas também experimentem e compartilhem as narrativas que emergem a partir dessas vivências. Ao integrar a pesquisa etnográfica com a linguagem do documentário, os etnocumentários

promovem uma representação mais rica e multifacetada das culturas, ressaltando a importância das vozes dos sujeitos sociais.

Assim como todo trabalho etnográfico, o etnocumentário envolve uma série de desafios éticos e metodológicos. A construção de relatos audiovisuais deve ser feita com sensibilidade, respeitando a dignidade e a agência das comunidades representadas. A realização de um etnocumentário deve ser abordada como um processo colaborativo, onde o pesquisador atua mais como um facilitador do que como um mero observador. Essa colaboração cria um espaço para a coprodução de conhecimento, em que as vozes dos participantes não apenas se ouvem, mas se entrelaçam em narrativas que cruzam as fronteiras do etnógrafo e do sujeito.

Além disso, a utilização do etnocumentário nas ciências sociais também propicia uma reflexão crítica sobre as práticas de representação. O ato de filmar, editar e exibir um documentário traz à tona questões sobre autoria, poder e a construção da verdade. Sendo que essa discussão sobre regime de verdade e autoria é um tema bastante relevante na antropologia e tem sido abordado por vários autores ao longo do tempo.

A seguir estão alguns dos principais pensadores que contribuem para esse debate: Geertz (1989), em *Interpretação das culturas*, com seu enfoque em “teoria do significado” e na interpretação dos símbolos culturais, também toca na questão da autoria e da representação. Suas ideias sobre como a cultura é uma teia de significados trazem à discussão a questão de quem tem a voz na construção de discursos. James Clifford e George E. Marcus (1986) no livro *Writing Culture*, fundamental para entender a crítica à etnografia tradicional e a reflexão sobre a autoria na escrita antropológica. Eles argumentam que o autor do texto etnográfico deve ser considerado como parte do discurso e da representação.

Tim Ingold, em seus trabalhos, explora como o conhecimento e a prática estão interligados e como a autoria pode ser vista de maneira mais coletiva, contrabalançando a noção de indivíduo solo na etnografia. Em *Antropologia: para que serve?* (Ingold, 2019) ele aborda como a imaginação e a narrativa são centrais para a pesquisa antropológica, refletindo sobre a posição do etnógrafo e as múltiplas vozes na construção do conhecimento. Em *Linhas: Uma breve história*, Ingold (2022) explora a relação entre seres humanos e ambientes naturais, enfatizando a importância das práticas cotidianas e da experiência direta na pesquisa antropológica. É nesse sentido que a ética no trabalho de campo deve ser constantemente reavaliada, promovendo um diálogo aberto com os participantes sobre os objetivos e as implicações da pesquisa.

Outro aspecto relevante é o potencial do etnocumentário para transgredir as barreiras acadêmicas tradicionais, ao alcançar um público mais amplo e diversificado. Por meio da distribuição de filmes documentais em plataformas digitais, o conhecimento gerado a partir das experiências locais pode ser compartilhado com um público global, ampliando o impacto social da pesquisa. A acessibilidade proporcionada pelas novas tecnologias permite que as comunidades tenham voz ativa na disseminação de suas próprias histórias, promovendo um empoderamento que vai além do campo acadêmico.

Em suma, o uso do etnocumentário nas pesquisas em ciências sociais contribui para uma representação mais justa e complexa das realidades culturais. Ao se preocupar com a ética, a autoria e a disseminação do conhecimento, essa abordagem abre novas possibilidades para a pesquisa e o engajamento social. É fundamental que os pesquisadores continuem a explorar as potencialidades do etnocumentário, sempre respeitando as singularidades das culturas e as nuances das narrativas que emergem delas.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Gabriel Omar. Etnografia audiovisual: ouvir o que não se diz e enxergar o que não se vê. **Antropologia Sem Fronteiras**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia e do Departamento de Antropologia e Etnologia da UFBA, v. 1, p. e112405, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rasf/article/view/64067>. Acesso em: 3 mai. 2025.

ARAÚJO, Juliano José de. O documentário autoetnográfico do projeto Vídeo nas Aldeias. **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v. 15, n. 3, p. 6-25, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/30080>. Acesso em: 19 abr. 2025.

AZEVEDO, L.; QUINTANA, J. **Etnodescobrindo o mundo**: etnodocumentário e suas implicações na pesquisa social. São Paulo: Editora Escrituras, 2016.

BORGES, Rafael de Almeida Tavares. **Documentário etnográfico**: reflexões sobre o registro do outro. 2008. 66 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social – Jornalismo) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/items/e78f028b-94a2-4fb3-978e-08fe4eacdc17>. Acesso em: 19 abr. 2025.

BUENO, Gabriel; ZANELLA, Andréa Vieira. A imagem na pesquisa em psicologia social: um possível encontro da etnografia com o documentário cinematográfico. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, v. 8, n. 1, p. 1-12, 2017. Disponível em: <https://www.periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/13954>. Acesso em: 19 abr. 2025.

CLIFFORD, James; MARCUS, George E. **Writing culture**: the poetics and politics of ethnography. Berkeley: University of California Press, 1986.

DAVEL, Eduardo Paes Barreto; FANTINEL, Letícia Dias; OLIVEIRA, Josiane Silva de. Etnografia audiovisual: potenciais e desafios na pesquisa organizacional. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 26, n. 90, p. 579–606, jul./set. 2019. DOI: 10.1590/1984-9260909. Disponível em: www.revistaoes.ufba.br.

ELLIS, Carolyn. **The Ethnographic I**: A methodological novel about autoethnography. Lanham: Altamira Press, 2004.

FERRAZ, Ana Lúcia; CUNHA, Edgar Teodoro; HIKIJI, Rose Satiko Gitirana. O vídeo e o encontro etnográfico. **Cadernos de Campo**, v. 15, p. 287-298, 2006.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/8Qs4RRzTYC8Fsd8kg4SHvhN/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 30 out. 2024.

FREIRE, Március. A descrição visual em antropologia. O exemplo de Balinese Character. **Devires** – Cinema e Humanidades, v. 1, n. 1, 2003. Disponível em: <https://www.devires.org/produto/revista-devires-v-1-n-1/> Acesso em: 26 jan. 2025.

GEERTZ, Clifford. **Interpretação das culturas**. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

KOHATSU, Lineu Norio. O uso do vídeo na pesquisa de tipo etnográfico: uma discussão sobre o método. **Psicologia da Educação**, São Paulo, n. 25, p. 55-74, dez. 2007. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752007000200004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 nov. 2024.

INGOLD, Tim. **Antropologia: para que serve?** 1. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2019.

INGOLD, Tim. **Linhas: uma breve história**. 1. ed. São Paulo: Editora Vozes, 2022.

NOVAES, Sylvia Caiuby. Etnografia visual: reflexões sobre uma experiência de pesquisa entre os Kamaiurá. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 16, n. 47, p. 5-24, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092001000200001>. Acesso em: 26 jan. 2025.

PEIXOTO, José Adelson Lopes; DE MENDONÇA, Vinícius Alves. A promessa de Clênio Karuazu: história e imagens da religião indígena no sertão de Alagoas. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 308, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EspacoAmerindio/article/view/102840>. Acesso em: 15 nov. 2024.

ROUCH, Jean. **Cine-Ethnography**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1993.

SANTOS, Jenniffer Simpson dos. Dizer-mostrando na experiência de realização de um documentário etnográfico. **Ñanduty** – Revista de Estudos Latino-Americanos, Dourados, v. 7, n. 11, p. 89-103, 2019. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/nanduty/article/view/11840>. Acesso em: 19 abr. 2025.

SILVA, Liendria Marla Malcher. Cinema de beiras: narrativas audiovisuais, memória e agência no baixo rio Tapajós. **GIS – Gesto, Imagem e Som**, Revista de Antropologia, v. 8, p. 1-27, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2525-3123.gis.2023.203168>. Acesso em: 19 abr. 2025.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. Tradução de João da Silva. São Paulo: Ubu, 1975.

Etnodocumentários:

AMAZÔNIA, o despertar da florestania. Direção: Christiane Torloni. Rio de Janeiro: Cinética Filmes, 2019. (92 min.) Documentário.

A ÚLTIMA floresta. Direção: Luiz Bolognesi. Roteiro: Davi Kopenawa. [S.l.]: Gullane, 2021. (74 min.) Documentário.

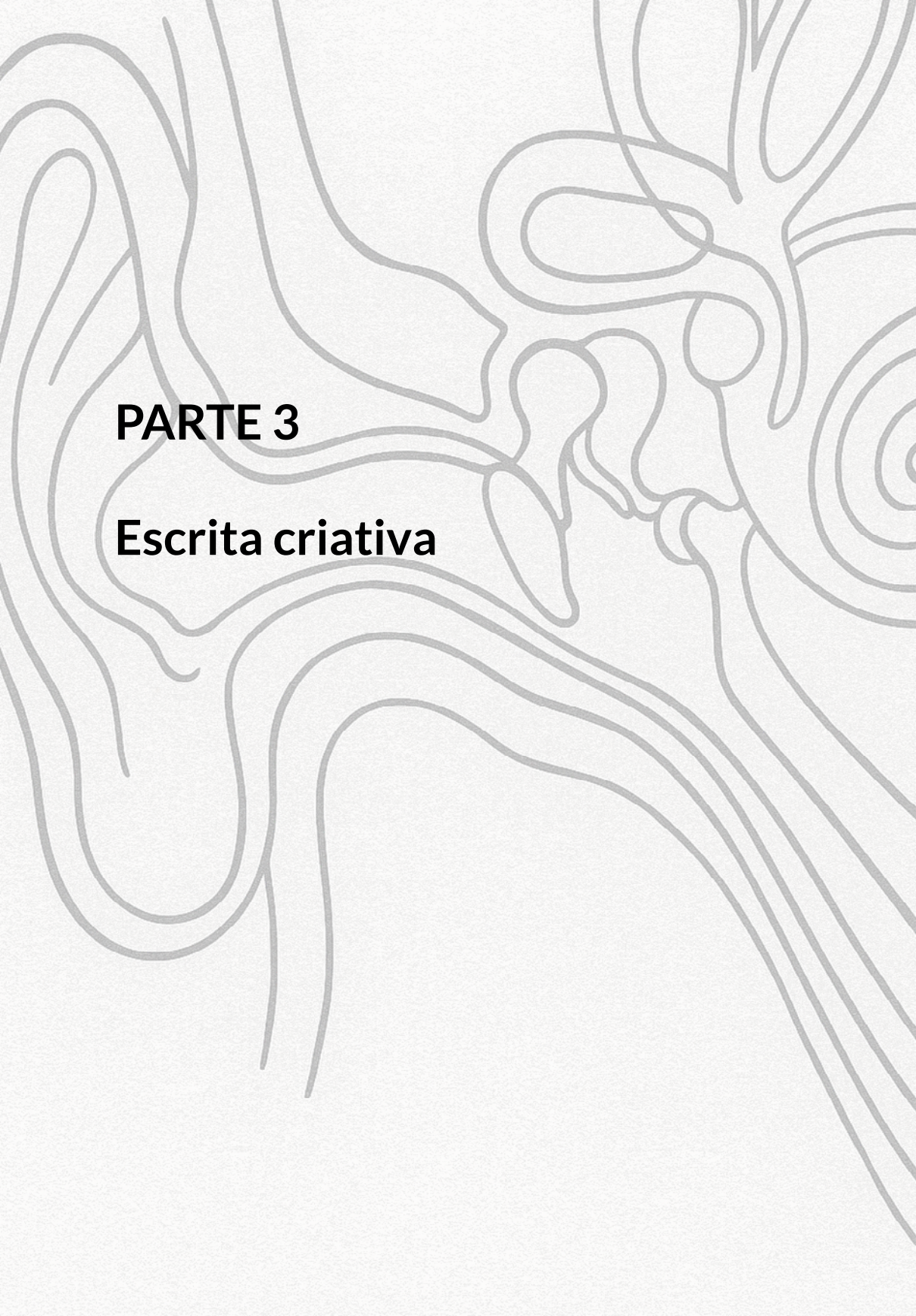
CABRA marcado para morrer. Direção: Eduardo Coutinho. Rio de Janeiro: VideoFilmes, 1984. 1 DVD (119 min.), son., color.

GAÍN Pañan e a origem da pupunheira. Direção: Marcos Magalhães carvalho. Rio de Janeiro: Laboratório de Animação da UFRJ, 1995. (7 min). Curta-metragem, animação.

MÁSCARAS. Direção: Noémia Delgado. Lisboa: Radiotelevisão Portuguesa, 1976. (36 min.) Documentário etnográfico.

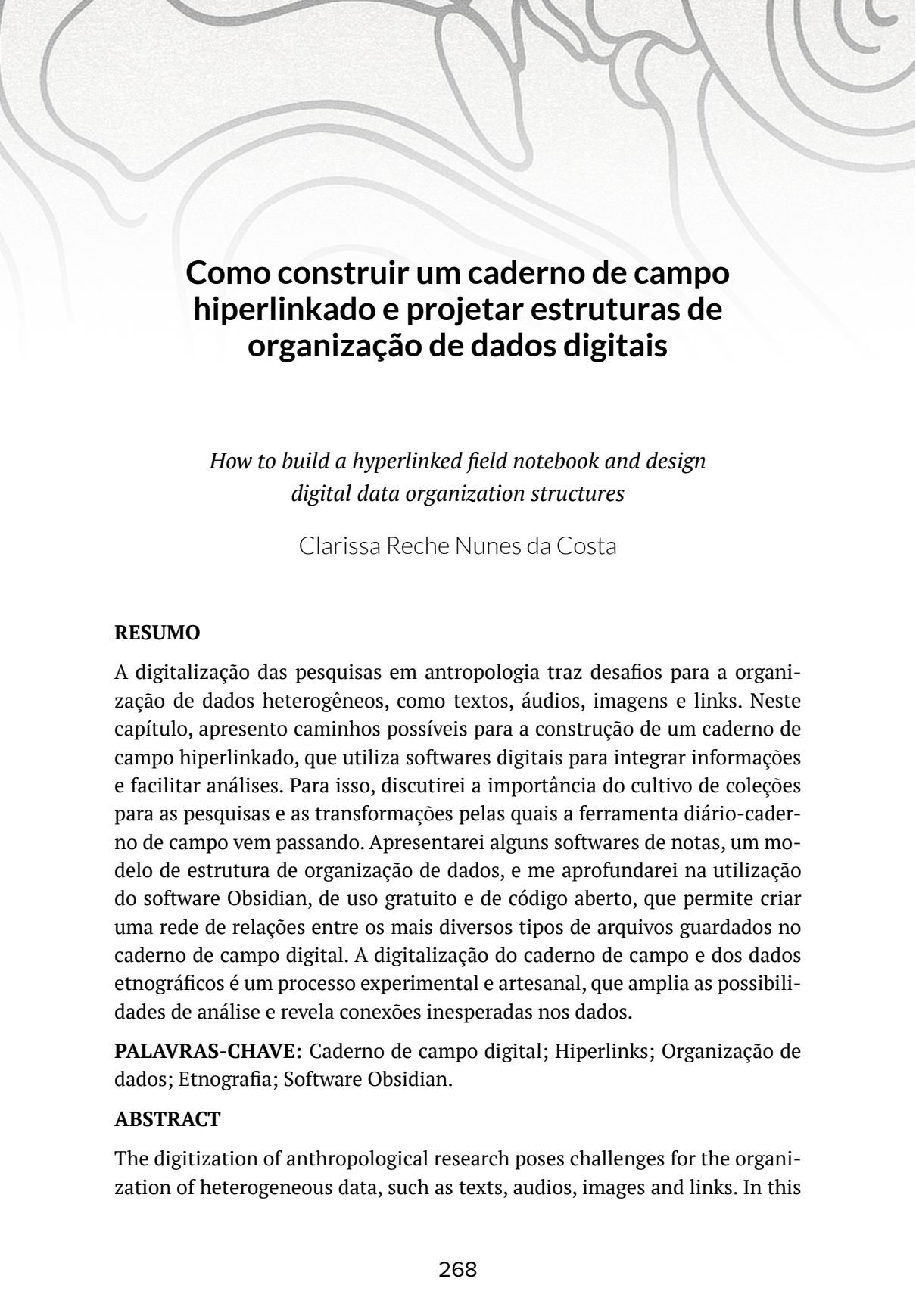
ÒRUN Àiyé: a criação do mundo. Direção: Jamile Coelho e Cintia Maria. Salvador: Museu Nacional, 2015. (12 min.) Animação.

SANTIAGO. Direção: João Moreira Salles. Rio de Janeiro: VideoFilmes, 2007. 1 DVD (80 min.), son., color.



PARTE 3

Escrita criativa



Como construir um caderno de campo hiperlinkado e projetar estruturas de organização de dados digitais

How to build a hyperlinked field notebook and design digital data organization structures

Clarissa Reche Nunes da Costa

RESUMO

A digitalização das pesquisas em antropologia traz desafios para a organização de dados heterogêneos, como textos, áudios, imagens e links. Neste capítulo, apresento caminhos possíveis para a construção de um caderno de campo hiperlinkado, que utiliza softwares digitais para integrar informações e facilitar análises. Para isso, discutirei a importância do cultivo de coleções para as pesquisas e as transformações pelas quais a ferramenta diário-caderno de campo vem passando. Apresentarei alguns softwares de notas, um modelo de estrutura de organização de dados, e me aprofundarei na utilização do software Obsidian, de uso gratuito e de código aberto, que permite criar uma rede de relações entre os mais diversos tipos de arquivos guardados no caderno de campo digital. A digitalização do caderno de campo e dos dados etnográficos é um processo experimental e artesanal, que amplia as possibilidades de análise e revela conexões inesperadas nos dados.

PALAVRAS-CHAVE: Caderno de campo digital; Hiperlinks; Organização de dados; Etnografia; Software Obsidian.

ABSTRACT

The digitization of anthropological research poses challenges for the organization of heterogeneous data, such as texts, audios, images and links. In this

chapter, I present possible ways to build a hyperlinked field notebook that uses digital software to integrate information and facilitate analysis. To do this, I will discuss the importance of cultivating collections for research and the transformations that the field diary-book tool has undergone. I'll present some note-taking software, a model data organization structure, and I'll delve into the use of Obsidian software, which is free and open source and allows you to create a network of relationships between the most diverse types of files stored in the digital field notebook. Digitizing the field notebook and ethnographic data is an experimental and artisanal process, which expands the possibilities for analysis and reveals unexpected connections in the data.

KEYWORDS: Digital field notebook; Hyperlinks; Data organization; Ethnography; Obsidian software.

A pesquisa qualitativa, em antropologia, ciências humanas e outras áreas, demanda a organização, sistematização e análise de materiais heterogêneos, que hoje passam a incluir uma série de links, *prints*, PDFs, etc. Neste capítulo, apresentarei alguns caminhos possíveis para a construção e manutenção de um “caderno de campo hiperlinkado”, ou seja, um caderno de campo digital. Para isso, discutirei a importância do cultivo de coleções para as pesquisas e as transformações pelas quais a ferramenta diário-caderno de campo vem passando. Apresentarei alguns softwares de notas, um modelo de estrutura de organização de dados, e me aprofundarei na utilização do software Obsidian, de uso gratuito e de código aberto, que permite criar uma rede de relações entre os mais diversos tipos de arquivos guardados no caderno de campo digital.

Hoje, tenho mais de uma década de pesquisa guardada em forma de memória eletrônica, que no fim das contas é “só” energia elétrica estocada. Tudo isso é muito frágil. Não gosto nem de pensar em todos os *bits* que já perdi. Alguns deles foram bem dramáticos – um HD (*hard disk*) que parou de funcionar, um notebook que nunca mais ligou. Mas, na maioria das vezes, eu simplesmente não sei onde exatamente está aquele arquivo que preciso tanto (tanto!) mas deixei em alguma pas-

ta dentro de outra pasta (será que no meu computador, será que no *Drive*?). Também me incomoda pensar que muitas das coisas que produzi ganhando bolsa, dinheiro público, estão guardadas em um banco de dados privado, o *Google Drive*. E não só eu, mas grande parte da produção de pessoas que pesquisam nas universidades públicas. Enfim, esse é um problema que estamos apenas começando a enfrentar, e que pode trazer questões bem interessantes para o modo como nos relacionamos com nossas pesquisas.

Escrevo este capítulo no final do primeiro quarto do século XXI. Faz um pouco mais de uma década que entrei na graduação em Ciências Sociais,¹ e foi lá que recebi meu primeiro e mais fundamental treinamento como pesquisadora. Lembro que no final da graduação tinha uma pilha de papéis num canto da minha sala. Eram os textos para as disciplinas, que conseguíamos indo no “xerox” e pedindo uma cópia do livro copiado que estava lá. Os xerox faziam o trabalho de escanear os livros que os professores pediam, e deixavam as cópias lá. Sei que isso ainda acontece, mas numa escala muito menor do que quando entrei na graduação. Pude ver isso acontecendo “ao vivo”. No final da graduação, já era comum recebermos um link para o *Moodle* (ou no *Google Drive*) com uma pasta cheia de PDF.

Durante a graduação, vivi um momento de transição. A digitalização das pesquisas estava tomando corpo. E por digitalização não estou falando somente de utilizar dados produzidos na internet, mas de um processo mais profundo de substituição digital de livros, textos impressos, cadernos escritos à mão, enfim, da transformação da própria materialidade da pesquisa. O ano de 2017 foi um marco nesse processo. Foi durante esse ano que, na Universidade de São Paulo, ocorreu a migração de todos os e-mails do servidor próprio da universidade para os servidores da multinacional *Google*.² Esse processo já estava

1 Cursei bacharelado em Ciências Sociais na Universidade de São Paulo entre os anos de 2013 e 2019.

2 Disponível em: <https://adusp.org.br/conflito-de-interesses/google-presenteia-usp-comunidade-desconfia-2/>. Acesso em: 10 jan. 2025.

acontecendo em outras universidades, como a Universidade Estadual de Campinas, que assinou o convênio com a *Google* em 2016.³ Me lembro dos sentimentos mistos de animação e desconfiança quando descobri que todos teriam um *Google Drive* “infinito”. Pensei em aproveitar enquanto dava, porque sabia que não ia ser para sempre, o que de fato aconteceu a partir de 2022⁴ com a limitação da quantidade de armazenamento disponibilizado em todas as universidades conveniadas.

Foi também mais para o fim da graduação que comecei a ouvir professores comentando sobre softwares para ajudar a organizar a pesquisa. O principal deles era o *Zotero*,⁵ um software livre e de código aberto para a gestão de referências, que ajuda a organizar as bibliografias, criando uma espécie de biblioteca virtual. O *Zotero* também cria citações automáticas nos diferentes padrões internacionais, o que é bem prático para quem precisa, por exemplo, adaptar as referências e citações de um padrão para outro. Tive algumas (pouquíssimas) aulas de programação em R⁶ para criação de estatísticas e análise de dados na disciplina de métodos quantitativos, e ouvi de raspão sobre alguns softwares de análise de dados qualitativos, todos proprietários e pagos, como o *NVivo*⁷ e o *Atlas.ti*.⁸

Conforme fui avançando na graduação, me aproximei mais das disciplinas de antropologia. Nas aulas de metodologia de pesquisa, aprendi a coletar, registrar e analisar dados etnográficos de maneira quase que completamente manual. Os cadernos de campo que pro-

3 Disponível em: <https://lavits.org/comunidade-academica-pede-transparencia-sobre-parceria-entre-google-e-unicamp/>. Acesso em: 10 jan. 2025.

4 Disponível em: <https://adusp.org.br/universidade/google-ilimitado>. Acesso em: 10 jan. 2025.

5 Saiba mais em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Zotero>, e <https://www.zotero.org>. Acesso em: 10 jan. 2025.

6 Saiba mais em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/R_\(linguagem_de_programa%C3%A7%C3%A3o\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/R_(linguagem_de_programa%C3%A7%C3%A3o)); Acesso em: 10 jan. 2025.

7 Saiba mais em: <https://en.wikipedia.org/wiki/NVivo> e <https://lumivero.com/products/nvivo/>. Acesso em: 10 jan. 2025.

8 Saiba mais em: <https://en.wikipedia.org/wiki/ATLAS.ti> e <https://atlasti.com>. Acesso em: 10 jan. 2025.

duzi eram físicos, e a análise, baseada na observação de constâncias e dissonâncias e na posterior criação de categorias, era feita com auxílio de canetas marcadoras coloridas. Alguns dados que produzi eram digitais, como fotografias, vídeos e áudios, a maioria feitos com meu celular. Também mantinha arquivos digitais caóticos cheios de links e outras coisas que encontrava na internet. Mas o fundamental da análise foi feito manualmente. A exceção foi a última disciplina que cursei na graduação, chamada Antropologia e Computação, com o professor Marcio Ferreira da Silva. Nela, aprendemos a usar o *Pajek*,⁹ um software aberto e gratuito, bastante *underground* e pouco intuitivo, focado em criar grafos para visualização de redes de relações, em especial redes de relações sociais como, por exemplo, redes de parentesco.

Acredito que essa experiência de se debruçar sobre um caderno físico, de usar canetas coloridas, *post-its*, papéis, tudo isso é muito importante, satisfatório e realmente pedagógico, algo que como estudantes de graduação precisamos passar. Porém, hoje não é mais possível parar por aí. Não me lembro de ter tido na graduação, por exemplo, nenhuma orientação ou treinamento em atividades digitais básicas como a tabulação de dados utilizando planilhas, ou a utilização de recursos digitais para a transcrição de entrevistas. Além disso, a organização de materiais muito heterogêneos, físicos e digitais, que permita guardar, recuperar, manusear e analisar os dados etnográficos produzidos é um problema bastante concreto e que permeia o dia a dia de quem pesquisa, impactando diretamente no fluxo de trabalho.

Além de ser um problema prático, a organização dos dados de pesquisa (etnográfica ou não) também é um problema teórico-conceitual que me instiga muito. Seja com materiais físicos ou digitais (ou os dois ao mesmo tempo!), esse problema sempre existiu. Strathern (2014, p. 347) afirma que produzir, guardar e analisar nossos dados etnográficos torna-se um ato de “encontrar o que não foi procurado”.

9

Saiba mais em: <http://mrvar.fdv.uni-lj.si/pajek/>. Acesso em: 10 jan. 2025.

É inegável que a digitalização das pesquisas ampliou ainda mais a diversidade de materiais com os quais podemos trabalhar, e o que podemos fazer com esses materiais. O que me move nesta espécie de para-pesquisa sobre organização do conhecimento, em especial organização de dados etnográficos digitais, é um desejo ainda meio sem nome e sem rumo de praticar um artesanato digital, e uma avidez por experienciar as possibilidades de “esfregações” criativas (Didi-Huberman, 2015) dos dados que, por enquanto, meu caderno de campo hiperlinkado tem me convidado a viver.

FAZER PESQUISA É CULTIVAR COLEÇÕES

“Fazer pesquisa é criar uma coleção”. Ouvi essa frase da antropóloga Joana Cabral. Ela contou que tinha ouvido isso de sua orientadora no doutorado, Dominique Gallois, também antropóloga. Com um suspiro de lamento e nostalgia, Joana completou o pensamento com um “se eu soubesse disso antes...”. Quando ouvi isso, fui jogada imediatamente para minha infância. Eu fui uma criança que colecionava coisas. Muitas crianças têm esse momento. Das muitas coisas que tentei colecionar, o que realmente mexeu comigo foram as pedrinhas. Era um outro tempo-espço. Era lá para o meio da década de 1990, não tínhamos computador em casa. Hoje quase em extinção, as bancas de jornais distribuíam também toda sorte de fascículos colecionáveis. Eram cacarecos – miniaturas de carrinhos, de dinossauros, talheres, bonequinhos de times de futebol, enfim, um mundo de coisas, e no meu caso eram pedrinhas –, e junto com os cacarecos vinha um encarte com informações – ao completar a coleção os encartes podiam ser encadernados, virando uma enciclopédia. Todo mês eu ia buscar o fascículo na banca de jornal e descobrir qual pedra nova tinha chegado na coleção.

Aquela fala da Joana me levou para um dos momentos de maior prazer que lembro que tinha quando era criança: o momento de (re)organizar minha coleção de pedrinhas. Assim que chegava uma pedra nova, e em alguns outros momentos também, eu tirava do armá-

rio os estojos de acrílico em que elas estavam guardadas e o fichário com os fascículos. Sentada no chão, tirava cada pedra de dentro dos estojos e espalhava elas ao redor de mim. E ficava ali, pensando. Pensava em como aquela nova pedrinha mudava a paisagem geral que as pedras já formavam. Pensava com quem ela fazia parzinho. Pensava com quem ela não se daria bem. E ficava muito tempo nessas, até pensar em uma nova organização para as pedras. Daí, experimentava essa organização nova. Tinha vezes que era por cor, por tamanho, por textura. Tinha vezes que eu consultava os fascículos para tentar encontrar alguma outra informação que pudesse ajudar no processo – a composição química, o lugar geográfico da onde elas vieram...

Pesquisar é criar coleção. Durante o doutorado em Ciências Sociais, na Universidade Estadual de Campinas, cursei uma disciplina sobre coleções e curadoria com a professora Fabiana Bruno, e um dos primeiros textos que lemos foi um conto-ensaio curto de Italo Calvino (2010) intitulado *Coleção de areia*. Esse conto descreve bem o tipo de trabalho e encanto que coleções precisam para existir, e que produzem a partir de suas existências. Acompanhamos a visita do narrador a uma exposição de uma coleção de areias aprisionadas em ampolas de vidro. O primeiro movimento que acontece é uma captura operada pelas amostras que mais se destacam dentro da monotonia da maioria das ampolas, que parecem iguais. Mas é o movimento seguinte que revela a fascinação da coleção.

A homogeneidade entediante das areias começa aos poucos a ser perturbada, a partir de uma exigência de atenção das areias às diferenças mínimas entre elas. Assim, pouco a pouco, o narrador entra em uma outra dimensão, em um mundo sem horizontes, sem saber se estaria frente a frente com “uma descrição do mundo”, “um diário secreto da colecionadora” ou “um oráculo” sobre ele mesmo (Calvino, 2010, p. 12). O narrador imagina a colecionadora em uma praia, deleitando a experiência, quando repentinamente é atravessada por uma “inquietação geográfica”, uma incerteza, uma ânsia que a impele ao gesto

“compulsivo de inclinar-se para recolher um pouco de areia e encher um saquinho (ou um recipiente de plástico? ou uma garrafa de coca-cola?) e depois dar meia-volta e ir embora” (Calvino, 2010, p. 12).

Obstinado em tentar compreender os procedimentos mentais implicados no ato de cultivar uma coleção, o narrador afirma que toda coleção é também um diário, e que guarda dentro de si histórias de viagens, de sentimentos, de estados de ânimo, de humores. Observando essa coleção-diário, é possível sentir a “obscura agitação” (Calvino, 2010, p. 12) que anima o ato de reunir e manter as areias juntas. É justamente aí que está o fascínio de uma coleção, que ao mesmo tempo revela e esconde o “impulso secreto que levou a criá-la” (Calvino, 2010, p. 12).

Ainda que, ao observar as areias, o narrador recorra ao próprio repertório para refazer de memórias as sensações de praias, sol, vento, frio, cheiro de floresta, ao se afastar das ampolas o que vê é um “cemitério de paisagens reduzidas a deserto” (Calvino, 2010, p. 15). Nesse movimento de afastamento, o narrador finalmente encontra aquilo que subjaz o impulso que gera a coleção: é uma necessidade de “transformar o escorrer da própria existência numa série de objetos salvos da dispersão, ou numa série de linhas escritas, cristalizadas fora do fluxo contínuo dos pensamentos” (Calvino, 2010, p. 12). Ao se distanciar do “vento confuso do vivido”, a colecionadora tem para si “a substância arenosa de todas as coisas”, podendo, enfim, “tocar a estrutura siliciosa da existência” (Calvino, 2010, p. 15): “talvez fixando a areia como areia, as palavras como palavras, possamos chegar perto de entender como e em que medida o mundo triturado e erodido ainda possa encontrar nelas fundamento e modelo” (Calvino, 2010, p. 16).

A captura pelo excepcional, a atenção deliciosa às fascinantes mínimas diferenças que brotam da aparente homogeneidade, a construção de uma descrição do mundo que é ao mesmo tempo um diário secreto de quem fez a coleção/pesquisa e um oráculo sobre quem está

entrando em contato com este feito, a inquietude geográfica que impulsiona o gesto compulsivo de inclinar-se para recolher, o impulso secreto que leva a transformar o escorrer da própria existência, a necessidade de se distanciar do vento confuso do vivido para encontrar fundamento. Esse conto-ensaio de Calvino (2010) é a descrição mais precisa e mais poética do que é o ato de pesquisar que eu já conheci.

EXPANDINDO E DIGITALIZANDO O CADERNO DE CAMPO

Apesar de gostar do ato de colecionar desde criança, eu nunca consegui manter um diário. Tive vários, até escrevia uma coisa ou outra, mas nunca consegui manter um com constância e consistência. Quando digo nunca, é nunca mesmo, nem durante minha pós-graduação e nos trabalhos de campo que realizei. Escrevo isso de forma hesitante, com um tanto de culpa e um tanto de alívio também. Durante minhas etnografias, eu bem que tentei manter um diário daqueles em que se descreve absolutamente tudo que se passou no campo, as observações, os sentimentos, os pensamentos, dia após dia, todos os dias. Impossível. Depois de muito tempo me sentindo uma impostora, comecei aos poucos a aprender a gostar daquilo que eu estava produzindo: uma coleção heterogênea (leia-se caótica) composta por algumas descrições estilo diário, mas também por outras tantas coisas, como notas rápidas, listas de links, fotografias, desenhos, vídeos, poemas, áudios de *WhatsApp*.

Em português os termos “diário de campo” e “caderno de campo” são muitas vezes utilizados como sinônimos, mas definir o que eles são exatamente não é uma tarefa simples e direta. O que podemos afirmar é que essa ferramenta de pesquisa serve como “espaço de junção dos materiais etnográficos” e que “seu uso consciente e sistemático contribui para que a observação participante seja de fato útil a uma pesquisa qualitativa” (Cachado, 2021, p. 552). Ou seja, os diários/cadernos de campo estão intimamente ligados à etnografia, que por sua vez tem como um dos métodos clássicos de produção de dados a observa-

ção participante. Mas o que são de fato “materiais etnográficos”? É o que acontece somente durante o trabalho de campo? E quando o trabalho de campo é multissituado? Ou online? E sobre a “observação participante”, o que acontece com os dados produzidos a partir deste método quando se considera a situacionalidade dos corpos durante o trabalho de campo (Damásio, 2022, p. 6)?

Minha formação na graduação foi bem, digamos, clássica. Seja nomeado de caderno ou diário de campo, o que aprendi a produzir era algo bem mais próximo do diário íntimo, baseado em descrições e elaborações escritas à mão em um caderno físico, e esse material produzido era o “ouro” da pesquisa, a partir de onde quase exclusivamente a etnografia emergiria após a organização e a análise. Muitas vezes, nessa visão clássica e bem disciplinar da antropologia, o diário de campo é evocado como um espaço que contém uma visão mais correta da realidade, em um patamar acima das reflexões etnográficas que foram publicadas (Cachado, 2021, p. 554). Ao mesmo tempo, as formas de elaboração desse diário são algo tomado como um dado pronto, e o modo como foi elaborado é omitido, o que prejudica o entendimento das condições de pesquisa que foram base para a etnografia (Cachado, 2021, p. 555).

Já faz algum tempo que venho ministrando oficinas de construção de caderno de campo hyperlinkado em algumas universidades e eventos acadêmicos, acompanhada de companheiras que compartilham comigo esta inquietação.¹⁰ Apesar da grande procura e interesse por essas oficinas, não é incomum ver olhares surpresos, ou até mesmo desconfiados, de colegas quando comento que não faço diários escritos. Já no final da década de 1990, quando os primeiros computadores pessoais começaram a se tornar uma realidade no cotidiano de quem pesquisava, o antropólogo José Guilherme Cantor Magnani, que foi meu professor na graduação, saiu em defesa do caderno. Parafraseando Lévi-Strauss, Magnani (1997, p. 9) diz que escrever em um caderno fí-

10 Em especial Camila Cavalheiro, Érico Perrella e Fernanda Mariath.

sico “é bom para pensar” porque “permite retomar a especificidade do próprio *métier* do etnógrafo”.

Expandir a possibilidade de criar registros e análises é também uma chance que temos de nos abirmos para outras formas de pensamento e, quem sabe, até mesmo ampliar as potências de uma etnografia (e de quem produz uma). Essa é uma demanda que emerge no bojo de mudanças importantes na própria constituição do corpo dos discentes e docentes universitários, com as políticas públicas de entrada e permanência na universidade de grupos historicamente marginalizados, que traz consigo o exercício de novas epistemologias, feministas, *queers*, negras etc.

Por outro lado, experimentações etnográficas mais próximas do campo das formas expressivas apontam para a importância de outras grafias além da escrita, com propostas como a dos diários gráficos, que incorporam desenhos “esboços, rabiscos, garranchos, rascunhos” (Azevedo, 2016, p. 116). Nessas propostas, outras formas de expressão não são apêndices ilustrativos, mas sim são formas legítimas e autossuficientes de observação, registro e reflexão, ainda que haja um grande abismo de valoração entre a publicação de um artigo escrito em comparação com a publicação de elaborações etnográficas cujo suporte seja em outras grafias (Azevedo, 2016, p. 102).

Nesse movimento de expansão, sigo junto com a proposta de Calvino (2010) de que toda coleção é também um diário. Coleção, diário ou caderno, o que proponho é, para usar um termo corrente do meu campo de pesquisa, simetrizar o diário pessoal e reflexivo com os outros materiais que produzimos durante nossa pesquisa. Este entendimento de caderno de campo como junção de materiais descritivos e reflexivos produzidos diretamente no campo com outros resultados do trabalho de quem pesquisa, apesar de minoritário, é algo praticado dentro da etnografia (Cachado, 2021, p. 559). O que pretendo demonstrar é que a digitalização do caderno de campo abre espaço

criativo para que possamos criar estruturas de organização e análise que de fato desfaçam a hierarquia do diário tradicional e que possibilitem que este tipo de dado conviva mais de perto com outros tipos de produção.

PROJETANDO ESTRUTURAS DE ORGANIZAÇÃO DE DADOS DIGITAIS

O principal objetivo de uma estrutura de organização de dados, digitais ou não, é a indexação, ou seja, criar categorizações que permitam guardar, recuperar, manusear e analisar nossos dados de pesquisa. Esse sempre foi um problema para dados produzidos em etnografias mesmo antes de tecnologias digitais, tornando-se uma questão mais complexa a partir das transformações vividas na antropologia, como por exemplo os trabalhos de campo multissituados ou as análises que se baseiam na atenção à interseccionalidade das categoriais (Cachado, 2021, p. 561). Uma organização digital não resolve a dificuldade de indexação, mas sim abre espaço para uma maior experimentação com “as possibilidades de cruzamento analítico entre situações e entre categorias” (Cachado, 2021, p. 561). O exercício de indexar o caderno de campo, entendido como um conjunto amplo de dados que produzimos ao longo de nossas pesquisas, é uma forma de habitar nossa coleção. Criar categorias, atribuir a cada item que compõe nossa coleção, observar como esses itens se arranjam em torno das categorias, corrigir o que falta e o que está em excesso, ir aos poucos construindo nosso próprio tesouro,¹¹ e eventualmente mudar tudo de lugar. Independentemente de ser físico ou digital, esse processo criativo, que faz parte do trabalho acadêmico, é sempre um processo artesanal.

Voltando à minha história de pequena, da minha coleção, fui encontrando novas vizinhanças para as minhas pedrinhas até que cresci,

11 Uma lista de palavras com significados semelhantes, dentro de um domínio específico de conhecimento. Saiba mais em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Tesouro>. Acesso em: 10 jan. 2025.

e elas foram embora. Na verdade, eu não consigo me lembrar o que aconteceu com a minha coleção de pedras. É como se elas tivessem simplesmente evaporado. Nunca mais soube do paradeiro da coleção mas agora, grande, fazendo pesquisa me reencontrei com o que ela me ensinou: que criar uma coleção/diário é um processo experimental (ao mesmo tempo intencional e acidental), em constante desenvolvimento, afetuoso e capaz de gerar surpresas mútuas.

Manter um caderno de campo digital e projetar uma estrutura de organização dos dados ali guardados é uma tarefa experimental porque, apesar de tudo, o caderno e o modo como vamos nos relacionar com ele ainda é algo muito pessoal. Ainda que nas próximas páginas eu apresente alguns caminhos possíveis para iniciar essa experimentação, não existe fórmula pronta. O que funciona para mim certamente não é o que vai funcionar para você. Até porque os materiais resultantes de cada pesquisa são muito heterogêneos. O modo como cada pessoa habitará seu caderno de campo digital é único, e por isso mesmo as estruturas de organização são instáveis, já que nós mesmos também somos. Por isso, esse é um processo que está em constante desenvolvimento. Como a organização de um armário, com o tempo e a prática podemos chegar em um arranjo que seja confortável para quem acesse esses armários (ou coleções, ou cadernos de campo), e aos poucos vai ficando cada vez mais fácil arrumar quando está bagunçado, pois já sabemos o lugar de cada coisa. Nossa organização deve ser maleável o suficiente para se adaptar a novas situações, sem significar que teremos que começar tudo do zero de novo.

Então, se você está lendo tudo isso e pensando naquele monte de arquivos com nomes exóticos (agoravaimosmo_deverdade_últimarevisão_ok_ok.docx) espalhados em vários HDs e nas três contas diferentes que você tem no *Google Drive*, naquelas fotos que estão no *Instagram*, ou naquela entrevista que você fez e acha que deve estar em alguma conta do *Dropbox*, enfim, se você está pensando no tamanho do trabalho que vai ter para organizar tudo isso e sentindo aquela

justa preguiça e aquela sensação de “por onde eu começo?!” , pois saiba que não tem caminho fácil mesmo. Por isso, a estrutura de organização que você for experimentar criar tem que ser, antes de tudo, uma tarefa afetuosa, cheia de paciência e insistência. Se o ato de organizar os dados de pesquisa se tornar algo maçante e chato, a gente certamente vai abrir mão disso. Se tomar muito tempo de nossas vidas, também. Ver essa tarefa como algo que vai demorar, talvez a vida toda, e não se assustar com a dimensão do trabalho pode ser um caminho para desenvolver uma afeição por ela, e começar a gostar de “perder tempo” com isso.

Por último, uma estrutura de organização de dados é afetuosa no sentido de ser capaz de gerar surpresas mútuas, afetando tanto quem está criando a coleção quanto a coleção em si mesma. Para mim, essa é a coisa mais incrível de criar e manter um caderno de campo digital, é a chance que eu tenho de manusear minha coleção e ser surpreendida pelo meu próprio passado. Muitas vezes eu abro meu caderno de campo e fico ali, procurando sem saber o que. Que nem abrir a geladeira e ficar ali, pensando, sem saber exatamente se está com fome ou não. Um caderno físico propicia isso também, em especial se forem notas físicas organizadas em fichários, mas com um caderno digital é possível cruzar um maior número de categorias ou visualizar e navegar entre as redes de relação que as notas possuem entre si. E nessas de procurar sem saber o que, a gente acaba achando muita coisa.

Depois dessa série de avisos importantes sobre o que esperar de uma estrutura de organização de dados digitais, é hora de partir para o que interessa mesmo. E aí, por onde começar? Minha sugestão é concentrar a atenção em dois pontos, que podem ser desenvolvidos simultaneamente: a escolha de um bom software de notas e a modelagem da estrutura de organização, ou seja, a criação de um padrão de metadados que irá descrever o conteúdo de nossas coleções.

ESCOLHA DE UM BOM SOFTWARE DE NOTAS

Na elaboração de dados etnográficos, uma nota é comumente entendida como uma anotação rápida, que depois será revisada para a escrita do diário (Cachado, 2021, p. 559). Porém, para a proposta de construção de um caderno de campo digital, entenderemos nota como toda entrada em nossa coleção, ou seja, um fichamento, um PDF, uma página de nosso diário, uma fotografia, um link da internet, cada elemento é uma nota. Portanto, a primeira coisa que precisamos é encontrar um bom software de notas. Um “bom” software de notas é aquele que: (i) conseguimos usar com regularidade, (ii) atende nossas necessidades e (iii) fornece um ambiente seguro.

Já mencionei alguns softwares de análise quantitativa, como o *Atlas.ti* e o *Nvivo*. Não é exatamente esse tipo de software que estamos buscando, pois eles foram desenhados com o objetivo de facilitar a análise de documentos heterogêneos a partir da atribuição de categorias e comparação entre elas. Mas, de qualquer modo, é possível que alguém prefira utilizá-los para criar e manter um caderno de campo, por isso recomendo que, de qualquer modo, baixem e testem, pois inclusive podem ser utilizados em paralelo com outros softwares. O que estamos buscando são softwares de notas, desenhados para a criação e recuperação de notas através de sistemas de indexação. Alguns dos softwares mais utilizados com esta finalidade são: *Evernote*,¹² *Notion*,¹³ *Google Keep*¹⁴ e *Obsidian*.¹⁵ Minha escolha, até o momento, é trabalhar no *Obsidian*, e falarei com mais detalhes como eu utilizo este software na próxima seção.

Minha recomendação é a mesma do caso dos softwares de análise qualitativa: utilize todos eles antes de decidir qual você vai utilizar. Na internet, é possível encontrar tabelas comparativas entre

12 Disponível em: <https://evernote.com/pt-br>. Acesso em: 10 jan. 2025.

13 Disponível em: <https://evernote.com/pt-br>. Acesso em: 10 jan. 2025.

14 Disponível em: <https://keep.google.com/>. Acesso em: 10 jan. 2025.

15 Disponível em: <https://obsidian.md>. Acesso em: 10 jan. 2025.

softwares de notas.¹⁶ Dos que citei anteriormente, todos são gratuitos e, com exceção do *Google Keep*, possuem versões *premium* pagas. Somente o *Obsidian* possui código aberto e salva os arquivos diretamente no seu computador, e não em uma nuvem proprietária (caso de todos os outros). Todos os softwares possuem versão online, mas no caso do *Obsidian* este recurso é pago (você pode pagar para publicar seu acervo online em formato de site também, mas é possível fazer isso gratuitamente).

Para mim, ser de código aberto e salvar meus arquivos no meu próprio HD foram as principais características que me fizeram optar pelo *Obsidian*. Não poder acessar online pode ser uma característica ruim, mas para um caderno de campo digital é interessante manter tudo concentrado em um só lugar. Isso traz uma preocupação que os outros softwares não tem: uma atenção redobrada aos *backups*. É importante criar uma rotina de copiar os arquivos que estão no computador para pelo menos dois outros HDs (ou um HD e um pendrive), para garantir que o acervo esteja salvaguardado. Isso traz custos a mais, mas permite que a posse de nossos trabalhos esteja conosco.

Além disso, por ser um software de código aberto, o *Obsidian* tem uma comunidade ativa de usuários e uma grande comunidade de desenvolvedores, que criam uma infinidade de *plugins*. Alguns são realmente úteis para quem pesquisa, como por exemplo um *plugin* que cria “*timestamps*” em arquivos de vídeo e áudio, ou seja, cria hiperlinks que direcionam para uma minutagem específica do arquivo, permitindo fazer um “fichamento” do arquivo de uma forma simples e fluída. O software também é altamente customizável, e conta com um fórum bastante ativo para dúvidas ou sugestões.

16 Saiba mais em: https://en.wikipedia.org/wiki/Comparison_of_note-taking_software. Acesso em: 10 jan. 2025.

MODELAGEM DA ESTRUTURA DE ORGANIZAÇÃO

A “organização do conhecimento” é uma área interdisciplinar relacionada com campos como a ciência da informação e a biblioteconomia.¹⁷ Ou seja, é toda uma disciplina complexa, em desenvolvimento, e cheia de jargões, tensões e disputas como qualquer outra disciplina. A aproximação que faço aqui com a organização do conhecimento é bem pragmática, buscando modelos de organização do conhecimento para poder criar o meu próprio. Essa é a primeira advertência: nenhum modelo será perfeito. Os modelos são inspirações para que se possa desenvolver a própria lógica de indexação. Como estamos em busca de criar um sistema que funcione a nível pessoal (ou no máximo para um laboratório ou grupo de pesquisa, por exemplo), temos necessidades muito diferentes de uma biblioteca, ou de algum centro de informação que precise de muito rigor nas práticas de indexação.

Após algum tempo me aproximando da área de organização do conhecimento, os trabalhos sobre gestão de metadados foram os que mais me foram úteis. Isso porque para que nossa estrutura de organização funcione, para cada nota (dado) que criamos temos que inserir algumas outras informações sobre ela (metadados). Para quem quiser se aprofundar nesse tema, recomendo a leitura do livro *Metadata for Information Management and Retrieval* de David Haynes (2018). Nesse livro, o autor apresenta detalhadamente alguns modelos de gestão de metadados, como por exemplo: a Linguagem de modelagem unificada (UML),¹⁸ utilizada para sistemas complexos de softwares, como bancos de dados; a *Dublin Core Metadata Initiative*,¹⁹ cuja finalidade é criar padrões para maior acurácia na recuperação de dados online; e o ISO 15489-1:2016,²⁰ que define normas para a gestão de do-

17 Saiba mais em: https://en.wikipedia.org/wiki/Knowledge_organization. Acesso em: 10 jan. 2025.

18 Saiba mais em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/UML>. Acesso em: 10 jan. 2025.

19 Saiba mais em: https://en.wikipedia.org/wiki/Dublin_Core. Acesso em: 10 jan. 2025.

20 Saiba mais em: <https://www.iso.org/standard/62542.html>. Acesso em: 10 jan. 2025.

cumentos de uma forma mais ampla. É esse último que apresentarei mais detalhadamente (Haynes, 2018, p. 114).

Para começar a modelar nossa estrutura de organização, vamos conhecer o que é uma entidade e como descrevê-la, a saber, através de seis atributos: identidade, descrição, uso, plano de eventos, histórico de eventos e relações.

ENTIDADES

Na área de gestão de metadados, cada entrada é chamada de “entidade” (*entity*). Especificamente no caso do modelo em questão (ISO 15489-1:2016), uma entidade refere-se a uma unidade relevante para a criação, captura ou gerenciamento de registros, podendo ser, por exemplo: uma pessoa (uma pesquisadora, uma interlocutora etc.), uma organização (uma universidade, um laboratório, uma associação, o lugar onde se faz o trabalho de campo etc.), um evento (uma reunião, um encontro, uma mesa redonda etc.), um objeto (um documento, uma entrevista, um diário pessoal, um artigo, um livro, um site, uma fotografia etc.), um conceito ou ideia (multiespécies, interseccionalidade, posicionalidade etc.). O objetivo de definir uma entidade é garantir que todos os registros que criarmos estejam associados à unidade apropriada para a recuperação e análise.

Vamos a um exemplo fictício prático:

Durante a pesquisa para o doutorado, realizei uma entrevista online com minha interlocutora X. No meu software de notas, coloquei: **(a)** o arquivo de vídeo gerado pelo software que usamos para fazer a entrevista e **(b)** um arquivo de áudio que gravei de *backup* com meu gravador. Além disso, criei as seguintes notas: **(c)** uma nota contendo a transcrição da entrevista, que fiz utilizando o arquivo de áudio em um software de transcrição; **(d)** uma análise da entrevista.

Eu já tinha **(e)** uma nota sobre a interlocutora X, uma espécie de ficha com informações relevantes.

A interlocutora X é uma poetisa, e no meu caderno tenho **(f)** um livro de sua autoria em PDF, e **(g)** uma nota com o fichamento desse livro.

Nossa conversa foi sobre a posicionalidade da escritora em suas obras, e eu já tinha **(h)** uma nota com anotações sobre o conceito de posicionalidade. Além disso, estou escrevendo um artigo sobre posicionalidade utilizando o fichamento como base, e tenho **(i)** uma nota com o rascunho do artigo.

Neste caso, quais são minhas **entidades**?

A **interlocutora X** (pessoa), a **entrevista** (objeto), o **livro** (objeto), a **posicionalidade** (conceito) e o **artigo** (objeto) são as entidades.

As entidades são objetos centrais em torno do qual giram outros elementos:

- Os arquivos **a (vídeo)** e **b (áudio)** e as notas **c (transcrição)** e **d (análise)** são diferentes expressões ou artefatos da entidade **entrevista**;
- A nota **e (ficha)** é uma expressão ou artefato da entidade **interlocutora X**;
- A nota **g (fichamento)** é uma expressão ou artefato da entidade **livro (f)**;
- A nota **h (anotações)** é uma expressão ou artefato da entidade conceito de **posicionalidade**;
- A nota **i (rascunho)** é uma expressão ou artefato da entidade **artigo**.

Como é possível observar, as entidades podem se relacionar entre si, em arranjos muitas vezes ambíguos. Por exemplo, o livro é uma entidade, mas também pode ser entendido como um artefato relacionado

com a interlocutora X, já que esta é sua autora. O livro também pode ser uma expressão relacionada com o conceito de posicionalidade, já que discorre sobre o assunto. Os metadados presentes na descrição das entidades permitirão uma melhor compreensão das relações entre as entidades e os outros elementos relacionados a elas.

DESCRIÇÃO

A descrição é onde adicionaremos os metadados, ou seja, é a estrutura de nossa organização. O que a descrição contém varia de acordo com o modelo que se está seguindo. No nosso caso, o modelo ISO 15489-1:2016 propõe a seguinte estrutura:

(i) Identidade – informação que permite identificar a entidade;

Contém informações como, por exemplo, título, identificador (número), data de criação, autoria etc. Exemplos:

(a) o arquivo de vídeo gerado pelo software que usamos para fazer a entrevista

título: Entrevista com interlocutora X

identificador: entrevista 4

data de criação: 29/03/23

autoria: Clarissa, através do *Google Meet*

(g) uma nota com o fichamento do livro da interlocutora X

título: Poesia e posicionalidade

data de criação: 15/10/22

autoria: Clarissa

(ii) Descrição – informação para determinar a natureza da entidade;

Pode conter frases curtas ou palavras-chave descritivas, como, por exemplo, tipo da nota ou arquivo, formato do arquivo, tema etc. Exemplos:

(a) o arquivo de vídeo gerado pelo software que usamos para fazer a entrevista

tipo: entrevista

formato: vídeo

duração: 50 minutos

entrevistada: interlocutora X

tema: poesia, posicionalidade

(g) uma nota com o fichamento do livro da interlocutora X

tipo: fichamento

obra: Poesia e posicionalidade

autora: interlocutora X

tema: poesia, posicionalidade

(iii) Utilização – informação que facilita a utilização imediata e a longo prazo da entidade;

Pode conter frases curtas ou palavras-chave que ajudem a apreender o contexto de utilização. Exemplos:

(a) o arquivo de vídeo gerado pelo software que usamos para fazer a entrevista

uso: doutorado

(g) uma nota com o fichamento do livro da interlocutora X

uso: doutorado, produção de artigo sobre posicionalidade

(iv) Plano de eventos – informações utilizadas para gerir a entidade, tais como informações sobre disposição;

Pode conter frases curtas ou palavras-chave como, por exemplo, objetivos, linha do tempo, datas de entrega, checklist etc. Exemplos:

(a) o arquivo de vídeo gerado pelo software que usamos para fazer a entrevista

atividade: tabelar entrevista

prazo: 30/07/2024

status: em processo

(g) uma nota com o fichamento do livro da interlocutora X

atividade: integrar na escrita do artigo para revista Y

prazo: 10/09/2024

status: para fazer

(v) Histórico de eventos – informação que registra eventos passados tanto na entidade como nos seus metadados;

Documentar o que aconteceu, quem participou, resultados, lições aprendidas ou desvios do plano original. Exemplos:

(a) o arquivo de vídeo gerado pelo software que usamos para fazer a entrevista

atividades realizadas: transcrição do áudio, análise

(g) uma nota com o fichamento do livro da interlocutora X

capítulos fichados: 2, 4 e 8

(vi) Relação – informação que descreve a relação entre a entidade e outras entidades ou elementos.

Pode conter frases curtas ou palavras-chave que indiquem as relações. Exemplos:

(a) o arquivo de vídeo gerado pelo software que usamos para fazer a entrevista

relações: interlocutora X, posicionalidade

(g) uma nota com o fichamento do livro da interlocutora X.

relações: interlocutora X, livro, posicionalidade

É importante reforçar que estes seis parâmetros de descrição são uma sugestão para o desenvolvimento de uma estrutura de organização do caderno de campo. O que cada parâmetro contém pode variar de acordo com o tipo de entidade. Somente a prática, as experimentações e a constante revisão podem ajudar a criar um conjunto fixo de metadados e de vocabulário que serão utilizados. O modo como esses metadados virarão indexadores também varia de acordo com as opções dos softwares. A seguir, irei mostrar como utilizo esses metadados nos princípios de organização que o *Obsidian* oferece.

CONSTRUINDO UM CADERNO DE CAMPO HIPERLINKADO USANDO O SOFTWARE *OBSIDIAN*

Minha intenção não é ensinar a mexer no *Obsidian*. Para isso, existe uma série de bons tutoriais no *YouTube*, inclusive em português, e o fórum da comunidade de usuários do *Obsidian* também é um ótimo lugar para tirar dúvidas. E, como em qualquer outro caso, aprender a mexer de fato em um software novo requer paciência e insistência. Meu objetivo é demonstrar como é possível indexar o caderno de campo utilizando os metadados descritos na seção anterior e os princípios de organização que o *Obsidian* oferece, a saber, o uso de *tags*, hiperlinks internos e pastas.

As *tags* são palavras-chave atribuídas à uma informação. No nosso caso, podem ser atribuídas às notas em si (como metadados), ou a partes específicas da nota (como, por exemplo, atribuindo uma palavra-chave para uma parte específica da entrevista). Ao clicar em uma palavra-chave, é possível visualizar uma lista com todas as notas e arquivos que estão atribuídos a ela. Para atribuir uma palavra-chave, usamos o símbolo “#”, seguido pela palavra, como “#produções”. É possível criar uma hierarquia usando o símbolo “/”, com uma *tag* mãe contendo *tags* filhas, como, por exemplo: “#produções/artigos”, “#produções/resenhas”, “produções/audiovisuais/fotografias”.

Os hiperlinks internos organizam os dados no formato de *wiki*, isto é, permitindo uma navegação entre as notas, resultando em algo parecido como navegar pela *Wikipedia*. Para atribuir um hiperlink interno, usa-se a seguinte sintaxe: `[[nome da nota]]`, ou `[[nome do arquivo.extensão]]`. Os hiperlinks são unidirecionais, o que significa que se a nota **A** tiver um link para a nota **B**, não aparecerá nada na nota **B**. Mas é possível ativar uma opção chamada “*backlinks*” que mostra no final da nota todas as outras notas que estão referenciando ela.

As pastas funcionam como as pastas do nosso computador. Na verdade, a visualização das pastas e arquivos no *Obsidian* é similar à visualização que temos quando abrimos o gestor de arquivos do nosso computador, já que de fato as pastas e arquivos existem em uma parte do HD. A organização em pastas é chamada de “árvore”, uma vez que é possível criar ramificações – pastas dentro de pastas. Essa organização não serve para uma estrutura de organização baseada nos metadados, mas pode ser interessante para organizar coleções maiores. Eu utilizo as pastas com duas principais finalidades: separar grandes projetos (por exemplo, uma pasta para a pesquisa de mestrado, outra para a pesquisa de doutorado), o que é interessante pois permite abrir uma pasta específica e trabalhar isoladamente naquele projeto; e para organizar arquivos (PDFs, imagens, vídeos etc.) e seus metadados.

Nas oficinas que realizei sobre caderno de campo hiperlinkado, uma das principais dificuldades na criação e manutenção de um caderno de campo utilizando o *Obsidian* é decidir entre o que é uma *tag* e o que é um hiperlink interno. Normalmente, eu utilizo a *tag* como ferramenta de busca ou de categorização para análise, algo como uma gambiarra para usar o *Obsidian* como um software de análise qualitativa. Um exemplo: se eu estiver analisando uma entrevista, posso criar uma hierarquia de *tags* e ir adicionando nos trechos que achar necessário, como “#análise/poesia”, “#análise/posicionalidade”, assim quando eu clicar em alguma dessas *tags*, posso ver tudo que considere importante para análise sobre poesia ou posicionalidade, em todos os materiais que estou trabalhando. Os hiperlinks internos eu uso para

ligar notas, ou seja, entidades e suas expressões, coisas que tenham conteúdo. A seguir, você encontra um exemplo do uso dos metadados já separados em *tags* e hiperlinks:

Quadro 1 – Exemplo do uso dos metadados com tags e hiperlinks

(a) o arquivo de vídeo gerado pelo software que usamos para fazer a entrevista²¹ título: Entrevista com interlocutora X data de criação: 29/03/23 identificador: entrevista 4 autoria: Clarissa, através do <i>Google Meet</i> tipo: #entrevista formato: #vídeo duração: 50 minutos entrevistada: [[interlocutora X]] tema: #poesia, #posicionalidade uso: [[doutorado]] atividade: tabelar entrevista prazo: 30/07/2024 status: #status/em_processo atividades realizadas: [[transcrição]] do [[áudio]], [[análise]] Relações: [[interlocutora X]], [[posicionalidade]]	(g) uma nota com o fichamento do livro da interlocutora X. título: Poesia e posicionalidade data de criação: 15/10/22 autoria: Clarissa tipo: #fichamento obra: [[Poesia e posicionalidade]] autora: [[interlocutora X]] tema: #poesia, #posicionalidade uso: #doutorado, #produção/artigos/posicionalidade atividade: integrar na escrita do [[artigo para revista Y]] prazo: 10/09/2024 status: #status/para_fazer capítulos fichados: 2, 4 e 8 Relações: [[interlocutora X]], [[livro]], [[posicionalidade]]

No caso supracitado, posicionalidade é tanto uma *tag* quanto um hiperlink. Isso porque esta entidade é um conceito, e para minha estrutura de organização é importante poder usar essa categoria como buscador (*tag*), mas também é importante manter uma nota com rascunhos e ideias sobre esse conceito (nota com hiperlinks).

21 É importante destacar que atualmente (janeiro de 2025) o *Obsidian* não permite adicionar metadados diretamente em arquivos, então a solução é criar uma nota vinculada ao arquivo para adicionar metadados.

O *Obsidian* também disponibiliza algumas funções que ajudam a organizar os metadados nas notas, como os *templates*, que criam modelos que você pode importar para uma nota nova, ou as propriedades, que são campos tabelados que ficam sempre no topo da nota, podendo ser texto, data, horário, *tags* etc.

Para mim, além dos muitos *plugins* super úteis (e alguns inúteis mas divertidos, como um que mostra uma nota aleatória), a coisa mais legal do *Obsidian* é a visualização em grafo, mostrando a rede de relações da coleção a partir das tags e dos hiperlinks internos, formando *clusters* a partir das relações que se formam. Esse é um jeito muito bonito e especial de ver meu trabalho. Essa é uma ferramenta que pode nos ajudar a descobrir relações que não estavam tão óbvias, tornando o trabalho de pesquisa mais criativo. Mas, às vezes abro o grafo só para passar um tempo com minha pesquisa.

Figura 1 – Captura de tela da visão de grafo do *Obsidian*, do meu caderno de campo da pesquisa do doutorado



Fonte: Arquivo pessoal, gerado pelo *Obsidian*.

Em amarelo estão as *tags* e em rosa estão as notas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na minha mesa de trabalho também tem papel e caneta. Tenho também uma agenda física e um bloquinho de papel que está sempre comigo. Produzi peças gráficas físicas durante meu doutorado. Mas no fim do dia (ou quando dá), tudo vira uma nota no meu caderno. Manter e cultivar esse caderno de campo digital, suas *tags* e hiperlinks, e observar despretensiosamente o grafo bonito é, também e talvez principalmente, quase que um antídoto para a ansiedade e para ver que, apesar daquela vozinha que sempre diz que não, sim, eu fiz bastante coisa, e coisas bem interessantes. É um artesanato digital. Esta ainda é uma prática muito recente para mim e para minhas amigas que também estão construindo coisas parecidas. Mas, como procurei demonstrar neste capítulo, o problema da digitalização e da expansão dos diários-cadernos de campo é um problema interessantíssimo que nos leva para trocas interdisciplinares, mas que também é um problema antropológico, como já aponta Strathern (2014). As dificuldades são muitas, mas as possibilidades são animadoras. Afinal, o que “dá corpo à ciência” é justamente nossa capacidade de encontrar novos caminhos, de “transformar, modificar, recombinar, reestruturar, testar a plasticidade dos métodos no campo” (Damásio, 2022, p. 4).

Apesar de ter tratado aqui de cadernos de campo pessoais, cada vez mais venho percebendo a necessidade de cuidar com atenção dos arquivos digitais de projetos acadêmicos coletivos, como laboratórios, redes, grupos de pesquisa etc. A organização e indexação desse material é vital para que nossos projetos coletivos possam ser recuperados, seja por novos integrantes das equipes, seja para a elaboração de artigos e outros resultados de pesquisa, seja para evitar retrabalho. Nesse cenário, tudo que eu trouxe aqui é válido, mas mais um desafio é colocado, o que constrói estruturas de organização dos dados que funcionem coletivamente.

Afinal, essa é a nossa memória, a memória de nossos trabalhos, e isso é muito precioso. Infelizmente hoje, na maior parte dos casos, nosso trabalho está guardado em algum computador de propriedade da *Google*. Estamos presenciando a tomada de poder político das *big techs*, alinhadas cada vez mais à extrema direita e a valores que definitivamente vão na contramão do que desejamos para o mundo e para nós mesmas. São essas mãos que guardam, cuidam e indexam o que nós, com a melhor das intenções, produzimos. Que grande armadilha que nós, como comunidade acadêmica, nos metemos quase que voluntariamente. É chegada a hora de discutirmos a posse de nossos trabalhos.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Aina. Diário de campo e diário gráfico: contribuições do desenho à antropologia. **Revista de Antropologia**, João Pessoa, v. 2, n. 2, p. 100-119, jan./jun. 2016.

CACHADO, Rita. Diário de campo. Um primo diferente na família das ciências sociais. **Sociologia & Antropologia**, v. 11, n. 2, p. 551-572, mai. 2021.

CALVINO, Italo. **Coleção de areia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DAMÁSIO, Ana Clara. “Agora sei o que você faz, você conta histórias!”: notas etnográficas sobre um Diário de Campo Visual Público, alteridade, colonialidade e posicionalidade. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 1-24, 2022.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **A semelhança informe ou o gaio saber visual segundo Georges Bataille**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015.

HAYNES, David. **Metadata for Information Management and Retrieval**. London: Facet Publishing, 2018.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. O [velho e bom] caderno de campo. **Sexta-Feira**, n. 1, p. 8-11, 1997.

STRATHERN, Ann Marilyn. **O efeito etnográfico e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

A forma farmacêutica em perspectiva: cartas-diários como modos de fazer ciência feminista

The pharmaceutical preparations in perspective: Letters-diaries as ways of doing feminist science

Fernanda Mariath
Luis Philipe Nagem Lopes

RESUMO

O fármaco é o princípio ativo do medicamento, também conhecido como a substância química que vai garantir o efeito terapêutico. Para ser bem-sucedido em sua ação, o fármaco precisa desvincular-se de sua forma farmacêutica. Nós autores, ambos farmacêuticos, passamos por um processo similar, quando decidimos realizar pós-graduação em programas interdisciplinares. As demarcações políticas de nossa ciência feminista hoje relembram a potência de sair do invólucro farmacêutico para agir como um fármaco ativo: pesquisadora e pesquisador politicamente situados. Essa construção tem sido permeada por crises e desconfortos, mas encontramos acolhimento na troca de cartas e trechos de nossos diários de campo através de áudios compartilhados pelo *WhatsApp*, aquilo que chamamos de cartas-diários. Nelas, compartilhamos nossas problematizações de pesquisa e como temos construído a metodologia das nossas teses e dissertações em andamento. Portanto, a proposta deste capítulo é refletir sobre uma (outra) forma de produção acadêmica que valorize o “fazer juntos”. Faremos isso através de trechos costurados de nossas cartas-diários pelo *WhatsApp* e de fragmentos de nossos diários de campo. Nessa bricolagem afetiva-intelectual, vamos restituir a reflexividade do processo no qual nós dois temos vivido ao sair de nossas formas farma-

cêuticas para experimentarmos novas formas interdisciplinares e coletivas de fazer pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: *Podcast*; Etnografia; Feminismo.

ABSTRACT

The drug is the active ingredient in the pharmaceutical drug, also known as the chemical substance that will ensure the therapeutic effect. To be successful in its action, the drug needs to detach itself from its pharmaceutical preparation. We authors, both pharmacists, went through a similar process when we decided to do postgraduate studies in interdisciplinary programmes. The political demarcations of our feminist science today recall the power of breaking out of the pharmaceutical capsule to act as an active drug: politically situated researcher. This construction has been permeated by crises and discomfort, but we have found welcome in the exchange of letters and excerpts from our field diaries through audios shared on WhatsApp, what we call diary-letters. In them, we share our research problematizations and how we have constructed the methodology of our ongoing theses and dissertations. Therefore, the purpose of this chapter is to reflect on a (different) form of academic production that values “doing together.” We will do this by stitching together excerpts from our WhatsApp diary-letters and fragments from our field diaries. In this affective-intellectual bricolage, we are going to restore the reflexivity of the process in which we have both lived by leaving our pharmaceutical preparations to experiment with new interdisciplinary and collective ways of doing research.

KEYWORDS: Podcast; Ethnography; Feminism.

Figura 1 – *Qr Code* para ouvir o capítulo



Fonte: Elaboração própria através de *Br.QrCode Generator* (2025).

Roteiro

LEGENDA

Blocos

Sonoplastia

Trecho da música “Feminista *in vitro*”

Abertura

Fernanda: Olá! Tudo bem? Você parou em um capítulo um pouquinho diferente do usual. Nós o escrevemos como o roteiro de um episódio de *podcast*. Então, recomendamos que você o escute através do *QR Code* acima. Mas você também pode apenas ler, ou ler e escutar, ou só escutar – o que você preferir! O que queremos é que você fique confortável. Então, vamos lá! Eu sou Fernanda Mariath, farmacêutica, mes-tranda em Divulgação Científica e Cultural na Unicamp, orientanda da professora Daniela Manica e parte do Labirinto. Ah, também faço parte do *podcast Mundaréu*, mas depois eu falo mais sobre isso!

Luis: E eu sou o Luis Philipe Nagem Lopes, farmacêutico, mestre em Ciências Farmacêuticas e doutorando em Saúde Coletiva no Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, a UERJ. Eu e a Mariath nos conhecemos durante a nossa graduação na Universidade Federal do Rio de Janeiro, a UFRJ. Nos tornamos farmacêuticos juntos. Mas o que significa ser farmacêutico? Você pode explicar melhor, amiga?

Fernanda: Costumam nos qualificar como o “profissional dos medicamentos”, ou seja, especialistas em medicamentos, desde seu desenvolvimento, produção, regulamentação, análise, manipulação, dispensação e monitoramento pós-utilização. Podemos atuar em farmácias, hospitais, na indústria farmacêutica, na pesquisa, na regulação, na vigilância sanitária... até desempenhar funções que não são diretamente relacionadas a fármacos. Mas, em geral, uma farmacêutica atua nas di-

ferentes etapas da produção de medicamentos, desde o desenvolvimento de novos fármacos até as orientações aos pacientes sobre o uso adequado dos medicamentos já disponíveis no mercado.

Luis: Existe uma forma específica e protocolada de produzir novos medicamentos. Uma substância passa anos em testes de laboratório com células e animais antes de se tornar um fármaco em potencial. Somente após essas etapas, chamadas pré-clínicas, esses produtos podem avançar para a experimentação com seres humanos, com o objetivo de verificar sua segurança e eficácia, bem como obter o registro sanitário para uma determinada condição clínica por meio de agências reguladoras. Todo esse desenho experimental segue a lógica científica hegemônica e convencional, fundamentada na objetividade, neutralidade e quantificação. Além disso, a formação nos cursos da área da saúde, incluindo a Farmácia, é imersa na mesma farmaco-lógica massificante, universalista e generalizante, orientada pelo modelo biomédico.

Fernanda: Com pouquíssimo espaço, ou praticamente nenhum, para particularidades e especificidades. Toda a nossa formação foi centrada nesse produto farmacêutico, sempre vinculado a um corpo genérico – superficialmente sem sexo, gênero, raça ou classe. Contudo, ao olhar com atenção, rapidamente se tornava evidente de qual corpo estávamos falando: o do homem branco, cisgênero, heterossexual e com dinheiro. A problematização que queremos fazer aqui é entender os medicamentos como produtos desenhados para fins específicos, alinhados aos interesses de um grupo bem delimitado de indivíduos. Esses produtos farmacêuticos beneficiam esse dito corpo universal, seja na criação de tecnologias voltadas para o controle de corpos subalternizados, como Brandão (2022a, 2022b) discute, ou no aproveitamento das precariedades em saúde para a experimentação, como Rosana Castro (2018) aborda em sua tese.

Luis: E assim foram nossos anos de graduação: atravessados por um incômodo e uma contradição constante. Não nos sentíamos parte daquele espaço, daquelas discussões e, muitas vezes, daquele grupo de pessoas. E, ao mesmo tempo, questionávamos se o erro não estava em nós, se faltava foco ou, talvez, até uma frieza, um certo distanciamento. Buscamos formas de permanecer na universidade, mesmo não nos sentindo parte dela – pelo menos, não do circuito de farmacêuticos.

Fernanda: Mas, ao mesmo tempo, gostávamos de problematizar os medicamentos e de fazer experimentos em laboratórios. Eu lembro de me sentir inadequada, mas lembro também de me divertir, de me sentir empolgada, motivada e até apaixonada. Fomos procurando formas de dar vazão às nossas inquietações. O Luis Phillipe fez uma pesquisa de iniciação científica com o tema da cannabis medicinal e do ativismo canábico entre famílias que buscavam acesso ao tratamento por meio de mobilizações comunitárias, como as Organizações Não Governamentais. E eu entrei em um projeto de divulgação científica sobre plantas medicinais, o PlantaCiência. Eu produzia conteúdo para as redes sociais, participava de atividades em escolas, contribuía para um programa da Rádio UFRJ, escrevia colunas e até elaborava jogos didáticos na temática para esse projeto. No PlantaCiência, pude explorar metodologias científicas com mais espaço para a criatividade.

Luis: E não só isso, né amiga. Foi no PlantaCiência que você começou a ter mais contato com a temática de mulheres na ciência. Eu lembro das suas primeiras colunas sobre cientistas, o artigo que você escreveu sobre mulheres laureadas com o Nobel para Ciência Hoje... Você começou a entrar em contato com a literatura feminista. A gente se incomodava com a falta de espaço para a criatividade, mas nossa principal inquietação era a desconexão com as pautas sociais e com as pessoas, de maneira geral. Ser qualificado como “profissional do medicamento” me incomodava demais.

Fernanda: Você tem toda razão, amigo. E eu fico pensando... a gente teve uma forma farmacêutica construída durante os anos de formação. Assim como um fármaco passa por diversas operações farmacêuticas até se transformar em um comprimido ou uma pomada, nós fomos submetidos a um aprendizado intenso e a um treinamento específico que moldaram nossa maneira de enxergar o mundo e de fazer ciência. Tudo isso nos envolveu e moldou, como a cápsula que dá forma a um medicamento.

Luis: Por outro lado, as demarcações políticas de nossas pesquisas em andamento relembram a potência de sair desse invólucro farmacêutico para agir como um fármaco ativo: pesquisadores e pesquisadoras situados. Assim como um fármaco, que, para ser bem-sucedido, precisa desvincular-se de sua forma farmacêutica, nossa decisão de percorrer novos caminhos, realizando pós-graduação em programas interdisciplinares, foi a nossa forma de nos tornarmos pesquisadores e pesquisadoras apoiados em uma ético-política feminista – ou melhor, fármacos ativos.

Fernanda: O que não foi livre de tensões e desafios, essa construção tem sido permeada por crises. Mas encontramos acolhimento na troca de cartas e trechos de nossos diários de campo, através de áudios compartilhados pelo *WhatsApp* – aquilo que apelidamos carinhosamente de cartas-diários. Em *Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo*, Gloria Anzaldúa (2000, p. 229) questiona: “Como começar novamente? Como alcançar a intimidade e imediatez que quero? De que forma? Uma carta, claro”. Foi através das nossas cartas-diário, das nossas trocas e afetos cotidianos (entre nós, conosco e com nossos coletivos) que construímos nossas pesquisas. E, ah, é preciso dizer também, com muito apoio, direção e incentivo das nossas queridas orientadoras, Daniela Manica e Rosana Castro.

Luis: Neste capítulo, tomamos como exercício pensar esse processo à luz da reflexividade antropológica, puxando fios e traçando pontos,

nem sempre lineares, de nossa jornada até o lugar onde estamos atualmente, construindo nossas teses e dissertações. Escolhemos a metáfora da forma farmacêutica para ilustrar esse trânsito de formação e produção do conhecimento, juntamente com nossa trajetória acadêmica.

Fernanda: Isso faz parte de um movimento do Labirinto em experimentar tropos, metáforas e figurações como estratégias metodológicas de pesquisa, alinhado com os estudos feministas de ciência e tecnologia, principalmente inspirado em Donna Haraway (2000). Coloquei algumas referências sobre figurações no final, caso queira saber mais! Inclusive, um manual “faça você mesmo” produzido pela Clarissa Reche (Costa, 2024), parte do Labirinto. Em nossas pesquisas – minha, do Luis e de diversas outras do Labirinto – utilizamos bastante essa metodologia.

Luis: E vai funcionar da seguinte forma: nós analisamos todo o nosso histórico de conversas e elegemos alguns trechos e acontecimentos como mais representativos. Optamos por regravar esses áudios devido à qualidade do som, mas mantivemos algumas interjeições e anedotas, como eu escolhendo cebolas no mercado e a Mariath desenhando células no parque. Muitas vezes, regravamos esses áudios na íntegra. Então, você nos ouvirá, de maneira intercalada, ao longo dos últimos quatro anos, participando de uma grande conversa conosco. E, ah, antes de cada áudio, você nos ouvirá dizendo a data e o local, como uma carta.

Fernanda: Uma das motivações desse formato foram as publicações científicas de Ana Clara Damásio em formato de cartas, como a carta que ela escreveu para Lélia González (Santos, 2024). Vale a pena conferir! Todas as autoras, textos e episódios que mencionarmos estarão nas referências. Vocês vão perceber também que, ao longo do capítulo, eu vou estar falando de vários lugares diferentes. Muitas dessas viagens foram realizadas no contexto de gravações do *podcast Mundaréu*. Convido vocês a me acompanharem e escutarem os episódios gravados

nessas cidades! Eu faço parte da equipe desde o ano passado, e está em andamento um projeto que tem como objetivo principal mapear pesquisas socioantropológicas da ciência e da tecnologia com perspectivas feministas na América Latina. Assim, todos esses percursos foram parte fundamental para a construção da minha pesquisa. O *Mundaréu* tem explorado o *podcast* como ferramenta para tornar a pesquisa algo social, ética e politicamente informada, produzindo e comunicando conhecimento situado. É também, imersos nesse movimento, que decidimos construir este capítulo como uma peça audiovisual, sendo um roteiro de *podcast*. Então, vamos lá!

Trecho da música “Feminista *in vitro*”

BLOCO 1: NOSSA FORMA(ÇÃO) FARMACÊUTICA

Luis: Rio de Janeiro, 10 de março de 2020

Som de notificação

Som do áudio do *WhatsApp* (começo)

Fernanda: Oi Luis, como você tá? Então, queria uma opinião sua. Eu assisti a um *TED Talk* e tô meio obcecada! Foi apresentado por uma médica estadunidense, Alysson McGregor. Ela defende que sexo e gênero importam na saúde, trazendo exemplos de como as mulheres foram negligenciadas na história da medicina. Dois exemplos emblemáticos que ela traz são relacionados a efeitos adversos de medicamentos. Sabia que tem um medicamento, o Ambien, nos Estados Unidos, cuja dose é diferente entre homens e mulheres? E a justificativa é que seria perigoso para as mulheres devido aos efeitos colaterais? Isso me deixou com uma pulga atrás da orelha e comecei a perceber que em diversas disciplinas os professores comentaram que mulheres têm mais efeitos adversos a medicamentos. Mas, quando fui atrás de explicações, não encontrei nada muito organizado. Fiquei pensando em talvez fazer uma revisão sistemática sobre o assunto, mas estou tendo dificuldade de encontrar alguém para me orientar. Será que alguém

do seu laboratório toparia? Confesso que estou começando a me questionar se tomei a melhor decisão ao optar por não defender meu trabalho de conclusão de curso com os resultados do laboratório onde fiz iniciação científica. Estou sentindo que compliquei a minha vida. Eu adorava o que fazia, com os experimentos com células e proteômica. Mas eu realmente queria me sentir mais conectada com a minha pesquisa, sabe?

Som do áudio do *WhatsApp* (final)

Fernanda: Rio de Janeiro, 20 de junho de 2020

Som de notificação

Som do áudio do *WhatsApp* (começo)

Luis: Vem para farmacoepidemiologia, amigaaaa!!! Amiga, como te falei, os professores lá do laboratório estão super sobrecarregados, com muitos orientandos de Trabalho de Conclusão de Curso. A pandemia também está impondo vários desafios, porque os professores, assim como nós, estão perdidos em relação à orientação e às aulas. Mas eu acho super relevante a ideia de discutir eventos adversos em mulheres, é inovador tanto para o laboratório quanto para a literatura. Se precisar de algo, me avise! Por aqui, estou tentando trabalhar na minha monografia. Acho que vou continuar estudando o uso de cannabis medicinal para crianças e adolescentes com epilepsia refratária, mas queria algo mais direcionado para as políticas públicas, garantia de acesso, barreiras no uso. Não sei ainda, tô pensando.

Som do áudio do *WhatsApp* (final)

Luis: Rio de Janeiro, 30 de abril de 2021

Som de notificação

Som do áudio do *WhatsApp* (começo)

Fernanda: Oi, amigo, então tomei uma decisão! Eu insisti, tentei, mas acabei desistindo desse tema de eventos adversos a medicamen-

tos. Não estava andando. Decidi fazer com o professor Leopoldo. Eu já estou há um tempo no projeto que ele coordena, o PlantaCiência. Além da divulgação científica, ele tem trabalhado com etnobotânica histórica, principalmente lendo obras dos naturalistas e dialogando os dados sobre plantas úteis e medicinais com evidências farmacológicas atuais. Vou fazer algo nessa linha, mas falei que só faço se for com a obra de uma mulher! De novo, compliquei minha vida. Ele já tinha uma lista de obras e naturalistas. Vou ter que voltar uns passos e fazer um trabalho prévio de buscar naturalistas mulheres e suas obras, mas estou bem empolgada! Ah, comecei a fazer um curso online sobre feminismos da Federal do Rio Grande do Sul. E estou ainda mais encucada com sexo e gênero na pesquisa biomédica! Sabia que, praticamente, não usam animais e células do sexo feminino? Dão preferência para os modelos masculinos. Vou ter que encontrar uma brecha para me inserir nessa discussão, mas por enquanto, isso fica nos planos da Fernanda do futuro.

Som do áudio do *WhatsApp* (começo)

Som do áudio do *WhatsApp* (final)

Fernanda: Rio de Janeiro, 30 de abril de 2021

Som de notificação

Som do áudio do *WhatsApp* (começo)

Luis: Amiga, já te falei que o mundo é seu! Tenho certeza que vai ser incrível tudo o que você se propuser a fazer. E tenho certeza que você vai encontrar seu caminho para pesquisar o que está te instigando, isso é muito importante. Eu decidi que vou fazer a minha monografia com o tema da cannabis medicinal mesmo. Mas vou trabalhar com a ideia de barreiras ao uso desses produtos. Na minha iniciação científica, conversei com muitas famílias, principalmente mães, que encontravam dificuldades das mais distintas dimensões para manter o tratamento. Acho que vou fazer uma revisão da literatura sobre isso, trabalhando

sobretudo com pesquisas qualitativas, que tenho super me interessado nos últimos tempos, desde que fiz uma disciplina sobre abordagens socioantropológicas com a professora Elaine Brandão no Instituto de Estudos em Saúde Coletiva da UFRJ.

Som do áudio do *WhatsApp* (final)

Luis: Rio de Janeiro, 30 de setembro de 2022

Som de notificação

Som do áudio do *WhatsApp* (começo)

Fernanda: Oi amigo, como você tá? Quanto tempo, né! Acho que a última vez que te vi foi naquela festa caótica na reitoria. Então, tenho novidades. Apliquei para um programa de mestrado em Divulgação Científica e Cultural na Unicamp. Você sabe que eu estava no maior drama para encontrar um orientador. Tava realmente difícil, estava sentindo que simplesmente não tinha espaço para fazer discussão sobre sexo e gênero na pesquisa com células. Mas esses dias, o Paranhos me mandou um artigo e um currículo Lattes dizendo que tinha encontrado minha orientadora! E não é que ele encontrou mesmo? Sério, amigo, estou completamente apaixonada. Nem sei o que vou fazer se eu não passar! Mas essa professora é Daniela Manica, antropóloga, e tem um trabalho muito interessante sobre as células mesenquimais do sangue menstrual. São como células-tronco e, por serem do sangue menstrual, são associadas a corpos femininos. Na pesquisa etnográfica que ela fez em um laboratório aqui na UFRJ, ela observou que essas células praticamente não são utilizadas! É muito doido pensar que, historicamente, a pesquisa biomédica deu preferência por modelos masculinos, aí uma célula que é lida como feminina, isso é tratado como um impeditivo! A inconsistência e incoerência ficam muito evidentes, parece a brecha perfeita! É a partir disso que desenhei meu projeto para olhar para as diferenças entre os sexos em células-tronco.

Som do áudio do *WhatsApp* (final)

Fernanda: Rio de Janeiro, 30 de setembro de 2022

Som de notificação

Som do áudio do *WhatsApp* (começo)

Luis: Amiga, com toda certeza você vai brilhar na entrevista do mestrado e todo mundo vai ficar encantado. Também estou em um programa de pós-graduação em São Paulo e, por coincidência, com colaborações na Unicamp, mas na área de farmacoepidemiologia. O processo seletivo foi bastante parecido com o seu e deu certo. Mas eu continuo na farmacoepidemiologia, acabei não conseguindo fazer o mestrado nas ciências humanas, como estava considerando. Nesse momento, estou fazendo uma revisão sistemática e uma análise de impacto orçamentário sobre o uso de antipsicóticos de segunda geração no Transtorno do Espectro Autista. A dissertação está vinculada a um trabalho que tenho feito como metodologista no Ministério da Saúde e acho que vai ser super interessante e relevante. Não precisei sair do Rio, porque com a pandemia, acabei precisando fazer as disciplinas de forma remota. Foi sofrido, mas deu certo.

Som do áudio do *WhatsApp* (final)

Trecho da música “Feminista *in vitro*”

BLOCO 2: DESESTABILIZANDO NOSSA FORMA FARMACÊUTICA

Luis: Campinas, 30 de abril de 2023

Som de notificação

Som do áudio do *WhatsApp* (começo)

Fernanda: Oi amigo, será que você pode me dar uma luz? Estou com uma baita dificuldade de encontrar dados sobre a inclusão de mulheres em ensaios clínicos, especificamente na América Latina. É um trabalho para a disciplina do mestrado. Eu tô fazendo uma discussão sobre o panorama histórico dos ensaios clínicos, focado em questões

de gênero. Desde a criação deles, ao escândalo da Talidomida, as mudanças na política na direção da inclusão de mulheres. Mas tem sido difícil encontrar dados fora do Norte Global e eu não queria fazer essa discussão limitada a isso.

Som do áudio do *WhatsApp* (final)

Fernanda: Rio de Janeiro, 30 de abril de 2023

Som de notificação

Som do áudio do *WhatsApp* (começo)

Luis: Amiga, é muito interessante você falar sobre isso, porque estou trabalhando em uma revisão sistemática que procura investigar eventos adversos em mulheres que utilizam antirretrovirais. Estamos com muitas dificuldades de encontrar dados de ensaios clínicos que tenham estudado exclusivamente as mulheres, ou que tenham apresentado os dados separadamente. Essas coisas de ensaio clínico são complicadas, ultimamente tenho ficado muito pensativo sobre isso, sobretudo depois que li uma tese que problematiza os ensaios clínicos e os processos de racialização envolvidos. Parece que eles usam as precariedades para desenvolver medicamentos, sabe? A tese é da Rosana Castro (2018), da Universidade de Brasília. Se quiser, te mando o texto. Quem indicou foi a professora Elaine Brandão, quando fiz uma disciplina com ela.

Som do áudio do *WhatsApp* (final)

Som de notificação

Som do áudio do *WhatsApp* (começo)

Fernanda: Tô lendo o livro da Rosana Castro (2020) em uma disciplina que a minha orientadora dá sobre estudos culturais da ciência. Estou completamente apaixonada pelo trabalho dela! Achei uma sacada genial a forma como ela organizou a escrita em uma farmacografia, ocupando conceitualmente as ciências farmacêuticas. Trazendo conceitos,

como fármacos, farmacocinética e farmacodinâmica. E ainda ramificando a farmacocinética no clássico ADME: absorção, distribuição, metabolismo e excreção, junto do encaminhamento e fluxo da pesquisa etnográfica. Me lembrou muito as aulas de farmacologia e, ao mesmo tempo, fez eu me sentir menos sozinha nessa trajetória de farmacêutica e mestranda em Divulgação Científica e Cultural, com orientadora antropóloga e pesquisando sexo e gênero em células-tronco.

Som do áudio do *WhatsApp* (final)

Fernanda: Rio de Janeiro, 13 de setembro de 2023

Som de notificação

Som do áudio do *WhatsApp* (começo)

Luis: Amiga, estou ouvindo o *Mundaréu!!!* Que delícia ouvir vocês!! Eu fiquei bastante impressionado em te ouvir em um *podcast* de antropologia, porque quando nos conhecemos na graduação, você era super da bancada. Nunca vi uma pessoa tão apaixonada pelas células e experimentos! Precisamos conversar sobre essa transição. Eu estou pensando na possibilidade de mudar de área no doutorado. Algumas coisas estão me incomodando muito, sobretudo na minha experiência em produzir evidências científicas sobre medicamentos, não sei se vou conseguir aguentar. Mas essa transição, essa forma de pensar não está sendo fácil, amiga! Eu vivo em crise! Agora estou lendo o livro do Bruno Latour (2000), *Ciência em ação*, e a crise está ficando maior. Achei muito interessante ver que, justamente enquanto vivo essa crise, ouço você me falar que está entrando no mundo da antropologia da ciência e da tecnologia. Deve ser um sinal. Estou com tanta saudade. Temos que atualizar nossas fofocas acadêmicas.

Som do áudio do *WhatsApp* (final)

Fernanda: Rio de Janeiro, 3 de outubro de 2023

Som de notificação

Som do áudio do *WhatsApp* (começo)

Luis: Ai, amiga, foi tão bom te encontrar!!! Nosso café rendeu, né? Temos que marcar outros, que bom que você veio para o Rio gravar mais um episódio e conseguimos nos encontrar. Eu vou te enviar as referências que conversamos e também queria que você me mandasse as suas. Esse processo de transição não está sendo fácil. Estou finalizando minha dissertação, ao mesmo tempo em que estou me preparando para o processo seletivo para o doutorado na área de Ciências Humanas e Saúde lá no Instituto de Medicina Social. Saber que tenho você vivendo coisas muito parecidas me alivia, sabe? As pessoas, em geral, não entendem, estou me sentindo mais acolhido agora. Precisamos escrever sobre esse processo interdisciplinar e o trânsito entre áreas. Por favor, vamos colocar isso na agenda!

Som do áudio do *WhatsApp* (final)

Luis: Maceió, 27 de outubro de 2023

Som de notificação

Som do áudio do *WhatsApp* (começo)

Fernanda: Oi amigo, tô em Maceió! Vim para o evento da Associação Brasileira de Estudos Sociais das Ciências e das Tecnologias, a Esocite. BR! O *Mundaréu* organizou uma mesa linda sobre perspectivas feministas sobre ciência e tecnologia. A gente gravou e vai virar um episódio depois, aí te mando! Acho que você vai gostar bastante. Nossa, o evento todo tá muito legal. Vai ter palestra da Ruha Benjamin!!! Tô super empolgada. Eu tô lendo o livro dela *People's Science: Bodies and Rights on the Stem Cell Frontier* (Benjamin, 2013). Está me ajudando bastante a construir a relação entre célula e corpo que quero trazer para discussão na minha dissertação. E também a articular sobre a diferença entre a inserção de células femininas e o endereçamento de questões relevantes para mulheres na pesquisa biomédica. Eu já comentei com você que no Norte Global, principalmente nos EUA, tem várias políticas que têm tornado obrigatória a inclusão de células femininas e que elas sempre aparecem com a justificativa de melhorar a saúde das mulhe-

res. Mas fico na dúvida se realmente as mudanças estão caminhando nessa direção... Nossa, muitas questões e crises. Apresentei resultados parciais do levantamento que fiz sobre diferenças entre os sexos em células-tronco em um grupo de trabalho, correu tudo certo! Ah, tem um trecho do capítulo “*Race for Cures*”, desse livro da Benjamin, que lembrei bastante da sua pesquisa, vou te mandar!

Som do áudio do *WhatsApp* (final)

Luis: Goiânia, 21 de novembro de 2023

Som de notificação

Som do áudio do *WhatsApp* (começo)

Fernanda: Oi amigo querido, como você tá? Acabei de chegar em Goiânia, tô no aeroporto. Nem te contei, na Esocite.BR, jantei um dia com a professora Rosana!!! Falamos muito bem de você, tô com tanta saudade. Eu vim para a Reunião de Antropologia da Ciência e Tecnologia. Eu vou apresentar também em um grupo de trabalho, organizado pelas professoras Fabíola Rohden e Marina Nucci. Nunca estive tão nervosa para apresentar um trabalho! Elas são mega referências no meu projeto e decidi levar minhas perguntas de pesquisa, abrir o que tô pensando, elaborando... Me deseje sorte!!!

Som do áudio do *WhatsApp* (final)

Fernanda: Rio de Janeiro, 27 de novembro de 2023

Som de notificação

Som do áudio do *WhatsApp* (começo)

Luis: Mentira amiga, ela lembrou de mim??? Eu tenho novidades! Acho que passei no doutorado! A prova foi muito legal; senti um enorme prazer ao fazer as leituras, sabe? A entrevista também foi bem tranquila, e acho que o pessoal recebeu bem o projeto. Agora é aguardar a classificação final. O pior já passou! Finalmente encontrei um lugar e uma orientadora para explorar essas questões que tanto me inquie-

tam e me colocam em crise. Vou continuar estudando os antipsicóticos, que foram meu foco no mestrado, mas agora com uma abordagem antropológica. Meu plano é realizar uma etnografia que aborde o desenvolvimento desses medicamentos, a experimentação farmacêutica, a regulamentação sanitária, a incorporação ao Sistema Único de Saúde (SUS) e seu uso nas rotinas de cuidado. Quero muito ouvir as famílias, sabe? Espero encontrar meu lugar como pesquisador em algum momento. Mas e as apresentações, como foram? Me conta tudo! Eu adoro a Fabíola e a Marina. Gosto muito da tese da Marina (Nucci, 2015) e me identifico bastante com alguns pontos que ela traz sobre as neurofeministas.

Som do áudio do *WhatsApp* (final)

Fernanda: Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2024

Luis: Amiga, deu tudo certo na matrícula! Em breve, minhas aulas no doutorado começam, e estou super animado para explorar as leituras das disciplinas. Nesse semestre, vou cursar Teoria Social, Metodologia e uma eletiva com a Rosana sobre negacionismos. Desde o nosso último encontro, tenho pensado muito sobre utopia. Tenho refletido sobre como a utopia pode ser uma forma transgressora de imaginar uma realidade possível, algo que faça sentido para nós, que acreditamos nisso, sabe? Lembrei que, na primeira vez em que apresentei minha proposta de doutorado em um seminário interdisciplinar sobre tecnologias, um dos avaliadores fez um comentário que me deixou pensativo. Ele disse que meu trabalho parecia “ficção científica”. Não fez nenhuma contribuição concreta, só olhou e soltou: “Nossa, legal, parece uma ficção”. Fiquei chateado na hora, mas agora, depois de ler o texto da Dani sobre biografia e etnografia, nem estou mais tão ofendido (Manica, 2010). Quem sabe essa dicotomia entre ficção e realidade não seja só mais uma dessas divisões imaginárias que os “modernos” inventaram, né?

Som de notificação

Som do áudio do *WhatsApp* (começo)

Fernanda: Rio de Janeiro, 19 de março de 2024

Luis: Amiga, é bem tenso, viu! Outro dia mandei mensagem para a Rosana, em crise, falando de novo que estava me sentindo perdido e atrasado. Tudo começou quando, em uma das aulas, uma professora perguntou: “Quem aqui sabe bastante de Durkheim?”. Eu mal sabia quem era o sujeito. Só lembrava de ter ouvido algo no ensino médio. E não é só o bendito Durkheim! Tem também o Weber e vários outros autores que desconheço, o que torna as leituras um baita desafio. Mas, apesar disso, estou me sentindo bem acolhido. Estou tentando transformar essas crises em dados autoetnográficos. Sempre que esses incômodos e sentimentos me atravessam, escrevo sobre eles no meu diário de pesquisa. A cada dia que chego no Instituto de Medicina Social, sinto mais segurança na minha escolha. Tem projetos incríveis sendo construídos aqui, e isso me deixa muito empolgado! Estou desabafando tudo isso enquanto escolho as cebolas no mercado (risos)! Adoro te mandar essas cartas-diários enquanto faço minhas atividades do dia a dia. Parece que você está aqui comigo, compartilhando cada detalhe.

Som do áudio do *WhatsApp* (final)

Luis: Campinas, 19 de março de 2024

Som de notificação

Som do áudio do *WhatsApp* (começo)

Fernanda: Tô aqui mudando a cor do meu cabelo. Enquanto espero o tonalizante agir, vou te responder! Amigo, ouvindo todos os seus áudios, fico com uma sensação: acalme seu coração, respire. Você acabou de entrar no doutorado. Está saindo de uma área para dialogar com outra. Eu também me sinto super perdida; essas crises acontecem. E realmente, o volume de leitura é intenso, e eu também me sinto constantemente atrasada. Mas calma, você acabou de começar. Ah, eu tenho

uma novidade! Vou produzir uma série de *podcasts* sobre minha pesquisa. Vou partir das células mesenquimais do sangue menstrual para mobilizar uma discussão sobre como o corpo do homem branco é tratado como universal, enquanto todos os outros são excluídos. Isso, claro, é permeado por muitas crises. Quando questionamos objetividade, neutralidade e universalidade, o que sobra na ciência? Tenho aprendido que sobra muita coisa! Obrigada por ter me enviado aquele texto da Rosana sobre como as ciências naturais podem aprender com as metodologias das ciências humanas (Pissolito, 2020)!

Som do áudio do *WhatsApp* (final)

Trecho da música “Feminista *in vitro*”

BLOCO 3: NOSSO PERCURSO COMO FÁRMACOS-ATIVOS

Fernanda: Rio de Janeiro, 11 de abril de 2024

Som de notificação

Som do áudio do *WhatsApp* (começo)

Luis: Amiga, estou escrevendo um texto para o dossiê sobre interdisciplinaridade e saúde do boletim *Ciência, Tecnologia e Sociedade* (CTS). Estou vasculhando meu caderno de campo e refletindo muito sobre a etnografia como uma forma de produção de conhecimento que escapa ao controle, bem diferente dos ensaios clínicos, randomizados e controlados por placebo. Tenho pensado bastante sobre como minha decisão de focar apenas nos “fatos científicos” sobre os medicamentos, deixando de lado as “rotinas de cuidado” – algo que discutimos recentemente – reflete essa forma farmacêutica de produzir conhecimento, que ainda está profundamente enraizada em mim. Além disso, venho pensando na ideia de bricolagem intelectual da Mariza Peirano (2014). Você acha que isso faz sentido? Vou mandar meu texto para você ler e opinar. Também tenho refletido muito sobre essas nossas desestabilizações diárias. Essa imersão alternada, ora nas ciências farmacêuticas, ora nas ciências humanas – e às vezes em ambas ao mesmo tempo

– nos coloca em uma posição de “não lugar”. Ou talvez, mais exatamente, de um lugar móvel: “ora lá, ora cá”. Essa condição é permeada por crises e desconfortos, mas também faz parte dos desafios impostos pelo trânsito entre áreas e pelo diálogo interdisciplinar. Tentei traduzir essas reflexões no texto. Essa é apenas uma primeira versão simplificada. Ainda temos muito a construir juntos!

Som do áudio do *WhatsApp* (final)

Luis: Praia Grande, 18 de abril de 2024

Som de notificação

Som do áudio do *WhatsApp* (começo)

Fernanda: Amigo, eu amei seu texto!!! Amei, amei, amei. Sério, que prazer te ler, te ouvir, trocar com você. Tenho muita sorte. Tô aqui em Praia Grande, vim visitar uns amigos e tomei um banho de mar hoje. Era tudo que eu precisava, sabe? Para me recarregar, recentralizar. Fiquei muito mexida lendo seu texto. Vê se faz sentido: um fármaco precisa desvincular-se de sua forma farmacêutica para ter o seu efeito terapêutico, certo? Considerando que a forma farmacêutica é o “estado final” produzido a partir de “operações farmacêuticas”, fico pensando se a nossa graduação em farmácia não foi a construção da nossa própria forma farmacêutica – de pensar o mundo e de fazer ciência. E que a gente, como farmacêuticos, passou por um processo similar ao dos fármacos: após um longo percurso de formação, moldado e conformado por operações farmacêuticas (as disciplinas, o tempo em laboratório, os experimentos em bancada), finalmente nos desvinculamos da nossa forma farmacêutica – do seu logos e da sua maneira de produzir conhecimento – ao decidir fazer pós-graduação em programas interdisciplinares.

Som do áudio do *WhatsApp* (final)

Fernanda: Rio de Janeiro, 18 de abril de 2024

Som de notificação

Som do áudio do *WhatsApp* (começo)

Luis: Amiga, a Rosana amou o seu comentário e deu total apoio para que a gente escreva um texto sobre a forma farmacêutica, em uma discussão socioantropológica. Fiquei pensando em como isso está alinhado ao uso de termos de áreas que, em geral, não dialogam com as ciências humanas para abordar questões sobre a problematização da ciência. Exemplos disso são a “farmacografia” da própria Rosana (Castro, 2018), a “posografia” da Fernanda dos Santos de Macedo e da Paula Sandrine Machado (2023), e as “interações medicamentosas” da Cíntia Engel (2020). Nós permanecemos farmacêuticos, mas foi só ao abrir mão dessa “forma farmacêutica” de produção de conhecimento que conseguimos imaginar outros encontros com a pesquisa – encontros que colocam em perspectiva nossa própria existência como pessoas geográfica e socialmente localizadas. Para decodificar essa forma farmacêutica, realizamos um processo que o Joseph Dumit (2014) chama de “implosão” da nossa formação original como farmacêuticos. Esse movimento nos permitiu restituir a reflexividade em nosso processo de pesquisa, algo que temos experimentado ao explorar novas formas interdisciplinares e coletivas de fazer ciência.

Som do áudio do *WhatsApp* (final)

Luis: Campinas, 24 de maio de 2024

Som de notificação

Som do áudio do *WhatsApp* (começo)

Fernanda: Oi amigo, como você tá? Tô aqui na pracinha, do lado de casa, aproveitando o sol e desenhando células com giz de cera. Você sabe que fiquei muito mexida com a aula que a Rosana Castro deu, né? Foi na aula inaugural do meu mestrado este ano. Tô elaborando uma ideia, mas não sei se faz sentido! Quero ouvir sua opinião, e seja

sincero comigo. Nesse dia da aula inaugural, depois fiquei conversando com a professora Rosana, e ela me fez uma pergunta: qual é o X da questão? – fazendo um trocadilho com o formato dos cromossomos, o cromossomo X e também a expressão popular. Fiquei com isso na cabeça. Estou pensando em organizar minha escrita como uma viagem de dentro para fora da célula. Começaria no núcleo, onde estão os cromossomos, que definem o sexo da célula. A partir disso, discutiria sobre sexo e gênero, mas também traria o X da questão para apresentar meu problema de pesquisa. A última parada seria no Complexo de Golgi, que é responsável pela exportação da célula. Nessa parte, falaria sobre a série de *podcast* que vou produzir sobre a pesquisa e discutiria como “exportar” essa discussão por meio da divulgação científica.

Som do áudio do *WhatsApp* (final)

Fernanda: Rio de Janeiro, 1 de junho de 2024

Som de notificação

Som do áudio do *WhatsApp* (começo)

Luis: Amiga, estou obcecado por essa ideia!!! Acho que vai ficar lindo demais, já estou empolgado para ler, ouvir e acompanhar. Estou estruturando os argumentos da minha tese com base no acrônimo da farmacocinética: o ADME – absorção, distribuição, metabolismo e excreção. Em “absorção”, quero trabalhar historicamente como determinados fármacos são absorvidos por certas categorias diagnósticas. No meu caso, como os antipsicóticos se tornaram possibilidades farmacoterapêuticas para o autismo? Em “distribuição”, vou abordar a regulamentação sanitária, etapa do ciclo farmacológico em que os medicamentos são distribuídos entre os países, assim como os fármacos são distribuídos nos tecidos do corpo. “Metabolismo” na farmacologia refere-se à transformação – as mediações enzimáticas que preparam o fármaco para ser excretado, convertendo-o em metabólitos (ativos ou não). Nessa etapa, quero apresentar a história de uma família que acompanho há alguns anos. A ideia é descrever como lidam com os antipsicóti-

cos em suas rotinas de cuidado, atravessando diferentes espaços, como escolas e serviços de saúde. Pretendo explorar aquilo que escapa à ação central dos medicamentos, desestabilizando as lógicas e procedimentos de experimentação farmacêutica e protocolos clínicos. Por fim, em “excreção”, etapa em que o fármaco é eliminado do corpo do usuário (via fígado, rins, fezes e urina), me leva a outro campo de reflexão. Após serem excretados, os fármacos encontram novas matrizes biológicas não humanas – rios, lagos, peixes, algas – e continuam seu ciclo farmacológico. Quero problematizar os fármacos como parte dos químicos que poluem as nossas águas, os nossos solos, enfim, o planeta. Espero que isso faça sentido (risos).

Som do áudio do *WhatsApp* (final)

Luis: Rio de Janeiro, 6 de julho de 2024

Som de notificação

Som do áudio do *WhatsApp* (começo)

Fernanda: Oi querido, como você tá? Sei que estamos no mesmo estado, mas podemos trocar cartas-diários mesmo assim, né? Quero já te dar atualizações: fiz entrevistas!! Com pesquisadores que trabalham com células-tronco. Sério, foi muito interessante, e acho que tô com um material bem legal. Já estou animada para analisar. Tenho pensado que o *podcast* não é apenas uma ferramenta para produção de um produto final de divulgação científica. Acho que o *podcast* é minha metodologia de pesquisa. Ainda estou elaborando isso. Eu acho que não vou conseguir te encontrar para tomar nosso café. Mas vou voltar no final do mês para o aniversário da minha mãe, então com certeza nos encontraremos. Estava pensando: preciso muito começar as análises dessas entrevistas. E também preciso, desesperadamente, avançar na escrita da minha qualificação. O que você acha de escrevermos juntos? Eu posso ir te encontrar na UERJ. Passamos a manhã escrevendo, almoçamos, e à tarde trocamos os textos para comentários e sugestões. Me diz se você topa!

Som do áudio do *WhatsApp* (final)

Luis: Campinas, 13 de setembro de 2024

Som de notificação

Som do áudio do *WhatsApp* (começo)

Fernanda: Amigo, foi muito bom escrever com você naqueles dias de agosto. E se a gente de fato escrevesse juntos dessa vez? Um texto em coautoria? Acabei de receber um convite para propor um capítulo para o livro que meu laboratório está organizando, com o objetivo de sistematizar as metodologias de trabalho que temos desenvolvido. Eu pensei que seria o espaço perfeito para escrevermos aquele texto sobre a forma farmacêutica! O que você acha? Na mesma hora, consegui visualizar o texto, trazendo trechos das nossas cartas-diários e apresentando a narrativa de como nossas pesquisas foram construídas nesse processo de nos tornarmos fármacos-ativos. A gente pode estruturar o texto como um roteiro de *podcast*! O Labirinto é o espaço perfeito para experimentarmos diferentes formatos e formas.

Som do áudio do *WhatsApp* (final)

Fernanda: Rio de Janeiro, 13 de setembro de 2024

Som de notificação

Som do áudio do *WhatsApp* (começo)

Luis: Amiga, sim!!! Pode contar comigo! Vamos reviver nossa história através de uma bricolagem afetivo-intelectual. Isso tudo vem de um desejo de valorizar o afeto e o “fazer juntos”, né? O que se distancia das epistemologias hegemônicas, massificantes e universalistas, como a discussão que Maria de la Bellacasa (2023) faz. Já te mandei esse texto? Mais do que produzir dados de maneira extrativista, pensamos nossas pesquisas a partir de uma ético-política feminista, que contribui para um projeto de ciência capaz de oferecer uma explicação mais rica do mundo e do modo de viver bem nele, com outros

seres humanos e outros mais do que humanos. Isso até me lembrou do nosso último café, quando eu falava sobre pesquisar com famílias de crianças que utilizam medicamentos antipsicóticos. Eu te contei sobre o medo que me persegue de ter minha pesquisa de doutorado invalidada, porque estou fazendo pesquisa de campo com apenas uma família. Lembro de ter dito que esse era um esforço de conhecer profundamente a família e “fazer a vida” com ela, sem essas noções paranoicas de distanciamento, mas priorizando o vínculo, o toque: pensando o cuidado com cuidado. Você, com sua doçura e sensatez, olhou no fundo dos meus olhos e disse: “Amigo, para de ser farmacêutico demais! Para de pensar nessa forma farmacêutica!”. Nunca vou me esquecer desse dia.

Trecho da música “Feminista *in vitro*”

Fernanda: Esse foi o capítulo “A forma farmacêutica em perspectiva: cartas-diários como modos de fazer ciência feminista”. Esse livro é um esforço do Labirinto para reunir materiais que compartilham os múltiplos caminhos metodológicos de modos de fazer ciência pelas pesquisadoras desse laboratório, do qual faço parte. A gente pesquisa temas como femininos, corpos, biografias, culturas científicas, tecnologias e divulgação científica. Eu convidei o Luis para escrever comigo, porque nossos caminhos (metodológicos e diversos) se encontraram, se encontram e temos planos de que continuem se encontrando no futuro. A gente agradece a escuta e convidamos vocês a conhecerem os outros capítulos do livro. Todos muito interessantes, vale a pena conferir! Agradecemos a equipe do *Mundaréu* e do Labirinto. A trilha sonora foi composta por Gabriel Marçal. A edição foi feita por mim, Fernanda Mariath. Tanto o roteiro quanto a narração foram feitos por nós dois, Fernanda Mariath e Luis Philipe Nagem Lopes. Um agradecimento especial, com muito afeto, às nossas orientadoras, Daniela Manica e Rosana Castro. À Capes, agradecemos por nossas bolsas de mestrado e doutorado, além das nossas universidades e nossos programas de pós-graduação por todo o apoio. Convidamos vocês a co-

nhecerem mais o *Mundaréu* através do site mundareu.labjor.unicamp.br. A série da minha pesquisa de mestrado, *Feminista in vitro*, sairá por lá em breve. Até o futuro, a gente se escuta por aí!

Trecho da música “Feminista *in vitro*”

EXPEDIENTE DA GRAVAÇÃO

Apresentação: Fernanda Mariath e Luis Philipe Nagem Lopes

Transcrição: Fernanda Mariath e Luis Philipe Nagem Lopes

Roteiro: Fernanda Mariath e Luis Philipe Nagem Lopes

Montagem e edição do episódio: Fernanda Mariath

Revisão da transcrição do roteiro: Fernanda Mariath, Luis Philipe Nagem Lopes e Daniela Manica

Trilha sonora: “Feminista *in vitro*” de Gabriel Marçal

Agradecimentos: À Capes, pelas bolsas de mestrado e doutorado. Daniela Manica, Rosana Castro, Elaine Brandão, Fernando Camargo, Clarissa Reche, Irene do Planalto Chemin e Gabriel Marçal.

REFERÊNCIAS

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Revista Estudos Feministas**, v. 8, n. 1, p. 229-236, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880>. Acesso em: 17 nov. 2024.

BELLACASA, Maria Puig de la *et al.* O pensamento disruptivo do cuidado. **Anuário Antropológico**, [S. l.], v. 48, n. 1, p. 108-133, 2023.

BENJAMIN, Ruha. **People’s science: bodies and rights on the stem cell frontier**. Stanford, CA: Stanford University Press, 2013.

BRANDÃO, Elaine Reis. Contracepção reversível de longa duração para mulheres “em situação de vulnerabilidade”: racismo institucional no Sistema Único de Saúde (SUS). **Anuário Antropológico**, v. 47, n. 2, p. 185-204, 2022a.

BRANDÃO, Elaine Reis. Gênero, ciência e Saúde Coletiva: desconstruindo paradigmas na formação interdisciplinar universitária. **Interface–Comunicação, Saúde, Educação**, [S. l.], v. 26, p. e210334, 2022b.

CASTRO, Rosana. **Precariedades oportunas, terapias insulares**: economias políticas da doença e da saúde na experimentação farmacêutica. 2018. 506 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/34204>. Acesso em: 6 nov. 2024.

CASTRO, Rosana. **Economias políticas da doença e da saúde**: uma etnografia da experimentação farmacêutica. São Paulo: Hucitec, 2020

COSTA, Clarissa Reche Nunes da. **Manchando**: (o que) fazer (com) a menstruação. Estratégias e experimentos para vazar questões feministas através das tecnociências. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2024.

DUMIT, Joseph. Writing the Implosion: Teaching the World One Thing at a Time. **Cultural Anthropology**, [S. l.], v. 29, n. 2, p. 344-362, 2014.

ENGEL, Cíntia Liara. **Partilha e cuidado das demências**: entre interações medicamentosas e rotinas. 2020. 442 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/38126>. Acesso em: 6 nov. 2024.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Antropologia do ciborgue**: as vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autêntica, 2000 [1985]. p. 37-130.

LATOUR, Bruno. **Ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Unesp, 2000.

MACEDO, Fernanda dos Santos de; MACHADO, Paula Sandrine. Posografia: experimentando uma pesquisa a conta-gotas. **Ilha Revista de Antropologia**, [S. l.], v. 25, n. 1, p. 218-236, 2023.

MANICA, Daniela. Autobiografia, trajetória e etnografia: notas para uma Antropologia da Ciência. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 9, n. 105, p. 69-77, 2010. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/9192>. Acesso em: 9 nov. 2024.

NUCCI, Marina. “**Não chore, pesquise!**”: reflexões sobre sexo, gênero e ciência a partir do neurofeminismo. 2015. 222 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://www.bdttd.uerj.br:8443/bitstream/1/4748/2/Tese%20-%20Marina%20Nucci%20-%202015%20-%20Completa.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2025.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, [S. l.], v. 20, p. 377-391, 2014.

PISSOLITO, Camila. Como as ciências humanas podem ajudar as ciências naturais: problematizações do método científico. **Comciência**, Dossiê 218, 10 jun. 2020. Disponível em: <https://www.comciencia.br/como-as-ciencias-humanas-podem-ajudar-as-ciencias-naturais-problematizacoes-do-metodo-cientifico/> acesso em 28 abr. 2025.

SANTOS, Ana Clara Sousa Damásio. UMA CARTA À LÉLIA GONZÁLEZ. **Recital** – Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara/MG, v. 6, n. 1, p. 200-206, 2024. Disponível em: <https://recital.almenara.ifnmg.edu.br/recital/article/view/458>. Acesso em: 17 nov. 2024.

MATERIAL COMPLEMENTAR

BEERY, Annaliese K.; ZUCKER, Irving. Sex bias in neuroscience and biomedical research. **Neuroscience & Biobehavioral Reviews**, v. 35, n. 3, p. 565-572, 2011. Disponível em: <https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0149763410001156>. Acesso em: 2 set. 2024

DAMÁSIO, Ana Clara Sousa. Uma carta para Oxum. **Revista Calundu**, v. 8, n. 1, p. 110-113, 2024. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistacalundu/article/view/51754>. Acesso em: 17 nov. 2024.

DE OLIVEIRA, Jardel Corrêa *et al.* Rates of adverse events of antiretroviral therapy in women living with HIV/AIDS: a systematic review and meta-analysis. **BMJ open**, v. 14, n. 7, p. e079292, 2024.

DINIZ, Debora. **Carta de uma orientadora**: Sobre pesquisa e escrita acadêmica. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2024.

LOPES, Luis Phillipe Nagem. Quando os estudos sociais da ciência encontram um farmacêutico: notas curtas sobre desestabilizações. **CTS em foco**, v. 4, n. 1, 2024.

LOPES, Luis Phillipe Nagem *et al.* Use of second-generation antipsychotics in autism spectrum disorder: a systematic review and meta-analysis protocol. **BMJ open**, v. 13, n. 6, p. e069114, 2023a.

LOPES, Luis Phillipe Nagem; ITRIA, Alexander; LOPES, Luciane Cruz. Budget Impact Analysis of Risperidone Use and Adverse Event Monitoring in Autism Spectrum Disorder in Brazil: Assessment of Theoretical Versus Real Data. **PharmacoEconomics-Open**, v. 7, n. 6, p. 951-961, 2023b.

MANICA, Daniela; RECHE, Clarissa. Oficina de figurações: imagens para os tempos que virão. **Blog do Labirinto**, 14 de março de 2022. Disponível em: <https://www.labirinto.labjor.unicamp.br/oficina-de-figuracoes-imagens-para-os-tempos-que-virao/>. Acesso em: 7 jul. 2024.

MANICA, Daniela Tonelli; GOLDENBERG, Regina Coeli Dos Santos; ASENSI, Karina Dutra. CeSaM, as Células do Sangue Menstrual: Gênero, tecnociência e terapia celular. **Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares**, v. 20, n. 1, 2018. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intersecoes/article/view/35862>. Acesso em: 1 out. 2024.

MARIATH, Fernanda; BARATTO, Leopoldo C. Mulheres cientistas extraordinárias. **Ciência Hoje**, CH 372, 2020. Disponível em: <https://cienciahoje.org.br/artigo/mulheres-cientistas-extraordinarias/>. Acesso em: 12 nov. 2024.

MARIATH, Fernanda; BARATTO, Leopoldo C. Female naturalists and the patterns of suppression of women scientists in history: the example of Maria Sibylla Merian and her contributions about useful plants. **Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine**, v. 19, n. 1, p. 17, 2023.

MCGREGOR, Alysson. Why medicine often has dangerous side effects for women. **Providence: TedX**, 2014. Disponível em: https://www.ted.com/talks/alyson_mcgregor_why_medicine Often_has_dangerous_side_effects_for_women. Acesso em: 13 mai. 2024.

MUNDARÉU #21: Todo laboratório é sobre pessoas. Entrevistadoras: Daniela Manica e Soraya Fleischer. Entrevistadas: Marisol Marini e Sandra Avila. [S.l.]: Labjor, 1 ago. 2023. Disponível em: <https://mundareu.labjor.unicamp.br/21-todo-laboratorio-e-sobre-pessoas/>. Acesso em: 22 nov. 2024.

MUNDARÉU #26: Perspectivas feministas sobre ciência e tecnologia. [Locução de]: Soraya Fleischer, Telma Low, Débora Allebrandt, Laert Malta, Nádia

Meinerz, Isabel de Rose e Clarissa Reche. *[S.I.]*: Labjor, 6 ago. 2024. Disponível em: <https://mundareu.labjor.unicamp.br/26-2/>. Acesso em: 22 nov. 2024.

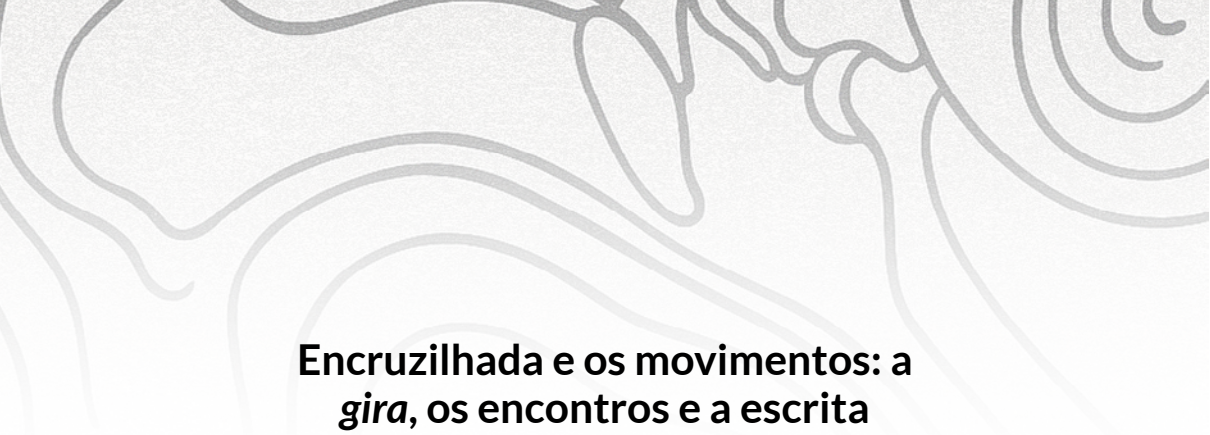
MUNDARÉU #27: As mães que, sim, existem: amamentação e perspectivas feministas. Entrevistadoras: Daniela Manica e Irene do Planalto. Entrevistadas: Marina Nucci e Bianca Balassiano. *[S.I.]*: Labjor, 3 set. 2024. Disponível em: <https://mundareu.labjor.unicamp.br/27-as-maes-que-sim-existem-amamentacao-e-perspectivas-feministas/>. Acesso em: 22 nov. 2024.

MUNDARÉU #28: Outubro mais-que-rosa: críticas feministas antirracistas e o câncer de mama. Entrevistadoras: Daniela Manica e Fernanda Mariath. Entrevistadas: Waleska Aureliano e Jacqueline Faria. *[S.I.]*: Labjor, 1 out. 2024. Disponível em: <https://mundareu.labjor.unicamp.br/28-outubro-mais-que-rosa-criticas-feministas-antirracistas-e-o-cancer-de-mama/>. Acesso em: 22 nov. 2024.

MUNDARÉU #29: Entre fissuras e cortinas: modos feministas de habitar a memória. Entrevistadoras: Irene do Planalto Chemin e Clarissa Reche. Entrevistadas: Camila Azevedo de Moraes Wichers e Leonardo Tavares Alencar (Ser-Tão, UFG); Luís Felipe Pinheiro e Gisele Gomes Garcia (MIS Goiás). *[S.I.]*: Labjor, 5 nov. 2024. Disponível em: <https://mundareu.labjor.unicamp.br/29-entre-fissuras-e-cortinas-modos-feministas-de-habitar-a-memoria/>. Acesso em: 22 nov. 2024.

TONIOL, Rodrigo; FLEISCHER, Soraya (org.). **E quando a limonada antropológica azeda**. Porto Alegre: Editora Zouk, 2023.

VALENTE, Ana Carolina; LOPES, Luis Phillipe Nagem; MATHEUS, Maria Eliane. Medical cannabis use in oncology and associated outcomes: A scoping review. **Journal of Oncology Pharmacy Practice**, v. 30, n. 4, p. 737-751, 2024.



Encruzilhada e os movimentos: a gira, os encontros e a escrita

Crossroads and movements: the gira, the meetings and the writing

Humberto Manoel de Santana Jr.

RESUMO

Este texto propõe uma reflexão sobre a escrita de uma etnografia com as Pombogiras, seus movimentos nas giras, e o risco de aprisionar todo esse movimento numa escrita estática. A pesquisa foi realizada para compreender a relação das Pombogiras com as pessoas, através da noção de acertos, a partir do pensamento das próprias Pombogiras. O objetivo deste texto é apresentar a experiência de escrever com as Pombogiras para compreender a noção de “acertos”. No decorrer da pesquisa, percebo que a tese era um acerto construído com elas. Para o desenvolvimento da escrita e compreensão da noção de acertos, o ato de ter tocado atabaque nas giras foi importante para entender o encontro e a composição nas giras. Sendo assim, a tese se construiu como fragmento da gira e cada capítulo foi apresentado com um ponto, sendo o último capítulo um ponto de despedida das Pombogiras que deixa evidente que elas vão embora, mas os movimentos e os acertos continuam.

PALAVRAS-CHAVE: Pombogira; Composição; Acertos; Encruzilhada.

ABSTRACT

This text proposes a reflection on the writing of an ethnography with the Pombogiras, their movements in the giras, and the risk of trapping all this movement in static writing. The research was conducted to understand the relationship between the Pombogiras and people, through the notion of “acertos,” based on the thoughts of the Pombogiras themselves. The objec-

tive of this text is to present the experience of writing with the Pombogiras in order to comprehend the notion of “acertos.” Throughout the research, I realized that the thesis was an “acerto” built alongside them. For the development of the writing and the understanding of the notion of acertos, the act of playing the atabaque in the giras was important to grasp the encounter and composition within the ceremonies. Thus, the thesis was constructed as a fragment of the gira, and each chapter was introduced with a point, with the final chapter being a farewell point from the Pombogiras—making it clear that they leave, but their movements and acertos continue.

KEYWORDS: Pombogira; Composition; Acertos; Crossroads.

INTRODUÇÃO

Este texto propõe uma reflexão sobre a escrita de uma etnografia com as Pombogiras, seus movimentos nas giras, e o risco de aprisionar todo esse movimento numa escrita estática (Santana Jr., 2021).¹ A pesquisa foi realizada para compreender a relação das Pombogiras com as pessoas, através da noção de acertos, a partir do pensamento das próprias Pombogiras.

Os *acertos* são composições criativas em um mundo no qual tudo é feito e, portanto, são criações constantes com tensões que são próprias da relação entre o lado espiritual e o encarnado. A afirmação de que tudo é feito deve ser levada até as últimas consequências, pois estamos tratando de uma vivência em que os orixás são feitos, juntamente com as pessoas, e tudo é feito numa composição entre o espiritual e o encarnado. Sendo assim, é um mundo em constante criação em que os sacerdotes o constroem a partir de um saber especializado, junto com os orixás e as entidades. Não é somente compreender que tudo é feito, mas, antes, que tudo é criado em composição. Assim como a noção de receita de Stengers (2015), o *acerto* não deve ser com-

1 “Acende a luz do candeeiro pra receber pessoa amiga”: encontros e acertos na encruzilhada. Tese de doutorado defendida no dia 06 de dezembro de 2021, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unicamp, sob a orientação de Carolina Cantarino Rodrigues. No ano de 2022 me tornei pesquisador do Labirinto/Unicamp.

preendido como algo geral, mas sim, específico e construído a partir de uma composição própria.

O *acerto* é uma espécie de acordo construído de forma mútua entre as Pombogiras e as pessoas. É uma composição que necessita criar o movimento a partir do lado encarnado, e que para manter esse movimento é preciso uma construção mútua tanto no lado espiritual, quanto do encarnado. Segundo Dona Maria,² o *acerto* é construído a partir de um compromisso, reconhecimento de que os movimentos devem ser construídos em conjunto, e que é uma espécie de vínculo que se cria a partir da confiança. Segundo Seu Tranca Rua,³ é como uma relação em que a pessoa segura um lado da corda e a entidade segura o outro, se um lado soltar, o equilíbrio será perdido. Seu Tranca Rua finaliza dizendo que o lado espiritual nunca larga a corda.

O *acerto* é construído a partir de uma relação assimétrica entre o lado encarnado e o espiritual. Uma forma de composição que se constrói em meio às diferenças. Uma composição é uma confluência, em que as coisas se juntam, mas não se misturam (Santos, 2015), da ordem de uma construção de uma liga entre heterogêneos e não uma fusão (Stengers, 2015). É um pensamento em encruzilhada, que aceita o diferente sem excluir a diferença (Anjos, 2008). A encruzilhada e a confluência seguem o mesmo caminho da liga entre heterogêneos, dado que não se baseiam em um respeito às diferenças, mas na necessidade de honrar as divergências. Honrar deve ser apreendido não no sentido de compreender uma particularidade do outro, mas antes, como o que o outro faz ter importância, criando a possibilidade de pensar e sentir, sem sonhar em reduzir ao “mesmo” (Stengers, 2015, p. 139). Segundo Isabelle Stengers (2015, p. 139), honrar as divergências é uma proposição em que a verdade se deve à sua eficácia, pois são relacionadas

2 Pombogira que vem em terra no Babalorixá David Moura. Uma das amigas que ajudou a construir essa pesquisa.

3 Exu que era um dos membros das giras do Centro das Culturas Afro-Brasileira Ilê Axé Obalúwaiyé Azanssun, que tem o Doté Ricardo como sacerdote. Esse centro tem a sua frente o Doté Ricardo Ajibossu.

à situação e não às pessoas. Dessa forma, o *acerto* se constrói numa confluência, numa encruzilhada enquanto uma liga de heterogêneos que não tolera e nem respeita as diferenças, mas se permite honrar as divergências (Stengers, 2015).

O *acerto* não se encerra na *gira*; ele continua e precisa ser renovado para manter o movimento, o vínculo e a confiança. Dona Maria afirmava a importância da confiança para o *acerto* e sempre lembrava antes de ir embora que o movimento do *acerto* continuava, e assim entoava seu ponto: “Quando Mulambo caminhar, é que alguma coisa vai fazer, olha que a estrada é longa e o caminho é grande. Ela trabalha pra vencer”.

O *acerto* era a forma que as Pombogiras e os Exus denominavam os acordos que construíam com fins pragmáticos de movimentação de energias, criando a possibilidade de tirar os obstáculos do caminho. Dona Maria falava: “vocês querem o milagre, mas não querem fazer a reza. Se não pode *cuidar de suas coisas*, pelo menos faça *acertos* com seu Patrão”.⁴ Dona Padilha e Dona Mulambo,⁵ Pombogiras que *vêm em terra* no Doté Ricardo, também usavam essa denominação em momentos como os que Seu Tranca Rua estava em terra e cantava: “Ô luar, ô luar, ele é dono da rua. Ô luar, ô luar, quem cometeu as suas falhas, peça perdão a Tranca Rua”. Nesses momentos, a Pombogira que estivesse em terra sinalizava: “essa é a hora de fazer os *acertos* com Tranca Rua”.

Os *acertos* são construídos na encruzilhada, uma vez que ela é movimento, comunicação e pode se apresentar em qualquer lugar, fazendo da *gira* uma encruzilhada. Nessa encruzilhada foi possível não somente tirar o corpo da referência, como compreender que o corpo, e a *gira* também são encruzilhadas. Foi preciso tirar o corpo da referência para compreender a noção de corpo apresentada pelas Pombogiras, em que o corpo é uma composição em constante movimento entre o espiritual

4 Essa é a forma que Dona Maria se refere ao Orixá.

5 Outras duas amigas que me ajudaram a construir essa pesquisa.

e o encarnado. Essa composição é um conjunto com diversos Orixás, entidades, Pombogiras e Exus que compõem a pessoa.

A encruzilhada se apresenta também como um território em confluência. Aqui a noção de confluência utilizada é a do pensador Nego Bispo, em que “nem tudo que se ajunta se mistura” (Santos, 2015, p. 89). Ainda segundo Nego Bispo a confluência “rege também os processos provenientes do pensamento plurista dos povos politeísta” (Santos, 2015, p. 89). Dessa forma, os *acertos* são parte da composição desses territórios em confluência.

A reflexão que será desenvolvida neste artigo surge da experiência etnográfica de construir uma pesquisa a partir da perspectiva das Pombogiras e consultando elas sobre o que estava sendo escrito.

O objetivo deste texto é apresentar a experiência de escrever com as Pombogiras para compreender a noção de *acertos*, e perceber no decorrer da pesquisa que a tese era um *acerto* construído com elas. A tese se apresentou como um *acerto* desde o início, mas só percebi nos momentos finais da sua escrita. Para que eu pudesse começar o campo foi preciso construir um *acerto*, que precisou ter seus movimentos mantidos e renovados momentos antes da defesa da tese. Só momentos antes da defesa que ao conversar com Dona Sete Saias⁶ compreendi que a tese era parte do meu *acerto* com elas que deveria ser construído no lado encarnado, enquanto construía outras composições no lado espiritual.

Por se tratar de uma tese que parte da perspectiva das Pombogiras e de uma etnografia realizada, principalmente, nas giras, a estrutura da tese foi baseada em ser um fragmento das giras, tendo seus capítulos divididos a partir da organização da gira e dos pontos cantados. Para o desenvolvimento da escrita e compreensão da noção de *acertos*, o ato de tocar atabaque nas giras foi importante para entender

6 Pombogira que *vem em terra* no corpo da Ialorixá Obadeyi Carolina Saraiva. Outra amiga que me ajudou a construir essa pesquisa.

o encontro e a composição nas giras. Sendo assim, a tese se construiu como fragmento da gira e cada capítulo foi apresentado com um ponto, sendo o último capítulo um ponto de despedida das Pombogiras, que deixa evidente que elas vão embora, mas os movimentos e os acertos continuam. Essa composição e as conversas para a construção do texto podem nos levar a refletir sobre a escrita dessa pesquisa como um acerto que precisa ser renovado para que o movimento continue sua composição.

“ACENDE A LUZ DO CANDEEIRO PRA RECEBER PESSOA AMIGA”

Para entrar numa encruzilhada é preciso pedir licença, pois lá tem moradora que pode abrir ou fechar os caminhos. Para realizar essa pesquisa, foi preciso pedir licença e respeitar as Pombogiras. Essa etnografia foi possível a partir do encontro com Dona Padilha, Dona Mulambo, Dona Maria e Dona Sete Saias nas *giras*. Dona Padilha e Dona Mulambo são entidades que vêm em terra no Doté⁷ Ricardo Ajibossu. Dona Maria vem *em terra* no Babalorixá David Moura. Dona Sete Saias vem *em terra* no corpo da Ialorixá Obadeyi Carolina Saraiva. As Pombogiras são entidades que vêm para ajudar, trabalhar, uma vez que estão a serviço do Orixá dos sacerdotes e da sacerdotisa. É importante ressaltar que todo Orixá tem seus Exus, e eles são seus mensageiros e a quantidade varia a partir da divindade a que estão ligados (Bastide, 1961).

Para compreender a perspectiva das Pombogiras, é preciso entender que o corpo é retirado da referência em favor do deslocamento que torna possível a presença do espírito, pois é o movimento entre o lado espiritual e o encarnado que possibilita que os espíritos encarnem. Nessa troca, não é o lado espiritual e o encarnado que se encontram como pontos estáticos, mas sim, é o movimento próprio dos espíritos que se torna referência e as pessoas são espíritos encar-

7 Título de sacerdote na nação de candomblé jeje. Popularmente conhecido como Pai de Santo, logo seria Pai Ricardo.

nados. É também pelo movimento do lado espiritual para o encarnado que Dona Maria, Dona Padilha, Dona Mulambo e Dona Sete Saias podem *vir em terra*.

É importante ressaltar que a ênfase no movimento entre o espiritual e o encarnado acontece, também, devido à etnografia ter sido construída com as Pombogiras, Exus, e não com os sacerdotes. Por se tratar de um acompanhamento das *giras*, eram as entidades que estavam presentes reforçando esse movimento do espiritual para o encarnado e do encarnado para o espiritual. É importante deixar essa informação evidente, se faz para não confundirmos o lado espiritual e o encarnado como dois pontos estáticos, mas antes como encontros e movimentos.

Uma breve pesquisa pelo significado da palavra *gira* no *Dicio Dicionário Online de Português* encontramos a seguinte definição: “substantivo feminino, ato de girar, de dar uma volta, um passeio”.⁸ No *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*⁹ é acrescentado o significado de ronda, além dos já citados. Nenhum desses significados se aproximam da noção de *gira* diretamente, mas apresentam a importância dos movimentos para compreender o que seria a *gira*.

A *gira* é um encontro marcado com as Pombogiras que estabelece a comunicação, e é preciso se permitir ser parte dessa composição. Foi a partir do ato de encontrar e ser encontrado que essa etnografia foi possível. As Pombogiras tornaram possível essa etnografia. Devido a isso, é importante manter a comunicação para que todo esse movimento não perca força durante a escrita. Os movimentos, os encontros e a comunicação não podem ser vistos como elementos isolados, mas como partes da composição para o desenvolvimento dessa etnografia. A escrita precisa ser um convite para que a força da Pombogira se faça presente neste texto, uma vez que a pesquisa foi construída

8 Gira–Dicio, Dicionário Online de Português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/gira/> Acesso em: 22 mai. 2025.

9 Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/gira> Acesso em: 22 mai. 2025.

a partir do pensamento das Pombogiras e dos Exus, que encontrei ao longo do trabalho de campo.

O movimento estabelece a comunicação e torna possível a composição dessa encruzilhada por meio dos elementos envolvidos, como a Pombogira, o Doté, os filhos de santo, o atabaque, mas também entre o processo de comunicar por meio de um texto escrito uma vivência repleta de aprendizados multissensoriais e em constante movimento. Dessa forma, os gestos, as falas precisam se fazer presentes e apresentar o ritmo do campo na própria escrita. Escrever é interpretar no sentido musical, como modo de executar uma obra que não é minha (Goldman, 2005). Assim como a *gira* é construída com seus elementos para a Pombogira *vim em terra*, é preciso fazer com que ela se torne na escrita uma versão bem tocada da interpretação do campo.

A utilização da noção de interpretar no sentido musical foi escolhida por se tratar de um processo criativo e em composição que mais se aproxima da experiência da escrita dessa etnografia. Essa experiência tornou possível compreender os diferentes ritmos, presentes não somente no cantar, mas em toda sua composição. Tornou possível interpretar diferentes versões de um mesmo ponto de Pombogira. Este artigo é a minha interpretação a partir do pensamento apresentado pelas Pombogiras. É uma interpretação escrita para a experiência vivida em campo.

Na pesquisa, o movimento tornou possível e frequente o encontro com o *povo da rua*¹⁰ e o encontro marcado seguiu gerando outros movimentos na *gira*. Diversos movimentos acontecem para que a *gira* seja possível. Por exemplo, o movimento dos filhos da casa e do Doté começam antes mesmo da limpeza do Centro. É preciso ter o corpo preparado para se tornar um ponto de encontro. Compreendendo que o corpo é uma encruzilhada, necessita-se ter os caminhos abertos para estabelecer a comunicação entre o lado espiritual e o lado en-

10

Povo da rua é como são conhecidos os Exus e Pombogiras.

carnado. É importante que o *cavalo*¹¹ tenha o corpo limpo para a realização das *giras*, não podendo ter feito sexo e nem consumido bebida alcoólica.

A música marca presença em diversos momentos durante a *gira*, seja na chegada da Pombogira ou para anunciar que já está indo embora, nos *sotaques* ou em momentos em que é preciso dar um recado individual para algum visitante. Nesse momento é pedido que todos sigam cantando os pontos enquanto ela conversa ao pé do ouvido da pessoa que precisa dos aconselhamentos. A alegria era constante e contagiante enquanto se tocava os atabaques e seguiam todos cantando em celebração à presença da Pombogira. Ela se apresentava com seu charme e elegância característicos deixando todos admirados à sua volta. Mesmo sentada em sua poltrona, movimentava suas pulseiras, seu vestido e tornava o simples ato de beber e fumar uma construção muito elegante.

No momento de chegada e saída da Pombogira, o movimento se apresenta de forma ainda mais visível. Para elas *vim em terra*, o lado espiritual e o encarnado se encontram no corpo do cavalo. A intensidade desses movimentos carrega consigo o *transmutar* das energias entre os lados. Para a Pombogira, o corpo é o limite, enquanto para o lado encarnado é o momento de tornar visível o lado espiritual. Trata-se de um movimento constante em que o corpo do cavalo é o ponto de encontro, mas também a fronteira entre os lados. Então, a Pombogira transita e ultrapassa a fronteira com frequência, ainda que nem sempre seja possível que o lado encarnado faça esse mesmo movimento. As pessoas rodantes tornam o movimento entre o espiritual e o encarnado visível, mas existem outras formas de perceber esse movimento, de sentir essa presença. Dentre as formas de sentir a presença estão a emoção presente momentos antes da chegada, o sentir o cheiro de um determinado perfume ou charuto, sentir a presença da entidade

11 Denominação utilizada para o corpo que a entidade ocupa.

mesmo que não esteja materializada em um corpo, ou quando passa em uma encruzilhada.

As principais semelhanças entre as três Pombogiras são a intensidade, a elegância, o charme e a forma como todos ficam admirados olhando para elas. Outra característica em comum é a alegria com a sua presença e o calor que se estabelece em alguns momentos da *gira*. Desse modo, a frequência da *gira* garante o movimento das energias, sendo possível o *transmutar* e a renovação da força. As três são Pombogiras diferentes e, com seus movimentos, transitam entre o lado espiritual e encarnado, seja nos encontros marcados, seja de forma irradiada. Por um lado, a presença de Dona Maria era cercada de cuidado nos momentos em que o Babá David estava se divertindo e ingerindo bebida alcoólica, mas também para garantir o movimento, mesmo que ele demore a chamá-la, ela vem de outras formas. Por outro lado, a Dona Sete apareceu em meio ao samba em que a Ialorixá Carolina estava trabalhando. Enquanto a Ialorixá trabalhava, Dona Sete se divertia e encantava todos à sua volta. A diversão dela também era o seu trabalho de abrir caminhos para a Ialorixá, era uma proteção para seu cavalo, mas também um passeio de forma irradiada no lado encarnado. Assim, a rua se encontra mesmo que não estejam na *gira*, através da encruzilhada do corpo dos seus cavalos. A encruzilhada vai cumprindo seu elo entre os lados e o *povo da rua* faz a comunicação pelo deslocamento. Por essa razão, as Pombogiras residem na presença e no movimento, o corpo do cavalo é somente o que as tornam visíveis para todos.

Dona Maria explicava que todos podem sentir a presença dos Orixás ou das entidades, tanto dos que *vêm em terra*, quanto dos que acompanham cada um. A diferença é que o *rodante* sente e tem a oportunidade de fazer sua entidade e Orixá *vim em terra*, enquanto

o ogã¹² e a equedi¹³ vão sentir de outras formas, já que não *viram*. O rodante tem que cuidar ainda mais do seu próprio corpo, pois é através dele que sua entidade e Orixá podem *vim em terra*. Através do corpo do rodante é que o lado espiritual pode se apresentar a todos. Por ter essa relação mais próxima com o lado espiritual que faz do seu corpo o ponto de encontro, o *rodante* sente mais intensamente e pode até *virar* quando a proximidade com o lado espiritual acontece.

A *gira* é uma composição entre o lado espiritual e o encarnado com diversas composições. São encruzilhadas sobrepostas, entre corpos, terreiros e lados. Os movimentos das energias que tornam possível o *transmutar*, assim como os movimentos que tornam possível a construção dos *acertos* são elementos importantes dessa composição que não se encerra com o fim da *gira*, pois a roda seguirá a girar. No início da *gira*, Dona Maria avisava que havia chegado para trabalhar e, quando ia embora, também deixava nítido que estava indo, também, para trabalhar. Assim, é preciso manter o movimento e participar dessa composição para criar a possibilidade de criação dos *acertos* e do *transmutar*. A partir do movimento do ogã ao tocar o atabaque e cantar os pontos, se participa e compõe o encontro que vai dar origem a novos movimentos.

O ATABAQUE: ENCONTROS, MOVIMENTOS E ACERTOS

A composição criada a partir do encontro do ogã e o atabaque potencializa e é potencializada pela Pombogira. A alegria, a empolgação e a emoção percebidas no ogã encontravam as reações da Pombogira em sua dança, seus cantos e na forma como se relacionava com todos os presentes enquanto cantava seus pontos. Cantar seus pontos é como marcar o ponto de encontro através da música e das mensa-

12 Título e cargo masculino atribuído a quem deve proteger e auxiliar o terreiro. Dentre as suas funções estão a de tocar atabaque para chamar as entidades.

13 Título e cargo feminino atribuído a quem deve cuidar dos Orixás e auxiliar o terreiro. Dentre as suas funções estão a de cuidar e conduzir o Orixá que *vem em terra*.

gens que são passadas. No Ilê Axé Obalúwaiyé Azanssun, esse momento geralmente acontece com um ogã tocando atabaque. O ogã se posiciona logo ao lado direito da porta no sentido de quem acaba de entrar na sala, e assim fica de frente para todos os presentes.

No Ilê Axé Obá Ti Ogum, a *gira* é composta por pelo menos dois ou três ogãs. Geralmente eram Sun e André que estavam nos atabaques. Na maioria das vezes, compartilhei o momento de começar a tocar para chamar Dona Maria ao lado deles, compondo os três atabaques. André começava puxando os primeiros pontos e tocando no Rum. Em alguns momentos, Sun e André revezavam no Rum. O início dos toques dos pontos era intenso, já que os atabaques e os ogãs precisavam manter a comunicação entre eles para que a comunicação com Dona Maria fosse acionada. A interação e a troca de olhares eram constantes entre os ogãs. Quem tocava o Rum era responsável por fazer viradas, improvisos que se tornam possíveis através do domínio da técnica, que enfeitavam ainda mais os pontos tocados. Esse movimento é como o jazz que segue seu ritmo, correndo solto nas *jam sessions*, existindo a partir do rigor artístico e de um respeito por certos limites fazendo dessa experimentação um desejo de ultrapassá-los (Rodrigues, 2011, p. 180). Na *gira*, essa experimentação é sentida e tocada pela emoção que envolve toda a sua composição. A cada virada realizada – que se mantinham no encaixe com os outros dois atabaques – os olhares voltavam a se cruzar e sorrisos de aprovação eram trocados.

Há trocas intensas entre os ogãs, mas nada se comparava ao momento em que era sentida a aproximação de Dona Maria. No momento em que ela começava a *irradiar* o Babalorixá David, a intensidade aumentava, as viradas se intensificavam, os cantos eram mais fortes, pois era a hora de *esquentar* a *gira* para criar a vibração que proporcionaria a frequência exata para sua chegada. Dona Maria seguia *irradiando* e a comunicação com os pontos e atabaques ia se intensificando. Então, as trocas entre os ogãs também se intensificavam e era preciso manter a base firme para que a beleza das viradas tornasse a composição ainda

mais bela. Os ogãs se olhavam e se incentivavam para continuar a *esquentar a gira*. Em seguida, todos os presentes comentavam em relação ao aumento do calor, era como um sinal de que uma energia quente e forte estava cada vez mais próxima. A partir desse momento, os ogãs intensificavam ainda mais, sentindo a presença de Dona Maria no corpo do Babá David cada vez maior.

Dentre vários pontos, dois eram mais comuns no momento em que se sentia que Dona Maria estava mais próxima de *vim em terra*. Um deles era: “Mulambo/ rainha divina/ a deusa encarnada. Ela tem no seu gongá a segurança. A sua estrada é marcada. Caminhou num tapete de flores/ e nem sequer se importou. Ela deixou seus súditos chorando e foi viver no mundo da perdição/ Ela é rainha! Ela é mulher! Pedacinho de Mulambo para quem tem fé”. O outro ponto era: “Arreda homem que aí vem mulher! Arreda Homem que aí vem mulher! Ela é Maria Mulambo/ rainha do cabaré. Seu Pinga Fogo vem na frente pra dizer quem ela é. É uma velha feiticeira/ rainha do cabaré”. Esses pontos eram tocados com ainda mais entusiasmo e se incentivava que todos os presentes batessem palmas e cantassem com alegria. Até que as frequências se encontravam e a comunicação se estabelecia para Dona Maria *vim em terra* e cair de joelhos em frente ao seu assentamento.

Meu primeiro contato com Dona Maria foi logo após o primeiro amalá¹⁴ com Xangô. Naquele amalá fui suspenso a ogã¹⁵ por Xangô, ele disse que a partir daquele momento eu era um dos seus ogãs e que isso não me fazia melhor que ninguém ali dentro, mas, sim, um membro com funções diferentes, como todos ali também são. Logo após eu ser suspenso, houve uma *gira* de Dona Maria e André pediu para que eu chegasse mais cedo do que o de costume para aprender a tocar o atabaque. Depois de arrumar toda a área da *gira*, fiquei ensaiando com os dois ogãs da casa. No momento em que ia começar a *gira*, eu me

14 Comida feita para o Orixá Xangô.

15 Ogã é um cargo masculino para quem não vira no santo. Essa pessoa é suspensa ou apon-tada pelo Orixá em festa pública para posteriormente se confirmar na festa pública para a sua apresentação para a comunidade.

afastei do atabaque e fui chamado de volta imediatamente pelos ogãs. Então, André me disse: “Você vai para onde? Aqui se aprende fazendo. Vamos chamar Dona Maria juntos”.

Cada um se posicionou em um atabaque, André no Rum, Sun no Rumpi e eu no Lé.¹⁶ Foi o primeiro momento em que tive contato com a intensidade de tocar para chamar Dona Maria e precisei de bastante concentração para tocar e não atravessar os outros atabaques. Os três atabaques construíam uma composição que se complementava, ainda que fossem tocados de formas diferentes. Além da concentração, era preciso sentir e ser tocado pela música para não sair do ritmo. No momento em que Dona Maria começou a *irradiar* o Babá, André e Sun me incentivavam a manter o ritmo para que cada vez mais ela seguisse se aproximando. André fazia gestos para as pessoas responderem o coro e baterem palmas até que chegou o momento da explosão com a chegada de Dona Maria.

Seguimos tocando e cantando seus pontos. Era muito comum começar por: “Hoje é dia de festa. Inferno acende a labareda/ Acende a luz do candeeiro/ pra receber pessoa amiga”, e ela seguia abraçando um por um. Dona Maria parava e conversava um pouco com cada um de forma geral, mas avisando que depois teria a consulta. Nesse momento, Sun, André e eu nos abraçávamos em comemoração porque havíamos conseguido chamá-la. Era uma felicidade intensa que marcava a sensação de conseguir fazer Dona Maria *vim em terra*, sendo digno da sua presença.

Dessa forma, meu primeiro contato com Dona Maria foi atravessado pelo atabaque, bem como o primeiro momento em que vi a emoção de André e Sun com a chegada dela. A partir dessa *gira*, eu tocava constantemente juntamente com Sun e André. Foi um processo de construção do encontro entre os três atabaques e, consequentemente, das energias dos três tocando. Era preciso tocar em compo-

16 O Rum, Rumpi e o Lé são os nomes dos três atabaques utilizados no candomblé.

sição com o que cada atabaque estava fazendo, cantar, dar o ritmo para que as pessoas, através da emoção, tornassem possível a vibração que possibilitaria a chegada de Dona Maria *em terra*.

A minha dificuldade nesse início era me acostumar a ser parte da composição musical entre os três atabaques. Os atabaques são tocados em vibrações e notas diferentes que compõem um conjunto, dando vida ao ponto enquanto comunicação. Outra dificuldade era cantar enquanto estava aprendendo a tocar. Foi preciso atenção e conexão para que eu não atravessasse os outros atabaques com erros em relação ao tempo e ritmo. Para ser parte dessa composição, era preciso encontrar e ser encontrado através, também, do atabaque.

Fui me acostumando a tocar nas *giras* de Dona Maria. Aprendendo a ser parte daquela composição, criando um entrosamento com André e Sun. Assim como meu primeiro contato com Dona Maria foi tocando atabaque para ela *vim em terra*, com Dona Padilha fui convidado por ela para tocar na primeira visita ao Centro. Naquele dia, Dona Maria Padilha chegou e começou a colocar as suas joias e, no momento em que estava devidamente arrumada, ela pediu para Amanda pegar o sino e disse: *sem atabaque o povo não canta e nem bate palma*. Então, Amanda falou para Dona Maria Padilha que tinha um ogã na casa. Padilha me perguntou se eu poderia tocar para ela, eu disse que estava aprendendo e ela me respondeu: *que basta tocar samba de roda, você sabe*. Peguei o atabaque e comecei a tocar.

Em seguida, Dona Padilha começou a cantar os pontos. No início tive dificuldade de acompanhar, pois ela cantava mais devagar, numa cadência mais lenta que Dona Maria, com quem eu já estava acostumado. Eram intensidades diferentes que podiam ser percebidas nos pontos e, também, na forma de falar e de dançar. No primeiro ponto que ela cantou me encontrei com o tempo dela, mas sem perceber eu acelerava, então parava e voltava a tocar. Assim, percebi que precisava buscar o encontro entre o tempo dela e o meu, pois a forma musi-

cal é um processo comunicacional onde o sentido é produzido através da constante interação com os gestos, passos, danças, palavras, objetos, crenças e mitos. Desse modo, entrar no ritmo não é simplesmente alinhar, mas sentir os batimentos do próprio coração (Sodré, 1998). Depois, aos poucos consegui sentir e manter a conexão, mas em alguns momentos ainda atravessava o ritmo e saía do tempo. Além disso, havia alguns pontos que eu conhecia e outros que não.

Dona Maria dizia: “*O tambor toca no coração, então é preciso sentir*”. Então era preciso deixar pulsar. Assim, a emoção me fez conexão com o ritmo e tornou possível a comunicação. Como as notas que variam e os acordes que ressoam, comecei a pensar a relação entre os movimentos que possibilitam o encontro entre os lados como vibrações em diferentes frequências. Enquanto Dona Maria tinha a necessidade de um ritmo mais acelerado, Dona Padilha tinha a necessidade de um ritmo mais cadenciado em uma velocidade mais baixa, mesmo nos dois casos a intensidade sendo a regra para se tocar.

A partir da música me conectei ainda mais com a compreensão dos movimentos e estabeleci uma comunicação na busca de compreender essa relação de tocar e ser tocado. Existe uma variação de movimentos entre as Pombogiras, cada uma com seu ritmo próprio. É possível perceber a diferença entre Dona Padilha e Dona Mulambo, que ocupam o mesmo corpo, mas que criam diferentes composições. Dona Maria já apresentava um ritmo muito próximo dos sambas de roda da Bahia, com uma batida acelerada, mas também muito cadenciada. Assim como somos sons em tonalidades de diferentes frequências, o lado espiritual também apresenta suas variações, nas palavras de Dona Padilha: “*Somos espíritos encarnados de formas diferentes*”. A música não é somente composta por atabaques, mas pelas vozes que cantam, pelos corpos que dançam e também emitem sons, sendo, portanto, variações de notas que compõem o ponto cantado e a comunicação com o lado espiritual. Para o ogã, é preciso saber o movimento correto para tirar o som do atabaque para que a vibração apresente sua duração. Ele tem

que saber quando dar o “*slap*” no atabaque, bem como onde tocar as notas agudas e graves. Dominando a técnica, é possível improvisar e tornar o som ainda mais rico em detalhes, mas não se pode esquecer que a base do ritmo é um fundamento que precisa ser respeitado. Portanto, tocar o atabaque é um movimento que se assemelha com os *acertos*, uma vez que ele é constantemente criado com suas variações, mas sempre mantendo o *fundamento*. O encontro com os atabaques e com as diferentes Pombogiras foi uma das ferramentas importantes na reflexão sobre os diferentes movimentos e a construção dos *acertos*. Cada *acerto* é uma composição criativa que através do movimento cria a possibilidades de novos movimentos. Por sua vez, cada movimento vai ser construído a partir da Pombogira e do espírito encarnado que constroem o *acerto*. Por essa razão, tocar atabaque e compor a *gira* é também uma composição criativa, pois são movimentos diferentes que são construídos, levando em consideração com qual Pombogira se está compondo a *gira*.

Foi a partir, também, do atabaque que comecei a pensar nos movimentos que proporcionam o encontro e a construção dos *acertos* como composição que varia em cima das mesmas notas. Dessa forma, assim como os atabaques variam em cima das mesmas notas e criam os ritmos que cadenciam a comunicação entre os lados encarnado e espiritual, nós somos como esses sons que duram na vibração. O ato de tocar ao lado de André e Sun para Dona Maria era seguido de improvisações e variações, que eram marcadas pelo ogã que tocava o Rum. Para produzir novas criações em cima do que é tocado, é preciso respeitar a base do ponto. Assim também são as criações de movimentos que geram novos movimentos na composição dos *acertos*.

As giras apresentam a sua música tema e em cima delas são construídas improvisações, que geram movimentos singulares. A improvisação é possível quando se domina a técnica, mas também quando se permite ser a composição do ritmo. Segundo Sodré (1998) o ritmo é, antes de tudo, a organização do tempo do som na composição da arte

de combinar as durações. Essa maneira de pensar a duração se constitui como uma forma de inteligibilidade do mundo, através do encontro do sentir que constitui o tempo como se constitui a consciência. Miriam Rabelo (2014) aponta que o ritmo apresenta uma natureza dual que possibilita o encontro que responde, ao mesmo tempo, ao impulso vital do corpo e a uma força que de fora o organiza. Essas definições de ritmo seguem ao encontro do que afirmou Dona Maria: “*O tambor toca no coração, é preciso sentir*”. É relevante dar ênfase à definição de que toca o coração e à necessidade de sentir, pois elas apontam para a importância de tocar o atabaque e o coração ser tocado, bem como sentir para proporcionar o encontro e os movimentos.

SER ENCONTRADO PELO MOVIMENTO E A ESCRITA

Toda essa compreensão apresentada, enquanto um fragmento da *gira* e dessa etnografia construída com as Pombogiras, só foi possível devido a constantes conversas e trocas com elas durante as *giras*. Sempre fazia o movimento de perguntar se elas gostavam do que estava sendo escrito, e se eu estava de fato entendendo o pensamento delas. A resposta era sempre bem incisiva dizendo: “*Estou vendo o que está escrevendo, está formoso, mas qualquer coisa errada e eu quebro as suas pernas*”.

Cada parte da tese foi escrita sempre perguntando para elas, e tirando dúvidas, principalmente com Dona Maria. Teve um momento da pesquisa que até falava que ela era minha coorientadora. Para finalizar a tese, perguntei à Dona Maria se estava tudo correto no que escrevi, ou faltava algo. Ela me respondeu que só faltava falar que as Pombogiras trabalham para proporcionar o autoconhecimento para os espíritos encarnados. É importante ressaltar que esse autoconhecimento deve ser compreendido na chave da pessoa enquanto uma composição entre o lado espiritual e o encarnado.

Então, o espírito encarnado ocupa o corpo devido à composição entre o lado espiritual e o encarnado, que torna possível que o espírito permaneça no corpo que ocupa. Esse corpo já é a própria encruzilhada entre os lados em plena comunicação. O papel da Pombogira é tornar essa complexidade inteligível a partir da criação dos *acertos*. Contudo, ainda que a criação dos *acertos* não garanta que o objetivo seja alcançado, ela é importante no processo de autoconhecimento. Se conhecer enquanto espírito encarnado é compreender que, sem a constante movimentação de ações entre o lado encarnado e o espiritual, não é possível fortalecer sua própria composição. É um processo comum e constante nas relações com o *povo da rua*, a partir da encruzilhada criar *acertos* e dar aconselhamentos com o intuito de recriar o espírito encarnado através do encontro. Além do processo do *povo da rua* de recriar através do encontro, na relação com a Pombogira, essa é a função principal, a de nos recriar e proporcionar o autoconhecimento de forma constante e consciente.

Uma pergunta constante quando apresentava a etnografia era sobre os riscos da pesquisa. Essa sempre foi uma parte que a explicação só era possível pensando em composição, pois ao mesmo tempo que foi preciso construir *acertos* com as Pombogiras, foi preciso construir acordos com a Universidade e o campo científico. Uma ética existente na construção dos *acertos* seguiu sendo respeitada, pois além de tornar a pesquisa possível, foi construído um vínculo meu com as Pombogiras. Sendo assim, o risco maior não era uma questão metodológica e científica, mas um risco que poderia comprometer a minha própria existência, uma vez que Dona Maria afirmou: “*Seu escrevedor tá ficando formoso e estamos contigo. Você sabe bem o que pode escrever e se escrever o que não deve eu quebro as suas pernas*”. A partir de uma relação de confiança construí com as Pombogiras foi possível seguir o que elas estavam me ensinando, e assim a pesquisa continua mesmo depois da escrita da tese.

No final do trabalho de campo, foi construído um *acerto* com Dona Sete saias e ela me deu um champanhe. Ela pediu que eu levasse para casa, abrisse após a defesa da tese e servisse primeiro para as mulheres. Ela afirmou que estaria presente. No dia 06 de dezembro de 2021, foi realizada a defesa no formato online. Após finalizar a defesa, Dona Sete Saias cumpre a sua parte no *acerto* e aparece para agradecer a minha orientadora Carolina Cantarino, por permitir que essa pesquisa fosse desenvolvida.

Em 2022, fui para a feijoada de São Jorge em Quintino, no Rio de Janeiro e entrei em um terreiro para comer. Nunca tinha passado naquele terreiro. Quando cheguei tinha algumas Pombogiras e Exus *em terra*. Dona Mulambo veio em minha direção e disse: “*Que formoso te ver aqui. Você não esquece da gente e nós não esquecemos de você*”. A presença de Dona Sete na defesa de doutorado e essa breve conversa com Dona Mulambo me fez refletir sobre a composição, os encontros, percebendo que essa etnografia é um *acerto* criado com as Pombogiras, e por isso, precisa ser constantemente renovado.

Fiz uma viagem para Salvador em 2024 e encontrei uma amiga para almoçarmos. Ela sempre me falava que eu precisava conhecer a Cigana dela. Depois do almoço, comecei a perceber ela balançando e colocando a mão na cabeça. No mesmo momento, peguei a sua carteira de cigarro que estava na mesa, acendi e dei para ela. A Cigana já recebeu o cigarro com uma gargalhada. Sandra Rosa me disse que ela não era Pombogira, mas sim, Cigana, e trazia um recado importante: “*Continue pesquisando e trabalhando com as Pombogiras, os acertos precisam ser renovados*”.

A etnografia que deu origem a essa pesquisa além de ser sobre *acertos*, segue sendo um *acerto*. Por ser um *acerto* é preciso manter o movimento, o vínculo e a composição mútua. Este artigo é mais uma renovação desse *acerto*, e assim como o fim da *gira* é só o fim do encontro marcado, pois “quando Mulambo caminhar. É que alguma

coisa vai fazer...”, o fim deste texto não é o fim do *acerto*, mas antes a continuação e renovação desse *acerto* que vai seguir seu próprio movimento e construir novas composições.

REFERÊNCIAS

ANJOS, José Carlos Gomes dos. A Filosofia Política da Religiosidade Afro-Brasileira como Patrimônio Cultural Africano. **Debates do NER**, v. 13, p. 77-96, 2008.

BASTIDE, Roger. **O candomblé da Bahia: o rito nago**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961.

GOLDMAN, Marcio. Formas do saber e modos do ser: observações sobre multiplicidade e ontologia no candomblé. **Religião e sociedade**, v. 25, n. 2, p. 102-120, 2005.

RABELO, Miriam. **Enredos, feitura e modos de cuidado: dimensões da vida e da convivência no candomblé**. Salvador: EDUFBA, 2014.

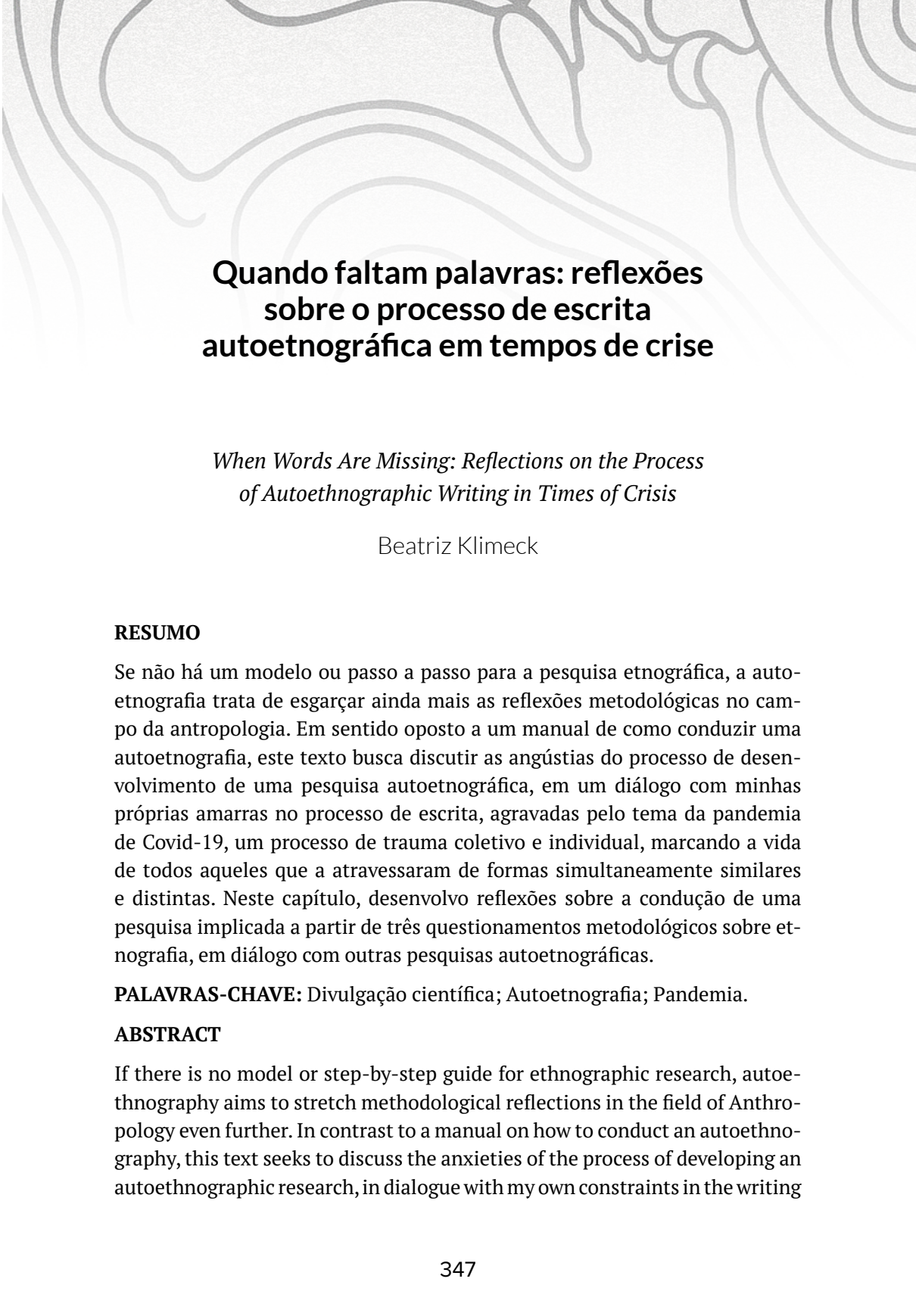
RODRIGUES, Carolina Cantarino. **Entre corpos, tempos e sujeitos: ciências, políticas e artes improvisando identidades**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

SANTANA JR., Humberto Manuel de. **“Acende a luz do candeeiro pra receber pessoa amiga”**: Encontros e acertos na encruzilhada. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2021.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, quilombos: modos e significações**. INCT, Brasília, 2015.

SODRÉ, Muniz. **Samba, o dono do corpo**. Rio de Janeiro: MAUAD, 1998.

STENGERS, Isabelle. **No tempo das catástrofes: resistir à barbárie que se aproxima**. São Paulo: Cosac Naify, 2015.



Quando faltam palavras: reflexões sobre o processo de escrita autoetnográfica em tempos de crise

*When Words Are Missing: Reflections on the Process
of Autoethnographic Writing in Times of Crisis*

Beatriz Klimeck

RESUMO

Se não há um modelo ou passo a passo para a pesquisa etnográfica, a autoetnografia trata de esgarçar ainda mais as reflexões metodológicas no campo da antropologia. Em sentido oposto a um manual de como conduzir uma autoetnografia, este texto busca discutir as angústias do processo de desenvolvimento de uma pesquisa autoetnográfica, em um diálogo com minhas próprias amarras no processo de escrita, agravadas pelo tema da pandemia de Covid-19, um processo de trauma coletivo e individual, marcando a vida de todos aqueles que a atravessaram de formas simultaneamente similares e distintas. Neste capítulo, desenvolvo reflexões sobre a condução de uma pesquisa implicada a partir de três questionamentos metodológicos sobre etnografia, em diálogo com outras pesquisas autoetnográficas.

PALAVRAS-CHAVE: Divulgação científica; Autoetnografia; Pandemia.

ABSTRACT

If there is no model or step-by-step guide for ethnographic research, autoethnography aims to stretch methodological reflections in the field of Anthropology even further. In contrast to a manual on how to conduct an autoethnography, this text seeks to discuss the anxieties of the process of developing an autoethnographic research, in dialogue with my own constraints in the writing

process, aggravated by the theme of the Covid-19 pandemic, a process of collective and individual trauma, marking the lives of all those who went through it in simultaneously similar and distinct ways. In this chapter, I develop reflections on conducting implicated research based on three methodological questions about ethnography, in dialogue with other autoethnographic research. **KEYWORDS:** Science communication; Autoethnography; Pandemic.

INTRODUÇÃO

Se entendermos a antropologia como a disciplina das ciências sociais na qual a interlocução entre pesquisador e sujeitos de pesquisa tem mais espaço para aparecer no texto, a etnografia é a forma na qual esta relação se torna aceitável como produto científico. São muitas as possibilidades de definição, mas aqui, entendo etnografia como o processo e o produto da imersão antropológica em campo, sendo ao mesmo tempo método, pesquisa e escrita. Através da pesquisa etnográfica, os(as) antropólogos(as) buscam apresentar determinados aspectos da perspectiva de mundo do grupo investigado.

É cedo na formação de cientistas sociais que aprendemos que uma boa pesquisa etnográfica não deve carregar a pretensão de registrar a *realidade* da situação investigada, mas as formas que o grupo com o qual dialogamos enxerga, interpreta e vive tal situação. Quanto mais implicados estivéssemos em um tema, mais precisaríamos nos lembrar de que conduzir a pesquisa não se trata, necessariamente, de uma busca por retratar “a verdade”.

Etnografias clássicas são por vezes compreendidas como uma interlocução entre a pesquisa científica e a literatura. Dentro da própria antropologia, há quem recomende que quem pesquisa apareça o mínimo possível dentro do texto científico. Fui repreendida ainda na graduação por uma grande pesquisadora da área, que não entendia a necessidade de que eu aparecesse no texto em uma curta frase; e imagino que ela desaprovava este texto por completo.

Outra parte do campo, ao contrário, compreende a experiência do(a) pesquisador(a) como parte integrante e fundamental do texto final; particularmente, sempre me vi próxima a este grupo. Minhas aulas de antropologia favoritas na graduação eram as que os(as) autores(as) eram convidados para falar de seus textos, e assim pudemos conhecer ainda mais as motivações, as dinâmicas e aquilo que ficava de fora da escrita dos trabalhos.

Se a etnografia convencional é um mergulho de familiarização e envolvimento com o campo, na qual o pesquisador está com corpo e mente envolvidos, a autoetnografia dá um passo além, ao borrar os limites de pesquisa. Fabiene Gama (2020) experimentou com a autoetnografia a partir de sua vida como paciente com Esclerose Múltipla, posta em uma posição de pouca agência sobre seu próprio corpo diante da autoridade médica. Anahí Guedes de Mello (2019) escreveu sua autoetnografia ciborgue a partir da sua experiência como pesquisadora surda. A autoetnografia de Julia Mistro (Rodrigues, 2022) sobre viver com Diabetes Mellitus tipo 1 durante a pandemia de Covid-19, em uma narrativa experimental com o uso de crônicas e diálogos ficcionais, divide conosco a manipulação metabólica que realizou em si, revelando detalhes íntimos de seu corpo e de suas angústias, comumente desconhecidos para leitores sem DM1. Não é banal a recorrência de pesquisas autoetnográficas sobre saúde, já que se trata de uma experiência profundamente corporificada.

A autoetnografia posiciona nosso próprio olhar e nossa interpretação da situação no centro da análise. O sujeito de pesquisa que nos ajuda a compreender o mundo não é o outro. Para Fabiene Gama (2020, p. 191), sendo uma só a pessoa que pesquisa e que é pesquisada, a autoetnografia exige múltiplas camadas de reflexividade:

Não tratamos de “dados”, mas de “experiências”. São pesquisas altamente corporificadas, reflexivas e emotivas – qualidades muitas vezes criticadas ou ig-

noradas nas pesquisas qualitativas, mesmo antropológicas – e por isso transgressoras, indisciplinadas, políticas.

Engana-se quem pensa que a autoetnografia é uma pesquisa *sobre si mesmo*, ou a acusa de ser. Trata-se, mais, de partir de uma experiência individual, de um lugar muitas vezes privilegiado de observação, para uma análise de fenômenos culturais; do particular para o coletivo a partir não de relatos de outros, mas do seu próprio. Frequentemente, aqueles que optam pela autoetnografia revelam aspectos que são silenciosos ou silenciados das narrativas sobre tais fenômenos, a partir do duplo local de pesquisador e pesquisado.

A pesquisa que desenvolvo no Labjor/Unicamp, vinculada ao grupo de pesquisa Labirinto, busca analisar o contexto da divulgação científica sobre saúde nos anos mais críticos da pandemia de Covid-19. Esse tema permitiria uma série de caminhos distintos de investigação: análise de dados quantitativos sobre canais e divulgadores de destaque; entrevistas com divulgadores; análise do conteúdo publicado pelos diversos projetos e pesquisas que foram então desenvolvidos; entre outros.

Em diálogo com minha orientadora, Daniela Manica, concluímos que o lugar a partir do qual eu escreveria sobre o tema poderia trazer uma contribuição singular. Durante os principais anos da pandemia, desenvolvi um projeto de divulgação científica que alcançou um espaço importante no debate público sobre proteção respiratória. O “Qual Máscara?”, iniciado em dezembro de 2020 por mim e meu atual marido, Ralph Holzmann, surgiu como uma página no *Instagram* voltada para responder dúvidas sobre quais tipos de máscara utilizar, como cuidar e higienizar as peças, e para compartilhar mais informações sobre os respiradores PFF2, que ofereciam uma capacidade filtrante significativamente maior do que as máscaras de tecido ou cirúrgicas.

O “Qual Máscara?” ganhou enorme proporção com o passar dos meses, visto que ocupamos certo vácuo de informação sobre os tipos de máscaras adequadas e disponíveis. Ainda havia controvérsias no uso de respiradores para o público em geral, já que as autoridades mantinham a recomendação pública para máscaras cirúrgicas e de tecido, mesmo que não oferecessem a melhor proteção possível. Nos principais meses, a página teve alcance de mais de dois milhões de usuários por mês, tornando-se a principal referência no tema nas redes sociais. Dentre alguns destaques, fomos entrevistados como “fonte científica” em uma centena de reportagens, *podcasts* e rádios, seguidos e compartilhados por artistas e celebridades de todo o país, discutimos projetos de lei sobre máscaras com membros do legislativo e desenvolvemos uma parceria com a Secretaria de Educação do Rio de Janeiro para a distribuição de máscaras PFF2 nas escolas.

Essa descrição supracitada representa a face “pública” do projeto, sobre a qual um interlocutor externo poderia escrever ao desenvolver sua pesquisa, já que são informações disponíveis amplamente. Alguns trabalhos, inclusive, debruçaram-se sobre nosso projeto para reflexões sobre linguagem e comunicação na pandemia (Bersot *et al.*, 2022; Caribé, 2021). Porém, o estatuto de divulgadora científica que adquiri me permite refletir sobre este campo a partir de um lugar privilegiado, desconhecido para o público. Escolhi, então, escrever, na minha dissertação de mestrado, sobre os processos internos de decisão de discursos, a angústia, o trauma, o assédio, a construção da autoridade científica nas redes sociais, entre outros tópicos. Essa escrita parte de uma experiência *corporificada*.

Em uma pesquisa autoetnográfica, o caderno de campo é material fundamental para o registro das percepções, histórias e relatos que irão compor a escrita final, especialmente porque a pesquisa não tem hora e local para acontecer quando você está imerso. Posteriormente, o texto do caderno pode ser analisado com mais distanciamento do momento em que ocorreu, para que categorias e reflexões possam emergir.

Em minha pesquisa, contudo, não consegui manter um caderno de campo. Primeiro, porque o volume de trabalho (para além do meu trabalho formal) ocupava todo o meu tempo. Caía em sono todos os dias após responder a inúmeras mensagens individuais que chegavam em minha caixa de entrada, já de madrugada. Quando a intensidade do trabalho foi diminuindo, meu foco passou a ser retomar o fôlego e pensar menos em Covid, doença e contágio, conforme fosse possível. Na pesquisa de doutorado que conduzia simultaneamente (Klimeck, 2023), minha experiência como divulgadora científica não era tópico, e pude me separar um pouco dessa experiência. Ainda assim, seguir nessa temática implicou um processo de escrita sofrido.

Embora eu não tenha desenvolvido um caderno de campo formal, isso não significa que não fiz registros: possuo um material digital extenso, seja em tuítes, conversas pelo *WhatsApp*, capturas de tela, fotos e publicações nas redes sociais, que juntos formam um rastro digital que utilizo para análise. No entanto, voltar a esse material é um processo doloroso, visto que todas as memórias que retornam daquele período são traumáticas: o medo do contágio, da morte, a angústia do momento político, a fragilidade dos corpos, o sentimento de urgência e iminência. Viver a divulgação científica naquele período, voltada para evitar a transmissão do vírus, e aprofundar meu conhecimento sobre a temática, foi danoso e traumático para a minha relação com o risco do contágio e de adoecer. Em um momento da vida no qual eu poderia optar por “olhar para frente”, escolher pesquisar “olhando para trás” foi, sem dúvida, a escolha mais difícil que já fiz na minha vida acadêmica.

Divido este capítulo em três partes a partir de três perguntas-provocações à etnografia. São elas: “Que tipo de texto é uma etnografia e o que é que estou fazendo?”, “Onde cabe a pesquisadora no texto etnográfico?” e “Qual o limite para que a pesquisa seja validada como científica?”, relacionando os questionamentos sobre a pesquisa autoetnográfica como inerentes à própria etnografia. Sem a pretensão

de exauri-las, apresento reflexões a fim de dialogar com o campo e outras pesquisas, mas também com o leitor ou leitora que se sinta provocado a conduzir uma pesquisa a partir de experiências próprias.

QUE TIPO DE TEXTO É UMA ETNOGRAFIA E O QUE É QUE ESTOU FAZENDO?

Mesmo com um grande número de tuítes e conversas de *WhatsApp* produzidos por mim, aos quais tenho acesso, estes dados não substituem o caderno de campo, que é um material produzido com a finalidade de ser analisado na pesquisa, e incluiria reflexões íntimas e individuais. Adentrar esse passado através dos registros que produzi apresentou algumas limitações. Primeiro, todos os registros envolviam uma relação com o outro: por mais que eu usasse as redes ou as conversas para “desabafar”, os pensamentos eram formatados e escritos para a leitura de outras pessoas, fossem seguidores ou amigos. Em um caderno de campo, o “filtro social” estaria presente de outra forma. Seria já um material voltado para a minha própria leitura posterior, um registro individual do processo de pesquisa, mais aberto no formato. Ainda, observo o material que tenho à luz de muitas novas reflexões e percepções, que embaralham minha lembrança de como eu me sentia em relação aos acontecimentos da época.

Mesmo quando escrita por pesquisadores que não desejam se expor, toda etnografia depende diretamente do etnógrafo, de sua posição e sua subjetividade: diferentes etnógrafos observando o mesmo fenômeno produzirão reflexões distintas. O corpo no campo, com suas implicações, é frequente objeto de reflexão antropológica na disciplina, especialmente nas últimas décadas.

Julia Mistro (Rodrigues, 2022), por exemplo, opta por um diálogo ficcional consigo mesma em terceira pessoa em sua dissertação, construindo e costurando uma bonita e tênue linha entre a poesia e a etnografia. Aquele que enxerga experimentações como essas, que ex-

ploram outras formas e linguagens, como “menos científicas” pode pensar que o processo de ficcionalizar um relato de pesquisa impediria a transmissão “da verdade”. Contudo, ao entrevistar um interlocutor de pesquisa sobre um evento ocorrido no passado, este também conta uma história a partir da sua memória, e também compõe a realidade a partir de uma nova narrativa, composta pelo que deseja dividir. Nosso trabalho enquanto pesquisadores envolve não adotar as perspectivas de nossos interlocutores como traduções da verdade, mas sim como interpretações da experiência. Como proposto por Clifford Geertz (2008 [1978], p. 11), textos antropológicos são ficções, “no sentido de que são ‘algo construído, algo modelado’, fabricações interpretativas de segunda e terceira mão”.

A partir da ideia de fabricação da realidade, Cristina Maria da Silva (2015, p. 11) aproxima a literatura ficcional e a escrita etnográfica na construção de uma experiência textual narrativa:

Fictício não quer dizer falso, bem como a busca pela verdade nem sempre se sustenta no verdadeiro. Pensar em rastros literários, nas ficções que permeiam a prática etnográfica e as próprias ficções da vida social é perseguir pistas, indícios, sinais de uma realidade que só se deixa ver por seus pequenos detalhes, e é constantemente recomposta pelas leituras que dela se pode fazer.

Não há verdade a ser “capturada” do interlocutor de pesquisa, não há realidade a ser narrada no artigo final: ela se constrói durante a pesquisa e a partir dos pesquisadores, seja a molécula dentro do laboratório (Woolgar; Latour, 1997), seja uma etnografia sobre o sistema prisional. De acordo com Ellis, Adams e Bochner (2011, p. 274), a autoetnografia “é uma das abordagens que reconhece e acomoda subjetividades, emotividades e a influência do pesquisador na pesquisa, ao invés de esconder-se dessas questões ou assumir que não existem”.

Não tenho a pretensão de acreditar que a autoetnografia é a *melhor* forma de pesquisar o tema que escolhi. A perspectiva privilegiada de acesso aos “bastidores” de um trabalho que realizei certamente produzirá uma pesquisa que olha menos para determinados aspectos desta experiência, que poderiam ser explorados por um pesquisador outro. Pesquisar é conduzir uma centena de escolhas, conscientes e inconscientes, independentemente da proximidade com o campo.

Partindo então desse pressuposto de que o texto etnográfico é uma composição narrativa com a experiência vivida, na qual a ficcionalização tem um lugar que não é oposto ao da verdade, penso agora em que tipo de texto pretendo trazer como etnografia, na minha pesquisa, partindo da minha própria experiência.

Conduzir uma autoetnografia é, ainda, uma escolha de vulnerabilizar-se diante do texto. Por esta razão, a sensação é a de estar descoberta em frente ao leitor. Se esta permite acesso ao íntimo, ao secreto, cada escolha do olhar também envolve considerar como tal informação será processada e compreendida por aqueles que eventualmente a lerão. Se sentar-se ao computador para pesquisar e escrever é tarefa difícil para tantos pesquisadores, especialmente aqueles em formação, acredito que fugir da escrita do texto autoetnográfico é também fugir de observar e escrutinar a si mesmo, tarefa tão desafiadora como exaustiva.

Como recurso, optei pela escrita ficcional de curtos trechos em formato de diálogo, a partir de momentos que vivi e tenho na memória, como um diário de campo *a posteriori*, ciente da limitação deste formato. O objetivo de trazê-los ao texto não é enganar o leitor de que se trata de uma memória registrada no momento em que aconteceu, mas aproximá-lo, através de tal recurso narrativo, da experiência que vivia como divulgadora científica.

ONDE CABE A PESQUISADORA NO TEXTO ETNOGRÁFICO?

Gustavo Raimondi (Raimondi; Moreira; Barros, 2019), ao submeter sua pesquisa ao Comitê de Ética da instituição na qual realizava seu doutorado, recebeu uma *acusação* de “extrema subjetividade”, avaliando-o como pertencente ao campo que propunha estudar e rejeitando o desenvolvimento do trabalho. Ser um homem gay na Medicina o impediria, segundo os pareceristas, de produzir uma reflexão científica *distanciada* sobre homens gays na formação em Medicina. Ouvir o relato de Gustavo em uma Reunião de Antropologia da Saúde em 2017 me marcou de tal forma que passei a desejar compor um Comitê de Ética (CEP), de forma a possibilitar que trabalhos como o dele não fossem impedidos de ser realizados por causa da corporalidade dos pesquisadores; desde que, claro, a posição do pesquisador não ferisse princípios básicos dos entrevistados, como um chefe buscando pesquisar sobre seus funcionários, por exemplo. Ao ingressar no programa de Doutorado do Instituto de Medicina Social, me tornei membra do seu CEP, onde permaneci por três anos.

Como docente da disciplina de Ética para graduandos em Ciências Sociais no primeiro período, o texto de Raimondi, Moreira e Barros (2019) passou a integrar minha ementa, juntamente a um exercício de posicionalidade. Após a discussão do texto em sala, os alunos são convocados a inventar um tema de pesquisa sobre o qual gostariam de investigar e escrever sobre de que forma estão posicionados e implicados no tema. O desafio é posto para todos, mesmo aqueles que estão distantes da temática que se interessarem, e arrisco dizer que a reflexão é mais intensa especialmente para estes.

Demonstrar seu distanciamento em relação ao tema da pesquisa é também permitir espaço para emergir o que não se consegue alcançar ou compreender, e as lacunas que uma pesquisa a partir daquele lugar pode apresentar. Ao longo da trajetória de pesquisadores em formação acadêmica, são poucas as vezes em que somos convocados a re-

fletir sobre as razões pelas quais pesquisamos um tema. Mas, ao sinal de alguma proximidade entre a experiência corporificada do pesquisador e dos sujeitos de pesquisa, como pessoas negras pesquisando sobre negritude, surge uma acusação de “viés”.

Mesmo diante do exercício reflexivo constante e da certeza do valor das pesquisas implicadas, conduzir a minha própria reflexão segue sendo um desafio. Na minha dissertação de mestrado em Saúde Coletiva (Klimeck, 2020), meu envolvimento com a temática dos transtornos alimentares apareceu em poucos parágrafos e somente por insistência do meu orientador, que não compreendia meu receio em aparecer no texto. Vivi e produzi conteúdo para as redes sociais sobre o tema há alguns anos, o que dizia sobre minha posicionalidade. E o trabalho que produzi foi possibilitado justamente pelo meu lugar: minhas entrevistadas surgiram pelas minhas redes sociais, tive acesso à literatura internacional do campo dos *fat studies* porque estava em rede com ativistas, conheci questões importantes do tema porque estava em diálogo com pessoas afetadas.

No doutorado (Klimeck, 2023), permiti que minha relação com o campo aparecesse mais. Primeiramente, porque conduzi uma etnografia digital a partir do meu perfil no *Twitter*, cujas interações eram mediadas pelo número de seguidores, pelo alcance do perfil e por quem eu era na internet. Da mesma forma, meu campo presencial foi possibilitado por ocupar esse lugar, uma vez que fui pesquisar no laboratório de uma importante cientista e divulgadora científica na discussão sobre transmissão viral, que conheci pelo trabalho nas redes sociais. Na ocasião, optei confortavelmente por deixar questões diretamente relacionadas à experiência que tive com a divulgação das máscaras para serem elaboradas nesta pesquisa de mestrado. Era ainda um mecanismo para delimitar o quanto de mim precisava aparecer naquele texto.

Em *Isso não é uma autoetnografia!*, Ana Clara Damásio (2022) narra como desenvolver sua etnografia entre suas parentes-interlocutoras a fez ter sua pesquisa rotulada, diversas vezes, como autoetnográfica, mesmo que não fosse. A associação entre pesquisar uma temática na qual se está implicada com a condução de uma pesquisa autoetnográfica, segundo a autora, recai especialmente sobre temáticas e pesquisadores com corpos marcados por gênero, classe e raça. A separação entre sujeito e objeto sustenta a base do pensamento científico moderno, e quando também se é o “outro” pesquisado, aparece a acusação de falta de objetividade.

Em sua experiência com pareceristas de seus artigos, Damásio (2022, p. 8) observou como a autoetnografia servia para “inscrever determinados corpos, pesquisas e temáticas em determinados espaços, por mais que estes mesmos corpos não queiram estar ali”, e lembrou que Gilberto Velho não teve seu trabalho qualificado como autoetnografia, mesmo quando escreveu sobre seu edifício ou sobre a empregada doméstica que contratava em sua casa. Ou seja, a autoetnografia precisa ser uma escolha ferramental individual do próprio pesquisador, e não um rótulo a ser aplicado em pesquisas implicadas. Caso contrário,

fica visível que a autoetnografia pode ser utilizada como argumento, dispositivo e ferramenta para localizar o “Outro” que pesquisa o “Outro”, ou para aquele que está próximo demais daquele com quem pesquisa e etnografa (Damásio, 2022, p. 9).

A partir do momento em que se opta por essa metodologia, esses mesmos pesquisadores podem compreender a autoetnografia como prática contra-hegemônica, como propôs Camila Fontenele de Miranda (2022). A autora afirma ter encontrado na autoetnografia a possibilidade de nomear “os atravessamentos, as sujeições, as violências, as in-

tolerâncias, as dominações”, de forma a mobilizar esta prática como forma de “cuspir suas palavras no mundo” (Miranda, 2022).

Destaco que, na minha pesquisa, há não somente a dificuldade inerente em escrever e observar, mas a investigação de uma experiência traumática. Em setembro de 2024, já distante do início da pandemia de Covid-19, o Brasil viveu um período de queimadas intensas por todo o país, no qual uma densa fumaça preta atingiu milhares de cidades. Naquele momento, meus estudos sobre mitigação de risco para a má qualidade do ar me fizeram produzir alguns vídeos para as redes, além de conceder entrevistas para jornais e revistas. O que poderia ser uma experiência comum para um pesquisador que usa as redes me deslocou para o mesmo lugar que vivi com o “Qual Máscara?”: senti dificuldade de relaxar no fim do dia de trabalho, porque inúmeras mensagens se acumulavam em minha caixa de entrada pedindo recomendações ou análises de purificadores de ar. Diante da má comunicação do Ministério da Saúde (Bomfim; Araújo, 2024), sentia-me responsável e culpada por não fazer “o bastante”, por não ir ao meu limite: como me sentia no direito de descansar, ciente de que poderia gravar mais um vídeo, que poderia ser assistido por uma pessoa que então protegeria os pulmões de uma criança ou um idoso?

Esse é um exemplo de uma sensação dividida com outros divulgadores científicos que produziram conteúdos durante a pandemia de Covid: as redes sociais permitem um acesso individualizado ao divulgador (por meio de mensagens privadas), de forma que não ser capaz de responder e atender a todas as demandas pode levar a uma acusação de descaso ou à sensação de obrigação por responder satisfatoriamente às mensagens, em um processo de responsabilização pela saúde do outro, que deixou marcas em mim e em outros divulgadores.

Compreendendo a relação com o trauma como parte intrínseca do processo dessa pesquisa, emerge o conflito da sensibilidade de se escrever, ou seja, reativar, remexer e produzir memórias acerca de um

período traumático a partir de fragmentos, símbolos, partes e até testemunhos (Das, 2011). A autoetnografia permite que o trauma vivido, compartilhado e acolhido seja esse ponto de partida.

QUAL O LIMITE PARA QUE A PESQUISA SEJA VALIDADA COMO CIENTÍFICA?

Em determinado momento, tamanha a angústia, iniciei um processo de reflexão de como *fugir da autoetnografia*: seria possível desistir dessa estratégia e buscar um tema correlato, no qual a minha experiência não precisasse ficar ao centro? Por trás deste sentimento, percebi grande receio de que minha pesquisa não fosse considerada científica, mas como uma narrativa egocêntrica e autocentrada sobre a minha experiência.

Voltando à noção de vulnerabilidade diante do texto, escrever uma autoetnografia é também escrever com o seu leitor imaginário diante de você. E, por vezes, fantasio com aquele que carrega o carimbo cheio de tinta capaz de validar minha pesquisa ou igualá-la a um panfleto, um delírio. Não se trata de um medo infundado: na banca de defesa, os convidados podem ler seu trabalho a partir de outra noção de ciência e desqualificá-lo. Na tradicional leitura por pares, os revisores anônimos podem considerar que sua pesquisa e toda a sua dedicação e exposição de si para a condução do trabalho de nada valem. A distinção, aqui, em relação a outras pesquisas, envolve o desprestígio da implicação do pesquisador por diversas escolas de pensamento, quanto mais em uma pesquisa na qual a implicação é a espinha dorsal.

Para Donna Haraway (2009, p. 21), situar os saberes ao nomear a construção das perspectivas científicas parciais é o que, de fato, nos faz caminhar em direção a uma ciência feminista: “a objetividade revela-se como algo que diz respeito à corporificação específica e particular e não, definitivamente, como algo a respeito da falsa visão que promete transcendência de todos os limites e responsabilidades”.

Na condução de uma pesquisa autoetnográfica, portanto, é preciso tirar desse leitor, real ou imaginário, a capacidade de validar ou invalidar o que se escreve. É preciso separar a crítica construtiva, fundamental para o aprimoramento de qualquer pesquisa acadêmica, da crítica que parte de outra visão de ciência e que não compreende ou não valida o que está sendo realizado. O mesmo se aplica para a etnografia, que, lida fora do campo antropológico, pode ser (e é) acusada de “pouco objetiva” e “anedótica” para critérios de validação científica ditos “universais”, mas que se baseiam na lógica das ciências naturais.

Por isso, concluo que buscar tal validação constitui uma armadilha para o próprio fazer científico e para a ciência. Se pesquisas posicionadas conduzidas de forma ética, com sólida base metodológica e teórica, forem acusadas de não científicas, ao invés de se destruir a pesquisa e o pesquisador, elas poderiam ser vistas como novas possibilidades para um caminho a se seguir com o conhecimento científico, mais conectado à situacionalidade das pessoas que o produzem. Estar ciente de que tipo de ciência se produz é também saber delimitar o que não se quer fazer. Assumir a inexistência de uma neutralidade, escolher expor os vieses e escrever intencionalmente a partir destes, é escolher se opor a determinadas noções de ciência. Clássicas e estáveis, essas noções e perspectivas hegemônicas sobre a ciência consideram a etnografia e tantas pesquisas nas Ciências Humanas como “não científicas”, acusação já antiga para o nosso campo de conhecimento.

Nesse sentido, a autoetnografia aprofunda esse vinco e pode ser uma aliada na construção de uma outra academia, mais inclusiva e criativa, mais humanizada e melhor situada politicamente. Uma produção de ciência na qual o universal não é masculino, branco e cisgênero; na qual vieses são explorados em todas as pesquisas e não somente as rotuladas como “identitárias”; na qual a linguagem acadêmica não é restrita aos moldes antigos do que seria intelectualidade; uma universidade que compreende a realidade do novo perfil discente que a compõe. E como a régua do que constitui uma “boa” autoetno-

grafia não existe *a priori*, cabe a nós, na tentativa e erro, e em diálogo com pares que respeitam e buscam construir a ciência na qual acreditamos, encontrar caminhos para conduzi-la, escrevê-la e validá-la.

REFERÊNCIAS

BERSOT, Dayse Carias; OLIVEIRA, Bruna Martins; GUIMARÃES, Maria Cristina Soares. Pane no sistema: inquietações e reflexões sobre a importância da Educação Popular em Saúde em tempos pandêmicos. **Boletim do Instituto de Saúde-BIS**, v. 23, n. 2, p. 93-103, 2022.

BOMFIM, Thiago; ARAÚJO, Mariana. Ministério da Saúde é criticado por sugerir bandana como proteção à fumaça. **UOL Notícias**, São Paulo, 27 ago. 2024. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2024/08/27/queimadas-protecao-mascara.htm>. Acesso em: 24 nov. 2024.

CARIBÉ, João Carlos Rebello. **Vida Conectada**: desafios e desenvolvimento de uma plataforma para divulgação científica de pesquisas sobre mediação algorítmica. 2021. 93 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Divulgação e Popularização da Ciência) – Museu da Vida, Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz; Casa da Ciência, Universidade Federal do Rio de Janeiro; Fundação CECIERJ; Museu de Astronomia e Ciências Afins; Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2021.

DAMÁSIO, Ana Clara. Isso não é uma autoetnografia! **Mediações** – Revista de Ciências Sociais, Londrina, v. 27, n. 3, p. 1-14, 2022. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/46479>. Acesso em: 22 mai. 2025.

DAS, Veena. O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 37, p. 9-41, 2011. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8645006>. Acesso em: 22 mai. 2025.

ELLIS, Carolyn, ADAMS, Tony, BOCHNER, Arthur. Autoethnography: An Overview. **Historical Social Research** 36, no. 4 (138) (2011): 273–90. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/23032294>. Acesso em 25 mai. 2025.

GAMA, Fabiene. A autoetnografia como método criativo: experimentações com a esclerose múltipla. **Anuário Antropológico**, v. 45, n. 2, p. 188-208, 2020.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008 [1978].

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 7-41, 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773> Acesso em: 14 mai. 2025.

KLIMECK, Beatriz. **“Anorexia? Não, olha seu tamanho”**: anorexia nervosa “atípica” em mulheres gordas. 2020. 115 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <http://www.bdttd.uerj.br/handle/1/18229> Acesso em: 22 mai. 2025.

KLIMECK, Beatriz. **#covidisairborne**: produção e circulação de evidências sobre a transmissão da Covid-19. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <http://www.bdttd.uerj.br/handle/1/20897> Acesso em: 22 mai. 2025.

MELLO, Anahí Guedes de. **Olhar, (não) ouvir, escrever**: uma autoetnografia ciborgue. 2019. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

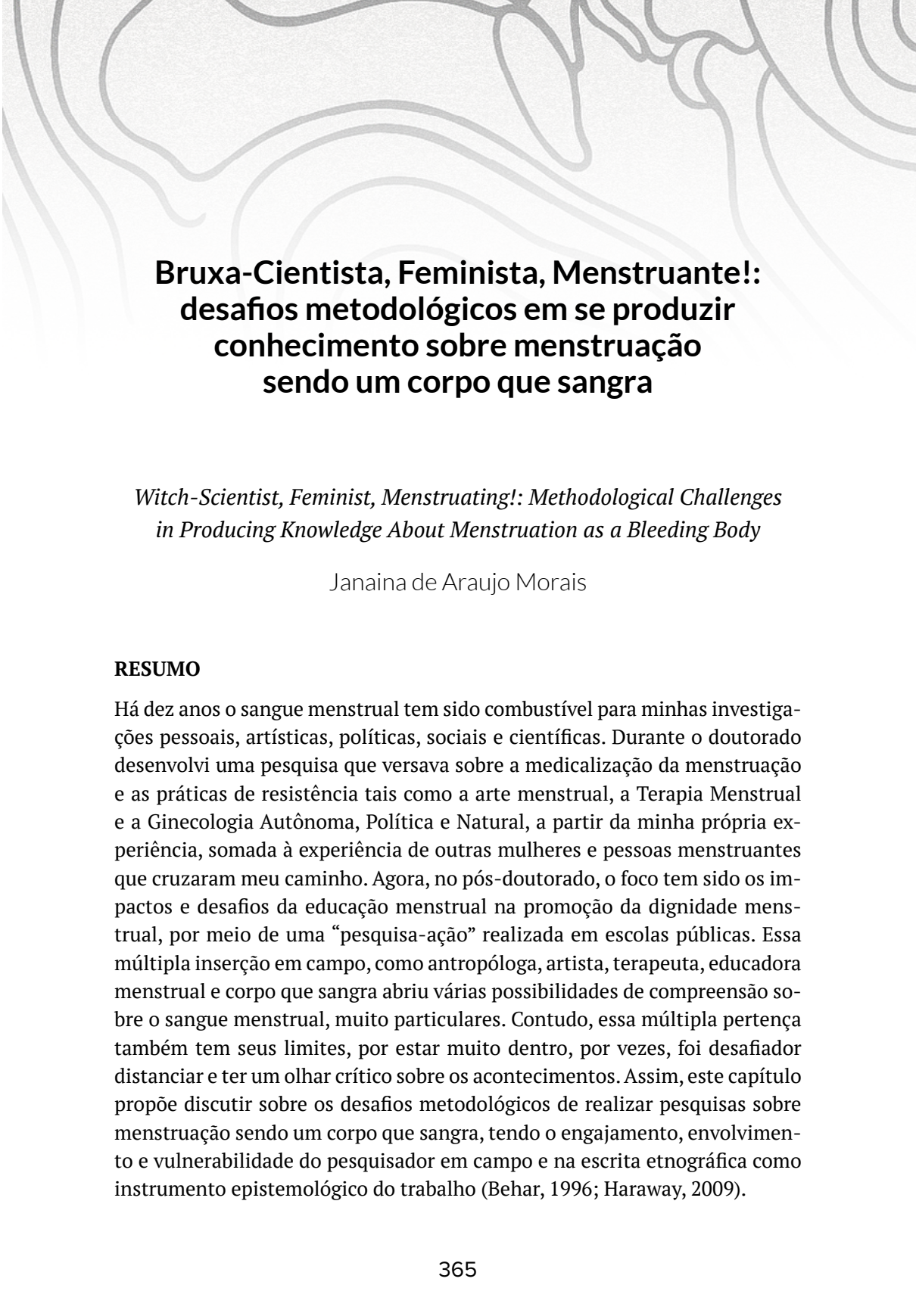
MIRANDA, Camila Fontenele de. A autoetnografia como prática contra-hegemônica. **Teoria e Cultura**, v. 17, n. 3, p. 70-78, 2022.

RAIMONDI, Gustavo Antonio; MOREIRA, Cláudio; BARROS, Nelson Filice de. O corpo negado pela sua “extrema subjetividade”: expressões da colonialidade do saber na ética em pesquisa. **Interface** – Comunicação, Saúde, Educação, v. 23, 2019.

RODRIGUES, Júlia Mistro. **Performando riscos**: autoetnografia de viver com Diabetes Tipo 1 na pandemia de Covid-19. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

SILVA, Cristina Maria da. Antropologias do sensível: etnografia e ficção como artes de fazer pesquisa. *In*: Reunião Equatorial de Antropologia. **Anais da V Reunião Equatorial de Antropologia**. Maceió: EDUFAL, 2015.

WOOLGAR, Steve; LATOUR, Bruno. **A vida de laboratório**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.



Bruxa-Cientista, Feminista, Menstruante!: desafios metodológicos em se produzir conhecimento sobre menstruação sendo um corpo que sangra

*Witch-Scientist, Feminist, Menstruating!: Methodological Challenges
in Producing Knowledge About Menstruation as a Bleeding Body*

Janaina de Araujo Moraes

RESUMO

Há dez anos o sangue menstrual tem sido combustível para minhas investigações pessoais, artísticas, políticas, sociais e científicas. Durante o doutorado desenvolvi uma pesquisa que versava sobre a medicalização da menstruação e as práticas de resistência tais como a arte menstrual, a Terapia Menstrual e a Ginecologia Autônoma, Política e Natural, a partir da minha própria experiência, somada à experiência de outras mulheres e pessoas menstruantes que cruzaram meu caminho. Agora, no pós-doutorado, o foco tem sido os impactos e desafios da educação menstrual na promoção da dignidade menstrual, por meio de uma “pesquisa-ação” realizada em escolas públicas. Essa múltipla inserção em campo, como antropóloga, artista, terapeuta, educadora menstrual e corpo que sangra abriu várias possibilidades de compreensão sobre o sangue menstrual, muito particulares. Contudo, essa múltipla pertença também tem seus limites, por estar muito dentro, por vezes, foi desafiador distanciar e ter um olhar crítico sobre os acontecimentos. Assim, este capítulo propõe discutir sobre os desafios metodológicos de realizar pesquisas sobre menstruação sendo um corpo que sangra, tendo o engajamento, envolvimento e vulnerabilidade do pesquisador em campo e na escrita etnográfica como instrumento epistemológico do trabalho (Behar, 1996; Haraway, 2009).

PALAVRAS-CHAVE: Menstruação; Metodologia; Produção do conhecimento; Ciência; Feminismos.

ABSTRACT

For the past ten years, menstrual blood has been the driving force behind my personal, artistic, political, social, and scientific investigations. During my PhD, I developed a research project focused on the medicalization of menstruation and practices of resistance such as menstrual art, Menstrual Therapy, and Autonomous, Political, and Natural Gynecology, based on my own experience combined with the experiences of other women and menstruating people who crossed my path. Now, in my postdoctoral work, the focus has shifted to the impacts and challenges of menstrual education in promoting menstrual dignity, through an “action-research” project conducted in public schools. This multifaceted field engagement—as an anthropologist, artist, therapist, menstrual educator, and bleeding body—has opened up various unique possibilities for understanding menstrual blood. However, this multiple belonging also has its limits. Being so deeply embedded sometimes made it challenging to step back and adopt a critical perspective on the events. Thus, this chapter aims to discuss the methodological challenges of conducting research on menstruation as a bleeding body, considering the researcher’s engagement, involvement, and vulnerability in the field and in ethnographic writing as epistemological tools of the work (Behar, 1996; Haraway, 2009).

KEYWORDS: Menstruation; Methodology; Knowledge production; Science; Feminisms.

INTRODUÇÃO

O sangue menstrual me atravessou, rompeu, chocou, deslumbrou, hipnotizou, seduziu, impactou, fascinou, contagiou, movimentou de infinitas maneiras que não cabem em palavras. Ainda assim, humildemente, aceitei o desafio de ser canal e tradutora de um fluxo de experiências e vivências que envolvem a menstruação, seus múltiplos significados e interpretações, as diversas práticas e narrativas mobilizadas e as emoções despertadas, a partir da minha própria trajetória com o sangue menstrual, que se cruzou à trajetória de tantas

outras mulheres e corpos menstruantes, nesses dez anos dedicados à pesquisa sobre menstruação.

Esse Caminho Vermelho¹ começou, em 2014, de forma despreten-siosa, a partir de uma inquietação pessoal, quando comecei a investigar um diagnóstico de Síndrome dos Ovários Policísticos, recebido quando eu tinha 15 anos de idade, e que me levou a tomar pílula contracepti-va por dez anos. Ao decidir parar de tomar o medicamento e começar a pesquisar por tratamentos alternativos, tive contato com uma rede transnacional de mulheres e pessoas menstruantes que buscavam co-nhecer seus corpos, questionar a medicalização da menstruação e a construção do saber médico científico, procurando resgatar um conhe-cimento ancestral de cura através das plantas. O contato com essas pessoas e com esse conhecimento foi me instigando cada vez mais e aquilo que começou com uma inquietação pessoal passou a ser per-cebido também como algo social, político, terapêutico, artístico e cien-tífico, levando-me a desenvolver a tese de doutorado intitulada *Portal Vermelho: uma etnografia sobre corpo, gênero, sangue, emoções e experi-ência*, defendida em dezembro de 2021.

Nesta pesquisa, busquei refletir sobre as diferentes perspecti-vas que emergem, atualmente, em relação à menstruação, procuran-do compreender de que forma o tabu da menstruação é forjado, como a medicalização da menstruação acontece e de que maneira tem in-fluenciado as narrativas e práticas das mulheres e outros corpos mens-truantes. Também importou refletir sobre os processos de resistência à medicalização e ressignificação da menstruação e do sangue mens-

1 Utilizo essa expressão Caminho Vermelho, bem como outras tais como Mar Vermelho (mais à frente) em alusão ao título da tese de doutorado “Portal Vermelho”, onde faço uso dessa expressão como uma metáfora, na tentativa de traduzir, para o campo das palavras, as experiências vividas a partir do contato com o sangue menstrual durante trabalho de campo. O Vermelho e as águas vermelhas também surgem como metáfora para falar de menstruação, assim como outras palavras foram utilizadas ao longo dos séculos, tais como lua, flor, regras, dentre outras, para esse mesmo fim. Há inclusive uma tradição nativa americana do Caminho Vermelho, que faz a mesma referência (Moraes, 2021). Para outras informações acessar a tese, disponível em: <https://repositorio.ufff.br/jspui/handle/ufff/13739> Acesso em: 22 mai. 2025.

trual, tais como a arte menstrual, a Terapia Menstrual² e a Ginecologia Autônoma, Política e Natural³, a partir da minha própria experiência, somada à experiência de outras mulheres e pessoas menstruantes que cruzaram meu caminho, visto que, nesse processo de busca da minha própria cura, fui impelida a assumir, também, uma identidade enquanto multiplicadora dos saberes menstruais, promovendo encontros, aulas, cursos e oficinas. Como marco teórico-metodológico, este trabalho buscou resgatar o rol da corporalidade, procurando explorar os diversos sentidos dentro do trabalho de campo, bem como uma escrita orientada pela subjetividade, por um saber localizado, encarnado, corporificado, de uma pesquisadora que se emocionou, se envolveu e deixou-se afetar pelo campo (Behar, 1996; Csordas, 1994; Haraway, 2009; Latour, 2004).

Esse caminho não se encerrou com o doutorado e, no momento, estou desenvolvendo um projeto de pós-doutorado que tem como questão central refletir sobre como a educação menstrual pode contribuir para uma ação social na promoção da dignidade menstrual e no combate à pobreza menstrual.⁴ Por meio de uma pesquisa qualitativa, conduzida com alunos e alunas de escola pública, parti-

2 A Terapia Menstrual é um método criado pela argentina Zulma Moreyra, para quem as enfermidades relacionadas ao ciclo menstrual têm origens e causas mais profundas, percebendo essas disfunções não apenas como uma manifestação fisiológica do corpo, mas também como sintomas de desequilíbrios emocionais, energéticos e espirituais. Esse método foi desenvolvido por Zulma, há mais ou menos 20 anos, a partir de seus trabalhos com círculos de mulheres, de sua investigação sobre a espiritualidade feminina, os ciclos hormonais e a herbolaria (Morais, 2021).

3 A Ginecologia Autônoma é uma prática que surge a partir do movimento *self-help*, iniciado na década de 1960, que instigava as mulheres a conhecerem seu próprio corpo e sexualidade, usando o exercício do autoconhecimento como forma de libertação (Material oficina Vulva Sapiens *apud* Moraes, 2017). Uma metodologia muito utilizada por esse movimento era a dos grupos de consciência e reflexão feministas, em que várias mulheres se reuniam nas casas umas das outras, ou em locais públicos, para expressarem e reconhecerem suas próprias experiências, além de discutirem temas diversos relacionados ao contexto do momento (Morais, 2017).

4 O termo pobreza menstrual nasceu na França, durante a luta pela construção de políticas públicas voltadas a um conceito marcado por singularidades e complexidades que representam a falta de acesso a recursos, conhecimento e infraestrutura adequada para que as meninas tenham capacidade de obter uma menstruação segura (Cavalcante; Santos, 2022).

cipantes do programa de educação menstrual proposto pelo projeto, buscamos compreender quais são as narrativas e práticas em relação à menstruação mobilizadas por esses jovens e pela comunidade escolar e de que forma o conhecimento circulado por meio das oficinas pode contribuir para a disseminação de saberes sobre o tema, promovendo uma transformação social. Para tanto, esta pesquisa se orienta por meio de uma perspectiva feminista interseccional e decolonial, considerando as múltiplas realidades de meninas mulheres e menstruantes, dando importância a questões raciais, territoriais, de gênero, dentre outras. E também possui como marco teórico-metodológico a “pesquisa-ação” (Malmann, 2015) e o engajamento, envolvimento e vulnerabilidade do pesquisador em campo e na escrita etnográfica como instrumento epistemológico do trabalho (Behar, 1996; Haraway, 2009).

As múltiplas inserções em campo, como antropóloga, artista, educadora, terapeuta menstrual e corpo que sangra abriram várias possibilidades de compreensão sobre o sangue menstrual muito particulares. Abriu-se um campo de conhecimento que só se acessa vivendo, tocando, sentindo, respirando, criando e experimentando com o sangue, algo que diz sobre uma intimidade, de você consigo e seu corpo, mas também com outras mulheres e corpos que sangram. No caso da pesquisa de doutorado, por exemplo, eu não era uma estrangeira, eu era uma pessoa íntima de mim e das pessoas que cruzaram meu caminho; havia confiança e segurança para se falar sobre assuntos e temas que poderiam não existir, caso o interlocutor fosse uma pessoa desconhecida. Contudo, essa múltipla pertença também tem seus limites, por estar muito dentro, por vezes, foi desafiador distanciar e ter um olhar crítico sobre os acontecimentos. Ainda, algumas vezes havia conflito entre as pertencas: para a antropóloga um evento significou uma coisa e para a terapeuta, educadora e artista outra. Assim, o desafio foi dar espaço para todas essas vozes ecoarem e nenhuma sobrepor a outra. Ao longo da escrita elas vão se encontrando, costurando e dando corpo a esse Mar Vermelho de pesquisas menstruais.

Neste capítulo, proponho discutir sobre os desafios metodológicos de se realizar pesquisas sobre menstruação sendo um corpo que sangra, tendo como marco teórico-metodológico o engajamento, envolvimento e vulnerabilidade do pesquisador em campo e na escrita etnográfica. Para essa discussão, irei focar na experiência do campo e da escrita da tese de doutorado. Assim, a partir dos dados vamos tentar delinear as possibilidades e os limites desse tipo de prática metodológica.

EXPLORANDO O CAMPO E CONSTRUINDO OS APORTES TEÓRICO-METODOLÓGICOS

A partir das primeiras buscas que realizei na internet, em páginas, blogs e grupos, comecei a buscar cursos, formações, coletivos, círculos de mulheres para que eu pudesse participar e me aprofundar mais no tema. Além disso, inspirada pelas mulheres que faziam arte menstrual, comecei também a criar artisticamente imagens fotográficas e vídeos com meu próprio sangue, em uma tentativa de ressignificar a minha relação com a menstruação, que pelos anos de contraceptivo, estava em um modo automático, sem muita reflexão.

Nessa época, conheci o coletivo feminista mexicano Vulva Sapiens, construído, em 2013, por cinco mulheres investigadoras com diferentes formações (antropólogas, historiadoras, sociólogas etc.) que possuíam grande interesse em temas como a saúde feminina, a Ginecologia Autogestiva,⁵ a apropriação e construção do corpo e sua dimensão política. O Coletivo oferecia um curso online de *Ginecología Autogestiva*, com duração de três meses, que abordava temas tais como: anatomia, autoexploração do corpo, ciclicidade do corpo feminino e menstruante (menarca, menstruação, gestação, menopausa), sexualidade, ervas para cura de diferentes enfermidades, dentre outros assuntos. Além deste curso, participei de outras formações e vivências que envolviam a saúde das mulheres e corpos menstruantes, e depois de algum tem-

5 A Ginecologia Autogestiva pode ser compreendida na mesma dimensão que a Ginecologia Autônoma.

po pesquisando sobre o tema e agregando conteúdo, fui percebendo que as informações com as quais eu estava tendo contato eram muito necessárias, por serem pouco difundidas e acessíveis, naquele momento, e precisavam ser compartilhadas.

Assim, em 2016, desenvolvi um projeto intitulado “Meu Corpo, Meu Sangue – ressignificando a menstruação”, financiado pela Lei Municipal de Incentivo à Cultura de Juiz de Fora, Lei Murilo Mendes (Minas Gerais, Brasil), que buscou incentivar as mulheres e pessoas menstruantes a conhecerem seus corpos, seus ciclos e sua sexualidade, por meio da arte menstrual e da Ginecologia Autônoma. O projeto envolvia a criação de uma exposição interativa com as imagens fotográficas criadas a partir do sangue menstrual, o desenvolvimento de um blog, um grupo secreto e uma página no *Facebook*, para o compartilhamento das informações, frutos das pesquisas e vivências, além da realização de uma oficina de Ginecologia Autônoma.

O projeto Meu Corpo, Meu Sangue instigou-me a ir mais fundo nas pesquisas e percebi a relevância de aliar esses saberes experienciais aos teóricos, visto que as teorias sociais me auxiliaram no processo de compreensão histórica e cultural do que estava sendo vivido e sentido, e as experiências também eram capazes de questionar e causar deslocamentos nesses próprios processos histórico-culturais. Assim, senti que tanto eu mesma quanto a academia e o campo de trabalho artístico, político, educativo e terapêutico com o sangue menstrual beneficiar-se-iam dessa união e decidi desenvolver o projeto de doutorado, cujo fruto é a tese *Portal Vermelho*. Iniciei o doutorado em 2017, dando continuidade às oficinas de Ginecologia Autônoma, aos estudos, trabalhos terapêuticos e educativos, bem como às outras vivências e formações tais como a Terapia Menstrual e a Limpeza do Sangue Menstrual.⁶ No pós-doutorado, tudo isso se desdobra ainda mais,

6 A Limpeza é uma prática que existe dentro da Terapia Menstrual e consiste em um método de limpeza de todos os órgãos envolvidos no ciclo menstrual, para se coletar o sangue e realizar vários tipos de medicina, tais como tinturas, unguentos e cristais (Morais, 2021).

e as oficinas de Ginecologia Autônoma vão dando espaço às oficinas de educação menstrual, onde todo conteúdo e metodologia foram desenvolvidos por mim,⁷ com base nos cursos, formações e vivências anteriores.

Todas essas experiências, em dez anos de pesquisa, foram vividas por um corpo que sangra e que carrega consigo histórias, memórias e vivências únicas que envolvem a menstruação, produzindo conhecimento em contato e reflexão com outros corpos que também sangram. Como, então, incluir minhas próprias experiências, unidas às narrativas e práticas de outros corpos que sangram sem, no entanto, comprometer a legitimidade da pesquisa? Essa é uma pergunta que orientou a pesquisa de doutorado e também segue norteando a pesquisa de pós-doutorado.

Durante a minha trajetória acadêmica, sempre pesquisei temas que eram, de certa forma, familiares. Enquanto feminista e acadêmica, pesquisando movimentos feministas,⁸ ocupei muitas vezes uma posição de liminaridade, posição esta já relatada por outras militantes acadêmicas. Essa tensão alcançou novo patamar com a pesquisa de doutorado, quando busquei resgatar o rol da corporalidade e das emoções, explorando uma escrita orientada pela subjetividade, por um saber localizado, encarnado, corporificado e vulnerável.⁹

Como Ruth Cardoso (1986) aponta, a valorização da observação participante nas pesquisas antropológicas tem feito cada vez mais os antropólogos se engajarem nas pesquisas, caminhando

7 Nas oficinas realizadas na Escola Barão Geraldo de Rezende, em Campinas, utilizamos também o *podcast De Lua em Lua*, fruto do projeto de iniciação científica do Ensino Médio (PIBIC-EM) “Menstruação e Antropologia: Multiplicando possibilidades para alcançar dignidade” realizada pelo Labirinto/Labjor da Unicamp em parceria com o projeto “Olhos no Futuro” da FEEC/Unicamp e com a equipe do Podcast *Mundaréu*.

8 A minha dissertação de mestrado foi sobre o uso político do corpo na Marcha das Vadias do Rio de Janeiro de 2013.

9 No projeto de pós-doutorado sigo a mesma linha, pois falar sobre as experiências que envolvem a menstruação é falar sobre algo íntimo, capaz de mobilizar memórias, histórias, experiências e emoções que também estão relacionadas a uma dimensão política e social do tema.

para uma participação observante. Além disso, a autora afirma que a subjetividade se faz cada vez mais presente, porque a noção de neutralidade, proposta pelos positivistas, já não é mais defendida. Desse modo, colocar o antropólogo no cenário da pesquisa passaria a ser uma necessidade para dominar a relação que o leva ao conhecimento. Entretanto, muitos desses relatos etnográficos limitam-se a expressar as aventuras do antropólogo sem colocá-las explicitamente como etapas do conhecimento. O que geralmente acontece é uma descrição de todo o percurso até a entrada em campo e depois que isso é feito, parte-se para uma análise “objetiva” do campo, “causado pela falta de segurança quanto aos limites da participação e as exigências da objetividade” (Cardoso, 1986, p. 104).

Outro autor que elaborou sobre a observação participante foi Marcelo Mercante (2006) que, em sua pesquisa de doutorado sobre o uso ritualístico do daime,¹⁰ na Barquinha, introduz a noção de “observação experiencial” (Goulet; Young, 1994 *apud* Mercante, 2006), ressaltando a importância de experimentar a cultura pesquisada. Essa noção implica que, para o estudo dentro de uma tradição espiritual ter sucesso, é necessário um treinamento nesta. Assim, tanto as experiências do próprio antropólogo quanto sua auto-observação são entendidas como ferramentas importantes de pesquisa. Essa ideia é cada vez mais evidente em pesquisas antropológicas dentro do campo espiritualista, como podemos ver, também, na tese de doutorado de Isabel Santana de Rose (2010), sobre os Guarani, a Ayahuasca e o Caminho Vermelho, bem como no trabalho de Beatriz Labate (2004). Em sua pesquisa, Labate (2004) faz uma reflexão sobre sua dupla inserção em campo como antropóloga e ayahuasqueira, visto que seu interesse neste tema envolvia uma busca existencial pessoal, bem como um grande interesse antropológico, não sendo capaz de separar o pessoal do profissional. Para a autora, essa situação envolve desafios, ten-

10 Chá de ayahuasca, também conhecido como Santo Daime, é uma bebida feita a partir da infusão de duas plantas, utilizada em rituais religiosos.

sões e ambiguidades, ao passo que também forja um lugar de fala potencialmente privilegiado.

Assim como Labate (2004), o meu interesse pelo sangue menstrual parte de uma busca existencial e de cura pessoal, que logo é percebido também atrelado ao meu interesse antropológico, político, artístico e terapêutico. De modo que, nesse caminho percorrido entre a academia e as experiências em campo, fui desenvolvendo uma dupla pertença de bruxa-cientista¹¹ – dupla, para dizer o mínimo, pois várias facetas de mim foram sendo reveladas, ao longo desse percurso, por conta do contato com o sangue menstrual, um verdadeiro mergulho nessas águas vermelhas.

Na medida em que as oficinas iam sendo construídas, novas faces de mim mesma me eram reveladas naquele palco, novas personagens iam surgindo e eu via o mesmo acontecer com as outras pessoas à minha volta. Ao criar um espaço seguro para falarmos de assuntos que não podíamos dizer em outros lugares e expressar de forma mais aberta nossos pensamentos, sentimentos e emoções, íamos abrindo o caminho para outras possibilidades de nós emergir. Em um primeiro momento, eu estava muito influenciada pela figura da antropóloga, cientista, professora e artista, que aos pou-

11 Outras cientistas, assim como eu, também defendem essa dupla pertença de bruxa-cientista (Starhawk, Stengers e outras). Isabelle Stengers (2017) faz uma crítica à racionalidade científica hegemônica, que, a seu ver, é responsável pelo “desencantamento do mundo” e produto de um processo de colonização, que fez com que a ciência expulsasse toda a magia da prática científica para se consolidar, deixando de lado o caráter de aventura e de abertura ao indeterminado, algo que a autora coloca em primeiro plano ao repensar a história científica (Sztutman, 2018). Ela ainda complementa que usar palavras como magia, feitiçaria e animismo pode causar mal-estar nas pessoas, tão acostumadas a tratar tais conceitos como crenças de outros povos. Dessa forma, ela propõe, exatamente, o uso deliberado dessas palavras (Starhawk *apud* Stengers, 2017), por acreditar que as palavras que soam aceitáveis, racionais, científicas ou intelectualmente confiáveis, o são por fazerem parte da língua do distanciamento, em suma, a autora defende que as ciências devem reativar a magia, essa arte da eficácia, tanto porque jamais houve ciência sem magia – sem animação do mundo, sem fatos que são feitos, sem “fatiches”, por isso pensar nesse lugar da bruxa-cientista como alguém que se aventura, e se abre ao indeterminado para produzir conhecimento.

cos foi dando mais espaço para a bruxa se revelar junto à terapeuta, curandeira, e a feiticeira e fui descobrindo cada vez mais essas expressões, vontades e desejos que habitavam em mim, assim como outras mulheres, à minha volta, também descobriram (Morais, 2021, p. 146).

Behar (1996) levanta a discussão sobre uma “*native anthropology*” (“antropologia nativa”), que aconteceria quando os pesquisadores reivindicam uma conexão pessoal com o lugar no qual o trabalho de campo é desempenhado, o que abre um importante debate sobre o que significa ser “*an insider in a culture*” (Behar, 1996, p. 28). Ela aborda o fato de os próprios “nativos” estarem se tornando pesquisadores, estudando suas próprias comunidades e nações, o que faz com que a linha entre participante e observador, amigo e estranho, aborígene e alienígena, não seja mais facilmente delimitada. A autora afirma, então, que a antropologia nativa tem contribuído para trazer uma grande mudança: “A mudança em direção à visão da identificação, em vez da diferença, como a imagem chave definidora da teoria e prática antropológicas” (Behar, 1996, p. 28, tradução própria).

A autora continua sua argumentação apontando que essa mudança, em consonância com a afirmação do movimento feminista de que “o pessoal é político”, teria mudado a forma como pesquisadores pensam sobre suas subjetividades em campo.

Escritoras feministas dentro do meio acadêmico dedicaram uma quantidade considerável de energia à reflexão sobre biografia e autobiografia, e à difícil questão de como as mulheres podem tornar outras mulheres o objeto de seu olhar sem objetificá-las e, assim, traí-las (Behar, 1996, p. 28-29, tradução própria).

Behar (1996) ainda traz a colocação de Haraway (2009) que argumenta apoiando políticas e epistemologias que tragam um posiciona-

mento, advogando a favor de uma objetividade corporificada, de um conhecimento localizado, situado, responsável, não da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto. Um conhecimento que apresente “a visão desde um corpo, sempre um corpo complexo, contraditório, estruturante e estruturado, versus a visão de cima, de lugar nenhum, do simplismo” (Haraway, 2009, p. 29). A autora ainda apoiaria a prática de uma objetividade que privilegia a contestação, a desconstrução, as conexões em rede, as transformações dos sistemas de pensamentos, construindo mundos menos organizados pelo eixo de dominação, bem como uma prática que procure as perspectivas daqueles pontos de vista que nunca podem ser conhecidos facilmente e que prometem algo extraordinário. Segundo Haraway (2009, p. 24), “o imaginário e o racional – a visão visionária e a objetiva – circulam bem juntos”.

Renato Rosaldo (1989) também aborda a questão da subjetividade e da experiência pessoal como ferramentas de pesquisa, em seu livro *Culture and truth*, ao mostrar como certos aspectos da cultura dos Ilongots (povo filipino conhecido pela caça de cabeças) só foram possíveis de serem entendidos a partir da sua experiência com a perda da sua esposa, Michelle Rosaldo, discutindo, assim, sobre as posições do etnógrafo em campo, bem como de outras pessoas envolvidas no fazer etnográfico. O autor percebe, então, a experiência pessoal como uma “categoria analítica”, enfatizando também a importância de se ter em conta as emoções nas análises antropológicas. Afirma, ainda, que a maior parte dos estudos antropológicos, ao assumir a posição neutra do observador, suprimem as emoções, em especial as mais intensas, implicando também em um ceticismo em relação a essas emoções como fonte de conhecimento. Com isso, Rosaldo (1989) defende que as formas de escrita que têm sido marginalizadas na antropologia ganhem legitimidade, abrindo a possibilidade de aproximação da vida das pessoas por meio de diferentes pontos de vista.

Assim, a análise e reflexão sobre a minha própria experiência, de um corpo que sangra, que faz arte, magia e ciência com o próprio

sangue, somada às narrativas, trajetórias e experiências de outras mulheres e corpos menstruantes com quem aprendi e troquei sabedorias e confidências, por meio das redes sociais, dos cursos, formações, oficinas e vivências, foram o foco da pesquisa de doutorado. A pesquisa foi sendo construída enquanto era vivida, seguindo o fluxo e o movimento no qual esse campo e o contato com essas pessoas e vivências foram me guiando, de modo que os dados para a pesquisa se originaram de múltiplos lugares, inclusive do próprio corpo de quem pesquisou.

Para tanto, utilizei meu diário de campo como dado, onde registrei todas essas vivências e experiências, bem como os áudios que gravei com algumas reflexões mais importantes sobre os processos que estava vivendo (e que o diário não dava conta),¹² além das reflexões empreendidas com outras mulheres e corpos menstruantes sobre a vivência nas oficinas de Ginecologia Autônoma presenciais¹³ e nos grupos de Limpeza do Sangue Menstrual online,¹⁴ por meio de conversas informais e entrevistas semiestruturadas, que também foram fontes de interlocução deste trabalho. Além disso, os materiais desenvolvidos para o projeto Meu Corpo, Meu Sangue, como textos, as imagens

12 Algumas reflexões e sensações precisavam ser capturadas em outras dimensões, pela complexidade do conteúdo, era importante recordar a entonação, as pausas e outras expressões, além da rapidez que a gravação de voz garantia aos pensamentos que corriam soltos e livres e que escrever não dava conta de acompanhar.

13 A primeira oficina se abriu com o projeto Meu Corpo, Meu Sangue, em 2016, e a última aconteceu em 2019, antes da pandemia – foram quatro anos realizando oficinas de forma presencial, em Juiz de Fora, Minas Gerais. Criei diferentes modalidades, desde formatos intensivos, regulares, minicursos, a encontros mais curtos e pontuais de uma tarde, por exemplo. Um total de 96 mulheres realizaram oficinas intensivas e regulares comigo em três anos. Além delas, outras 200 mulheres participaram de vivências mais pontuais sobre o tema. As oficinas foram conduzidas buscando criar um espaço de confiança, que estimulasse a troca de informações, saberes e histórias sobre ciclo menstrual, sangue, sexualidade, masturbação, ejaculação, formas de contracepção, anatomia e autoexploração, enfermidades comuns (cólica, candidíase, infecção urinária, ovários policísticos, miomas, endometriose etc.) e tratamentos naturais (uso de ervas, chás, banhos, vaporização uterina), entre outros temas relacionados (Cf. Morais, 2021).

14 Depois da minha primeira experiência realizando o processo da Limpeza do Sangue Menstrual, em 2018, junto a outras três mulheres que participavam das oficinas, eu facilitei cinco grupos online, sendo que em dois eu também realizei o processo junto com o grupo. Era uma média de 15 a 20 mulheres e corpos menstruantes por grupo (apenas em um grupo tivemos quase 30 mulheres), alcançando cerca de 100 mulheres e corpos menstruantes (Morais, 2021).

fotográficas, matérias de jornais e as repercussões foram dados para essa pesquisa, assim como as imagens das oficinas realizadas. Para dar embasamento teórico, realizei um levantamento extenso da literatura sobre o tema da menstruação, do ciclo menstrual e da saúde da mulher e dos corpos menstruantes, que pude encontrar na antropologia e áreas afins, como a sociologia e a saúde coletiva.

COMO CONSTRUIR UMA ESCRITA SUBJETIVA, VULNERÁVEL, CRIATIVA E, AINDA, CIENTÍFICA?

Uma questão importante que Behar (1996, p. 7, tradução própria) levanta seria a de como escrever subjetivamente uma etnografia de uma maneira que ainda seja possível chamar o que estamos fazendo de etnografia: “Devemos nos preocupar que um alarme de fumaça irá soar em nossos ouvidos quando a etnografia se tornar perigosamente quente e ‘muito pessoal’?”. A autora comenta como as conversações e interações em campo nunca mais poderão ser reproduzidas da mesma maneira que aconteceram. Elas são únicas e estão no passado, mesmo quando são escritas no presente. A autora ainda acrescenta, citando Geertz, que há uma falta de linguagem para articular o que acontece quando estamos em campo, como se faltasse mesmo um gênero literário capaz de abarcar tais experiências. Por fim, ela enfatiza que seu livro *The Vulnerable Observer* seria uma tentativa de buscar esse gênero (Behar, 1996).

Escrever de forma vulnerável, segundo Behar (1996), requer muita habilidade, nuance e disposição para seguir as ramificações de uma ideia complicada, assim como em uma escrita não vulnerável e distante, ou quem sabe até mais. Para a autora, o pior que poderia acontecer em um texto de escrita não vulnerável seria ele ser chato: “Mas quando um autor *faz* dele mesmo *vulnerável*, a aposta é maior: uma revelação pessoal chata, uma que falha em mover o leitor, é mais do que *embaraçosa*, é humilhante” (Behar, 1996, p. 13, tradução própria, grifo da autora). Ela ainda acrescenta que os esforços da revelação pessoal

fracassariam, não porque a voz teria sido utilizada, e sim porque teria sido usada de forma indevida, sem conseguir estabelecer conexão intelectual e emocional entre o observador e o observado. A exposição do *self*, de acordo com a autora, deve ser essencial para o argumento, levando os leitores a lugares que não poderiam ser acessados de outra maneira.

Outro ponto importante que Behar (1996) menciona é sobre o tempo necessário para se escrever de forma criativa. Ela menciona que, quanto mais era convidada a apresentar seu trabalho em conferências, workshops e leituras públicas, mais desesperada ela se sentia, visto que ela possuía pouco tempo para escrever textos realmente criativos. De fato, essa colocação é muito relevante para pensar a escrita vulnerável e criativa, dentro de um contexto acadêmico produtivista, em que há prazos a serem cumpridos, o que muitas vezes compromete a qualidade e a inovação do texto. Eu mesma senti muita pressão na escrita da tese para conseguir escrever algo original e criativo dentro dos prazos estabelecidos e acredito que o que me salvou foi poder ter um ano de dedicação exclusiva à escrita, em uma casa no campo, totalmente isolada.¹⁵

Optar por uma escrita vulnerável e criativa, uma metodologia encarnada, não é uma tarefa simples: exige, em verdade, muita coragem. Colocar-se no texto e apresentar suas emoções e vulnerabilidades e ainda assim construir um trabalho que tenha valor científico é bastante desafiador. Escolhi esse caminho não para satisfazer propósitos pessoais, mas por ter sido o único caminho possível encontrado para o desenvolvimento da pesquisa de doutorado e agora também no pós-doutorado, único caminho possível para fazer as pessoas acessarem informações e sensações cruciais descobertas ao produzir um trabalho que aborda o tema da menstruação – que diz respeito a uma vivência íntima compartilhada e marcada socialmente.

15 Foi um processo bem intenso, imersivo e solitário, que aconteceu durante a pandemia. Contudo, rodeada pela natureza, encontrava refúgio, conforto e segurança para me dedicar a um exercício de criação bastante profundo, que revirou minhas entranhas.

Outro ponto desafiador deste tipo de pesquisa é unir todo o campo da experiência com o campo teórico, fazer as conexões e traduções e como fazer isso de forma atraente, original, criativa e ainda assim científica. Levando em consideração essas possíveis limitações e estar aprendendo a reinventar a minha escrita acadêmica, tive como foco, na tese de doutorado, desenvolver uma pesquisa original que pudesse causar mobilizações ou desestabilizações nos leitores. Um dos pontos que eu tinha em mente na escrita da tese era de tentar fazer com que ela aproximasse, mesmo que minimamente, o leitor da experiência vivida.

Stoller (1989) aborda a questão da experiência como um domínio radicalmente empírico, no qual pensamentos, sentimentos e ações são inseparáveis. O autor ainda acrescenta que a estética (consciência dos sentidos) desempenha um papel fundamental na experiência, que, por sua vez, é o coração do trabalho de campo etnográfico. Essa dimensão da experiência foi, portanto, importante tanto para a criação das oficinas quanto para o desenvolvimento da tese e não só durante o trabalho de campo, como também na própria escrita.

Tendo essa ideia em conta, durante a escrita da tese busquei desconstruir uma linguagem convencional acadêmica, tentando elaborar um texto que fosse científico e ao mesmo tempo criativo, poético e de certa forma até onírico, pensando na tese como um “Portal Vermelho” em que os leitores não só iriam acessar informações científicas importantes sobre a menstruação, como também, de alguma forma, seriam tocados pelo sangue, assim como eu e tantas pessoas foram. Elaborei a tese para ser uma experiência estética que envolvesse vários sentidos e despertasse não só reflexões teóricas, mas também sensações.¹⁶ E para inspirar a escrita, tomava a medicina do sangue menstrual

16 Uma das pessoas que mais me auxiliaram nesse processo de escrita foi a Fabiana Faleiros (2017), que desenvolveu a tese *Lady Incentivo SEX 2018: disco sobre tese, amor e dinheiro*, dentro do programa de pós-graduação em Artes, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. A tese dela é uma verdadeira inspiração e Fabiana facilita oficinas de escrita criativa acadêmica que foram de grande ajuda para pensar o texto fora dos padrões convencionais.

que havia feito na Limpeza, como uma forma de ampliar a conexão – ser um canal para o sangue.

Dessa conexão surgiram muitas ideias. Elaborei uma capa para a tese, que de alguma forma traduzisse um pouco a realidade das experiências vividas e já levasse o leitor para uma outra dimensão de leitura. Tal capa foi desenvolvida em parceria com a Clarissa Reche, que além de doutora e pesquisadora desta temática, e do grupo de pesquisa Labirinto, também trabalha como designer. A seguir apresento a capa que abre o Portal:

Figura 1 – Capa da tese



Fonte: Arte de Clarissa Reche.

Além da ideia da capa, uma outra invenção foi abrir a tese com uma meditação. Se essa prática era recorrente durante as oficinas e vivências acompanhadas por mim para a pesquisa, por que não trazer ela para o texto? Criei uma meditação específica para a abertura da tese e escrevi o texto da meditação antes mesmo da introdução,

disponibilizando também um QR Code, onde a pessoa poderia acessar o áudio da meditação disponível no YouTube:

Antes de abrir, efetivamente, o Portal Vermelho do Sangue Menstrual, peço, humildemente, licença para ser o canal de conexão entre vocês e as águas vermelhas que irão desaguar a partir desta leitura. Para que essa experiência seja melhor aproveitada, é necessário ter mentes, corações e órgãos sexuais abertos para receber algo, talvez inesperado.

Para adentrarmos ao Portal de maneira proveitosa, vamos, antes, fazer uma meditação. Você pode acessar a gravação por meio do link <https://youtu.be/iSOPk5g-CSFA> ou do Qrcode, ou ainda, ler as palavras abaixo, permitindo ser conduzido. É importante que você esteja em um local tranquilo e em uma posição confortável.



Peço que você feche seus olhos, coloque sua mão direita em seu coração e a mão esquerda abaixo do umbigo. Faça três profundas respirações, lentas, conscientes, sentindo o ar entrando e saindo do seu corpo. (Pausa). Aos poucos sua mente vai se acalmando e você vai sentindo o coração batendo. (Pausa). Quais emoções estão te movendo hoje? Permita-se sentir! (Pausa). Consegue perceber o pulsar do seu coração? Ele é o responsável por bombear o sangue e levá-lo para todo seu corpo, carregando memórias, pensamentos, emoções, nutrientes e força. Consegue perceber o sangue circulando por suas veias? (Pausa). Com a mão esquerda abaixo do umbigo você também pode sentir outro pulsar, talvez mais sutil, mas que também está aí, onde habita sua força vital, sua pulsão sexual primal e criativa. Esse centro que, durante a sua gestação, estava conectado à sua mãe por meio do cordão umbilical e por

onde você se alimentou de sangue vindo do útero. Sinta esse sangue circular e se conecte! (Pausa).

Aos poucos você percebe que todo o sangue que se concentra nessa região abaixo do umbigo, onde estão seus órgãos sexuais, transborda e derrama por entre suas pernas até atingir o solo, independente de você ter ou não um útero, esse sangue flui. (Breve pausa). Esse sangue vai descendo, camada a camada, em direção ao magma da terra. Lá ele se funde com esse fogo criador, recebendo e trocando potência e retorna à superfície da Terra forte, viscoso e vívido, assumindo uma forma de entidade menstrual que agora está diante de você. (Breve pausa). Agora que você está diante dessa entidade que simboliza toda a potência e expressão criativa do Sangue Menstrual, reverencie essa força e esse poder e conecte-se com ela. O que ela te provoca? O que ela tem para te mostrar e te dizer? Permita-se ouvir e sentir!

(Pausa longa).

Agora que você já entrou em contato profundo com a força do Sangue Menstrual, agradeça tudo o que foi visto e revelado. Faça uma grande reverência a essa entidade e, se sentir, permita que ela lhe banhe, como as águas da cachoeira, levando de você tudo o que você não precisa mais carregar de medos, julgamentos, preconceitos, tristezas, raivas e dores. Deixe que o sangue leve tudo para a Terra mais uma vez, transmutando todos esses sentimentos em amor, coragem, força, vitalidade, criatividade, fertilidade, saúde e cura! (Breve pausa). Sinta o seu corpo renovado, leve, pronto para realizar seus sonhos e desejos mais íntimos! É esse o poder do Sangue Menstrual e ele habita em você, independente de gênero, pois o útero foi a primeira morada para todos os seres que habitam a Terra... e o sangue seu alimento! (Breve pausa). Vamos agradecer por estarmos vivos, por sermos potências criativas, por termos sangue correndo em nossas veias e nutrindo nossos corpos, movimentando nossos pensamentos e emoções, e vamos manter essa conexão em nosso

cotidiano, com mente, coração e órgãos sexuais abertos ao amor, à abundância, à transformação e à reinvenção. (Pausa). Aos poucos vamos voltando, trazendo a nossa consciência para o exercício inicial, para a respiração, para a mão que está no coração e a outra que está abaixo do umbigo, sentindo a energia que circula no nosso corpo após essa viagem. (Pausa). Vamos respirando profundo e calmamente, mexendo bem devagar os dedos das mãos e os dedos dos pés. (Pausa). Se quiser pode ir mexendo outras partes do corpo também, até voltar completamente para o aqui e o agora, abrindo os olhos! Seja bem vindo de volta! (Morais, 2021, p. 14-16, grifo da autora).

Como poderia tornar meu texto ainda mais atraente? Como poderia aqui romper com a linguagem acadêmica e trazer poesia? Essas perguntas direcionaram a escrita e outras estratégias para contemplar essas inquietações envolveram disponibilizar, ao longo do texto, muitas imagens de arte menstrual, desenvolvidas por mim ao longo desses anos – não só no capítulo que trata desta temática –, bem como fotografias das vivências, poesias, músicas, práticas e diálogos que marcaram esses encontros.

Optei por trazer uma imagem e um pequeno texto na abertura de cada capítulo, antes de iniciar o conteúdo proposto. O texto poderia ser uma descrição do caderno de campo, um trecho de música, um diálogo marcante das oficinas, ou mesmo um texto mais livre que criei no momento, algo que tivesse relação com o conteúdo que viria depois, mas não necessariamente de forma direta. Um exemplo do que desenvolvi na tese está no trecho a seguir, que abre o capítulo sobre o tabu do sangue menstrual, precedendo as discussões teóricas sobre o tema:

Coletei meu sangue com o coletor e coloquei em um frasco cor âmbar. Esperei acumular o sangue de alguns dias de ciclo. Um dia, ainda sangrando, quando me senti dis-

posta e criativa, abri o frasco, senti o cheiro e coloquei o sangue na minha mão. “Olha a textura, que interessante! E essa cor? Tão bonita!” Passei o sangue na testa na altura do terceiro olho: “abre-te coração, abre-te sentimento”. Deixei o sangue guiar. Hum... O que será que acontece se eu misturar sangue com ar?

Fotografia 2 – Bubble Blood



Fonte: Janaina Morais (2015).

Trabalhar artisticamente com o sangue menstrual foi, sem dúvida, uma das experiências mais potentes que se abriu com o Portal Vermelho. Perceber que o que eu havia aprendido sobre o sangue menstrual como algo morto, sujo, nojento, que devia ser escondido e descartado, na verdade, poderia ser também fonte de beleza e poder, fez-me olhar de forma diferente para mim mesma, meu corpo e a minha realidade. Além disso, permitiu-me acessar o universo do tabu menstrual de maneira muito ampla, a partir da visibilidade que meu trabalho artístico ganhou com o projeto Meu Corpo, Meu Sangue. A discussão que se abriu na internet por conta da exposição foi capaz de me fornecer dados para a pesquisa que leituras ou rodas de conversa não proporcionaram. Vou abordar esses

pontos mais adiante. Por hora, importa refletir sobre a questão do tabu menstrual e as diferentes perspectivas que envolvem o assunto (Morais, 2021, p. 46).

Busquei descrever as experiências vividas com o máximo de detalhes possível, descrevendo não só o que era visto, mas também o que era sentido. No caso das oficinas, por exemplo, descrevi como era o espaço em que as oficinas aconteciam, quais conteúdos e atividades eram realizados de forma minuciosa, disponibilizando os registros fotográficos e os relatos das pessoas que participaram sobre cada um dos temas trabalhados. A descrição unida às imagens dá uma forma ao texto e junto com os relatos consegui dar uma dimensão também do que foi sentido:

Em todas as oficinas, fosse regular ou intensiva, eu coloquei um ritual de abertura para iniciarmos nossos trabalhos. Antes mesmo de nos apresentarmos e falar quem éramos, eu começava com essa mística, que havia aprendido em um curso de tantra. No centro do círculo, sob o tecido vermelho havia uma bacia de alumínio esmaltado e dentro dessa bacia havia uma infusão de ervas perfumadas, e, ao lado da bacia, uma vela vermelha acesa. O ritual consistia em cada uma dizer o seu nome, do jeito que quisesse, podia cantar, gritar, movimentar ou só dizer o nome mesmo, e depois ir até a bacia com a água perfumada e lavar as mãos, dizendo e deixando tudo o que não precisava e não queria mais carregar consigo ali. Secava as mãos numa toalha que tinha ao lado e, em seguida, ia até a vela com suas mãos e colocava no fogo suas intenções, para aquele encontro, depois disso, voltava ao seu lugar. Uma a uma iam fazendo esse ritual. Muitas mulheres das oficinas têm esse ritual como um marco, várias choram e se emocionam nesse momento. Uma delas inclusive colocou esse mesmo ritual no seu trabalho como doula:

Virou até uma partezinha do meu trabalho enquanto doula. Sempre faço essa coisa... porque pra mim foi muito especial. Eu lembro de... eu lembro do que que eu lavei na água e eu lembro o que eu fortaleci no fogo. Então, assim, foi uma coisa que ficou muito marcada... e foi uma coisa que... realmente foi acontecendo depois daquele dia. Então, eu amava todas as dinâmicas, mas as duas foram as que mais me marcaram. *[comentando sobre esse ritual e uma outra meditação]*. (CAROL, Entrevista, 2020, grifo nosso) (Morais, 2021, p. 149-150, grifo da autora).

Figura 2 – Ritual de abertura da primeira oficina intensiva de 2018



Fonte: Brenda Marques (2018).

O sentir foi um guia importante. Não só o que as outras pessoas sentiram, mas o que eu mesma senti nas experiências que vivi e, a partir desse lugar, teci considerações sobre as artes menstruais, terapias menstruais e os movimentos da Ginecologia Autônoma, Política e Natural e suas possibilidades. De modo que todo o texto está embebido com a minha subjetividade e as minhas emoções.

Antes desse contato íntimo com meu corpo, eu estava distanciada dele, principalmente, da região que envolve o baixo ventre. E, aos poucos, através dessa prática [alfabetização corporal], a sensação foi, exatamente, de ir aos poucos adquirindo partes do meu corpo, que eu não conhecia bem: útero, ovários, colo uterino, canal vaginal, períneo, clitóris, próstata, vulva, lábios, etc. Várias partes do meu corpo que eu negligenciava ou não dava atenção, ou mesmo não conhecia, foram ganhando outras conotações e fui aprendendo a ser um corpo cíclico, que sangra, chora, sente dor, prazer, alegria, raiva, frustração e uma infinidade de outras sensações. Isso dialoga profundamente com as reflexões sobre o corpo como um fluxo em constante transformação e não como algo fixo, pronto, dado e acabado, como apontam Csordas (1994) e Ingold (2001). A experiência de ter utilizado o espéculo pela primeira vez, por exemplo, foi um dos momentos mais marcantes do curso do coletivo Vulva Sapiens. Eu nunca tinha visto o meu colo do útero e a primeira vez que usei um espéculo sozinha, na minha casa, e fui conhecê-lo, demorei a processar. Fiquei olhando estática um bom tempo para o colo do útero, tentando entender o que era ele, se ele estava bem, se ele era normal e cheguei até a sentir um pouco de medo. [...] Depois tive várias reflexões sobre como muitos médicos já tinham acesso a essa parte do meu corpo, que eu mesma nunca o tinha visto antes e como isso é algo ruim, que reforça, mais uma vez, a sensação de ter sido enganada, reiterando a desconfiança em relação à prática médica, percebendo como esse monopólio que o médico tem sobre o nosso corpo faz a gente temer nosso próprio corpo, porque o desconhecemos e porque muito pouco sabemos sobre ele. Assim, fazer a nossa própria ciência, nossos próprios experimentos, apropriando-nos dessas ferramentas como o espéculo, por exemplo, que foi desenvolvido por um médico que lucrava

em cima do sofrimento de tantas mulheres, é um processo muito emancipador (Morais, 2021, p.133-134).

Meus relatos pessoais foram introduzidos no texto de forma contextualizada, tentando alinhar o que foi vivido na experiência individual com o que era também experimentado em um campo social e cultural, pois muito do que vivi encontrava ressonância na vivência de outras mulheres e encontrava, inclusive, respaldo acadêmico e científico. Então, por exemplo, durante o processo de Limpeza do Sangue Menstrual, em que utilizamos as ervas para limpar nosso corpo e nossas emoções, quando foi o momento de trabalhar a raiva com a erva carqueja, senti muita raiva dos homens. E não era apenas uma raiva direcionada a um homem em específico, era “uma raiva do planeta, por a gente tá nesse processo de submissão, controle e opressão sobre nós mulheres e que eu me sinto impotente pra resolver esse problema no mundo” (Morais, 2021, p. 219). Esse tipo de manifestação e acesso em relação a uma raiva dos homens, ligado a um machismo e a uma condição de subordinação feminina, também foi experimentado por várias outras mulheres que participaram da Limpeza, quando tomaram a carqueja. Para o meu contentamento, ao estudar cientificamente sobre as emoções, encontrei textos que legitimam esses sentires, tais como os de Lutz (Lughod; Lutz, 2018) que aborda a importância de pensar sobre o caráter genericado das emoções, que existem dentro de um sistema de relações de poder. Da mesma forma, Emily Martin (1992), em seu texto “Síndrome Pré-Menstrual, disciplina no trabalho e raiva”, do livro *A Mulher no Corpo*, elabora sobre a patologização do ciclo menstrual, apontando que a origem da raiva pode estar atribuída à percepção que as mulheres têm sobre a opressão que sofrem na sociedade. O fato é que muitas cientistas estão há anos tecendo considerações fundamentais sobre nossas vivências corporais, pensando a produção do conhecimento científico com um olhar feminista, e minha alegria foi encontrá-las para validar o que era sentido no meu corpo e nos corpos de outras pessoas que sangram.

Por mais que eu me colocasse no texto e colocasse também as experiências das outras pessoas, sempre busquei ter cuidado com as informações reveladas, pois na experiência vivida nas oficinas, cursos e formações, aconteciam fatos que iam muito além de uma compreensão racional e que foram difíceis de traduzir para uma linguagem escrita. Faltavam palavras para expressar o que foi sentido e faltava também literatura para validar e ajudar a refletir sobre tais acontecimentos, de modo que muitas discussões que envolviam o campo da espiritualidade e da magia que esses eventos levantavam ficaram de fora das análises.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Escrever a tese de um lugar tão próximo me garantiu uma posição privilegiada: eu não era meramente uma observadora, também experimentava na pele e com todos os meus sentidos o que era vivido, sustentando, assim, uma intimidade com as pessoas que cruzaram meu caminho. Entretanto, ocupar o lugar liminar de bruxa-cientista, feminista, menstruante não foi simples, visto que um mesmo fato pode ser compreendido de forma diferente, dependendo do lugar ocupado, como aconteceu nas discussões sobre pureza e purificação empreendidas ao se falar tanto sobre o tabu e a arte menstrual quanto sobre a Limpeza do Sangue Menstrual, visto que os conceitos terapêuticos e artísticos se diferem do antropológico, o que causou confusão em alguns momentos. Além disso, a reflexão sobre a eficácia das terapias menstruais também foi trabalhosa, pois ainda que não fosse a ideia defender o método, sentia a necessidade de abordar esse assunto, sendo desafiador manter uma postura crítica, por se tratar de um método com o qual eu trabalhei e vivenciei. A estratégia para superar esses desafios foi dar espaço para essas diversas vozes ecoarem e dialogarem entre si.

Ainda que não tenha sido fácil manter um distanciamento para realizar as análises dos dados, acredito que o espaço físico e temporal

que separarou as experiências, somado às leituras teóricas e à apreciação de outros olhos atentos, principalmente, da orientadora do trabalho, abriram a possibilidade para que eu assumisse uma postura crítica em relação a mim e à pesquisa, restando agora uma sensação de dever cumprido e o desejo de que essa experiência se multiplique e reverbere infinitamente, tocando e inspirando outras pessoas em suas vivências pessoais e exercícios de investigação, para que se permitam viver o campo em todas as suas dimensões sensoriais e se vulnerabilizar durante a escrita.

REFERÊNCIAS

ABU-LUGHOD, Lila; LUTZ, Catherine. Emoção, Discurso e políticas da vida cotidiana. Tradução para uso estritamente didático, por Leandro de Oliveira. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2018. Cópia mimeografada. [Do original em língua inglesa, ABU-LUGHOD, Lila; LUTZ, Catherine. *Emotion, discourse and the politics of everyday life*. In: ABU-LUGHOD, Lila; LUTZ, Catherine. (org.). **Language and the Politics of Emotion**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1990. p. 1-23].

BEHAR, Ruth. **The Vulnerable Observer: Anthropology That Breaks Your Heart**. Boston, MA: Beacon Press, 1996.

CARDOSO, Ruth. Aventura de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: CARDOSO, Ruth. **A Aventura Antropológica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CAVALCANTE, Isabela e SANTOS, Vitor. Juventude.Br, 2022 - CAVALCANTE, Isabela e SANTOS, Vitor., & Santos, V. A Pobreza Menstrual como fator impeditivo na promoção de uma Educação de qualidade no Brasil. **Juventude.Br**, 20(1). 2022. Recuperado de <https://juventudebr.emnuvens.com.br/juventudebr/article/view/256>.

CSORDAS, Thomas. Introduction: the body as representation and being in the world. In: CSORDAS, Thomas. **Embodiment and Experience: The existential ground of culture and self**. New York: Cambridge University Press, 1994.

FALEIROS, Fabiana Amélio. **Lady Incentivo SEX 2018**: disco sobre tese, amor e dinheiro. 2017. 143 f. Tese (Doutorado em Arte e Cultura Contemporânea) –

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <http://www.bdttd.uerj.br/handle/1/7391> Acesso em: 22 mai. 2025.

GOULET, Jean-Guy; YOUNG, David E. (Org.). **Being changed: the Anthropology of Extraordinary Experience**. Ontario: Broadview Press, 1994.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 7-41, 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773> Acesso em: 14 mai. 2025.

INGOLD, Tim. Culture, nature, environment: steps to an ecology of life. In: INGOLD, Tim. **The Perception of the environment: Essays of livelihood, dwelling and skill**. New York: Routledge, 2001. p. 13-26.

LABATE, Beatriz Caiuby. **A reinvenção do uso da ayahuasca nos centros urbanos**. Campinas: Mercado de Letras, 2004.

LATOUR, Bruno. How to talk about the body? The normative dimension of science studies. **SAGE**, v. 10, n. 2-3, p. 205- 229, 2004.

MALLMANN, Elena Maria. Pesquisa-ação educacional: preocupação temática, análise e interpretação crítico-reflexiva. **Cadernos de Pesquisa** v.45 n.155 p.76-98 jan./mar. 2015.

MARTIN, Emily. **A Mulher no Corpo: uma análise cultural da reprodução**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 1992.

MERCANTE, Marcelo. **Images of healing: spontaneous mental imagery and healing processo of the Barquinha, a brazilian ayahuasca religious system**. 2006. Tese (Doutorado em Filosofia) – Saybrook Graduate School and Research Center, São Francisco, California, 2006.

MORAIS, Janaina de Araujo. Gênero, Corpo e Sangue: uma etnografia sobre a medicalização da menstruação. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 11 & 13th WOMEN’S WORLD CONGRESS, 2017, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499456914_ARQUIVO_artigofazendogenero17-JanainaMorais.pdf. Acesso em: 14 mar. 2021.

MORAIS, Janaina de Araujo. **Portal Vermelho: uma etnografia sobre corpo, gênero, sangue, emoções e experiência**. 2021. Tese (Doutorado) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2021.

Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/13739> Acesso em: 22 mai. 2025.

ROSALDO, Renato. **Culture and Truth**. The Remaking of Social Analysis. Boston, Beacon Press, 1989, 253 pgs.

ROSE, Isabel Santana de. **Tata endy rekoe – Fogo Sagrado**: Encontros entre os guarani, a ayahuasca e o Caminho Vermelho. 2010. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

STENGERS, Isabelle. Reativar o animismo. Tradução Jamille Pinheiros Dias. **Cadernos de Leituras**, n. 62, p. 1-15, 2017.

STOLLER, Paul. **The Taste of Ethnographic Things**: The Senses in Anthropology. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1989.

SZTUTMAN, Renato. Reativar a feitiçaria e outras receitas de resistência – pensando com Isabelle Stengers. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 69, p. 338-360, abr. 2018.

Autores e financiamentos

Adriana Silvestrini

Jornalista e filósofa. Mestra em Divulgação Científica e Cultural pelo Labjor/UNICAMP. Pesquisa com financiamento da CAPES (Processo: 88887.480403/2020-00), sob orientação de Daniela Tonelli Manica.

Contato: dri.silvestrini@gmail.com

Beatriz Klimeck

Antropóloga, doutora em Saúde Coletiva pela UERJ, mestranda em Divulgação Científica e Cultural pela UNICAMP, sob orientação de Daniela Manica. Pesquisadora em pós-doutorado na University of California, San Diego.

Contato: klimeckbeatriz@gmail.com

Camila Montagner Fama

Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Mestre em Divulgação Científica e Cultural também pela Unicamp. Pesquisa com financiamento do CNPq (Processo nº 140334/2020-3) com orientação da professora Carolina Cantarino Rodrigues.

Contato: camilamontagnerfama@gmail.com

Carolina Busolin Carettin

Jornalista, especialista em Tecnologias, Formação de Professores e Sociedade (Unifei), mestra em Divulgação Científica e Cultural pela UNICAMP. Pesquisa orientada por Daniela Tonelli Manica e coorientada por Laís Silveira Fraga.

Contato: carol.carettin@hotmail.com

Carolina Cantarino Rodrigues

Professora da Faculdade de Ciências Aplicadas (FCA), da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Doutora em Ciências Sociais (2011), pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Contato: carolcr@unicamp.br

Clarissa Reche Nunes da Costa

Doutora em Ciências Sociais pela UNICAMP. Bolsista Mídia Ciência (FAPESP – Processo: 2024/05482-8), vinculada ao Labjor/Nudecri – UNICAMP. Pesquisa de doutorado com financiamento do CNPq (Processo: 140690/2020-4), sob orientação de Daniela Tonelli Manica.

Contato: clari.reche@gmail.com

Daniela Tonelli Manica

Antropóloga e Pesquisadora do Labjor/Unicamp. Doutora em Antropologia Social (IFCH/Unicamp, 2009).

Contato: dtmanica@unicamp.br

Fernanda Mariath

Farmacêutica e mestra em Divulgação Científica e Cultural pela UNICAMP. Bolsista Mídia Ciência (FAPESP – Processo: 2024/15321-1), vinculada ao Labjor/Nudecri – UNICAMP. Pesquisa com financiamento da CAPES (Processo: 88887.826615/2023-00, código de financiamento 001), sob orientação de Daniela Tonelli Manica.

Contato: fermariath@gmail.com

Fernando Monteiro Camargo

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pesquisador de pós-doutorado no Observatório Nacional de Segurança Hídrica e Gestão Adaptativa (INCT-ONSEAdapta), com financiamento do CNPq (Processo: 153655/2024-0). Bolsista Mídia Ciência (FAPESP – Processo: 2024/15183-8), vinculado ao Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor/Nudecri – UNICAMP). Pesquisa orientada por Daniela Tonelli Manica e realizada com financiamento do CNPq (Processo: 140504/2018-4).

Contato: camargo.fmc@gmail.com

Flora Villas Carvalho

Antropóloga e arqueóloga pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Mestra em Divulgação Científica e Cultural pela UNICAMP. Pesquisa com financiamento da CAPES (Processo: 88887.603809/2021-00), com orientação da Profa. Dra. Daniela Tonelli Manica.

Contato: floravillascf@gmail.com

Geovana Luna dos Santos

Estudante da Rede Pública de Ensino Médio do Estado de São Paulo. Pesquisadora no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio (2024–2025). Pronome: ela/dela - (Processo FAEPEX/UNICAMP 2583/24).

Contato: geovanaluna47@gmail.com

Humberto Manoel de Santana Jr.

Doutor em Ciências Sociais pela UNICAMP (bolsista CNPq – Processo: 140947/2017-5). Pós-doutor em Relações Étnico-Raciais pelo PPRER/CEFET-RJ (bolsista CAPES – Processo: 88887.804744/2023-00). Praticante de Antropologia nas Religiões de Matriz Africana.

Contato: santanajrhumberto@gmail.com

Irene do Planalto Chemin

Antropóloga e mestranda em Divulgação Científica e Cultural no Labjor/UNICAMP. Pronome: ela/dela. Pesquisa com financiamento da CAPES (Processo: 88887.957182/2024-00), sob orientação de Daniela Tonelli Manica.

Contato: irenedoplanalto@gmail.com

Ivo Dias Alves

Sociólogo e educador. Doutor e Mestre em Educação e Saúde na Infância e Adolescência (UNIFESP). Doutorando em Ciências Sociais pela UNICAMP. Pesquisa de doutorado em desenvolvimento no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas / Universidade Estadual de Campinas - CEP/Unicamp Número do Parecer: 6.748.860. sob Orientação de Dr. Alfredo Luiz Paes de Oliveira Suppia coorientação Dra. Daniela Tonelli Manica.

Contato: ivodalves@gmail.com

Janaina de Araujo Morais

Antropóloga e educadora menstrual. Doutora em Ciências Sociais pela UFJF (financiamento CAPES – Processo: 88882.458013/2019-01). Pós-doutoranda no Labjor/Nudecri – UNICAMP, bolsista CNPq (Processo: 151242/2024-0).

Contato: janainajanis@gmail.com

Kauan Alves da Silveira Aristides

Estudante da Rede Pública de Ensino Médio do Estado de São Paulo. Pesquisador no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio (2024–2025). Pronome: ele/dele - (Processo FAEPEX/UNICAMP 2583/24).

Contato: kauansilveira018@gmail.com

Kris Herik de Oliveira

Pesquisador de pós-doutorado na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP). Doutor em Ciências Sociais pela UNICAMP. Pesquisa com financiamento da FAPESP (Processo: 2019/22295-9) e do CNPq (Processo: 140428/2019-4), com orientação da Profa. Dra. Daniela Tonelli Manica.

Contato: kris.h.oliveira@gmail.com

Luis Philipe Nagem Lopes

Farmacêutico. Doutorando em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social da UERJ (área: Ciências Humanas e Sociais em Saúde). Mestre em Ciências Farmacêuticas pela Universidade de Sorocaba. Pesquisa com financiamento da CAPES, sob orientação de Rosana Castro.

Contato: luisphilopes@gmail.com

Marina Bohnenberger

Doutoranda em Ciências Sociais na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestre em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (USP). Pesquisadora no Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Pesquisa com financiamento da CAPES (Processo: 88887.469430/2019-00), com orientação da Prof. Marina Vanzolini e coorientação da Prof. Daniela Tonelli Manica.

Contato: marina.boh@gmail.com

Raylane Souza de Moura

Estudante da Rede Pública de Ensino Médio do Estado de São Paulo. Pesquisadora no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio (2024–2025). Pronome: ela/dela - (Processo FAEPEX/UNICAMP 2583/24).

Contato: 993516836a@gmail.com

Samara Lopes de Oliveira

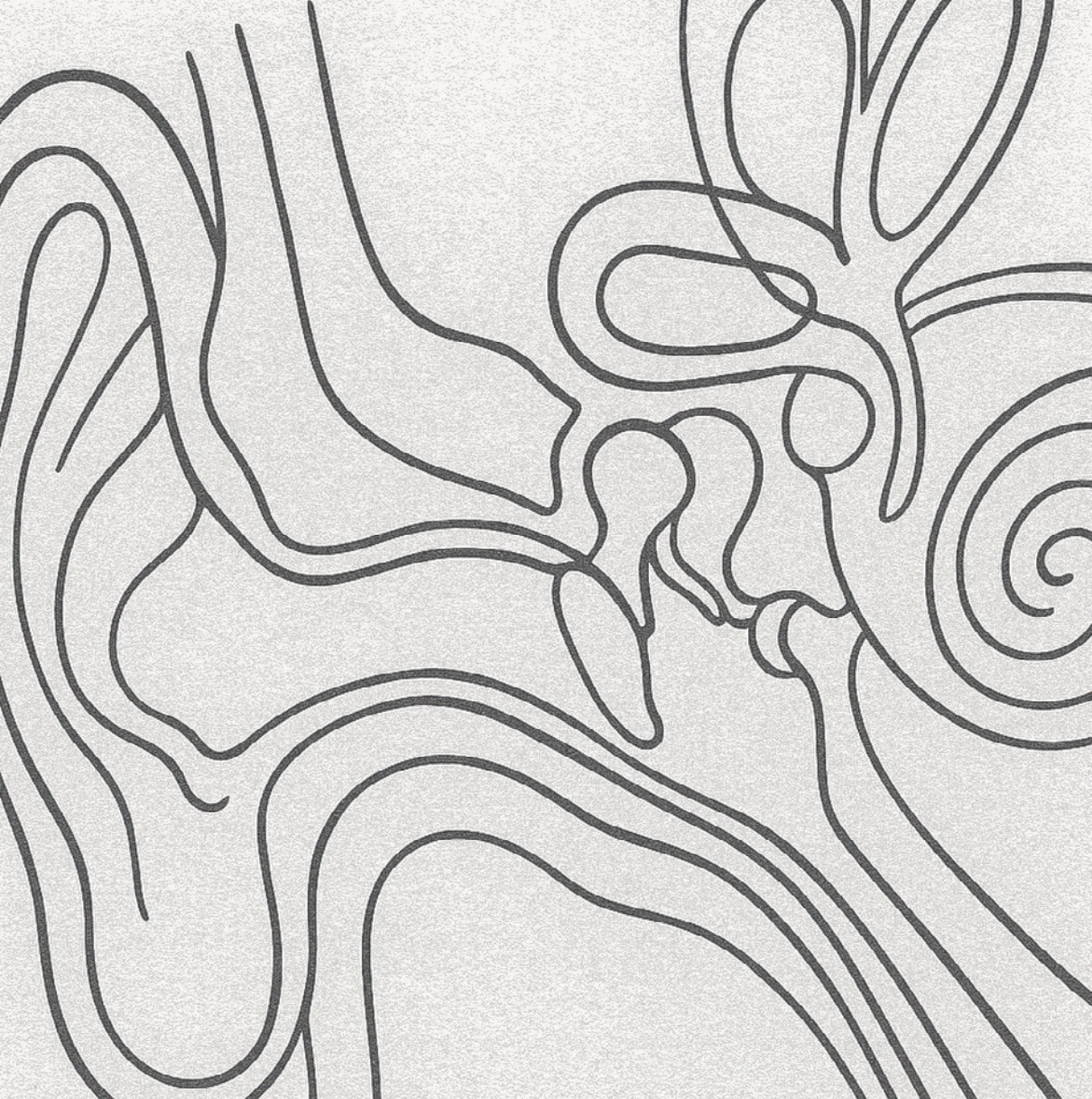
Estudante da Rede Pública de Ensino Médio do Estado de São Paulo. Pesquisadora no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio (2024–2025). Pronome: ela/dela - (Processo FAEPEX/UNICAMP 2583/24).

Contato: samaralopesdeoliveira07@gmail.com

Veronica Martins da Silva

Estudante da Rede Pública de Ensino Médio do Estado de São Paulo. Pesquisadora no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio (2024–2025). Pronome: ela/dela - (Processo FAEPEX/UNICAMP 2583/24).

Contato: veronicamartins8743@gmail.com



Pontes